



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA

RICARDO ALEXANDRE PEIXOTO BARBOSA

O PAPEL DISCURSIVO DOS ENUNCIADOS PROVERBIAIS
E DESVIOS NA MATERIALIDADE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

NATAL/RN

2020

RICARDO ALEXANDRE PEIXOTO BARBOSA

O PAPEL DISCURSIVO DOS ENUNCIADOS PROVERBIAIS
E DESVIOS NA MATERIALIDADE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, objetivando a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos do Texto, na área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo da Silva Amorim.

NATAL/RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Barbosa, Ricardo Alexandre Peixoto.

O papel discursivo dos enunciados proverbiais e desvios na materialidade das formações discursivas / Ricardo Alexandre Peixoto Barbosa. - Natal, 2020.

213f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo da Silva Amorim.

1. Enunciados proverbiais - Dissertação. 2. Imitação - Dissertação. 3. Polifonia - Dissertação. 4. Heterogeneidade - Dissertação. 5. Formações discursivas - Dissertação. I. Amorim, Marcelo da Silva. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 81'42

RICARDO ALEXANDRE PEIXOTO BARBOSA

O PAPEL DISCURSIVO DOS ENUNCIADOS PROVERBIAIS
E DESVIOS NA MATERIALIDADE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, objetivando a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos do Texto, na área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Defesa:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo da Silva Amorim (Presidente) – UFRN
Orientador, presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

Professora Dra. Rosa Marina de Brito Meyer (PUC-Rio)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Prof. Dr. Cleilton Lopes Pinheiro – UFRN
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

NATAL-RN

2020

À memória de Magnólia Santos Xavier
Barbosa, minha falecida esposa, e de
Fernando Brás Sousa da Costa, meu tio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós, Ricardo da Silva Peixoto e Rosa Ferreira Gomes, que me educaram e me fizeram compreender as coisas do mundo. Agradeço-lhes pelos sábios provérbios e pela inspiração direta para esta pesquisa. Dirijo-lhes meu agradecimento envolto nas maiores saudades.

Agradeço à Samara pelo amor e afeto que me dedica; e pela semente que ora germina em seu ventre. E à Samia Rebeca por me ter acolhido.

Agradeço aos meus familiares: pai, mãe, irmãos, tios e primos. Ao meu pai, Manuel Joaquim Gomes Barbosa; à minha mãe, Maria do Sameiro Gomes Peixoto; aos meus irmãos: Filipe Miguel Peixoto Barbosa; Ana Cristina Peixoto Barbosa, Raquel Daniela Peixoto Barbosa; e Bruno Manuel Peixoto Barbosa; aos meus tios: Paula Cristina Gomes Peixoto; Maria Alzira Gomes Peixoto; à minha madrinha de batismo: Teresa de Jesus Gomes Peixoto (saudades!); em especial àqueles que me acompanharam por largos períodos, que me viram crescer e me ajudaram, de algum modo, a chegar ao momento presente.

Agradeço à minha afilhada, Paula Daniela Peixoto da Costa, que sempre, mesmo às vezes sem o saber, me deu forças para continuar.

Agradeço aos meus amigos, portugueses e brasileiros, que, de forma honesta, torceram/torcem por mim. Agradeço à Vera, amiga de longa data, irmã de coração.

Agradeço aos colegas da Academia pela camaradagem e pelo aprendizado conjunto; aos professores do PPgEL pelos ensinamentos e pela presteza.

Agradeço ao meu orientador acadêmico, o Professor Doutor Marcelo da Silva Amorim, por toda a paciência, apoio e esclarecimentos. Sem sua ajuda/colaboração, esta pesquisa não teria chegado a bom porto.

Agradeço à Capes, destacando que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por último, agradeço a todos os que se sentirem felizes pela minha realização; sua felicidade é minha.

RESUMO

No âmbito da Análise do Discurso, as pesquisas voltadas para a distinção das Formações Discursivas e a relação interdiscursiva não privilegiam o estudo e a análise do gênero proverbial e tampouco se assentam sobre o estudo da heterogeneidade enunciativa e polifonia dos enunciados proverbiais e dos desvios, os quais são reflexo do *lugar* que o sujeito ocupa em uma dada estrutura social. As coerções e antagonismos perceptíveis nas vozes que assomam nos provérbios populares e nos desvios situam o sujeito discursiva e ideologicamente. Nesse sentido, nesta pesquisa analisamos os provérbios e os desvios em seu contexto de uso, com a finalidade de aferir a sua participação e relevância nas Formações Discursivas. Nossa questão de pesquisa refere-se ao contributo dos provérbios populares e desvios na materialidade das FDs, apoiando-nos na hipótese de que os enunciados proverbiais, proferidos por um enunciador genérico-ON, guardam relação estreita com a ideologia dominante, permitindo, por seu caráter polifônico e heterogêneo, a distinção das FDs que perpassam um dado campo discursivo. Outrossim, os desvios representam uma espécie de militância/oposição ideológica, sobretudo nos casos de *subversão*. A contribuição dos provérbios e desvios para a materialidade discursiva é, portanto, ideológica. Nosso objetivo geral é distinguir qual o contributo dos provérbios populares e desvios na materialidade das FDs. Especificamente, procuramos analisar a *imitação* dos enunciados proverbiais – *captação* e *subversão*; analisar a heterogeneidade e polifonia dos provérbios e desvios; e verificar as formações discursivas em que os enunciados proverbiais e desvios se inscrevem. Para tanto, nosso aporte teórico é constituído por Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015; 2016), Foucault (2008), Althusser (1985), Pêcheux (1969; 1997), Authier-Revuz (1990), Ducrot (1987), Reboul (1975), Mussalim (2016), dentre outros. A pesquisa é de natureza qualitativa, com suporte quantitativo, na qual são analisados enunciados proverbiais e desvios extraídos das páginas do Facebook do “Brasil 247” e de “O Antagonista”. Metodologicamente, nossa pesquisa obedeceu a momentos/processos distintos: 1. tabulação de comentários com enunciados proverbiais coletados nas fontes de coleta supramencionadas; 2. relação integral dos provérbios, desvios e outras frases destacáveis coletados, distinguindo seu significado, possíveis variações e indexações; 3. categorização dos desvios – *captação* e *subversão*; 4. tabulação dos enunciados proverbiais e/ou desvios aspeados, visando à aferição/distinção das implicações do uso das aspas, um exemplo de heterogeneidade mostrada marcada; e 5. aplicação dos princípios de Ducrot (1987), observando particularmente os casos de *negação* e de *pressuposição*, de maneira a distinguirmos, em um mesmo enunciado, a emergência de mais do que uma voz. Como resultado preliminar, avançamos que os enunciados proverbiais e desvios contribuem para a materialidade das FDs na medida em que são o que Réboul (1975, p. 123, grifo do autor) chama de “*éclat* de ideologia”. Eminentemente ideológicos e argumentativos, transparecem nitidamente as fronteiras entre o interior e exterior próprio dos discursos, possibilitando o vislumbre das regularidades das formações discursivas.

Palavras-chave: Enunciados proverbiais. Imitação. Heterogeneidade. Polifonia. Formações discursivas.

ABSTRACT

In the field of Discourse Analysis, researches that address the distinction of Discursive Formations (DF) and interdiscursive relations do not prioritize the study and analysis of the genre proverb, nor do they address the study of enunciative heterogeneity and polyphony of the proverbial utterances, and of the detours, which are a reflection of the *place* the subject occupies in a given social structure. The perceptible coercions and antagonisms in the voices that emerge in the popular proverbs, and in the detours situate the discursive subject, moreover ideologically. Along these lines, in this research we analyze proverbs and the detours in their context of use, to verify their participation and relevance in DFs. Our research question refers to the contribution of popular proverbs and detours in the materiality of the DFs, relying on the hypothesis that the proverbial utterances provided by a generic speaker, keep a direct relationship with the dominant ideology, enabling, through its polyphonic and heterogeneous character, the distinction of the DFs, which infuse a given field of discourse. Also, the detours represent a type of ideological militancy/opposition, aboveall in the cases of *subversion*. The contribution of the proverbs and detours to the discursive materiality is, therefore, ideological. Our general objective is to distinguish what is the contribution of the popular proverbs and detours in the materiality of the DFs. Specifically, we seek to analyze the *imitation* of the proverbial utterances – *caption* and *subversion*; analyze the heterogeneity and polyphony of the proverbs and detours; and distinguish the discursive formations in which the proverbial utterances and detours are inscribed. To this end, we rely on the theories of Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015; 2016), Foucault (2008), Althusser (1985), Pêcheux (1969; 1997), Authier-Revuz (1990), Ducrot (1987), Reboul (1975), Mussalim (2016), and others. The research is characterized as qualitative, with quantitative support, in which proverbial utterances are analyzed and detours are extracted from Facebook Pages of “Brasil 247” and “The Antagonist”. Methodologically, our research followed these distinct phases/processes: 1. Tabulation of commentaries with proverbial utterances, detours and highlighted phrases collected in aforementioned sources; 2. integral relation of the proverbs, detours and others highlighted phrases collected, distinguishing their meaning, possible variations and indexations; 3 categorization of the detours- *captação* and *subversão*; 4. Tabulation of the proverbial utterances and/or detours in quotes, aiming to verify/distinguish the implications of the use of quotation marks, an example of shown marked heterogeneity; and 5. Application of the principles of Ducrot (1987), particularly observing the cases of *negation* and *pressupositor*, to distinguish, in a single utterance, the emergence of more than one voice. Preliminary results show that the proverbial utterances and detours contribute to the materiality of the DFs in so far as they are what Réboul (1975, p. 123, author’s emphasis) calls “ideological *style*”. Eminently ideological and argumentative, they neatly cross the borders between the very interior and exterior of the discourses, showing a glimpse of the regularities of the discursive formations.

Keywords: Proverbial utterances. Imitation. Heterogeneity. Polyphony. Discursive Formations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Formações discursivas (exemplo 1)	18
Quadro 2:	Esquema dos elementos estruturais das <i>condições de produção</i> (Pêcheux 1969)	74
Quadro 3:	Relação de dados coletados na página do Facebook do “Brasil 247”	114
Quadro 4:	Relação da coleta de dados na página do Facebook de “O Antagonista”	118
Quadro 5:	Relação de provérbios, desvios e outras frases destacáveis coletados	127
Quadro 6:	Desvios (<i>captação e subversão</i>)	130
Quadro 7:	Desvios aspeados	135
Quadro 8:	Funcionamento de P <i>mas</i> Q	140
Quadro 9:	Formações Discursivas	145
Quadro 10:	Relação enunciado proverbial/desvio/outra frase destacável X tipo de ocorrência (ironia, negação, pressuposição) X funcionamento	150

LISTA DE SIGLAS

A – Destinator	158
AD – Análise do Discurso	15
AIE – Aparelhos ideológicos do estado	21
ARE – Aparelhos repressores do estado	76
B – Destinatário	158
CP – Condições de produção	72
D – Dia de coleta	112
DC – Desvio por captação	154
DS – Desvio por subversão	152
E – Enunciador	13
FD – Formação discursiva	13
I – Interlocutor	148
IR – Ironia	156
L – Locutor	12
NC – Número de comentários lidos/analizados	112
NCED – Número de comentários com enunciados destacáveis	112
NG – Negação	155
PR – Pressuposição	149
Y – Ocorrência	148

SUMÁRIO

1. APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	12
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	12
1.2. JUSTIFICATIVA	15
1.3. QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE	16
1.4. OBJETIVOS	20
1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1.6. METODOLOGIA	23
1.7. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	26
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	29
2.1. OS PROVÉRBIOS E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO	29
2.2. OS PROVÉRBIOS NA ANÁLISE DO DISCURSO	39
2.3. OS PROVÉRBIOS E A RETÓRICA/ARGUMENTAÇÃO	45
2.4. NOSSA PESQUISA X PESQUISAS CITADAS	52
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	57
3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PROVÉRBIOS	57
3.2. ANÁLISE DO DISCURSO: BREVE HISTÓRICO	61
3.2.1. O DISCURSO E O INTERDISCURSO	65
3.2.2. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	72
3.2.3. A IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO	75
3.2.4. O SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO	81
3.2.5. O SENTIDO E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS	85
3.3. A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA	90
3.3.1. A HETEROGENEIDADE MOSTRADA MARCADA	91
3.3.2. A HETEROGENEIDADE MOSTRADA NÃO-MARCADA	93
3.4. A POLIFONIA	95
3.4.1. ESBOÇO DE UMA TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO	96
4. METODOLOGIA	105
4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	105

4.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	112
4.3. RELAÇÃO DA COLETA DE DADOS	113
5. ANÁLISE	125
5.1. IMITAÇÃO, HETEROGENEIDADE E POLIFONIA	125
5.2. ENUNCIADOS PROVERBIAIS E DESVIOS (LOCUTORES, ENUNCIADORES E POSIÇÕES)	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	207

1 APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

Neste primeiro capítulo, destacamos os elementos/etapas da presente dissertação, começando pela contextualização e delimitação de seu *objeto* (seção 1.1.), ao que se seguem a *justificativa* (seção 1.2.); a *questão de pesquisa* e a *hipótese* (seção 1.3.); os *objetivos* (seção 1.4.); a *fundamentação teórica* (seção 1.5.); a *metodologia* (seção 1.6.); e uma breve explanação da *organização da dissertação* (seção 1.7.).

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

É frequente, em meio a nosso discurso oral ou escrito, recorrermos ao uso dos mais variados provérbios populares, desde o mais comum “Filho de peixe peixinho é” ao pouco usual e menos conhecido “Quem tem besta não compra cavalo”. Esta recorrência encontra legitimidade não apenas no caráter universal dos provérbios, mas, sobretudo, na autoridade que tais enunciados, impregnados do conhecimento e dos saberes ancestrais, comportam. Podemos afirmar que o provérbio se insere em um discurso autorizado, uma vez que é reconhecido como tal, derivando esse reconhecimento da legitimidade conferida a um locutor (L) para o pronunciar, de uma situação legítima para sua produção e de um destinatário legítimo (MAINGUENEAU, 1997).

Para Maingueneau (1997), o provérbio é um “enunciado limite”. O locutor que o profere dá lugar a “um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio” (MAINGUENEAU, 1997, p. 101). Koch (2016, p. 66), por seu turno, afirma que o enunciado proverbial é um enunciado conclusivo em que “se argumenta a partir de uma premissa (maior) polifonicamente introduzida no discurso” e que, como qualquer outro texto ou gênero discursivo, é “perpassado por vozes de diferentes enunciadore, ora concordantes, ora discordantes” (KOCH, 2016, p. 74), em consonância com o caráter dialógico da linguagem humana postulado por Bakhtin.

Nos enunciados proverbiais, de fato, denota-se que “toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito e que este ‘é mais falado do que fala’” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26). Segundo Lysardo-Dias (2004, p. 144), o gênero proverbial compreende “diferentes enunciados genéricos cristalizados em uma comunidade sociolinguística” e é tão padronizado/rígido e convencionalizado que o *querer-dizer* do locutor quase não

encontra espaço para se manifestar. As palavras, em última instância, são sempre propriedade dos outros, produzidas pelos outros, e o texto, qualquer que seja, não escapa à intertextualidade e à manifestação polifônica. Tomando as palavras de Pêcheux (*apud* KOCH, 2016, p. 60), “o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio” e “constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição” (MAINGUENEAU *apud* KOCH, 2016, p. 60). Nesse sentido, o discurso é atravessado por vozes, pelo discurso do *outro*, do inconsciente, conforme Lacan (*apud* MUSSALIM, 2006, p. 107), para quem “o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras”. Dessa forma, o inconsciente é o lugar desconhecido de onde emanam os discursos do *outro* e em função do qual o sujeito se constitui identitariamente, sendo este *outro*, portanto, a identidade dominante. Ou seja, “o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa” (MUSSALIM, 2016, p. 110). O sujeito é, desse modo, inserido ou parte integrante de formações discursivas, de

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT *apud* MUSSALIM, 2016, p. 119).

Destaque-se que a Formação Discursiva (doravante, FD) é sempre atravessada por discursos próprios de outras FDs, não se constituindo em uma estrutura fechada. Sua identidade é estruturada no interior do interdiscurso.

Na análise dos provérbios, é possível demarcar/distinguir as figuras do locutor e dos enunciadores (E). Por locutor, entende-se “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável” (MAINGUENEAU, 1997, p. 76); por enunciadores, “seres cujas vozes estão presentes na enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 77). Maingueneau sustenta que o locutor que valida um provérbio “*tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua*” (1997, p. 101, grifos no original), no qual se inclui o sujeito que o profere. O enunciado proverbial é produzido, de certo modo, “por duas vozes, adotando o sujeito falante um PDV [ponto de vista] que ele apresenta como garantido por um sujeito universal” (MAINGUENEAU, 2008, p. 96).

Koch (2016) destaca que os provérbios e ditos populares são enunciações de um enunciador genérico¹ (enunciador-ON), as quais integram o repertório de uma dada comunidade perpassada/permeada tanto por discursos que “se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso” (MUSSALIM, 2016, p. 120) quanto por formações ideológicas e FDs antagônicas, sendo o texto resultado desse antagonismo, dessa oposição entre discursos.

Isto posto, sustentamos que – na análise dos provérbios (eminentemente polifônicos e heterogêneos), em seu contexto de uso, inseridos no discurso e integrando outros gêneros textuais (os provérbios são heterossituacionais²) – é possível distinguir o sentido das FDs e do espaço interdiscursivo em que o sujeito falante está inserido. Como destacado por Maingueneau (2008, p. 97), “o particitador de um provérbio confere a si – e a seu alocutário (seu ‘particitário’...) o estatuto de membro de uma comunidade”.

Nosso objeto de análise é o papel discursivo dos enunciados proverbiais e desvios na materialidade das FDs que perpassam os interdiscursos nacionais políticos, mais especificamente, aqueles ideologicamente de esquerda e de direita, em dois ambientes virtuais distintos – as páginas do Facebook do “Brasil 247” e do “O Antagonista”³. Focalizamos nosso estudo na participação dos provérbios e dos desvios na delimitação ideológica e discursiva das FDs, atendendo ao seu caráter de autoridade, impessoalidade, universalidade, heterogeneidade e polifonia. Entendemos por *papel discursivo* a **função** que os provérbios e desvios desempenham no fio do discurso. Papel é aqui visto, portanto, como sinônimo de “função”. Não está relacionado à concepção de Maingueneau e Charaudeau (2016, p. 362), ou seja, a uma conceituação de “papel” como “termo [...] utilizado para determinar comportamentos languageiros”. Quando afirmamos “materialidade das FDs”, adotamos a perspectiva de Pêcheux (1969 *apud* MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2016, p. 321), isto é, a perspectiva da *materialidade discursiva*, a qual designa a língua como sendo o “lugar material em que se realizam os efeitos de sentido”. Materialidade implica aqui a assunção da existência de determinadas regularidades, quer sejam morfológicas, sintáticas ou lexicais;

¹ Enunciador genérico ou enunciador-ON significa “alguém, uma pessoa, a gente, cada um, cada qual [...] constituindo-se em uma forma privilegiada de indeterminação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 78). Ainda segundo Maingueneau (1997), é um agente verificador, responsável e fiador da validade de um enunciado.

² Constituem-se em gênero e são, ao mesmo tempo, parte integrante de outros gêneros.

³ Não faz parte, todavia, do nosso escopo proceder a um estudo comparativo e avaliação científica dos dois sítios virtuais fontes de coleta desta pesquisa.

regularidades para as quais (ou nas quais) os provérbios e desvios participam. Integra nossos propósitos a percepção do contributo material (lexical, semântico, argumentativo, ideológico etc.) dos enunciados proverbiais e desvios para as FDs.

1.2. JUSTIFICATIVA

A título de justificativa, salientamos que, embora a Análise do Discurso (doravante, AD) venha tomando cada vez mais força no campo dos estudos linguísticos, acreditamos que uma pesquisa desta natureza ainda fuja do lugar-comum e acrescente uma pequena, mas significativa, reflexão aos trabalhos já realizados e àqueles ainda por vir. Orlandi (2009), Brandão (2004) e Koch (2016), entre outros pesquisadores da área, vêm constituindo e alavancando um referencial teórico pertinente e atinente às necessidades daqueles que têm interesse na AD. Contudo, as pesquisas voltadas à distinção das FDs não privilegiam, de todo, o estudo e a análise dos enunciados proverbiais e/ou desvios, e tampouco se assentam sobre o estudo da sua *imitação* (*captação* e *subversão*), polifonia e heterogeneidade. De fato, existem alguns trabalhos (LYSARDO-DIAS, 2004; NÓBREGA, 2008; FIGUEIREDO, 2012; OLIVEIRA, 2014), voltados para o gênero proverbial, que se situam dentro dos limites da AD, mas seus enfoques são sobremaneira distintos do nosso. Semelhantemente, se pensarmos nos trabalhos recentes (teses e dissertações nacionais) como um todo, que se enquadram na AD — dos quais citamos Mendonça, 2014; Jaeger, 2016 —, verificaremos que sua temática é bem distante daquela adotada nesta dissertação. Isto posto, salientamos o caráter particular da presente proposta: estudar a participação discursiva dos enunciados proverbiais e desvios na materialidade das FDs, tomando por base sua polifonia e heterogeneidade.

Este trabalho centra-se no estudo das FDs políticas de esquerda e de direita, devendo-se tal escolha à sua relevância nos discursos e interdiscursos nacionais. Ademais, a seleção é feita de modo a darmos conta dos antagonismos frequentes entre duas FDs, uma vez que uma FD se define sempre em relação a outras FDs (MUSSALIM, 2006).

A relevância deste trabalho para o meio científico-acadêmico prende-se justamente ao seu caráter distinto, trazendo para o espaço institucional da universidade uma abordagem diferente de um gênero textual excluído da maioria das análises

discursivas. A temática e a metodologia aqui empregadas representam uma novidade, que poderá alavancar novas discussões, que esperamos serem profícuas e enriquecedoras. Representam novidades o estudo da relação entre os provérbios e as FDs em que transitam, bem como a aplicação da Teoria Polifônica da Enunciação a esse propósito.

Os provérbios, enunciados por um enunciador genérico-ON, conforme Berrendonner, são importantes instrumentos ideológicos, desvelando o *assujeitamento*⁴ do sujeito falante. Na enunciação de um provérbio popular, o sujeito se omite, transferindo a responsabilidade enunciativa⁵ a outrem, a um conjunto de enunciadores anteriores do mesmo enunciado, à comunidade em que se insere, pois o provérbio tem um caráter abrangente, é adotado e reverberado por aqueles que pertencem a uma dada FD e a uma dada formação ideológica.

Os provérbios populares são, nesta pesquisa, definidos como enunciados basais de uma dada FD. Manifestam, em seu contexto de uso, os discursos antagônicos que perpassam o interdiscurso. Ora de aceitação unânime por seu caráter de autoridade, ora negados pelos que não se alinham ideologicamente com a maioria, são bem representativos da clivagem discursiva, das coerções e oposição de forças presentes no discurso. A mais-valia desta pesquisa reside precisamente na abordagem que se faz do gênero proverbial, reconhecendo nele uma multidão de vozes, mas, acima de tudo, a sua ligação simbiótica e estreita com a ideologia.

1.3. QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE

Como norte nesta investigação, nossa *questão de pesquisa* refere-se ao *contributo dos provérbios populares e desvios na materialidade das FDs*, apoiando-nos na *hipótese* de que *os enunciados proverbiais, proferidos por um enunciador genérico-ON, guardam relação estreita com a ideologia dominante, permitindo, por seu caráter polifônico e heterogêneo, a distinção das FDs que perpassam um dado campo discursivo. Outrossim, os desvios representam uma espécie de militância/oposição*

⁴ Tomamos aqui os pressupostos de Althusser, para quem o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia, que, por sua vez, o assujeita. Segundo Brandão (2004), o sujeito é submetido às coerções das condições de produção, desprovido de liberdade, forma-sujeito, afetado pela ideologia.

⁵ Jean-Michel Adam salienta que “os enunciados podem [...] não ser assumidos pelo locutor-narrador” (ADAM, 2011, p. 115), transferindo a responsabilidade enunciativa ao(s) enunciador(es) presente(s) no enunciado.

ideológica, sobretudo nos casos de subversão. A contribuição dos provérbios e desvios para a materialidade discursiva é ideológica.

Como exemplo, selecionamos o seguinte comentário, feito em um ambiente virtual: “Há um ditado no mundo, filho de peixe peixinho é, nem sempre isso é verdade...”⁶, no qual se podem enumerar: a) E1 (enunciador 1): há ditados no mundo e eles são sempre verdadeiros; b) E2: há um ditado no mundo que nem sempre é verdadeiro; c) E0: Filho de peixe peixinho é; e d) L = assume o posicionamento de E2.

Um locutor (L), “responsável” pelo enunciado (uma ficção discursiva⁷, no entanto), coincide com o enunciador (E2), que nega a validade de E1, para quem os ditados são sempre verdadeiros. Para E2, o enunciado genérico “Filho de peixe peixinho é”, produzido por E0 (enunciador genérico ON), não corresponde sempre à realidade. Nesse caso, estamos diante de polifonia por pressuposição, em que se encenam dois enunciadores: E1 = responsável pelo pressuposto e E2 = responsável pelo conteúdo posto. E2, por sua vez, coloca em cena um terceiro enunciador – E0, a quem se atribui autoridade.

Koch denomina “conclusivo” o enunciado de E0, sustentando-se esse enunciado em uma argumentação por autoridade cujo raciocínio

[...] repousa sobre o seguinte princípio: partindo-se de um fato “X disse [= assertou] que P”, e, com base na ideia de que X (“que não é um imbecil”) muito provavelmente não se enganou ao dizer o que disse, é possível concluir sobre a verdade ou a verossimilhança de P. A fala de X, fato entre outros fatos, é, dessa forma, tomada como índice da verdade de P (MAINGUENEAU, 1997, p. 101).

Para E2, no entanto, “X dizer que P” não é garantia de verdade. Ou seja, E2 coloca em causa a afirmação de X e, mais profundamente, sua credibilidade, a credibilidade do *corpus* social que adota o provérbio popular como máxima e do qual é membro constitutivo. Isso significa que o comentário em análise apresenta um conflito entre dois posicionamentos, entre duas formações ideológicas – a popular/cristã e a científica, conforme se pode verificar no quadro a seguir:

⁶ Retirado de: <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2013/12/24/nem-sempre-filho-de-peixe-peixinho-e/>.

⁷ O locutor “trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 76). Maingueneau (1997) dá o exemplo do abaixo-assinado. Quando assinamos um formulário “do tipo ‘Eu, abaixo-assinado, declaro...’, o eu do locutor deste texto sou eu mesmo e, no entanto, não sou seu autor efetivo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 76).

FD	FD POPULAR/CRISTÃ	FD CIENTÍFICA
Há um ditado no mundo, filho de peixe peixinho é, nem sempre isso é verdade...	Há ditados no mundo, e eles são sempre verdadeiros. <ul style="list-style-type: none"> - Objetiva o reforço da autoridade da sabedoria popular. - O sujeito se anula diante de um enunciador genérico-ON. - A veracidade não é colocada em causa nem sob observação. - Não é necessário ver para crer. 	Há um ditado no mundo que nem sempre é verdadeiro. <ul style="list-style-type: none"> - Objetiva colocar em causa a autoridade do discurso popular. - O sujeito rejeita o postulado pelo enunciador genérico-ON. - Os fatos carecem de observação. - É necessário experimentar/ver para crer.

Quadro 1: Formações discursivas (exemplo 1)

O E1 representa uma formação ideológica popular/cristã, ao passo que o E2, com o qual o locutor se identifica, assume uma formação ideológica científica. É na oposição entre essas duas formações que o discurso toma forma.

Para o E1, o provérbio popular tem caráter indubitável. Os múltiplos enunciadores anteriores do provérbio destacado não merecem contestação. O que foi passado de pai para filho, de avô para neto é certo, verossímil, incontestável. O E1 aceita como verdade inquestionável que os filhos guardam sempre características dos pais, para o bem ou para o mal. Seu pensamento inscreve-se em uma ótica determinista, segundo a qual os filhos são como que réplicas dos progenitores, o que encontra respaldo muitas vezes nas semelhanças físicas. Desse modo, dá-se uma transplantação do plano físico para o psicológico e para o campo das aptidões. São frequentes asserções do tipo: “Pinta bem como o pai”; “Canta bem como a mãe”; “Dribla tão bem quanto o pai”. Esse discurso dispensa a ciência. Não é necessário que um exame de DNA ateste uma paternidade que está à vista de todos: o menino tem a mesma cor de olhos, o mesmo jeito de sorrir e é tão habilidoso em trabalhos manuais quanto o progenitor. A inscrição do E1 em uma formação discursiva/ideológica popular e cristã é atestada, ademais, pela sua *deixis discursiva*: *locutor* e *destinatários discursivos* participam de um sítio virtual da Igreja Universal do Reino de Deus. O locutor do comentário manifesta discursivamente posicionamento condizente com o exposto pelo locutor da postagem, a “voz” do Bispo

Edir Macedo, seu autor efetivo. Outrossim, a *cronografia* (a postagem data de 24 de dezembro) é cristã, estritamente relacionada à comemoração do nascimento de Jesus Cristo, bem como a *topografia*, cujo limite é o território/rebanho da IURD. Por último, podemos afirmar que o E1 se inscreve em uma formação discursiva/ideológica cristã, pois sua *deixis fundadora* é cristã. O discurso que coloca a verdade como não necessitando de verificação, a apologia da fé, a ideia de que não é necessário ver para crer, tem como *locução fundadora* as palavras de Jesus para Tomé: “Porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram” (João 20:29). O que se verifica no caso do provérbio é uma transposição da fé na figura de Cristo para a sabedoria popular. Bem-aventurados os que não viram, mas que creem em um ON genérico.

De outro lado, o E2 advoga um pensamento mais cientificista: é necessário experimentar, testar, observar, analisar caso a caso, ver para crer. As qualidades não são inteiramente transplantáveis de pais para filhos, nomeadamente as aptidões artísticas e profissionais, as condições morais, religiosas ou de caráter. Aqui, filho de peixe não é forçosamente peixe. Ou seja, filho de músico não é músico; filho de profeta não é profeta⁸. Não é sempre assim. Cada sujeito tem suas especificidades, é considerado por (E2) enquanto ser individual. Para (E2), metaforicamente falando, faz-se necessário o exame de DNA.

Na análise do enunciado destacado, devem-se considerar, ademais, as condições de produção: o contexto imediato de produção da enunciação e o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2009). Para Orlandi (2009), a memória, relacionada ao interdiscurso, também é parte da produção do discurso. Além disso, integram igualmente as condições de produção e devem ser tomadas em consideração, as *imagens-ethos* do locutor e do interlocutor. Por *condições de produção* entendemos aquilo que no “contexto [...] condiciona o discurso” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2016, p. 114). Pêcheux (1969 *apud* MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2016, p. 114) sustenta “que a um estado determinado das condições de produção (discursivas) correspondem invariantes semanticorretóricas, estáveis’, no conjunto de discursos suscetíveis de serem produzidos”. Nesse sentido, considerando o locutor e o interlocutor, desdobra suas situações objetivas “em representações

⁸ O comentário aqui analisado foi coletado em uma postagem do Bispo Edir Macedo cujo título é “Nem sempre filho de peixe peixinho é”, em que é dado como exemplo os filhos do profeta Samuel, que não seguiram a fé em Deus.

imaginárias dos lugares que um atribui ao outro [, as quais decorrem] da estrutura das formações sociais e [...] das relações de classes [...]" (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2016, p. 114).

Na perspectiva de Orlandi (2009), no caso em análise, tudo o que já foi dito, todo o contexto em que foi destacado o provérbio significa/está significando, pois todos os sentidos produzidos, já-ditos, em todos os lugares, por quem quer que seja, produzem um efeito sobre o particular. Orlandi (2009) sustenta o caráter plural do dizer; o dizer não é particular – “o que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2009, p. 32). Esse fato mesmo, o de que há um já-dito sustentando a possibilidade de todo dizer, revela-nos a relação existente entre o interdiscurso e o intradiscurso, “entre a constituição do sentido e sua formulação” (ORLANDI, 2009, p. 32). “Filho de peixe peixinho é” é composto por sua formulação e por sua historicidade, pelo saber que lhe foi associado ao longo da história, pela memória que garantiu esse mesmo dizer e o fez significativo. A contribuição primeira do enunciado proverbial para a materialidade das FDs prende-se, portanto, a aspectos semânticos, à constituição do sentido e efetivação ideológica do discurso. Os enunciados proverbiais permitem a descoberta das regularidades próprias das FDs; integram eles mesmos essas regularidades. No tocante à relação dos provérbios com a ideologia dominante, é notório que o provérbio aqui destacado (“filho de peixe peixinho é”), por exemplo, tem como matriz fundadora o discurso religioso cristão (o cristianismo é a religião preponderante no mundo), o qual advoga que fomos feitos à imagem e semelhança do Pai. Nesse sentido, os provérbios são, geralmente, enunciados que cristalizam conselhos, morais, admoestações, reverberados pela grande maioria do *corpus* social, aparelhando o sujeito ideologicamente.

1.4. OBJETIVOS

Nesta pesquisa, temos como objetivo geral: **analisar o papel discursivo dos enunciados proverbiais e desvios na materialidade das FDs que perpassam os interdiscursos nacionais políticos, mais especificamente, aqueles ideologicamente de esquerda e de direita, em dois ambientes virtuais distintos – as páginas do Facebook do “Brasil 247” e do “O Antagonista.**

Especificamente, procuramos:

1. Analisar a *imitação* dos enunciados proverbiais – *captação* e *subversão*.
2. Analisar a heterogeneidade e polifonia dos provérbios e desvios.
3. Distinguir as formações discursivas em que os enunciados proverbiais e desvios se inscrevem.

1.5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que concerne à fundamentação teórica, salientamos que esta pesquisa se circunscreve aos pressupostos da AD⁹, tomando como principal aporte, no que se refere ao estudo dos enunciados proverbiais, o pensamento de Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015). Retemos, sobretudo, dos seus pressupostos o caráter imemorial dos enunciados proverbiais; o valor de autoridade que se lhes é conferido; seu caráter polifônico; a *captação* e *subversão* a que são sujeitos (aos *slogans* acrescentam-se os desvios); seu valor pragmático; o apagamento do sujeito na transferência da responsabilidade enunciativa ao enunciar um provérbio; e a consciência do enunciador e do coenunciador de que o enunciado é um enunciado proverbial e de que esse mesmo enunciado é parte de um estoque enunciativo de uma dada comunidade, dentre outros.

Concomitantemente aos já mencionados pressupostos de Maingueneau, são considerados no empreendimento deste trabalho os postulados e asserções de Foucault (2008) e Pêcheux (1969; 1995; 1997), nomeadamente no que toca ao conceito de FD¹⁰; de Althusser (1985), no que se refere ao conceito de *ideologia* e de *aparelhos ideológicos de estado* (AIE); de Ducrot (1987), com seu conceito de polifonia (*Teoria Polifônica da Enunciação*); de Authier-Revuz (1990), com seu conceito de *heterogeneidade constitutiva* e de *heterogeneidade mostrada (marcada e não-marcada)*. Ademais, utilizamos também os trabalhos de Orlandi (2009), Brandão (2004), Mussalim (2006) e Koch (2016).

Cumpramos, já desde o início, a máxima importância das contribuições de Althusser (1985), de quem reteremos, sobretudo, as assertivas quanto aos *aparelhos*

⁹ Embora adotando os pressupostos teóricos da AD, optamos, nesta pesquisa, pelo hibridismo teórico, haja vista um aparato teórico de autores e de áreas distintos melhor servir aos nossos propósitos científicos.

¹⁰ Por FD entende-se o “caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

ideológicos de estado (AIE) – “um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). Dentre tais instituições, o autor destaca os AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural, que, privados ou públicos, “concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1985, p. 78). Tais aparelhos funcionam, como o próprio nome indica, através da ideologia, que encontra materialidade na linguagem e que interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Assim, os sujeitos “caminham por si mesmos”, são *assujeitados*, pois aceitam e reconhecem que as coisas são, com certeza, como são e não de modo distinto do que são. Conforme palavras de Chauí (2001, p. 7), “a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e [...] esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política”.

Igualmente relevante para a boa compreensão desta dissertação são os conceitos de *polifonia* e *heterogeneidade*. Por polifonia aqui entende-se a veiculação pelos textos de “muitos pontos de vista diferentes: o autor pode fazer falar várias vozes ao longo de seu texto” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2016, p. 384). Mais especificamente, adotamos a perspectiva de Ducrot (1987), para quem a polifonia é observável no nível do enunciado; ou seja, como Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 385) afirmam, “outros pontos de vista além dos do emissor e do receptor podem ser veiculados através do enunciado”. Ducrot (1987) postula que, no enunciado, em sua enunciação, ocorre a superposição de diversas vozes¹¹. É essencialmente esse conceito que nos interessa: a polifonia, como a heterogeneidade, encontra-se no nível dos enunciados, em unidades mínimas. As vozes do *outro* que perpassam o discurso são perceptíveis, e o sujeito da enunciação não é, pois, único – divide-se em locutores e enunciadores.

Julgamos ainda essencial colocarmos em relevo alguns dos postulados de Authier-Revuz (1990), em especial aqueles que se referem à heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso, uma vez que a autora define o sujeito do discurso como clivado, dividido, em relação de alteridade com o *outro*. Para Authier-Revuz (1990, p. 27), “somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do

¹¹ No nível do texto, “[...] diferentes vozes podem se expressar [...], podendo ser reagrupadas em três subconjuntos” (BRONCKART, 1999, p. 130). Integram esses subconjuntos a voz do autor empírico, as vozes sociais e as vozes de personagens.

já dito na fala do outro”. Isto é, o discurso é sempre constituído em função de falas anteriores, de sentidos precedentes, da voz do *outro*, do inconsciente. É clivado, na medida em que é atravessado/cortado por outras vozes; dividido, uma vez que é constituído nessa relação/oposição que mantém com os outros discursos. Authier-Revuz (1990, p. 27) sustenta que o “sujeito [...], na ilusão, se crê fonte [de] seu discurso, quando ele nada mais é do que o suporte e o efeito”. Este sujeito é vítima da “‘ilusão necessária constitutiva do sujeito’, contentando-se em reproduzir [...] esta ilusão do sujeito enunciador capaz de escolhas, intenções e decisões” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28). O sujeito não é centrado, como avançado por Freud. Segundo Freud (apud AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), “não há centro para o sujeito fora da fusão e do fantasmagórico [...]”, embora esta ideia de sujeito centrado seja uma ilusão necessária. É essa ilusão que viabiliza a construção da “imagem do sujeito autônomo, apagando a divisão [...] a que remete o ponto de vista segundo o qual ‘o centro é uma ilusão produzida para o sujeito [...]’ (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28-29). O sujeito é, então, “deslocado, desalojado, ‘em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito [...] [; ou seja] no sujeito e no seu discurso está o Outro [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

1.6. METODOLOGIA

De natureza teórico-descritiva, esta pesquisa circunscreve-se à AD, debruçando-se, sobretudo, sobre o caráter discursivo, social e ideológico da linguagem. Atentando à discursividade e à interdiscursividade dos enunciados proverbiais e desvios, visamos à aferição das FDs que perpassam um dado campo discursivo, enfocando conceitos como *ideologia*, *sujeito*, *discurso*, *heterogeneidade* e *polifonia*, e sustentando a possibilidade de distinção do lugar socioideológico e político do sujeito por meio da captação das diferentes vozes presentes nos enunciados proverbiais e desvios, cujo caráter polifônico é incontestável. Na enunciação de um provérbio, abrimos espaço a um sem-número de enunciações anteriores do mesmo enunciado, o que, entre outras coisas, confere determinado grau de autoridade à nossa fala.

Tomando como base os procedimentos da AD, levamos em consideração, com o intuito de se ir além das evidências, “a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente”

(ORLANDI, 2009, p. 59). Visando à construção de um dispositivo de interpretação, colocamos em relação o dito e o não dito, nomeadamente por meio dos pressupostos teóricos da enunciação de Ducrot (1987). Analisamos as distintas vozes presentes nos enunciados, de forma a distinguir e compreender a constituição e atribuição de sentidos. Procuramos, ademais, ouvir, como Orlandi (2009) destaca, no que o sujeito diz, o que não diz, mas que é igualmente participante na constituição de sentidos das suas palavras. Desse modo, nesta pesquisa, buscamos ir além da superfície discursiva, conferindo espaço e voz ao *outro*.

Quanto ao método de abordagem, esta pesquisa é de caráter dedutivo, tomando como premissas: a) todos os gêneros do discurso sofrem coerções e se inscrevem em dadas FDs, a estas se amoldando e contribuindo efetivamente para a sua materialidade; b) o gênero proverbial é um gênero do discurso. Logo, o gênero proverbial também está sujeito às coerções/oposições próprias do discurso e se inscreve em dadas FDs, amoldando-se a estas e contribuindo de forma efetiva para a sua materialidade. Por seu caráter polifônico, heterogêneo e ideológico, o provérbio permite vislumbrar os limites das FDs em que se insere e as relações interdiscursivas que permeiam o campo discursivo em análise. Sustentamos, neste trabalho, que, ao analisar os provérbios, é possível discernir seu viés ideológico e sua viabilidade neste ou naquele discurso. Ou seja, um provérbio é eminentemente ideológico e na sua polifonia e heterogeneidade são observáveis as forças que se antagonizam, as coerções discursivas do interdiscurso.

A forma de abordagem desta pesquisa é qualitativa, com quantitativo como suporte, buscando, sobretudo, apontar a relação entre o uso dos enunciados proverbiais e a FD em que o sujeito se insere. Nesse sentido, a fim de uma maior corroboração da hipótese de pesquisa, quantificamos os dados observáveis no *corpus*. Ou seja, embora esta pesquisa tenha principalmente cunho qualitativo, buscamos reunir quantidade significativa de enunciados proverbiais inseridos em seu contexto de uso, por forma a verificar/analisar/depreender seu papel e sua importância ou preponderância na delimitação/constituição das FDs.

Optamos por uma perspectiva de abordagem cronológica sincrônica, enfocando a análise em fatos linguístico-discursivos ocorridos no período compreendido entre o dia onze (11) e o dia vinte (20) de abril de 2019. A opção por esse recorte temporal deve-se ao fato de corresponder a um momento de forte agitação política, nacional e internacionalmente. No cenário brasileiro, corresponde ao conturbado período inicial do governo de Jair Bolsonaro, mais especificamente, ao momento em que se iniciavam as

discussões relativas à reforma da previdência; no âmbito internacional, debatia-se, entre outros assuntos, a extradição de Julian Assange, fundador do Wikileaks, para os Estados Unidos da América, bem como o Brexit – a saída do Reino Unido da União Europeia. A escolha por esse recorte temporal (o ano de 2019) assenta ainda na visível bipolarização de forças políticas e de discursos no cenário nacional, o que saiu reforçado das eleições presidenciais do ano antecedente. Tais fatos (comentários coletados) foram recolhidos nas páginas do Facebook do “Brasil 247” e do “O Antagonista”, duas mídias digitais de orientações políticas completamente opostas/divergentes. Essa divergência/oposição foi, aliás, fator determinante na seleção do *corpus*, pois visamos à distinção de discursos e ideologias ao mesmo tempo opostos e complementares. O “Brasil 247” é uma plataforma de esquerda, progressista, alinhada à defesa da democracia, abrindo espaço para partidos políticos, movimentos sociais, entre outros. O “O Antagonista”, por sua vez, é uma mídia digital de caráter investigativo e opinativo, ideologicamente de direita e de perfil conservador. Nessas plataformas, foram, diariamente, lidas dez (10) postagens (5 do “Brasil 247” e 5 do “O Antagonista”), de cariz político, com ao menos trinta (30) minutos de publicação, tendo sido coletados e *printados* os enunciados proverbiais, desvios e outras frases destacáveis observados na caixa de comentários. No “Brasil 247” foram lidos/analísados cinco mil novecentos e sessenta e dois (5962) comentários e no “O Antagonista”, cinco mil novecentos e setenta (5970), perfazendo um total de onze mil novecentos e trinta e dois comentários (11932). Nesse universo, foram destacados sessenta e três (63) enunciados proverbiais, desvios e outras frases destacáveis. Realçamos que nossa abordagem é eminentemente qualitativa, funcionando a quantificação de dados como elemento secundário.

Quanto às fontes, esta pesquisa é de cunho bibliográfico, na medida em que “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores” (SEVERINO, 2016, p. 131), apoiando-se em registros, teses, livros, artigos, dentre outros.

Para Manzo (1971 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183),

[...] a bibliografia pertinente ‘oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente’ e tem por objetivo permitir ao cientista ‘o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações’.

Esta pesquisa organiza-se em distintas etapas. Em um primeiro momento, procedemos a um estudo do aporte teórico e levantamento bibliográfico sobre o objeto de análise, passando, posteriormente, à coleta e tabulação dos dados. Por dados entendam-se os provérbios, desvios e outras frases destacáveis que formam o *corpus*, cuja fonte de coleta são os sítios virtuais anteriormente citados. Nessas plataformas são destacados os provérbios populares, desvios e outras frases destacáveis presentes no campo dos comentários, estabelecendo-se como único critério de seleção que o provérbio se enquadre nos denominados provérbios populares, ou seja, que integre o *thesaurus* de uma dada comunidade e seja facilmente recuperado mnemonicamente.

Em seguida, no processo de tabulação, destacamos os provérbios, desvios e outras frases destacáveis selecionados na fonte de coleta por sítio eletrônico e por ordem cronológica. Posteriormente, são relacionados os desvios, distinguindo-se os casos de *captação* e de *subversão*, seguidos da correspondente explicação e relação com os E0. Depois, é realizado um levantamento dos enunciados proverbiais e desvios aspeados, procedendo-se à análise desse aspeamento. A partir daí, é possível distinguir-se as FDs em que os provérbios e desvios se inscrevem. Por último, aplicamos a Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot (1987), com o intuito de verificamos as diferentes vozes e posicionamentos presentes nos enunciados proverbiais e desvios, de maneira a distinguirmos as FDs em que circulam e qual/quais os contributos para a materialidade dessas mesmas FDs.

Em resumo, no desenvolvimento desta pesquisa, são adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) estudo dos pressupostos teóricos da ADF;
- b) levantamento e tabulação de dados;
- c) análise dos enunciados proverbiais em seu contexto de uso, especialmente da sua polifonia e heterogeneidade.

1.7. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em cinco (5) capítulos. Estes “Apontamentos Introdutórios” constituem o primeiro deles e contêm uma breve descrição dos caminhos a serem seguidos nesta pesquisa. Iniciam com a *contextualização e delimitação do objeto de pesquisa* (tópico 1.1.), passando *a posteriori* a apresentar a *justificativa*

(tópico 1.2.) para este empreendimento investigativo, ao que se sucede a exposição da nossa *questão de pesquisa e hipótese* (tópico 1.3.), dos nossos *objetivos* (tópico 1.4.), da *fundamentação teórica* (tópico 1.5.) e da *metodologia* (tópico 1.6.). Por último, no tópico 1.7. (o presente tópico), procede-se a uma breve explanação da *organização da dissertação*.

No segundo capítulo, “Revisão bibliográfica”, procuramos destacar estudos científicos (dissertações/teses) nacionais (sobretudo) sobre o gênero proverbial, nomeadamente detendo-nos sobre seu caráter enunciativo, social e argumentativo. Nesse sentido, fazemos um levantamento de trabalhos que se debruçam sobre os enunciados proverbiais circunscritos aos campos da Linguística da Enunciação (tópico 2.1.), da AD (tópico 2.2.) e da Retórica/Argumentação (tópico 2.3.). No transcurso de nossa exposição, são elencados os aspectos próprios dos provérbios (historicidade, oralidade, impessoalidade, polifonia, heterogeneidade etc.) abordados em trabalhos como os de Rocha (1995), Santa Clara (2012), Figueiredo (2012), Oliveira (2011), Arruda (2012), dentre outros. A terminar o capítulo, procedemos a uma explanação e comparação da nossa pesquisa com as pesquisas citadas (tópico 2.4.).

No terceiro capítulo, “Fundamentação teórica”, procedemos a uma tentativa de definição/conceituação dos provérbios (tópico 3.1.), para isso nos amparando nos trabalhos de Vellasco (2000), Jolles (1930), Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015; 2016), dentre outros. Outrossim, discorremos sobre os fundamentos/conceitos de nossa área de atuação (ADF), tais como *discurso e interdiscurso* (tópico 3.2.1), *condições de produção* (tópico 3.2.2), *ideologia* (tópico 3.2.3), *sujeito* (tópico 3.2.4) e o *sentido* e as *formações discursivas e formações ideológicas* (tópico 3.2.5), que, juntamente com a *Heterogeneidade Constitutiva / Heterogeneidade Enunciativa* (tópico 3.3.), de Authier-Revuz (1990) e a *Teoria Polifônica da Enunciação* (tópico 3.4.1), de Ducrot (1987), constituem o aparato teórico desta pesquisa. A *Teoria Polifônica da Enunciação* e a *Heterogeneidade Enunciativa* (*heterogeneidade mostrada marcada e heterogeneidade mostrada não-marcada*) são, nesse capítulo, explanadas com maior detalhe, especificamente no que concerne às categorias de *locutor, enunciador, sujeito falante* e a conceitos como *polifonia por negação, polifonia por pressuposição, ironia, parafraseagem* etc. Empregamos especial atenção à polifonia, à assunção e à distinção de diferentes vozes na enunciação de um provérbio, as quais são concordantes ou dissonantes, fazendo entrever seus posicionamentos e seus enlaçamentos com dadas FDs.

No quarto capítulo, “Metodologia”, explanamos, inicialmente, os *procedimentos metodológicos* (tópico 4.1.), bem como os *procedimentos de análise do corpus* (tópico 4.2.) adotados. Em um segundo momento, procedemos a uma *relação da coleta de dados* (tópico 4.3.), por meio de tabelas.

Posteriormente, no quinto capítulo, “Análise”, procedemos à aplicação dos princípios teóricos, em que se discute a *imitação, heterogeneidade e polifonia* (tópico 5.1.) e as posições ideológicas de L e dos enunciadores (tópico 5.2.) dos enunciados proverbiais e desvios, aplicando-se os pressupostos de Maingueneau (1997; 2001; 2010), de Ducrot (1987), de Authier-Revuz (1990), dentre outros. Avalia-se, nesse momento, o caráter polifônico, heterogêneo e ideológico dos provérbios, seu viés argumentativo e seu contributo para a materialidade da FD. Ao final do capítulo, são apontados os resultados.

Posteriormente, tecemos nossas *considerações finais*, avançando-se, a título preliminar, que os enunciados proverbiais e desvios contribuem para a materialidade das FDs na medida em que são o que Réboul (1975, p. 123) chama de “*éclat de ideologia*”. Eminentemente ideológicos e argumentativos, transparecem nitidamente as fronteiras entre o interior e exterior próprio dos discursos, possibilitando o vislumbre das regularidades das formações discursivas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, procedemos a um levantamento bibliográfico de teses e dissertações¹² nacionais (treze no total) cujo tema de pesquisa são os enunciados proverbiais, tendo-se estabelecido como critérios de seleção a relevância do trabalho em termos acadêmicos e a pertinência para nossa investigação. Nas seções 2.1., 2.2. e 2.3., abordamos trabalhos/pesquisas circunscritos a três áreas dos estudos linguísticos (Linguística da Enunciação¹³, Análise do Discurso e Retórica/Argumentação, respectivamente) que versam sobre os provérbios, distinguindo seus objetos de pesquisa, seus objetivos, *corpus* de análise, metodologias, fundamentações teóricas etc. Para finalizar, na seção 2.4. (*nossa pesquisa x pesquisas citadas*), estabelecemos um diálogo entre as pesquisas exploradas nas seções anteriores e nossa pesquisa, verificando semelhanças ou afinidades, bem como diferenças teóricas e/ou metodológicas.

2.1. OS PROVÉRBIOS E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Circunscrito à Linguística da Enunciação, destacamos o texto de Rocha (1995)¹⁴, que, partindo das concepções teóricas de Benveniste (representação e descrição da subjetividade) e de Culioli, procede a uma descrição enunciativa dos provérbios em que: a) explora a presença ou não de marcas pessoais; b) analisa os dêiticos espaciais e temporais; c) analisa a determinação e referência, distinguindo enunciados genéricos e específicos, bem como as características do sujeito e do verbo na generalidade dos provérbios; e d) debruça-se sobre os aspectos argumentativos dos enunciados proverbiais.

Rocha (1995, p. 169) considera o

¹² Além destas dissertações e teses, incluímos na revisão bibliográfica a obra de Rocha (1995) por se tratar de uma referência na área.

¹³ Optamos por falar em linguística da enunciação (no singular), pois, embora se possa enumerar diferentes teorias da enunciação, cremos que “há traços comuns a todas as perspectivas [e] acreditamos na unicidade referencial da expressão linguística da enunciação” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 8).

¹⁴ Livro resultante do trabalho de pesquisa de Regina Rocha, professora da Universidade de São Paulo. À data da publicação, integrava um grupo de pesquisa de provérbios juntamente com Martha Steinberg (autora de “1001 provérbios em contraste: provérbios ingleses e brasileiros”), entre outros.

[...] provérbio como uma frase de conotação autonímica com elementos prosódicos, referindo-se a seres enquanto classe e não indivíduos, e caracteriza-se pela presença explícita ou implícita de um universal, assim como pela modalidade alética ou deôntica.

Ao tomar a teoria enunciativa de Benveniste como ponto de partida, Rocha (1995) acredita ver viabilizada uma interpretação do sujeito como responsável todo poderoso, dono e senhor do seu discurso¹⁵ o que é contrariado, no entanto, pelo uso de provérbios, que “é usar o discurso do Outro, é fazer-se falar pelo Outro” (ROCHA, 1995, p. 169). Desse modo, cabe o questionamento sobre a subjetividade, sobre a determinação do discurso; ou seja, cabe indagar até que ponto o discurso é determinado pelo sujeito e até que ponto é determinado pelo Outro.

Rocha (1995), ancorada em Bakhtin, atribui natureza social à enunciação. Para Bakhtin (1977 *apud* ROCHA, 1995, p. 170), “o centro nervoso de toda enunciação não é interior, mas exterior: ele se situa no meio social que rodeia o indivíduo”. O sujeito é, assim, quer “produto social”, quer interpelado ideologicamente, quer efeito da linguagem, sendo, muitas vezes, “falado pelo código” (KERBRAT-ORECCHIONI *apud* ROCHA, 1995, p. 170). Os provérbios situam-se exatamente nesse ponto, “entre as formas codificadas da linguagem, os lugares-comuns e automatismos que, provenientes do código ideológico-cultural, instalam-se na língua que aprendemos desde a infância” (ROCHA, 1995, p. 170).

Tal concepção remete Rocha (1995) aos estudos de Authier-Revuz, que, apoiada no dialogismo de Bakhtin, nas concepções de sujeito da psicanálise de Freud e de Lacan, avança os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, essenciais no estudo dos provérbios, pois estes “ora se mostram como discurso claramente heterogêneo, ora se fundem com o discurso citante que se apropria do discurso citado sem marcá-lo como sendo ‘do Outro’” (ROCHA, 1995, p. 171). Authier-Revuz (*apud* ROCHA, 1995, p. 171) defende que

geralmente as palavras que não são produzidas pelo locutor estão relacionadas à *conotação autonímica*, na qual empregamos um signo e o citamos ao mesmo tempo, o que é exatamente o caso dos provérbios, do discurso codificado¹⁶.

¹⁵ Para Benveniste (1966, p. 260, *apud* ROCHA, 1995, p. 169, grifo do autor), “é *ego* quem diz *ego*”; “a linguagem propõe formas *vazias* de que cada locutor em exercício de discurso se apropria e relaciona à sua *pessoa*, definindo ao mesmo tempo a si próprio como *eu* e a um parceiro como *tu*” (BENVENISTE, 1966, p. 262, *apud* ROCHA, 1995, p. 169, grifo do autor).

¹⁶ *Conotação autonímica* é o processo pelo qual “fala-se da ‘coisa’ e simultaneamente da palavra pela qual se fala da ‘coisa’, acumulando-se dois empregos: o uso e a menção” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p.

Rocha (1995) debruça-se sobre a descrição enunciativa dos enunciados proverbiais, sustentando, logo a princípio, que, embora os provérbios apresentem tendência ao modo impessoal, todos eles podem assumir formulação pessoal. Na sua perspectiva (1995, p. 172), a impessoalidade dos provérbios “corrobora a ideia de que visam de fato atingir o alocutário, mas indiretamente”. De fato, como bem lembra Rocha (1995, p. 172),

[...] tudo se passa de um modo muito indireto quando se trata do uso dos provérbios em discurso: o locutor não fala com suas próprias palavras, já que usa o discurso do Outro, em cuja autoridade se apóia, e dirige-se indiretamente ao alocutário, pois mesmo que o provérbio traga um nítido tu, trata-se sempre de um *tu de percurso*, que designa todo mundo em geral e ninguém em particular.

Outras observações de Rocha (1995) dizem respeito aos dêiticos espaciais e temporais e às expressões referenciais definidas. Na generalidade dos provérbios, não se verificam referências espaço-temporais específicas, tampouco se encontram referências definidas. Mesmo as referências indefinidas, “um”, por exemplo,

não designam um e apenas um objeto [pois] o que importa em um enunciado genérico [como o provérbio] não é tanto o tipo de determinante que precede o sintagma nominal sujeito, mas o fato de que a existência desse sujeito não se restringe a um instante ‘t’ em relação com uma enunciação específica (ROCHA, 1995, p. 172, grifo do autor).

Em relação aos verbos, o estudo de Rocha (1995) chega a uma conclusão semelhante. O relevante nos enunciados proverbiais não é o tempo verbal, presente, pretérito ou qualquer outro, mas seu caráter indefinido, por forma a não podermos limitar a ação ou o estado “a um instante ‘t’ preciso em relação ao momento da enunciação” (ROCHA, 1995, p. 173).

É elementar, na constituição dos provérbios, seu caráter indeterminado e sua ausência de especificidade. Os enunciados proverbiais não apresentam valores referenciais e sua *genericidade* direciona o alocutário no sentido de inferências que contenham universais do tipo *sempre, todo, jamais, ninguém*, entre outros. Para Rocha

79). Por exemplo, no enunciado “Não se pode dizer que isso é bem, bem uma ‘casa’”, fala-se de uma habitação e, secundariamente, da palavra “casa”. A palavra é objeto do dizer ao mesmo tempo em que é utilizada: fala-se da “coisa” (da “casa”) e simultaneamente da palavra pela qual se fala da coisa (“não se pode dizer que isso é bem, bem uma “casa””). Os provérbios podem ser vistos como exemplo de *conotação autônoma* porque o enunciador, ao proferi-los, acumula o uso (“água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, por exemplo) ao mesmo tempo em que os menciona.

(1995, p. 173), o provérbio tem caráter atributivo, nunca referencial¹⁷, o que favorece o “falar sem dizer”. Por isso e pela autoridade de que se reveste, é tão frequente na argumentação. Em um sentido pragmático, Rocha (1995, p. 174), tomando os valores ilocutórios da enunciação de Austin, situa os provérbios entre os *expositivos* e os *exercitivos*; *expositivos* porque são bastante empregados na argumentação, e *exercitivos* porque possibilitam ao enunciador despoletar uma atitude do alocutário.

Os provérbios têm, de fato, um importante papel argumentativo; visam à persuasão e à admissão de uma determinada conclusão e são irrefutáveis quando aplicados no contexto adequado (ROCHA, 1995). Conforme a autora,

o locutor que emprega um provérbio em seu discurso é invencível, porque não se apresenta como criador de tal enunciado. O que ele faz é apoiar-se sobre uma ideia estabelecida pelo senso comum, não-refutada pela coletividade, admitida de longa data como verdadeira, e preexistente assim à sua argumentação de locutor particular numa situação particular (ROCHA 1995, p. 175).

O provérbio, como recurso argumentativo, tem a particularidade de não abrir possibilidade de contra-argumentação. Coage de modo tal que não permite saída. O alocutário é intimado a aderir, mas sem que o argumentador o force diretamente, pois o seu discurso é polifônico.

Rocha finaliza seu estudo se colocando contra a passividade que o pré-construído parece supor. Para ela, “embora os provérbios constituam o discurso do Outro, não se pode afirmar a passividade do reenunciador¹⁸ face a esse pré-construído” (ROCHA, 1995, p. 176); ou seja, o sujeito não é um sujeito passivo, “falado pelo código”, tampouco a enunciação é completamente determinada pelo exterior. Fundamentando-se em Benveniste, para quem a enunciação é “atividade do sujeito falante” (BENVENISTE *apud* ROCHA, 1995, p. 176), a autora defende que, no provérbio, mesmo citando o discurso do Outro, há intenções e atividade da parte do *reenunciador*. Este não apenas cita: ele recria, inova, com vista à manipulação do alocutário, com vista a *fazê-lo fazer* ou pensar algo. Em última instância, para a autora, o provérbio é polifônico, mas essa polifonia não implica passividade da parte do locutor de um provérbio.

¹⁷ De acordo com Rocha (1995, p. 173), “embora o locutor [de um provérbio] sempre vise um alvo específico em sua alocação, a natureza genérica, atributiva, do provérbio impede que a referência seja bem sucedida [...]”.

¹⁸ Na medida em que o locutor de um provérbio ecoa um enunciado já-repetido, já-enunciado, Rocha (1995) apelida-o de *reenunciador*.

Um segundo trabalho aqui abordado, também Circunscrito à Linguística da Enunciação, é o texto de Santa Clara (2012), “Enunciação proverbial: a inscrição de subjetividade e suas relações na construção de sentidos”¹⁹, em que se advoga, sobretudo, a presença de marcas da subjetividade na articulação de enunciados proverbiais. Santa Clara (2012, p. 6) destaca “a enunciação proverbial como estratégia de produção de subjetividades”, o que pode verificar-se na linguagem cotidiana, na fala espontânea. Além disso, sustenta não caberem dúvidas quanto ao caráter de produção de interação dos provérbios, os quais, em seu emprego, têm como premissa a “compatibilidade e cumplicidade entre interlocutores” (SANTA CLARA, 2012, p. 6). A autora evidencia “a enunciação proverbial enquanto estratégia de produção de efeitos de sentido, pela mobilização do senso comum, tomando como referência o processo de interação e de interlocução entre os sujeitos” (SANTA CLARA, 2012, p. 25).

Apoiando-se na Teoria da Enunciação, nomeadamente na subjetividade enunciativa de Benveniste e no conceito de interação dialógica de Bakhtin, Santa Clara analisa o conto “A fama e a cama”, concluindo que o provérbio imprime ao texto caráter polifônico²⁰. Para ela, a polifonia proverbial funciona como um mecanismo de produção de sentido, encontrando nesse conto um ambiente natural de uso (SANTA CLARA, 2012). O provérbio mascara a intertextualidade surgida na ruptura do fio enunciativo e denota a presença de registros de fala distintos: “um mais culto, nas vozes proverbiais, e outro mais popular, representando a fala espontânea” (SANTA CLARA, 2012, p. 112). Justamente na fusão/encontro dessas vozes, o sujeito, que se assimila a uma voz genérica, corporifica sua própria voz, e, “ao constituir-se sujeito, ele impõe diante de si o seu interlocutor e estabelece os diálogos pelos quais os sentidos vão sendo tecidos” (SANTA CLARA, 2012, p. 112). Desse modo, o sujeito do enunciado proverbial, parecendo esconder-se por trás da alteridade/polifonia do provérbio, quer acentuar sua presença na enunciação (SANTA CLARA, 2012). O uso do provérbio visa a qualificar sua fala, visa ao destacamento em relação aos interlocutores. Conforme Santa Clara (2012, p. 113),

ao falar pelo provérbio, o sujeito se coloca em relação ao seu interlocutor. E é em relação a esse interlocutor que ele, o sujeito,

¹⁹ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2012.

²⁰ Santa Clara (2012, p. 50) afirma que a polifonia “traz implícita, em sua constituição, a noção de dialogia”. Para Bakhtin (*apud* SANTA CLARA, 2012, p. 50), “todo discurso é dialógico, isto é, não subsiste fora das relações entre locutor e interlocutor”.

seleciona os provérbios que melhor atendam ao seu projeto enunciativo, de forma a emitir seus valores e juízos sem se comprometer com a elaboração dessa fala e, acima de tudo, confiando nos efeitos que ela produzirá.

A enunciação proverbial é, pois, exemplo de falsa imparcialidade enunciativa. A participação em uma voz coletiva, genérica, a integração a uma coletividade, é, na verdade, uma forma de o enunciador colocar-se como “eu”. Para Santa Clara (2012, p. 114), o enunciador de um provérbio “fala por si mesmo e coloca seu discurso de tal forma que só possa ser compreendido a partir do olhar do outro, isto é, do seu próprio olhar apresentado na impessoalidade proverbial”. Quando o sujeito protege sua identidade ao assimilar-se ao senso comum, procura, na verdade, ser ele mesmo, “revelando-se, sem deixar dúvidas na sua fala, uma vez que o provérbio é de fácil assimilação e de consenso geral” (SANTA CLARA, 2012, p. 114).

Santa Clara (2012) observou, ademais, em sua pesquisa, que a cumplicidade que se estabelece entre os interlocutores depende do grau de compartilhamento do repertório proverbial. Quando esse grau de compartilhamento é elevado, a cumplicidade que se estabelece favorece a dispensa de “formas estereotipadas de informação da alteridade” (SANTA CLARA, 2012, p. 114). Por isso, o uso de provérbios é considerado estratégia de articulação/encadeamento de segmentos da enunciação, tendo como função a advertência, encorajamento, aconselhamento, ameaça, solidariedade, entre outras, “em que o sujeito se vale da voz e da autoridade do consenso popular, para autorizar a sua própria voz, deixando ao interlocutor a tarefa de identificar a exterioridade da fala” (SANTA CLARA, 2012, p. 114). O enunciador proverbial atribui ao outro o que diz em sua fala.

Santa Clara (2012, p. 114) sustenta que, na enunciação de um provérbio, o sujeito fala e se deixa falar, “como forma de intensificar os efeitos de sentido que quer produzir na enunciação. Esse sujeito se marca ao determinar a presença de seu interlocutor, nos diálogos que são estabelecidos na interação”.

Também em uma perspectiva enunciativa, destacamos um terceiro trabalho: a pesquisa de Alves (2013), “Marcas proverbiais em redações de vestibular”²¹, que adota como fundamentação teórica Bakhtin, Maingueneau (1997, 2008b, 2010) e Lysardo-Dias (2004), objetivando “investigar a realização do mecanismo das relações

²¹ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2013.

intergenéricas no emprego de marcas proverbiais – diferentes formas de apresentação do provérbio na qualidade de gênero do discurso” (ALVES, 2013, p. 8). Nesse intento, Alves (2013) distingue, então, no *corpus* analisado (120 redações dos vestibulares da FUVEST, 2006 e 2009), diferentes “tipos de registro do provérbio a título de gênero do discurso” (ALVES, 2013, p. 8) ou marcas proverbiais:

(a) construção em que o provérbio aparece de maneira integral com o uso de aspas e/ou glosa; (b) construção em que o provérbio aparece integralmente sem o uso de aspas nem de glosa; (c) enunciado em que o provérbio se encontra estruturalmente modificado; (d) enunciado que alude ao sentido de um provérbio; e (e) construção que se mostra semelhantes à de um provérbio (ALVES, 2013, p. 40).

Adotando como premissa maior que o provérbio é um “gênero do discurso que se caracteriza pela inserção obrigatória em outro gênero” (LYSARDO-DIAS, 2004 *apud* ALVES, 2013, p. 8) e que “a heterogeneidade dos gêneros do discurso [é] fruto do mecanismo de relações intergenéricas constitutivo dos gêneros” (ALVES, 2013, p. 119), Alves sustenta que a natureza heterogênea do provérbio é perceptível no seu funcionamento discursivo como comprovante das relações intergenéricas, o que é corroborado “ora por necessitar de um gênero receptáculo, o que lhe permite transitar por práticas sociais distintas [...]; ora por seu contato inerente com outros gêneros, ilustrando a dinamicidade de sua formulação” (ALVES, 2013, p. 119). Para Alves, o provérbio somente se concretiza enquanto gênero quando em relação com outros gêneros, porque “um gênero só nasce em função de relações com outros” (ALVES, 2013, p. 119). Ademais, o provérbio carrega consigo vestígios de outros gêneros: a) gêneros dos quais “participou como elemento das relações intergenéricas” (ALVES, 2013, p. 119); b) gêneros dos quais “o escrevente toma parte em virtude de seu envolvimento [...] com certas práticas sociais” (ALVES, 2013, p. 119). Assim, as diferentes marcas proverbiais utilizadas no *corpus* são resultado do contato do provérbio com outros gêneros discursivos²².

Na análise das marcas proverbiais, Alves (2013) verifica que: a) nas ocasiões em que o provérbio surge integralmente constituído, existe uma relação entre o seu conteúdo temático e o conteúdo temático de outros gêneros; b) essas marcas proverbiais “se vinculam a outros gêneros, por vezes, em função de aspectos que favorecem a

²² Alves (2013, p. 42) sustenta que a heterogeneidade do gênero proverbial se deve à “ausência de uniformidade em sua natureza, ocasionada pelo trânsito por outros gêneros e por diversas práticas sociais constituintes do convívio dos escreventes”.

memorização como o ritmo, a exemplo de gêneros organizados em verso, como o poema” (ALVES, 2013, p. 119); c) as marcas de captação proverbial também apresentam características de outros gêneros do discurso; d) predomina o “emprego de marcas proverbiais em que se amenizam os traços de referência direta a um provérbio” (ALVES, 2013, p. 120), por forma a manter o seu valor argumentativo ao mesmo tempo em que o escrevente se descola ligeiramente do emprego de expressões cristalizadas; e e) as marcas proverbiais são formas de argumentação nos textos.

Analisando mais detalhadamente as funções textuais de cada tipo de marca proverbial, Alves (2013) conclui que as construções com aspas e/ou glosa são mais frequentes na introdução, funcionando como “recurso argumentativo para a elaboração de uma tese” (ALVES, 2013, p. 120), ao passo que as construções sem aspas nem glosa se situam, na maioria dos casos, no desenvolvimento. Esta última construção também tem viés argumentativo, mas apresenta uma particularidade: o escrevente toma para si (toma como próprias) palavras que se atribuem a um enunciador genérico.

Além destas duas construções (com aspas e/ou glosa; sem aspas nem glosa), Alves (2013) analisa a *construção modificada*, a *construção semelhante* e a *alusão*. A primeira, a *construção modificada*, também muito recorrente no *corpus* analisado, é um meio de apropriação das palavras do outro; textualmente, uma adaptação de uma verdade universal, legítima ao tema da redação; a segunda, a *construção semelhante*, é mais frequente na conclusão, funcionando como uma espécie de síntese do conteúdo e da argumentação da redação; e a terceira, a *alusão*, “se apresenta como um registro difuso da memória do provérbio de modo que a sua rememoração por parte do leitor funcione como argumento para a tese defendida” (ALVES, 2013, p. 120).

Para Alves (2013), a utilização de provérbios nas redações de vestibular denota a reflexão do escrevente em relação às especificidades do gênero solicitado, o qual tem por base a argumentação. O escrevente, ao optar pelo uso de um provérbio, busca legitimar o seu dizer e melhor elaborar seu texto. Enfim, Alves (2013) defende que o emprego de marcas proverbiais em redações de vestibular não representa uma falta de repertório do escrevente, mas, pelo contrário, o resgate de um entre vários saberes que contribuem para a construção argumentativa do gênero redação.

Outra pesquisa relevante – a quarta por nós destacada no âmbito da enunciação – que toma como foco de análise os enunciados proverbiais é a de Santos (2004),

intitulada “‘O provérbio é um comprimido que anda de boca em boca’: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial”²³.

Adotando como aparato teórico a Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot, a Semântica Enunciativa e “alguns conceitos filosóficos foucaultianos sobre a verdade e seus efeitos” (SANTOS, 2004, p. 13), Santos (2004) desenvolve reflexões da seguinte ordem: 1. “sobre a possibilidade de se observar o funcionamento enunciativo proverbial dentro de sua materialidade linguística e discursiva” (SANTOS, 2004, p. 13); 2. sobre o papel da polifonia no funcionamento enunciativo proverbial, o qual mistura instâncias de “verdade” como o religioso, o político e o jurídico; 3. sobre a relação do discurso político com a *verdade*, com as formas quer institucionais, quer populares da *verdade*.

Para Santos (2004, p. 13), “a enunciação proverbial [é] um lugar em que determinados valores são reproduzidos por uma voz coletiva, autorizada e reconhecida, em que o Locutor está dividido entre um dizer (e um fazer sentido) individual e coletivo”.

Ademais, a “voz do povo” é materializada na verdade popular, ou seja, nos provérbios, os quais, no discurso político, se entremeiam com as verdades institucionais. Por isso, porque “a produção de efeitos de verdade não se verifica em relação ao estado de coisas, mas se realiza a partir da memória, (das enunciações anteriores) e no seu ambiente enunciativo e discursivo” (SANTOS, 2004, p. 13), seu *corpus* de análise é constituído pelas enunciações proverbiais distinguidas nas proferições parlamentares das sessões do Senado.

Santos (2004) apresenta uma atitude crítica às semânticas referencialistas e argumentativas pela forma como tratam o provérbio (não demonstram interesse específico em investigar a enunciação proverbial), e, outrossim, a algumas teorias enunciativas (para Benveniste, o provérbio não é visto como enunciação; para Ducrot, é um enunciado sem locutor). Advoga que “a forma proverbial não se limita à sua estrutura física, mas, essencialmente, às possibilidades de paráfrase, alteração, subversão, proverbialização, marginalização... de seu acontecimento enunciativo” (SANTOS, 2004, p. 168), pois o gênero proverbial é vivo e produtivo, não se devendo julgar estático e/ou cristalizado.

Na análise do *corpus*, Santos (2004) nota a presença de vozes das instâncias jurídicas, religiosas, científicas e populares nos enunciados proverbiais que integram a

²³ Tese de doutorado apresentada ao curso de Linguística do instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, em 2004.

polifonia enunciativa presente no discurso político-parlamentar. Efetivamente, para a autora, a enunciação proverbial é essencialmente coletiva, o que é reforçado pela sua opacidade:

[Na] constituição dos sentidos (re)produzidos [no] funcionamento enunciativo [proverbial], [verifica-se um] movimento duplo de aproximação/distanciamento do Locutor [que] se caracteriza por uma tensão / confusão entre o individual e o coletivo, sem que se firme um limite entre um e outro²⁴ (SANTOS, 2004, p. 168).

Ao refletir sobre a relação entre o discurso político-parlamentar e a enunciação proverbial, Santos (2004) depara-se com a produção de efeitos de verdade (formas institucionais e formas populares), notando que o provérbio está com ela (verdade) relacionado. De viés discursivo autoritário, o provérbio é visto como uma verdade universal, aceita por todos; uma verdade comum, o que se configura justamente como a pretensão do discurso político-parlamentar, ou seja,

produzir o simulacro de unidade do povo e construir a imagem de um representante popular que está comprometido com a ‘Verdade’: ética, moral, religiosa, científica, jurídica e principalmente a popular que é a voz do povo (portanto, a de Deus) (SANTOS, 2004, p. 169).

O provérbio é a materialização da verdade do povo; verdade que deve ser adotada/veiculada pelos seus representantes; “impregnado da exterioridade, histórica, social, cultural, política e ideológica [...] [o provérbio produz] efeitos de verdade” (SANTOS, 2004, p. 169). Para Santos (2004), o provérbio é a representação material da voz popular, estando seu reconhecimento dependente ou ligado à sua repetibilidade histórica, à sua forma e às condições de produção da sua enunciação.

Por último, destacamos a oposição de Santos (2004) à marginalidade dos enunciados proverbiais, cujos empregos são diversos e cujas riquezas de expressão e de produção de sentidos são constantemente diminuídas.

²⁴ Santos (2004, p. 18) considera “que a enunciação proverbial seja um lugar em que os valores sociais são reproduzidos por uma voz coletiva, autorizada e reconhecida, estando o sujeito da enunciação dividido entre um dizer (e um fazer sentido) individual e coletivo”.

2.2. OS PROVÉRBIOS NA ANÁLISE DO DISCURSO

No âmbito da Análise do Discurso, distinguimos o trabalho de Figueiredo (2012)²⁵, que se debruça sobre a participação do gênero proverbial na imprensa, mais especificamente sobre seus usos e funções retóricas. Além de filiar-se à AD de linha francesa, essa pesquisa inscreve-se na Sociorretórica e na História Social da Linguagem, denotando, logo de início, uma preocupação com o caráter sócio-histórico dos provérbios. Nesse sentido, dando ênfase à vontade de relacionar os provérbios a suas fontes, Figueiredo (2012) tece um breve histórico da origem dos provérbios populares, desde a Antiguidade aos tempos atuais, concluindo que a Bíblia é/foi “a grande fonte disseminadora de provérbios nas diversas nações” (FIGUEIREDO, 2012, p. 24), a par do folclore e da literatura. O mais relevante em seu trabalho, todavia, não é a gênese ou a definição proverbial tão pertinentemente exploradas, mas, entre outros aspectos, a consideração de que os sujeitos escritores (os jornalistas) selecionam os provérbios usados no texto jornalístico em consonância com suas posturas ideológicas, políticas e sociais (FIGUEIREDO, 2012, p. 149). De igual importância é a sustentação de que os provérbios são empregados em diferentes contextos de uso, “situando-os em relação à época em que foram usados e ao sujeito social que fazia uso deles e sua finalidade” (FIGUEIREDO, 2012, p. 149).

Para Figueiredo (2012), o uso de provérbios nos jornais do período de nascimento da imprensa (século XIX) está relacionado à carência de regras do fazer jornalístico, o que deixava mais espaço para a espontaneidade e para as expressões populares. A notícia, nessa época, ocupava um papel secundário face aos comentários dos jornalistas. Para estes, a preocupação primeira não era a erudição, mas o efeito que suas palavras iriam ou poderiam produzir. Por isso, era normal recorrer-se a máximas, provérbios populares, palavras de efeito moral etc. Figueiredo (2012, p. 150) sustenta que

a relação do jornalista com o seu público [permitia] um grau de liberdade de expressão inimaginável para nossa época atual [criando] as condições sociais e históricas do contexto de circulação desses periódicos o ambiente favorável para o surgimento do provérbio como ornamento de estilo nos textos de nossa embrionária imprensa paraense.

²⁵ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2012.

A escrita jornalística caracterizava-se, então, pelo gosto popular, a retórica proverbial servindo, por conseguinte, a diversas finalidades, como “ridicularizar, criticar, e também moldar os costumes da sociedade” (FIGUEIREDO, 2012, p. 150).

De fato, o provérbio atingia tamanha relevância nas produções da imprensa da época que aparecia destacado em negrito ou itálico, isto se devendo ao compartilhamento entre escritor e leitor do saber coletivo proverbial. A intenção do uso dos provérbios era “colocar o leitor em situação de concordância com o que [estava] sendo dito” (FIGUEIREDO, 2012, p. 150); ou seja, os provérbios tinham caráter argumentativo, eram uma espécie de ponto alto do texto. Essa relação dos provérbios com a argumentação é, aliás, corroborada pela maior incidência de enunciados proverbiais nas colunas de opinião e nas cartas, gêneros de natureza argumentativa²⁶.

Figueiredo (2012) distingue, no entanto, uma tendência contemporânea de *desproverbialização* ou *cultura antiproverbial*. Na atualidade, constata que “a moda é dizer o contrário do que manda a tradição proverbial antiga” (FIGUEIREDO, 2012, p. 151). Nesse sentido, Fiorio (*apud* FIGUEIREDO, p. 151-152) sustenta que os escritores modernos brincam com os provérbios, desconstroem-nos com vista a provocar o riso, satirizar os hábitos e costumes e questionar sua infalibilidade. Os jornais do *corpus* de pesquisa entre 2008 e 2011 deram precisamente conta dessa tendência de desenquadrar dos provérbios de seu sentido original. Todavia, como Figueiredo (2012, p. 152) destaca, isso não impede que “o discurso da imprensa atual ainda se [revista] da tradição proverbial”.

Em resumo, Figueiredo (2012) confirma: a) que o provérbio é um elemento da identidade cultural não exclusivo das classes populares; b) que a escolha do provérbio está relacionada à sua situação retórica e ao contexto social, sendo que isso é que lhe dará significado; c) que o uso do provérbio está relacionado a diversas funções como: criticar; ridicularizar, denunciar, advertir etc.; d) que o provérbio pode funcionar como arma retórica, como argumento, possibilitando a aproximação ou distanciamento do interlocutor; e e) que, apesar das correções, dos desvios, modificações e paródias, o provérbio ainda vive “na fala e na escrita contemporânea como se ‘a voz do povo fosse a voz imortal de Deus’” (FIGUEIREDO, 2012, p. 153).

²⁶ As cartas do leitor permitem, aliás, a reconstituição das crenças e dos padrões de representação social, uma vez que “a ‘individualidade’ do leitor/escritor reflete de alguma forma o meio em que ele vive e os padrões ideológicos encontrados naquele contexto social (FONTANINI, 2002, p. 229-230 *apud* FIGUEIREDO, 2012, p. 60).

Circunscrito à Análise do Discurso de linha francesa está, de igual modo, o trabalho de Oliveira (2014), “Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos”²⁷. Buscando “descrever e interpretar o funcionamento linguístico e discursivo de um conjunto de aforizações proverbiais relacionadas ao negro” (OLIVEIRA, 2014, p. 7), Oliveira fundamenta-se teoricamente em Péres (1992) e Maingueneau (2010; 2011), trabalhando, especificamente, com os conceitos de *sobrasseveração*, *aforização*, *destacabilidade*, *hiperenunicação* e *participação*²⁸, e selecionando como *corpus* de pesquisa *aforizações*²⁹, ou seja, as denominadas “frases sem texto”, que “se materializam em diferentes gêneros discursivos” (OLIVEIRA, 2014, p. 7). As “frases sem texto” que constituem seu *corpus* de análise são enunciações aforizantes (provérbios) que discursivizam o negro “como não humano/ não gente/animal; [...] como ladrão/indigno; [...] como sujo/ignomioso” (OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Na análise dos dados, Oliveira (2014) nota que os provérbios analisados são constituídos a partir de um *Thesaurus*³⁰, assumindo-se como “fala legitimada socialmente numa dada cultura”, que, ao mesmo tempo, promove uma espécie de “não responsabilidade” pelo que é enunciado, uma vez que o enunciador de um enunciado proverbial se dilui na multiplicidade e amplitude da *voz* proverbial. O sujeito que cita um provérbio apoia-se em uma fala coletiva tecida socialmente. “Todos dizem” é uma espécie de amparo para sua fala. Além disso, Oliveira (2014) nota, em sua análise, que,

²⁷ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2014.

²⁸ *Sobrasseveração*, *aforização*, *destacabilidade*, *hiperenunicação* e *participação* são termos cunhados por Maingueneau (2014). *Sobrasseveração* é o nome dado pelo autor a ‘uma ênfase em relação ao entorno textual’ (MAINGUENEAU, 2014, p. 15); *aforização* trata-se de “um regime de enunciação específico” em que “o enunciado destacado não é mais um fragmento do texto” (MAINGUENEAU, 2014, p. 27); *destacabilidade* é a qualidade de determinados enunciados: os enunciados que gozam de autonomia textual e que, do ponto de vista enunciativo, são generalizações (MAINGUENEAU, 2014, p. 14); *hiperenunicação* refere-se à enunciação em que se recorre a um *hiperenunciador*, que valida nossa fala, como acontece na enunciação de um provérbio; *participação* (participação + citação) é, segundo Maingueneau (2008, p. 95), retomando as categorias de A. Rabatel (2003), “uma forma particular de co-enunciação, pois existe acordo em torno do Ponto de Vista – PDV”. Os provérbios são exemplo de *participação*: “aquele que cita um provérbio participa da comunidade que lhe dá sustentação” (GRÉSSILON & MAINGUENEAU, 1984 *apud* MAINGUENEAU, 2008, p. 96).

²⁹ *Aforizações* são “frases sem texto” (MAINGUENEAU, 2014); ou seja, enunciados autônomos, passíveis de serem destacados dos textos, sem que seu sentido/compreensão seja comprometido. Dividem-se em *aforizações primárias* e *aforizações secundárias*. Nas *primárias*, inscrevem-se os provérbios, adágios, slogans etc., dos quais é impossível, muitas vezes, saber a origem ou texto-fonte; nas *secundárias*, situam-se os enunciados destacados cujo texto-fonte é identificável/(re)conhecido.

³⁰ No caso da enunciação de um provérbio, Maingueneau (2014, p. 71) afirma o seguinte: “é ao leitor que cabe perceber a aforização proverbial. Enunciando-a sem qualquer marca que a identifique como tal, o locutor coloca o leitor na posição de membro da comunidade que partilha o mesmo *thesaurus*”.

embora a aforização proverbial (sobre o negro), se constitua a partir de um discurso histórico oral multissecular, tais enunciados ainda recuperam sentidos pré-estabelecidos nos vários gêneros discursivos em que se materializam. Ou seja, os provérbios, em análise, disseminam visões bastante disfóricas sobre o negro, mesmo em tempos do chamado politicamente correto (OLIVEIRA, 2014, p. 7).

Ao trabalhar com esse *corpus* de análise (provérbios sobre o negro), Oliveira (2014) objetiva trazer para o debate o preconceito racial enraizado em uma ampla gama de discursos³¹, por forma a suscitar novos questionamentos e possíveis mudanças na visão que a sociedade brasileira, “cinicamente [...] multiculturalista e multiétnica” (OLIVEIRA, 2014, p. 7), apresenta sobre o negro. Para Oliveira (2014, p. 132), ideias como a *democracia racial* são “estratégias de políticas públicas ‘travestidas’ de verdades ‘culturalmente sensíveis’ [que visam tão-somente a] silenciar, apagar, naturalizar, amenizar o preconceito de cor”. Aqui cabe notar que as frases destacadas (os provérbios), além de não serem restritas a pessoas de pouca instrução, circulam nos mais diversos suportes textuais e nas mais diversas camadas sociais, alicerçando, desse modo, visões de mundo, estereótipos, preconceitos, depreciações etc. Mais do que isso, as aforizações proverbiais de teor racista, enunciadas pelos mais diversos sujeitos, são, a cada enunciação, reatualizadas, reatualizando-se simultaneamente a “memória discursiva que ‘deixa claro’ [...] como que o negro deve ser visto em nossa sociedade” (OLIVEIRA, 2014, p. 133). Essas aforizações proverbiais têm, ademais, outra particularidade: sua direção argumentativa é sempre a mesma (o negro é inferior); elas viabilizam “um efeito de despersonalização e descaracterização do negro” (OLIVEIRA, 2014, p. 108).

Em sua pesquisa, Oliveira (2014, p. 133) destaca, ainda, uma preferência pela captação das aforizações proverbiais, a qual visa “provocar um efeito de proverbialidade tal qual o provérbio original e, conseqüentemente, provocar um efeito de fala alheia, fala do outro”. Nesse sentido, os enunciadores proverbiais lançam mão de diversas estratégias, como substituição, acréscimo ou supressão de vocábulos ou fonemas no enunciado.

Atentando mais precisamente na fala do outro, na voz do outro presente nos enunciados proverbiais, Oliveira (2014, p. 133, grifo do autor) afirma que essa voz é

³¹ Para Oliveira (2014, p. 11), “o preconceito ao negro se veicula [além de pela mídia televisiva] também através de outras mídias e outros gêneros discursivos e suportes textuais, tais como: livros didáticos e não didáticos, outdoors, mídia *on line*, revistas, jornais escritos, rádios, teatros, piadas, charges, contos de fadas, adivinhas, etc.”.

representada “por um *hiperenunciador* que legitima a veracidade dos argumentos embutidos nessas lexias cristalizadas e as autoriza a circular com permissão”, facultando ao *aforizador* uma espécie de cobertura e/ou esconderijo na sua fala. Todavia, a *participação* do provérbio sugere/implica a concordância do locutor com seus argumentos, ao mesmo tempo em que dá “a impressão de que se refere a uma terceira pessoa, a um auditório universal, deixando o sujeito localmente situado no momento da enunciação, sem direito a réplica, pois o mesmo se vê e se identifica com tal argumento” (OLIVEIRA, 2014, p. 133).

Em resumo, Oliveira (2014) observa a participação dos enunciados proverbiais na disseminação de preconceitos, estereótipos, juízos de valor sobre o negro; enunciados proverbiais esses que circulam nos mais diversos meios e são ventilados pelos mais diversos sujeitos, na maioria das vezes *captados* e/ou *alterados*. Em uma sociedade cujos valores são superficiais, em que se oculta a verdadeira face racista e discriminatória, a enunciação de um provérbio não é inocente. O provérbio permite ao enunciador falar sem dizer, pois, em última instância, a responsabilidade pode ser/é transferida ao *hiperenunciador*.

Por fim, dentro dos limites da Análise do Discurso, destacamos a pesquisa de Nóbrega (2008)³², em que se buscam analisar os aspectos da oralidade presentes no texto jornalístico, nomeadamente o uso de frases proverbiais nas manchetes e títulos de notícias, as quais sofrem adaptações, são reenunciadas e retextualizadas, dando lugar a desvios. Tais processos provocam efeitos como o humor, a crítica ou a ironia ao enveredarem pela paródia do provérbio original, com vistas a chamar a atenção dos interlocutores.

Tomando como objeto de trabalho o *Jornal da Tarde*, Nóbrega (2008) procede a “uma análise descritiva e interpretativa de marcas da oralidade existentes nas manchetes e títulos de notícias” (NÓBREGA, 2008, p. 1), em que se destacam fenômenos como as gírias, os clichês e os provérbios, incidindo sua análise sobre estes últimos.

Os provérbios, nota a autora, afiguram-se, por seu caráter popular e oral, como um meio de o *Jornal da Tarde* se aproximar e melhor interagir com seus leitores. Enunciados com determinada leveza e amenidade linguística são precisos na crítica e no humor, além de se enquadrarem e serem compreendidos por vastos domínios sociais, o

³² Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2008.

que é condizente com as pretensões dos jornais de grande circulação. Para Nóbrega (2008, p. 236), “quando o *Jornal da Tarde* optou pelo emprego de expressões em que há a interinfluência entre a língua falada e a língua escrita, pôs em evidência [...] um uso menos rígido da linguagem”, promovendo, desse modo, uma divisão tênue entre o oral e o escrito e, conseqüentemente, uma maior facilidade na comunicação.

Nóbrega (2008, p. 236) afirma que os jornais “apresentam marcas da oralidade que emprestam expressividade e naturalidade ao texto escrito”, pois é necessário, para que logre a adesão dos leitores, que se aproxime de uma linguagem cotidiana entre o formal e o informal. No que concerne à informalidade, verificou a ocorrência de muitas expressões populares (provérbios) que atravessam vários segmentos sociais e culturais e estão presentes nos mais diversos contextos. Essas expressões dão, segundo Nóbrega (2008, p. 237), “dinamismo e espontaneidade à linguagem do jornal”, mais ainda quando retextualizadas ou alteradas, funcionando como uma espécie de surpresa e de atrativo para a leitura. Nesse sentido, veículos como o *Jornal da Tarde*, tendo consciência da necessidade de serem inventivos, recorrem às variações dos enunciados proverbiais (desvios). Atentando à universalidade ou reconhecimento da fórmula proverbial (os provérbios são facilmente reconhecidos), seus redatores parodiam, retextualizam, reenunciam, seguros de que sua locução atingirá as finalidades a que se propõem: crítica, riso, humor, ironia etc.

Nóbrega (2008) enfoca, também, o caráter inesperado, novo e pessoal resultante da recriação e do reaproveitamento proverbial. Há, desse modo, uma espécie de transgressão do tradicional e do uso comum, revestindo-se de imprevisto o que era anteriormente certo. Ademais, ao ser retextualizado (captado ou subvertido), o provérbio, que era de domínio geral, adquire caráter particular/individual, torna-se exclusivo. Para Nóbrega (2008, p. 238), a retextualização é, então, a prova de que é possível “se encontrar [sic] soluções novas e criativas mesmo em frases cristalizadas de uso corrente”.

Ao fazer a análise dos enunciados proverbiais retextualizados utilizados pelo *Jornal da Tarde*, Nóbrega (2008) nota duas direções: semântica e estrutural. Semântica, pois os provérbios perdem sua generalidade e universalidade, tomando um caráter particular e único nas manchetes e títulos; estrutural, porque algumas características formais dos provérbios são perdidas para se adequarem ao gênero notícia. O que Nóbrega (2008) termina enfatizando é que o fenômeno da retextualização pode aplicar-se a qualquer discurso, ajustando-se aos propósitos do redator do texto, e que “a língua

falada propicia amplamente esses recursos linguísticos do *détournement*” (NÓBREGA, 2008, p. 239).

2.3. OS PROVÉRBIOS E A RETÓRICA/ARGUMENTAÇÃO

Entre os trabalhos que se dedicam à enunciação proverbial, destacam-se, também, os mais especificamente associados à Retórica/Argumentação. Oliveira (2011)³³, cuja base teórica é Ducrot (1987), com sua *Semântica Argumentativa*, e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), com a *Nova Retórica*, é disso exemplo. Defendendo a hipótese de que “os enunciados proverbiais podem figurar como argumentos por autoridade” (OLIVEIRA, 2011, p. 6), analisa as cartas da seção dos leitores, no jornal *O Globo*, publicadas durante o ano de 2010. Da análise de 83 (oitenta e três) enunciados proverbiais que encontrou nesse *corpus*, concluiu que os provérbios “constituem um primoroso recurso argumentativo, sobretudo concernente à argumentação por autoridade [...], dado, entre outros fatores, o seu caráter mnemônico e seu status de verdade consensual” (OLIVEIRA, 2011, p. 6).

O valor argumentativo de um provérbio, segundo Oliveira (2011, p. 18), reside na sua universalidade, bem como no seu caráter impessoal. Citando Rocha (1995), Oliveira (2011, p. 19) destaca que o provérbio é resultado, em diversas ocasiões, de uma estratégia do locutor: “por sua natureza de verdade geral, não faz referência explícita a um indivíduo em especial”, o que lhe permite se eximir de dizer algo. O provérbio funciona, desse modo, como um “dizer sem dizer”; particularidade essa que, aliada à sua autoridade como fonte de sabedoria e às suas características mnemônicas, o faz um importante recurso argumentativo. No mesmo sentido, Cerquiglioni (1976 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 19) sustenta a importância da impessoalidade proverbial na possibilidade que abre ao locutor de diferenciar sua fala, de mascarar a afirmação de algo. Para esse autor, “o provérbio [...] em uma aparente digressão, libera uma voz até lá proibida. E essa tomada de fala é uma tomada de poder” (CERQUIGLINI, 1976, p. 370 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Em sua pesquisa, Oliveira (2011) observa também o caráter polifônico dos provérbios, concluindo que a polifonia proverbial apresenta substancial participação no

³³ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, em 2011.

valor argumentativo dos enunciados proverbiais, uma vez que o valor de autoridade que lhes é atribuído deriva das inúmeras locuções/enunciações anteriores, das inúmeras vozes que os proferiram, de tal forma que é impossível, na maioria dos casos, localizar o primeiro locutor. Para Oliveira (2011, p. 89),

essa indefinição referencial é também positiva porque ela mesma sustenta o caráter de verdade universal do provérbio pelo fator quantidade. Se um número indeterminado (milhares? milhões? bilhões?) de indivíduos o proferiram ao longo da história e continuarão proferindo, deve ser porque realmente há algo verdadeiro ou que faça um mínimo de sentido.

Em resumo, Oliveira (2011) credita o potencial argumentativo dos provérbios: 1) ao seu caráter de verdade geral; 2) à sua universalidade; 3) à sua polifonia; 4) à dubiedade que suscita pelo seu “dizer sem dizer”; e 5) ao seu caráter mnemônico. Não necessariamente por esta ordem.

Outro trabalho sobre os enunciados proverbiais no âmbito da Retórica/Argumentação é o de Arruda (2012), em que a pesquisadora se detém sobre os “provérbios e expressões idiomáticas como recursos de argumentação da língua na mídia brasileira” (título do trabalho)³⁴. Adotando como *corpus* de análise textos cuja temática é a política brasileira nas revistas *Veja* e *ISTO É*, Arruda (2012) procura discernir como os provérbios e as expressões idiomáticas “podem atuar na construção ou desconstrução da imagem dos referentes em foco: Fernando Henrique e Lula” (ARRUDA, 2012, p. 7). Em um sentido geral, a pretensão da pesquisadora é distinguir qual o papel que os provérbios e as expressões idiomáticas desempenham na argumentação em se tratando de assuntos políticos, concluindo pelo seu caráter construtor e desconstrutor, a depender da intenção e do veículo mediático.

Lançando mão da teoria da referenciação e do conceito de *ethos*, Arruda (2012) busca identificar pontos ideológicos (do enunciador em relação ao referente), hipoteticamente decorrentes dos provérbios e expressões idiomáticas, e a “construção da subjetividade que subjaz tais expressões [bem como] a possibilidade de [revelarem] estereótipos mobilizados pela mídia” (ARRUDA, 2012, p. 109). Outrossim, vale-se da Teoria da Argumentação na língua, objetivando a explicação do “funcionamento retórico-argumentativo e semântico-pragmático dos provérbios e expressões idiomáticas [...]” (ARRUDA, 2012, p. 109). Quanto à noção de gênero, Arruda (2012) opta por uma

³⁴ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE, em 2012.

perspectiva sociorretórica, que postula que o provérbio é um ato da dimensão da retórica, pois leva o leitor/interlocutor a agir.

Concluindo, Arruda (2012) dá conta do potencial argumentativo dos provérbios, os quais, juntamente com as expressões idiomáticas, funcionam como recursos argumentativos muito empregados pela mídia, visando ora favorecer, ora desfavorecer os personagens públicos. Dizeres sentenciosos, os provérbios e expressões idiomáticas denotam os posicionamentos ideológicos das revistas analisadas, participando, inclusive, da construção de uma *imagem-ethos* de sujeitos como Fernando Henrique Cardoso ou Luís Inácio Lula da Silva. É, precisamente, nas palavras do enunciador que emergem os posicionamentos discursivos específicos deste ou daquele periódico, que procura fazer-se valer da autoridade da “voz coletiva”, da “voz do povo”. Para Arruda (2012), a recorrência aos provérbios e expressões idiomáticas por parte da mídia é paradoxal, pois esta repele, em grande medida, a *clicherização*, em que os mesmos provérbios e expressões idiomáticas se enquadram. Nesse sentido, as revistas analisadas, no entender de Arruda (2012, p. 113), “romperam a estereotipia atribuída ao provérbio e ilustraram a riqueza expressiva destes dizeres”, os quais

são relegados à marginalidade da língua erudita, estão presentes nos mais diferentes lugares discursivos (inclusive lugares cuja discursividade obedece à padronização linguística, como foi o *corpus* [dessa] pesquisa) trazendo representação histórica, política, sócio-cultural e produzindo efeitos de verdade (ARRUDA, 2012, p. 113).

Lopes (2006)³⁵ apresenta, igualmente, uma perspectiva retórica/argumentativa³⁶ dos enunciados proverbiais, objetivando, a princípio, observá-los enquanto estratégia de persuasão e potencializadores de efeitos de sentido na argumentação. Para tal, serve-se de um amplo aparato teórico, examinando “as concepções enunciativas e discursivas pertinentes à enunciação proverbial” (LOPES, 2006, p. 7), o dialogismo bakhtiniano, o aparelho formal da enunciação de Benveniste, as contribuições da Análise do Discurso e os conceitos da nova retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Tendo como *corpus* letras de músicas, anúncios e outros materiais recolhidos na mídia, Lopes (2006, p. 7) objetiva mostrar “como e por que os provérbios são utilizados no discurso a fim de obter a adesão do outro, além de observar os efeitos de sentido

³⁵ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2006.

³⁶ Embora a perspectiva primeira seja argumentativa, Lopes (2006) não descarta, de igual modo, a dimensão enunciativa dos provérbios.

provocados e seu funcionamento”. Pelo meio, presta uma pertinente atenção à heterogeneidade enunciativa dos enunciados proverbiais, bem como explana/analisa a sua coesão, atentando à sua estrutura e aos seus elementos estruturais, o que lhes confere um “caráter mnemônico e expressivo, que os tornam tão práticos e sedutores” (LOPES, 2006, p. 7).

Para Lopes (2006), uma multiplicidade de fenômenos atua na enunciação proverbial, visando justamente a persuadir, a fazer o outro aderir aos argumentos do enunciador. Ao partir de fundamentação teórica atinente a concepções enunciativas e discursivas, identifica, ademais, “o enunciado dos provérbios como fruto de um processo histórico-social, ou seja, constituído por outros discursos” (LOPES, 2006, p. 194), desconstruindo, desse modo, o pressuposto de Benveniste de que o sujeito é o único responsável pelo seu discurso. No enunciado proverbial, evidencia-se a presença do outro, bem como a participação deste *outro* na constituição de seu sentido. Não obstante, não deve desconsiderar-se, sustenta o autor, o *Aparelho formal da enunciação*, pois, ao se pensar nas categorias de pessoa, de tempo e de espaço, “percebemos que [...] os provérbios só existem porque eles foram actorializados, temporalizados e espacializados” (LOPES, 2006, p. 194), não se ancorando, no entanto, em uma situação enunciativa específica. De igual modo, o enunciado proverbial não pode atribuir-se a um indivíduo ou a um evento único (MAINGUENEAU, 2001). Em casos como “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”,

o *eu* destacado não representa o *eu* enunciador, mas o sujeito histórico-social, representante da sabedoria popular e da voz do senso comum, uma instância invisível diluída em cada membro da comunidade (LOPES, 2006, p. 194-195).

Essa não coincidência entre o *eu* destacado e o *eu* enunciador é um importante recurso argumentativo, pois permite ao enunciador aproximar-se ou distanciar-se do seu enunciado, consoante seus objetivos ilocutórios. Neste ponto, Lopes (2006) chama a atenção para os efeitos produzidos pela *enunciatividade* e pela *enuncividade*: subjetividade e objetividade, respectivamente.

Pensando em termos de polifonia, o autor destaca que para o caráter/processo argumentativo dos provérbios contribuem várias vozes, a voz do senso comum funcionando como uma espécie de garantia/crédito e autoridade de que o enunciador se vale para estabelecer um “*ethos* de um ‘orador’ moralizante e conselheiro” (LOPES, 2006, p. 195).

Para Lopes (2006), ambos os interlocutores são responsáveis pela escolha e utilização dos provérbios, os quais funcionam como instrumento de polidez, pois atenuam “o caráter imperioso ou polêmico de um discurso que se apresenta como autoritário ou delicado, eufemizando ou escamoteando as suas reais intenções” (LOPES, 2006, p. 195). Instaura-se, então, por seu caráter popular, um enunciador genérico: o povo. A assunção de “o povo é quem diz...” possibilita ao enunciador o distanciamento da responsabilidade do discurso e, conseqüentemente, colocar-se a salvo “das possíveis críticas e reações do enunciatário [sendo] portanto, [...] o provérbio [...] um enunciado sob medida para o ‘falar sem dizer’” (LOPES, 2006, p. 195).

Passando ao exame das modalidades nos provérbios, Lopes (2006, p. 195) concluiu que “a instauração dos provérbios como argumentos de autoridade também se deve à presença delas [modalidades] em seus enunciados”. De natureza fundamentalmente deôntica, os provérbios apresentam, todavia, na maioria dos casos, a presença do modo verbal indicativo (em vez de imperativo), o que os suaviza e, por conseguinte, minimiza a possibilidade de embate direto com o receptor. Tratam-se, desse modo, de simples “asserções”. Para Lopes (2006, p. 196), existe “uma importante ambigüidade entre asserção e injunção nos provérbios”, tendo a ocultação modal nestes uma finalidade argumentativa: “dependendo do contexto discursivo e de seus objetivos, o enunciador pode aplicar uma ou outra modalidade” (LOPES, 2006, p. 196). Lopes (2006, p. 196) defende, então, que

a autoridade dos provérbios não está refletida apenas no fato de que eles são frases feitas que passam de boca em boca, a todo instante e através dos tempos, assumindo status de acervo cultural e patrimônio do povo. Mas também, como discursos que são, eles contêm características peculiares na sua estrutura enunciativa que lhes dão o suporte necessário para que possam assumir o caráter de verdade.

Em relação ao estudo da coesão nos enunciados proverbiais, Lopes (2006) afirma que a coesão recorrencial é a que se enquadra nos seus traços mais característicos, estabelecendo-o como um gênero específico e fazendo com que ele seja reconhecido como tal. Destaca, ainda, a coesão sequencial, nomeadamente as relações de causalidade, de “condicionalidade, a conclusão e os processos de correlação” (LOPES, 2006, p. 197). O que se observa nos provérbios, no mais das vezes, conclui Lopes (2006, p. 197), “são relações do tipo: ‘quem faz (ou não) aquilo, acontece isso. / Por causa daquilo, aconteceu isso. / Aconteceu aquilo, portanto acontecerá isso’”.

Lopes (2006) sustenta que, na enunciação dos provérbios, é possível vislumbrar-se estratégias e técnicas argumentativas da retórica moderna, sobretudo as teorizadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca. No que se refere ao auditório, por exemplo,

o discurso proverbial tem a vantagem de poder ser remetido a qualquer público, seja particular ou universal, por mais heterogêneo que o seja, visto que os seus conceitos e valores podem permear toda e qualquer camada da sociedade sem que venham denegrir alguma outra parte desta, uma vez que os provérbios são instituídos a partir do senso comum (LOPES, 2006, p. 197).

Três técnicas argumentativas são destacadas por Lopes (2006) como observáveis nos enunciados proverbiais: os argumentos quase lógicos (onde se enquadram as comparações e as definições expressivas); os argumentos fundados na estrutura do real (onde se destacaram os argumentos fundados por sucessão); e os argumentos que fundam a estrutura do real (onde se notou a relevância das ilustrações hipotéticas e dos modelos e antimodelos).

Quanto às figuras da retórica, Lopes (2006, p. 198) destaca “a decisiva presença das metáforas como recurso a serviço da persuasão”, constatando-se, nos enunciados proverbiais, a predominância das metáforas “naturais”, o que comprova a relação dos provérbios com a vida e a natureza humana e, por conseguinte, a “simpatia e identificação das pessoas com relação a eles” (LOPES, 2006, p. 198).

Ao analisar o *corpus* (letras de músicas e textos publicitários e jornalísticos), Lopes (2006) observou que o locutor, na enunciação de provérbios, dispõe de vários recursos para prender a atenção do alocutário e obter a adesão deste ao seu discurso, nomeadamente por meio de *captações* ou *subversões*. Precisamente por, de certa forma, “seduzir” o interlocutor, os provérbios são muito usados/aproveitados, principalmente, pelo discurso publicitário, “que a todo custo tenta atrair a atenção do receptor para as suas propostas” (LOPES, 2006, p. 199). Visto como estereótipo, o discurso proverbial não fica, no entanto, estagnado; é atualizado em cada enunciação, objetivando a satisfação dos objetivos do enunciador. Lopes (2006) realça que, embora materialmente sua estrutura seja reduzida, os provérbios não necessitam de mais espaço, uma vez que “tais enunciados falam o que precisam ‘não-dizendo’, em seu silêncio, em sua memória” (LOPES, 2006, p. 199).

Por último, Lopes (2006), apropriando-se das palavras de Obelkevich (1997), refere que os provérbios falam de si mesmos, revelam um pouco seus propósitos e seu funcionamento, o que reforça seu potencial argumentativo. Ademais,

estabelecem uma certa hierarquia quanto ao seu modo de funcionar: institui o coletivo acima do individual, o habitual acima do incomum, as normas externas acima da autodeterminação, o senso comum acima do ponto de vista pessoal (LOPES, 2006, p. 199).

Um pouco distantes das áreas acima destacadas (Linguística da Enunciação, Análise do Discurso ou Retórica/Argumentação), destacamos, sucintamente, as pesquisas de Cazelato (2011)³⁷, Succi (2006)³⁸ e Vellasco (2000)³⁹. Cazelato (2011), mais afeita aos estudos cognitivos, trabalha com enunciados proverbiais parodiados, seu *corpus* se constituindo “de dados linguísticos de sujeitos afásicos e não-afásicos” (CAZELATO, 2011, p. 981). Tendo como objetivo “analisar os processos de significação implicados no trabalho linguístico-cognitivo requerido na interpretação de provérbios parodiados” (CAZELATO, 2011, P. 981), sua pesquisa debruça-se sobre a reflexividade da língua, mais especificamente sobre os processos reflexivos suscitados por enunciados proverbiais parodiados em sujeitos afásicos e não-afásicos. Para Cazelato (2011, p. 982), “o enunciado proverbial tem traços de heterogeneidade enunciativa [constituindo] um interessante expediente para o estudo enunciativo da capacidade da linguagem de interpretar a si mesma [...]”. Nesse sentido, defende que o enunciado proverbial parodiado, que apresenta tanto as características do provérbio quanto da paródia, representa

um trabalho sobre a linguagem ainda mais sofisticado, pois a reflexividade enunciativa incide sobre o reconhecer o enunciado proverbial origem, ao mesmo tempo em que sobre o sentido parodístico. (CAZELATO, 2011, p. 982)

Succi (2006), por sua vez, em uma perspectiva fraseológica, desenvolve pesquisa para identificação dos enunciados proverbiais da língua portuguesa referentes aos sete pecados capitais, pois, “se o provérbio é uma unidade fraseológica que expressa uma sabedoria popular ao retratar as tradições de um povo, e o pecado, fruto de convenções sociais e religiosas” (SUCCI, 2006, p. 8), o (re)conhecimento dos enunciados

³⁷ Artigo publicado em: Estudos Linguísticos, São Paulo, 40 (2): p. 981-990, 2011.

³⁸ Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, em 2006.

³⁹ Artigo publicado em: Cadernos de Linguagem e Sociedade, 4, 2000.

proverbiais que remetem aos pecados capitais possibilita a avaliação/distinção dos valores que a sociedade brasileira confere aos desvios de conduta social.

Por fim, Vellasco (2000), circunscrita ao campo da sociolinguística interacional, desenvolve pesquisa etnográfica sincrônica cujo objetivo precípua é “verificar [...] padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira [...] por meio da análise das suas condições de produção e recepção” (VELLASCO, 2000, p. 123), concluindo que os brasileiros,

além de utilizar os provérbios com sentido didático-persuasivo e para o trabalho de preservação das faces, usam-nos: como estratégias interacionais, para: aconselhar [...]; consolar-se; avaliar uma situação; [...] endossar a opinião; [...] intimidar [...]; persuadir [...]; resolver conflitos e tranquilizar [...]. (VELLASCO, 2000, p. 153)

2.4. NOSSA PESQUISA X PESQUISAS CITADAS

Procedemos agora a uma breve explanação/comparação dos trabalhos anteriormente citados com a nossa pesquisa, a fim de distinguirmos possíveis semelhanças e diferenças, quer teóricas, quer metodológicas ou procedimentais.

Principiando pelos trabalhos que se inscrevem na área da Linguística da Enunciação, destacamos nossa afinidade com o trabalho de Rocha (1995) no que concerne à parte do referencial teórico utilizado, nomeadamente, Authier-Revuz e seus princípios de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*. Sustentamos, como Rocha (1995), que os provérbios ora se apresentam inequivocamente heterogêneos, revelando as marcas do Outro, ora se (con)fundem com o discurso citante que não marca, de modo nenhum, a presença de outras vozes. Em termos de polifonia, todavia, nosso enquadre teórico é distinto. Para Rocha (1995), a polifonia proverbial não é passiva, não é característica da passividade do locutor, que ao enunciar um provérbio transferiria/delegaria a responsabilidade sobre a sentença a um enunciador ON. De nossa parte, embora não refutemos de todo a perspectiva de Rocha (1995), sustentamos nossa pesquisa, entre outras particularidades, justamente nessa delegação de voz do enunciador/locutor de um provérbio, pois, ao menos parcialmente, essa ação é denotativa do seu pertencimento/encaixe ideológico e discursivo. Se não se pode afirmar, como Rocha (1995) sustenta, a passividade do *reenunciador* de um provérbio, a isso atalhamos que a enunciação de um dado provérbio, em um momento, circunstância

e contexto dados, permite a distinção das formações discursivas e relações interdiscursivas que perpassam o cotidiano e discurso desse sujeito.

Santa Clara (2012), outrossim, debruça-se sobre a polifonia proverbial, sustentando que ela funciona como um mecanismo de produção de sentido. À semelhança de Rocha (1995), Santa Clara não vislumbra, na associação a uma voz genérica, uma postura de passividade do locutor. Pelo contrário, para Santa Clara (2012), a assimilação a uma voz genérica é um meio de o enunciador proverbial corporificar sua própria voz, uma forma de se marcar e de se fazer presente na enunciação. Cabe aqui destacar que, embora nosso trabalho incida e se alicerce sobremaneira na polifonia proverbial, nosso enfoque/perspectiva dessa polifonia é de todo modo diferente. Não rebatemos, contudo, o posicionamento de Santa Clara (2012); antes, nos servimos dele: se o uso do provérbio é uma forma de o locutor se marcar na interlocução, esse mesmo uso é uma forma de o locutor se marcar no interior de uma dada FD. Ao enunciar um provérbio, o locutor se faz presente, se afirma enquanto voz individual, mas voz individual que, em última instância, se encaixa/enquadra em um determinado discurso, ou o locutor não proferiria/ecoaria tal enunciado proverbial. Em resumo, admitimos que, ao marcar-se enquanto locutor, esse locutor se marca enquanto integrante de um dado corpo social que partilha da asserção moral citada, o que, aliás, Santa Clara (2012) admite. Para ela, a participação em uma coletividade é um meio de o enunciador se afirmar como “eu”. Ou seja, a assunção do “eu” pressupõe a existência/participação em uma voz coletiva; voz coletiva essa que não é alheia à tradição, aos costumes etc.

Com Alves (2013) partilhamos a intergenericidade dos provérbios. Os enunciados proverbiais inserem-se obrigatoriamente em outros gêneros discursivos, embora gozem do que Maingueneau (2014, p. 14) apelida de *destacabilidade*:

enunciados que se dão como autônomos, de um ponto de vista textual (não há nenhuma necessidade de considerar o que precede e o que segue para compreendê-los) e de um ponto de vista enunciativo (são generalizações).

Particularmente, ainda que admitamos a *destacabilidade* dos enunciados proverbiais (*aforizações primárias*, segundo Maingueneau), aventamos a exigibilidade do (re)conhecimento contextual/cotextual da locução de um provérbio para a plena apreensão e constituição do seu sentido. Conforme Vellasco (2000, p. 144), “mesmo quando o(a) falante [...] emite um provérbio em nível literal intenta algo mais e o(a)

interlocutor(a) tem que alcançar a implicação pretendida [...], decifrar [...] a intenção comunicativa [...]”.

A enunciação de um provérbio gera uma implicatura conversacional, viola as máximas de Grice (*apud* MAINGUENEAU, 2001) e o princípio de cooperação; ou seja, o sentido do provérbio não é dado de antemão, mas antes inferido/constituído pelo interlocutor, isso dependendo da contextualização e das dicas que lhe são dadas. Desse modo, colocamos algumas reticências à destacabilidade dos provérbios. Se é certo que são (re)conhecidos amplamente, como parte da cultura e do folclore de uma comunidade/nação, e que exatamente por esse reconhecimento podem ser destacados de um texto, não é menos certo que seu sentido próprio é tecido nos instantes da locução/interlocução. Para Vellasco (2000, p. 139), “a ênfase do enunciado proverbial está no(a) interlocutor(a)”, pois a realização da parêmia está dependente da sua competência comunicativa, da sua compreensão do código linguístico, da distinção da implicatura conversacional, da captação do significado, da intenção do locutor. Não depende exclusivamente do significante.

Nos limites da Linguística da Enunciação, destacamos, ainda, a pesquisa de Santos (2004), que adota aparato teórico parcialmente semelhante ao que adotamos: a Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot. À semelhança de nossos pressupostos, Santos (2004) interpreta o provérbio como sendo a representação material da voz popular, distinguindo em seu *corpus* de análise (proferições parlamentares das sessões do senado) provérbios que sustentam vozes jurídicas, religiosas, científicas, populares etc., que, como propomos, podem enquadrar-se/encaixar-se em FDs correlatas. Santos (2004) aborda as questões da materialidade discursiva do provérbio, bem como o papel da polifonia no seu funcionamento, como esta pesquisa se propõe fazer, mas sua preocupação última é distinta da nossa: a relação do discurso político com as formas institucionais e populares da verdade. Embora se possa depreender de seu trabalho um possível encaixamento das enunciações proverbiais em dadas FDs, sua materialização em determinados discursos e, por conseguinte, a própria inserção dos sujeitos/locutores em determinados espaços sociais/discursivos, Santos (2004) antes se atém aos efeitos de verdade dos provérbios.

Circunscritos à Análise do Discurso, destacamos os trabalhos de Figueiredo (2012), Oliveira (2014) e Nóbrega (2008). Partilhando da mesma preocupação sócio-histórica que Figueiredo (2012) e colocando-nos a seu lado em asserções que dão conta da seleção dos provérbios consoante a ideologia e os posicionamentos políticos do

locutor, bem como no que se refere à importância do contexto nessa mesma seleção, não assumimos como verdade inquestionável o que denomina de *desproverbialização* ou *cultura antiproverbial*. À produção de enunciados com as mesmas marcas linguísticas que um provérbio denominamos *retomada* (Velasco, 2000, p. 149), a qual pode ser lúdica ou militante, consoante a apropriação que se faz do provérbio-origem. Ora, se há um gênero discursivo que se *retoma*, no todo ou em partes, esse gênero não estará desaparecendo das nossas práticas discursivas, mas, sim, mais se integrando ao nosso discurso, ao menos parcialmente.

Em Oliveira (2014), encontramos semelhanças com nosso trabalho em termos de polifonia. Para Oliveira (2014), o enunciador de um provérbio se dilui na voz coletiva do enunciado proverbial, voz essa que é tecida socialmente e na qual o *aforizador* se ampara. Mas se o *aforizador* se vale de um *hiperenunciador* que, de certo modo, esconde sua fala, a *participação*⁴⁰ do provérbio pressupõe sua concordância com os argumentos.

Oliveira (2014) e Nóbrega (2008) dedicam parte substancial dos seus trabalhos à *captação*⁴¹ e *subversão* dos enunciados proverbiais, notando que estes circulam, quer na forma de provérbio-origem, quer captados ou subvertidos, por diversos meios e domínios sociais. Essa amplitude de espaços/meios/camadas de circulação faz dos provérbios um dos melhores meios de a mídia se aproximar dos seus leitores/espectadores/ouvintes. A escolha da fonte de coleta, em nossa pesquisa, assenta exatamente nesse pressuposto – na abrangência do provérbio.

Mais especificamente circunscritos à Retórica/Argumentação estão os trabalhos/pesquisas de Oliveira (2011), Arruda (2012) e Lopes (2006). Oliveira (2011) defende que os enunciados proverbiais são argumentos por autoridade, a qual deriva do seu caráter mnemônico, de seu *status* de verdade universal, da sua impessoalidade e da sua polifonia. Nestes dois últimos pontos, em particular, nossos pressupostos se cruzam. Entendemos, como Oliveira (2011), que o provérbio permite ao locutor “dizer sem

⁴⁰ Maingueneau (2014, p. 69-70, grifo do autor) afirma que há *participação* quando: “o enunciado citado é memorizável e autônomo [...]; pretende ser reconhecido como citação pelos destinatários, sem que o locutor citante indique sua fonte, e mesmo sem que ele afirme estar efetuando uma citação com ajuda de um verbo *dicendi* introdutor [...]; pertence a um *thesaurus* verbal de contornos vagos, indissociável de uma comunidade que, precisamente, se define de forma privilegiada pela partilha de tal *thesaurus*; esse *thesaurus* e a comunidade correspondente implicam um *hiperenunciador*, que lhes dá sua unidade e cuja autoridade garante menos a verdade do enunciado [...] e mais sua validade, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade”.

⁴¹ Nóbrega (2008) prefere denominar de *retextualização*, tanto os casos de *captação* quanto os de *subversão*.

dizer”. Impessoal e polifônico, adquire valor de universalidade e de incontestabilidade. A não-referência explícita é uma forma de assunção do seu caráter universal. Não apresenta um referente particular, pois seu referente é o *todo*, e sua aplicabilidade é geral e consensual. Essa consensualidade é, por sua vez, corporificada/materializada nas inúmeras vozes e locuções/enunciações anteriores. Proferir um provérbio não se restringe, então, para o locutor, à mera locução do seu posicionamento próprio. Sua fala é autorizada e validada pelo *outro*, pela comunidade, o que consubstancia e reforça o grau de argumentatividade do enunciado proverbial.

Arruda (2012) e Lopes (2006) dedicam-se, do mesmo modo, à análise do potencial argumentativo dos provérbios, o que escapa às nossas pretensões. As similaridades entre nossos trabalhos/pesquisas resumem-se à discussão dos aspectos enunciativos, em específico, à discussão da polifonia e da heterogeneidade dos provérbios, o mesmo se aplicando ao trabalho de Cazelato (2011), que dedica sua análise à reflexividade da língua. Para Cazelato (2011), a heterogeneidade enunciativa presente em um enunciado proverbial exige/denota uma capacidade da linguagem de se pensar/interpretar a si própria.

Com Succi (2006), partilhamos o pressuposto precípua de que os enunciados proverbiais permitem a distinção dos valores da comunidade. Mais do que isso: eles materializam valores e dão forma à estrutura moral/ética e costumes do espaço social em que se inserem; materializam FDs; embasam discursos; e, como sustentado por Vellasco (2000), obedecem a determinados padrões de uso.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos que consubstanciam nossa pesquisa. Em primeiro lugar, procedemos a uma caracterização linguística/discursiva dos provérbios (seção 3.1.), distinguindo as conceituações/teorizações de Maingueneau (1997; 2001; 2014), Jolles (1930), Obelkevich (1997), Vellasco (2000), Rocha (1995), dentre outros. Em seguida, explanamos o construto teórico próprio da AD, à qual nossa pesquisa se subscreeve. Começamos, nesse sentido, por fazer um breve histórico da origem da disciplina (seção 3.2.), ao que se segue a exploração de conceitos como *discurso* e *interdiscurso* (seção 3.2.1), *condições de produção* (seção 3.2.2), *ideologia* (seção 3.2.3), *sujeito* (seção 3.2.4) e *sentido e formações discursivas e ideológicas* (seção 3.2.5). Posteriormente, distinguimos as conceituações de Authier-Revuz (*heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade enunciativa*) e de Ducrot (*polifonia; esboço de uma teoria polifônica da enunciação*), nas seções 3.3., 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3, 3.4. e 3.4.1, fundamentais na prossecução desta pesquisa.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PROVÉRBIOS

É unânime a dificuldade de caracterização/definição dos provérbios. Os diversos pesquisadores – linguistas, paremiologistas, lexicógrafos, antropólogos, dentre outros – não arriscam uma conceituação definitiva. Seiler (*apud* JOLLES, 1930, p. 129) define o provérbio primeiramente como “uma locução corrente na linguagem popular, dotado de características didáticas e de uma forma que reflete um tom mais elevado que o discurso comum”, passando depois, na publicação de *Deutschen Sprichworterkunde*, a defini-lo do seguinte modo: “uma locução corrente na linguagem popular, fechada sobre si mesma e com uma tendência para o didatismo e a forma elevada” (SEILER *apud* JOLLES, 1930, p. 128). Como observado por Jolles (1930), “características didáticas” foram substituídas por “tendência didática”, e a segunda versão acrescenta a ideia de “fechamento”, restando como elementos comuns às duas definições: “1. o provérbio ‘é corrente na linguagem popular’; 2. é ‘uma locução’; 3. tem uma forma ‘elevada’” (JOLLES, 1930, p. 129). O próprio Jolles (1930, p. 142), depois de analisar os provérbios, afirma

que a língua do provérbio é de natureza tal que todos os seus elementos possuem uma existência individualizada e opõem-se a toda generalização e a toda a abstração, tanto no que se refere ao sentido e às ligações sintáticas e estilísticas como no tocante à linha melódica.

Obelkevich (1997, p. 44), por sua vez, entre outras asserções, afirma que os provérbios, “embora sejam fáceis de ser reconhecidos⁴² [...], curiosamente, apresentam dificuldades para a sua própria definição”. Parece haver, no entanto, ressalva, consenso quanto ao seu caráter popular/tradicional e sábio/conselheiro. Santa Clara (2012, p. 30), no mesmo diapasão, sustenta que os provérbios “não se deixa[m] capturar por qualquer tentativa de atribuição de conceito genérico, que contemple todas as suas características”. Encontram-se sobre os mesmos diversas concepções e abordagens, entre as quais a lexicográfica (em que os provérbios são analisados enquanto unidades lexicais) e a enunciativa (em que a análise se sustenta em aspectos como a polifonia e heterogeneidade, nas estratégias a que o locutor de um enunciado proverbial recorre para se eximir da responsabilidade sobre o seu *dito*). Vellasco (2000, p. 128), por seu turno, afirma que “por mais que [...] tentasse definir o provérbio, por meio das suas características linguísticas formais, em um enunciado único, no sentido de ver viabilizada a sua identificação, foi-[l]he impossível”. Para Vellasco (2000, p. 126), os provérbios são “itens memoráveis, encontrados nas línguas naturais”. Partes ou “contextos de uma língua particular [...] são unidades de forma e significado que devem ser incluídas na descrição completa de uma língua” (VELLASCO, 2000, p. 126). Facilmente recuperáveis em termos mnemônicos, vinculam-se sobremaneira às nossas experiências. São parte de nós, pertencem-nos, e, ao mesmo tempo, “são-nos impostos e obrigam-nos a entrar em uma lógica, que vem da sociedade, ultrapassando as nossas opções pessoais” (VELLASCO, 2000, p. 126). Todavia, escapam a “uma definição única e genérica que proporcione [sua] identificação” (VELLASCO, 2000, p. 128).

Malgrado as dificuldades de conceituação, no mesmo sentido que Rocha (1995), apontamos que o provérbio apresenta determinadas características formais e semânticas, as quais facilitam, inclusive, o seu reconhecimento enquanto tal. Como características

⁴² Maingueneau (1997, p. 100) afirma que os provérbios “tratam-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade”. Efetivamente, “o enunciador [de um provérbio] não explicita a fonte desse enunciado: cabe ao co-enunciador identificar o provérbio como tal, apoiando-se, ao mesmo tempo, nas propriedades linguísticas do enunciado e em sua própria memória” (MAINGUENEAU, 2001, p. 170). Nesse sentido, Vellasco (2000, p. 140) sustenta que “todos os falantes possuem uma competência proverbial” (competência receptiva e competência produtiva, que possibilitam entender e usar os provérbios adequadamente). Ao pronto reconhecimento de um provérbio Vellasco (2000) nomeia “proverbialidade”.

formais⁴³, destacamos: a. a versificação – é, geralmente, um verso ou quase verso (ROCHA, 1995); b. a rima (frequentemente apresenta rima, como em “*água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura*”); c. a metáfora⁴⁴; d. a assonância, a elipse e a estrutura bimembre (Rocha, 1995); e. a estrutura de frase completa (não devendo confundir-se com locuções proverbiais⁴⁵); f. a formulação impessoal⁴⁶ (na maioria dos casos; embora possa ter marcas pessoais bem claras⁴⁷); e g. estrutura/“forma fixa, cristalizada na língua” (VELLASCO, 2000, p. 128); o provérbio “permanece estável através dos tempos” (MAINGUENEAU, 2001, p. 172). Como características semânticas, apontamos: a. “deve encerrar uma mensagem admoestadora ou conselho” (M. STEINBERG, 1985, p. 10 *apud* ROCHA, 1995, p. 11); e b. remete a uma verdade geral e atemporal.

Itens tradicionais, os provérbios são resultado da experiência da comunidade. “Partem do senso comum, da fidedignidade a um contexto de vida específico, da simplicidade” (VELLASCO, 2000, p. 127), lidam com os sentimentos humanos e apresentam natureza moral. Seu intuito, conforme Vellasco (2000, p. 128), “é ensinar, elogiar, persuadir, consolar, estimular ou [...] prevenir, admoestar, advertir, envergonhar, restringir ou desencorajar atitudes”. Para Maingueneau (2001, p. 171), “o provérbio é uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro”.

Sob viés enunciativo, Maingueneau (1997, p. 100) situa os provérbios entre as citações de autoridade, “onde o ‘locutor’ se apaga diante de um ‘Locutor’ superlativo que garante a validade da enunciação”. Os provérbios são, então, intangíveis, vedando-se seu resumo ou reformulação, uma vez que “constituem a própria Palavra, captada em sua fonte” (MAINGUENEAU, 1997, p. 100-101). Para Maingueneau (1997), os

⁴³ As características formais aqui elencadas não são sempre observáveis nos provérbios. Por exemplo, “podem ser ou não metafóricos” (VELLASCO, 2000, p. 128). Vellasco (2000, p. 129) sustenta que “um provérbio não reúne todas as características atribuídas aos provérbios como um todo. [...] os provérbios devem ser encarados como uma classe geral”, devendo fazer-se sua taxionomia, por forma a serem selecionados em categorias e descritos, além de pelas suas características formais, pelos seus padrões de uso.

⁴⁴ Os recursos estilísticos favorecem, segundo Vellasco (2000, p. 128), a memorização.

⁴⁵ Rocha (1995, p. 11) dá o seguinte exemplo: Quartel de Abrantes (título de um artigo da revista *ISTOÉ Senhor*, de 5/4/89) “é apenas uma metáfora, enquanto *Tudo como dantes no quartel de Abrantes é um provérbio*”.

⁴⁶ Vellasco (2000, p. 127) afirma que os provérbios “são afirmações concisas e impessoais de verdades gerais – a sua formulação é genérica e o seu valor de verdade é universal, atemporal e alocativo, mas refutável por provérbios antagônicos”.

⁴⁷ Exemplo de provérbio com marcas pessoais é “*Não faças a outrem o que não queres que te façam a ti*” (ROCHA, 1995, p. 14).

provérbios são enunciados fundadores, sem os quais a coletividade seria de todo diferente ou sequer existiria.

Reverberados por inúmeros enunciadores, os provérbios são exemplos de polifonia. Conforme Maingueneau (2001, p. 169-170), “proferir um provérbio [...] significa fazer com que seja ouvida, por intermédio de sua própria voz, uma outra voz, a da ‘sabedoria popular’, à qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado”. Contudo, em certo sentido, o enunciador de um provérbio não deixa de todo de ser responsável pela sentença, pois se o provérbio integra uma coletividade e cada locutor é parte/membro dessa coletividade, esse locutor tem, ainda que ínfima (ou não), responsabilidade sobre o ou pelo enunciado.

Maingueneau (2014) classifica os provérbios como aforizações primárias; ou seja, aforizações não destacadas de um texto⁴⁸, ao contrário das aforizações secundárias. Mais especificamente, os provérbios são denominados aforizações (ou particitações) sentenciosas. Enunciados generalizantes, os provérbios colocam “em jogo três proposições: 1. verdadeiro para todo X (quantificação); 2. sempre verdadeiro (aspectualização); e 3. necessariamente verdadeiro (modalização)” (A. ALI BOUACHA, 1993, p. 51, *apud* MAINGUENEAU, 2014, p. 71-72). Todavia, as generalizações não são enunciados neutros, mas antes enunciados “concebido[s] para ser repetido[s] [...] contruído[s] para obter a adesão do outro’ [não remetendo] ‘a um discursos [sic] sem sujeitos, mas, ao contrário, a um discurso de todos os sujeitos” (A. ALI BOUACHA, 1993, p. 52, *apud* MAINGUENEAU, 2014, p. 72).

Quanto à possibilidade de identificar um enunciado proverbial, Maingueneau (2014, p. 72), afirma que “depende de fatores ao mesmo tempo linguísticos e extralinguísticos”. Extralinguísticos, na medida em que o provérbio faz parte de um *thesaurus* que os usuários de uma língua conhecem; linguísticos, pois possui algumas especificidades:

o uso do presente genérico (ou ausência da forma verbal), de grupos nominais que se referem a uma classe, o recurso constante aos tropos. O provérbio repousa, além disso, na função poética de Jakobson: sua brevidade é acompanhada pelas simetrias silábicas ou acentuais, que reforçam, e que enfatizam simetrias de ordem semântica. Essas características convergem para fazer desse tipo de enunciado um fragmento fechado sobre si, facilmente memorizável. É uma palavra

⁴⁸ Neste ponto, Maingueneau (2014) coloca ressalvas: existe um certo número de provérbios que foram destacados de um texto-fonte, como acontece com alguns que foram destacados das fábulas (de La Fontaine, por exemplo). Concluindo, “segundo os contextos, uma mesma frase poderá funcionar ora como aforização primária, ora como aforização secundária” (MAINGUENEAU, 2014, p. 28).

imemorial, que remete à imagem de um mundo estabilizado, e sua sintaxe arcaizante está diretamente ligada a esse estatuto (MAINGUENEAU, 2014, p. 72).

Neste trabalho, os enunciados proverbiais são vistos como locuções correntes na comunidade, facilmente reconhecidas e recuperáveis mnemonicamente, que encerram alguma moral, conselho ou advertência e que, do ponto de vista enunciativo, são citações de autoridade em que o locutor se “vale” ou “serve” de um locutor superlativo, o qual garante, de certo modo, sua irrefutabilidade. São enunciados polifônicos que permitem o vislumbre dos posicionamentos ideológicos de seus locutores, atendendo ao contexto de uso e ao seu emprego desviado ou não desviado.

3.2. ANÁLISE DO DISCURSO: BREVE HISTÓRICO

Maingueneau (2015) afirma que, em se tratando da Análise do Discurso, não se pode nomear ou distinguir pensamentos e/ou pensadores fundadores que delimitam os contornos desse campo de saber⁴⁹. Não existe na AD figura equivalente a Pasteur, Newton ou Durkheim, pois a AD se constitui “[...] um espaço de pesquisa fervilhante e que não pode ser remetido a um lugar de emergência exato” (MAINGUENEAU, 2015, p. 15). Pensadores aos quais é atribuído com frequência um papel fundador são “E. Goffman, L. Wittgenstein, M. Foucault ou M. Bakhtin” (MAINGUENEAU, 2015, p. 15). Todavia, não obstante a importância de cada um deles na AD, seus recortes teóricos não dão conta do território atual da análise do discurso.

Brandão (2004, p. 13), citando Maingueneau (1976), afirma que “foram os formalistas russos que abriram espaço para a entrada no campo dos estudos linguísticos daquilo que se chamaria mais tarde *discurso*”; espaço e abertura que não serão de todo consumados, uma vez que os estruturalistas, na linha da frente dos estudos do discurso, propunham-se “como objetivo estudar a estrutura do texto ‘nele mesmo e por ele mesmo’ e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade” (BRANDÃO, 2004, p. 13).

⁴⁹ Maingueneau (1997, p. 9) afirma, inclusive, que “o lugar de uma disciplina desta natureza não estava previamente inscrito no campo do saber. Na realidade, é preferível interpretá-la, no interior de uma certa tradição, como o encontro de uma *conjuntura intelectual* e de uma *prática escolar*”. Outrossim, destaca que a AD ocupou parte “do território liberado pela antiga filologia, porém com pressupostos teóricos e métodos totalmente distintos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 10).

Nos anos 50, surgem os trabalhos de Zellig S. Harris, de R. Jakobson e de E. Benveniste sobre a enunciação, os quais foram fundamentais para o alavancar da AD enquanto disciplina. Em Harris, introduz-se o termo “análise do discurso” e abre-se a “possibilidade de ultrapassar as análises confinadas à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos)” (BRANDÃO, 2004, p. 13). Benveniste, por seu lado, apresenta a noção de *aparelho formal da língua*, dando destaque às formas como o sujeito falante se inscreve nos seus enunciados. Segundo Brandão (2004, p. 14),

ao falar em ‘posição’ do locutor, [Benveniste] levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadorees ocupa um lugar primordial.

A AD tem, desde o início, diferentes abordagens/correntes teóricas, e as “que hoje [dela] participam [...] apareceram nos anos 60, principalmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16), o que demonstra perfeitamente que o projeto de uma análise do discurso não era um projeto unificado. Conforme Orlandi (2009, p. 19), “nos anos 60, a análise de discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise”. Da *Linguística*, a AD adota a *não-transparência da linguagem*, procurando “mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca” (ORLANDI, 2009, p. 19); do *materialismo histórico*, toma o legado segundo o qual “há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente [...] conjugando [a partir daí] a língua com a história na produção de sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 19); e da *psicanálise*, a noção de sujeito; de sujeito afetado pela história⁵⁰.

Brandão (2004, p. 14), citando Orlandi (1986), destaca que duas direções (a de Harris e a de Benveniste) marcariam formas distintas de pensar/abordar a teoria do discurso. De um lado, estava a perspectiva americana, para a qual a AD era entendida como uma extensão da linguística; de outro, a perspectiva europeia, que “considera[va]

⁵⁰ Orlandi (2009, p. 20) salienta que, embora a AD seja herdeira da Psicanálise, da Linguística e do Marxismo, “não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise”.

o enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da linguística [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 14).

Maingueneau (2015) cita, para a perspectiva americana do estudo do discurso, a influência/participação de diferentes correntes, destacando, sobretudo, a etnografia da comunicação, de Hymes e Gumperz. A par destes últimos, Garfinkel (da etnometodologia), Sacks (da análise conversacional) e Goffman (“rituais de interação”), “partilharam progressivamente um mesmo espaço de pesquisa” (MAINGUENEAU, 2015, p. 17), o qual seria enriquecido pelos pós-estruturalistas M. Foucault e E. Laclau. Maingueneau (2015) sustenta, outrossim, a relevância das contribuições da filosofia e da linguística para a reflexão sobre o discurso. A filosofia, no decorrer do século XX, debate-se com a questão da linguagem, ao mesmo tempo em que a linguística é tomada pela *pragmática*, ou seja, pela assunção da fala enquanto uma atividade, e pelo “caráter radicalmente contextual da construção do sentido” (MAINGUENEAU, 2015, p. 17).

Nos anos 1960, surge a *linguística textual* (importante ao fornecer instrumentos de análise aos analistas do discurso) e as obras de M. Pêcheux (*Análise automática do discurso*) e Foucault (*Arqueologia do saber*). Igualmente relevante é o número especial da revista *Langages*, em 1969, sob a responsabilidade de Dubois, dedicado à análise do discurso. Nesse número, “os artigos dos colaboradores [...] propõem visões muito diversas do novo campo de pesquisa” (MAINGUENEAU, 2015, p. 18), o que se refletirá a partir da década de 1980⁵¹ em âmbito internacional.

Para Maingueneau (2015), a AD de linha francesa é constituída sob influência de Dubois, M. Pêcheux e M. Foucault, os quais têm visões divergentes sobre a disciplina. Dubois defende que a AD estude

⁵¹ A AD, segundo Mussalim (2016), passou por três fases distintas: **1ª fase** – estudo de discursos menos polissêmicos e mais estabilizados, ou seja, com “uma menor abertura para a variação do sentido devido a um maior silenciamento do outro” (MUSSALIM, 2016, p. 129). Exemplo de objeto de estudo nessa fase da AD seriam os discursos políticos teórico-partidários (como o manifesto comunista). Nessa fase, os procedimentos de análise são os seguintes: 1. seleção de “um *corpus* fechado de sequências discursivas” (MUSSALIM, 2016, p. 130); 2. análise linguística das sequências (construções sintáticas e léxico); 3. análise discursiva, em que se constrói “sítios de identidades a partir da percepção da relação de sinonímia [...] e de paráfrase” (MUSSALIM, 2016, p. 130); 4. “procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo” (MUSSALIM, 2016, p. 130). Chega-se, então, à noção de *máquina discursiva*: “uma estrutura (condições de produção estáveis) responsável pela geração de um processo discursivo” (MUSSALIM, 2016, p. 130); **2ª fase** – assoma o conceito de *formação discursiva* em detrimento de *máquina discursiva*, tomando-se como objeto de análise “as relações entre as ‘máquinas’ discursivas” (MUSSALIM, 2016, p. 139). Em relação aos procedimentos, a segunda fase da AD é pouco inovadora, notando-se essencialmente um deslocamento tão-somente relacionado ao objeto de análise: discursos menos estabilizados; **3ª fase** – fase do primado do interdiscurso, de desconstrução da maquinaria discursiva. Na terceira fase da AD, “adota-se a perspectiva segundo a qual uma FD está sempre dominada pelo interdiscurso” (MUSSALIM, 2016, p. 140).

textos de todos os gêneros [...] com o auxílio de ferramentas tomadas de empréstimo da linguística [...] com o objetivo de melhorar nossa compreensão das relações entre os textos e as situações sócio-históricas nas quais eles são produzidos (MAINGUENEAU, 2015, p. 18-19).

Pêcheux, por seu turno, sob influência de Althusser, de Lacan e da linguística estrutural, como um psicanalista do discurso, objetiva revelar a ideologia dissimulada nos textos. Por último, M. Foucault, um pouco distante da linguística, apresenta uma definição distinta de “discurso” e refuta a ideia de Pêcheux da existência de um inconsciente textual: “não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de outro discurso; deve-se mostrar por que não poderia ser outro que ele não era [...]” (FOUCAULT, 1969, p. 40, *apud* MAINGUENEAU, 2015, p. 20).

Essas três contribuições se mesclarão, posteriormente, às correntes pragmáticas, às teorias da enunciação e à linguística textual, abordando os mais diversos *corpora* e dando lugar a diversas obras de análise do discurso. A AD constitui-se, portanto, uma disciplina ampla, permeada por uma grande diversidade de estudos, para a qual outros saberes, como os das ciências sociais, da ciência política, da história, da antropologia, da psicanálise⁵², dentre outros, contribuem substancialmente.

Orlandi (2005, p. 10) afirma que “com a Análise de Discurso, podemos compreender como as relações de poder são significadas, simbolizadas”. A AD visa a “ensinar a ler o real sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto” (ORLANDI, 2005, p. 10). Maingueneau (1997, p. 10-11), nesse sentido, sustenta que “o analista do discurso [...] supõe que um sentido oculto deve ser captado [...]”. Para essa captação, faz-se necessário, então, que o mesmo analista se muna de técnicas apropriadas à construção de interpretações.

3.2.1 O discurso e o interdiscurso

Brandão (2004, p. 11) afirma que

⁵² Pêcheux (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 10) afirma que “a análise do discurso na França é, sobretudo, - e isto desde 1965, aproximadamente - assunto de *linguistas* (...), mas também de *historiadores* (...) e de alguns *psicólogos* (...)”.

os estudiosos passam [nos anos 1960] a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussuriana [língua x fala]. E essa instância da linguagem é a do discurso.

No *discurso*, articulam-se *ideologia e linguagem*. Esta, em discurso, é “interação, e um modo de produção social; [...] não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11). Para Orlandi (2009, p. 17), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”. A *ideologia* se materializa no *discurso*, e o *discurso* se materializa na *língua*. Mussalim (2016, p. 116) afirma, a esse propósito, que “a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa”; ou seja, a linguagem/o discurso é o meio que nos permite perceber/compreender como funciona a ideologia.

Maingueneau (2015) nota que a noção de *discurso* encerra uma determinada instabilidade, como, aliás, a própria AD. A agravar essa instabilidade está o duplo emprego⁵³ de “discurso” (como substantivo *não contável* e como substantivo *contável*⁵⁴), o que leva a “uma dupla apropriação da noção: por teorias de ordem filosófica e por pesquisas empíricas sobre o funcionamento dos textos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 23).

Dentro da linguística (ou para os linguistas), Maingueneau (2015, p. 24) afirma que “discurso entra em três oposições principais: entre *discurso* e *frase*, entre *discurso* e *língua* e entre *discurso* e *texto* [...]”. Na oposição *discurso* x *frase*, interpreta-se o discurso como sendo transfrástico, constituído, portanto, de um encadeamento de frases; ao opor-se *discurso* x *língua*, opõe-se a língua como sistema ao uso da língua em contexto; e, ao se estabelecer uma relação entre *discurso* e *texto*, concebe-se o discurso como sendo um texto mais o seu contexto (texto + condições de produção e de recepção), conforme Adam (1999, p. 39, *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU,

⁵³ Não apenas “discurso” vem sendo empregado amplamente, com distintas conotações e em diferentes correntes. Maingueneau (1997) afirma que o termo “análise do discurso” também tem sido alvo de uma “circulação incontável”, a ponto de poder, nos tempos atuais, designar qualquer coisa, uma vez que “toda produção de linguagem pode ser considerada ‘discurso’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11). A instabilidade de “discurso” é de tal ordem que Maingueneau (1997, p. 22) opta por substituí-lo pelo conceito de *formação discursiva*.

⁵⁴ Maingueneau (2015, p. 23) afirma que “discurso” se emprega de duas formas: “como substantivo não contável (‘isto deriva do discurso’, ‘o discurso estrutura nossas crenças’...); [e] como substantivo contável que pode referir acontecimentos de fala (‘cada discurso é particular’, ‘os discursos se inscrevem em contextos’...) ou conjuntos textuais mais ou menos vastos (‘os discursos que atravessam uma sociedade’, ‘os discursos da publicidade’...)”.

2016, p. 169). *Fora da linguística*, Maingueneau (2015) cita as múltiplas ancoragens do “discurso” nas ciências humanas e sociais, nomeadamente em autores como Wittgenstein, J. L. Austin, J. R. Searle, H. P. Grice, Bakhtin, Vygotsky, Foucault, Derrida, dentre outros. Por isso, em seu entender, “quando se fala de ‘discurso’, ativa-se, assim, de maneira difusa, um conjunto aberto de *leitmotiven*, de ideias-força” (MAINGUENEAU, 2015, p. 25), quais sejam: 1. o *discurso* está ou vai além da frase (as estruturas que mobiliza são distintas das estruturas que mobiliza uma frase⁵⁵); 2. o *discurso* é ação (na medida em que, ao enunciar, todo o sujeito busca alterar/modificar um estado de coisas/uma situação); 3. o *discurso* é interação (uma vez que a interatividade é constitutiva do discurso; ou seja, uma enunciação pressupõe sempre a existência de um *interactante/colocutor/coenunciador*); 4. o *discurso* é sempre contextualizado⁵⁶; 5. o *discurso* é sempre assumido por um sujeito (que se coloca referencialmente – *eu x aqui x agora*)⁵⁷; 6. o discurso obedece a normas (às *máximas conversacionais*, por exemplo); 7. o *discurso* é assumido no interior e como parte de um interdiscurso⁵⁸; e 8. o *discurso* constrói e reconstrói o sentido socialmente (o sentido é tecido em determinadas configurações e práticas sociais). Dentre tais *leitmotiven*, as diversas correntes e pesquisadores elegem um e o colocam em primeiro plano.

Fiorin (1998, p. 17), de sua parte, sustenta que o *discurso* é estruturado, fazendo-se necessário distinguir “no seu interior uma sintaxe e uma semântica”. À sintaxe discursiva cabem os processos de estruturação do discurso (por exemplo, a introdução da primeira pessoa ou não no discurso e os mecanismos do discurso direto, do discurso indireto e do discurso indireto livre etc.) e à semântica discursiva, “abarc[a] os conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos” (FIORIN, 1998, p. 18). A título de exemplo, no caso do discurso direto, o mecanismo de atribuição da palavra a uma personagem pertence ao nível da sintaxe, mas “a personagem a quem se delega voz, o que ela diz etc. pertencem à semântica” (FIORIN, 1998, p. 18). Outra distinção

⁵⁵ Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 170) salientam que o discurso não se constitui necessariamente de uma estrutura superior à frase. Os provérbios, por exemplo, “são discursos, formam uma unidade completa, mesmo que sejam constituídos de uma única frase” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 170). Fiorin (1998, p. 17) afirma que, “assim como a frase não é um amontoado de palavras, mas é uma cadeia construída segundo certas regras, o discurso não é um amontoado de frases. O discurso tem uma estrutura”.

⁵⁶ Para Maingueneau (2015, p. 26), “fora de contexto, não se pode atribuir um sentido a um enunciado”.

⁵⁷ A instância que assume o discurso e é fonte de referências pessoais, espaciais e temporais, entre outras atitudes, pode modalizar sua fala, modular seu grau de adesão, atribuir a responsabilidade enunciativa a outrem, comentar sua própria fala, tematizar etc.

⁵⁸ Nesse sentido, Maingueneau (2015, p. 28) afirma que “o discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras”.

significativa entre a sintaxe e a semântica discursivas refere-se ao nível de autonomia ou de dependência destas com relação aos fatores sociais. Nesse âmbito, a sintaxe goza de uma autonomia de que a semântica não dispõe. Fiorin (1998) destaca que, embora se possa, em discurso, veicular quaisquer conteúdos, esses conteúdos são determinados pelo social, havendo, portanto, de um lado, uma manipulação consciente (caso da sintaxe) e, de outro, uma determinação inconsciente (caso da semântica). Relacionadas à sintaxe discursiva – portanto, via de regra, conscientes⁵⁹ – estão as estratégias argumentativas do locutor, o qual organiza sua fala com o objetivo de “criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor” (FIORIN, 1998, p. 18) e em função de um jogo de imagens: a imagem que faz de si no discurso, a imagem que faz do seu interlocutor, a imagem que imagina que o interlocutor tem/faz dele etc. Relativo à semântica discursiva – normalmente, inconsciente – “é o campo da determinação ideológica propriamente dita”⁶⁰ (FIORIN, 1998, p. 19).

Para Orlandi (2009, p. 15), “o discurso é [...] palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Nesse sentido, a AD procura “compreender a língua fazendo sentido” (ORLANDI, 2009, p. 15); procura apreender/distinguir seu capital simbólico e social. O discurso medeia a relação do homem com a realidade e, mais do que isso, viabiliza a transformação de ambos (sujeito e realidade). Por isso mesmo, a noção de *discurso* vai além do esquema da comunicação de Jakobson. Para Orlandi (2009, p. 21) na AD,

não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.

Na acepção de Orlandi (2009) sobre *discurso*, a linguagem envolve uma relação de sujeitos e dos sentidos que são entretecidos nessa relação, sendo o *discurso* “o efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2009, p. 21). Não se confunda, todavia, *discurso* com *fala*. Os dois termos não são equivalentes, pois o *discurso* não se opõe à

⁵⁹ Fiorin (1998, p. 18) considera que, “embora [...] a sintaxe seja o campo da manipulação consciente, pode-se, em virtude de hábitos adquiridos ao longo da aprendizagem linguística, utilizar seus procedimentos de maneira consciente”. Em sentido inverso, a semântica discursiva, embora inconsciente, pode ser consciente.

⁶⁰ A determinação ideológica manifesta-se no “conjunto de elementos semânticos habitualmente usado nos discursos de uma dada época [o qual] constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (FIORIN, 1998, p. 19).

língua enquanto sistema. O *discurso* é uma ocorrência da *língua*, uma “realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc [...] [e] a *língua* é [...] condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2009, p. 22). *Discurso e língua*, em última instância, vivem uma relação de recobrimento, não apresentam um distanciamento estável ou material capaz de ser devidamente identificado; não existe entre os dois uma fronteira explícita e inequívoca.

Entretanto, *discurso* tem uma acepção distinta para Foucault (2008, p. 132-133):

discurso [consiste de] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

Em *Arqueologia do saber*, Foucault reflete sobre as condições de existência do *discurso*, sobre o seu sistema de formação, avançando o conceito de *formação discursiva*: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Por isso, Mussalim (2016, p. 131) afirma que, em Foucault, “enunciado, discurso e formação discursiva são [...] conceitos que [...] reenviam uns aos outros”.

Para Foucault (2008), os discursos são uma dispersão, ou seja, “são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade” (BRANDÃO, 2004, p. 32). À AD caberia debruçar-se sobre essa dispersão, de forma a tentar estabelecer “regras de formação” dos discursos, as quais viabilizariam

a determinação dos elementos que compõem o discurso [...]: os *objetos* que aparecem coexistem e se transformam num ‘espaço comum’ discursivo; os diferentes *tipos de enunciação* que podem permear o discurso; os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os *temas e teorias*, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias (BRANDÃO, 2004, p. 32).

A arqueologia de Foucault visa justamente a dar conta desse propósito, tratando-se “de uma análise das condições de possibilidade que fizeram com que, em

determinado momento histórico, apenas alguns enunciados tenham sido efetivamente possíveis – isto é, tenham sido efetivamente produzidos – e outros não” (MUSSALIM, 2016, p. 132). Nesse sentido, o enunciado é tomado como unidade de análise e procura-se definir/descrever as formações discursivas atentando às suas regularidades. Foucault avança “quatro hipóteses que fundamentam a arqueologia que propõe enquanto método de análise dos discursos” (MUSSALIM, 2016, p. 132): *1ª hipótese* – a unidade dos discursos não se deve à unidade do objeto; cada discurso constitui seu próprio objeto, remetendo os enunciados do discurso a “um referencial constituído pelas regras que definem as condições históricas de surgimento de um objeto” (MUSSALIM, 2016, p. 132); *2ª hipótese* – a unidade dos discursos não tem como base a forma de seus enunciados ou o encadeamento existente entre eles (a unidade dos discursos não está diretamente relacionada a um certo caráter ou estilo da enunciação); *3ª hipótese* – “a unidade dos discursos [não] se funda na persistência e permanência de determinados conceitos” (MUSSALIM, 2016, p. 132), antes seu reconhecimento resulta “da descrição da organização do campo em que os enunciados aparecem e circulam” (MUSSALIM, 2016, p. 132); e *4ª hipótese* – a unidade dos discursos não advém nem da identidade nem da ocorrência/permanência dos temas.

Pêcheux, por seu turno, afirma Brandão (2004, p. 38), “desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana de discurso”. Seu conceito de processo discursivo sustenta-se na “noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias” (BRANDÃO, 2004, p. 41). O diferencial da sua perspectiva sobre discurso é a tentativa/preocupação de inscrição do processo discursivo

em uma relação ideológica⁶¹ de classes, pois [...] se a língua é indiferente à divisão de classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema linguístico), estas (as classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos (BRANDÃO, 2004, p. 41-42).

⁶¹ Pêcheux (1997, p. 24-25) cita dois processos históricos na França que dão conta da relação *classes sociais x língua*: o primeiro deles, contemporâneo da Revolução Francesa, uma *uniformização*, a qual visava “política e ideologicamente, instituir uma língua nacional”; o segundo, a “imposição escolar do francês elementar como língua comum, [que] consiste em *uma divisão desigual no interior da uniformização igualitária*, visando, política e ideologicamente, impor uma diferenciação antagonista das práticas linguísticas de classe, no interior da língua nacional, de modo que a livre comunicação linguística, requerida pelas relações de produção capitalista e sua reprodução, *seja ao mesmo tempo uma não-comunicação definida* que impõe ‘na linguagem’ barreiras de classe, igualmente necessárias à reprodução dessas mesmas relações capitalistas”.

Isso leva ao reconhecimento de que: 1. a língua é possibilidade de discurso; 2. os processos discursivos produzem os efeitos de sentido no discurso; e 3. é na materialidade da língua que os efeitos de sentido se produzem/realizam. Nessa perspectiva, o discurso é “o espaço em que emergem as significações [...] e [...] o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva” (BRANDÃO, 2004, p. 42), noção que, a par de *condição de produção e formação ideológica*, é elementar na AD.

Orlandi (2009, p. 31) afirma que “a memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como *interdiscurso*. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Nesse sentido, o *interdiscurso* apresenta uma certa paridade com *memória discursiva*, ou seja, é interpretado como

o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O *interdiscurso* disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2009, p. 31).

Brandão (2004) é taxativa quanto à necessidade de uma reflexão sobre o discurso considerar sua heterogeneidade e sua relação interdiscursiva, sua interdiscursividade. Nesse sentido, denuncia, como Courtine e Maradin (1981 *apud* BRANDÃO, 2004, p. 88), a homogeneização de determinados procedimentos da AD, como “a constituição de um *corpus* discursivo fechado em que a retomada de sequências discursivas seja garantida” (BRANDÃO, 2004, p. 88) e/ou “manifestações linguísticas homogeneizadoras que reduzem o contraditório ou diferente ao mesmo ou ao idêntico fazendo com que estruturas sintáticas diferentes sejam levadas a esquemas elementares” (BRANDÃO, 2004, p. 88). O *interdiscurso* surge como o meio próprio de definição/distinção das FDs, as quais não apresentam limites inequívocos entre seu “exterior” e “interior”. Suas fronteiras são susceptíveis aos embates ideológicos, são atravessadas por outras FDs, de modo que Maingueneau (1997) afirma o “primado do *interdiscurso*”⁶², o qual “exclui que se coloquem em contraste formações discursivas consideradas independentemente umas das outras” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 287). Na sua perspectiva, “é preciso definir uma formação

⁶² Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 287) afirmam que “na Escola Francesa [da AD], especialmente em Pêcheux, a formação discursiva não pode produzir o ‘assujeitamento’ ideológico do sujeito do discurso a não ser na medida em que cada formação discursiva está de fato dominada pelo *interdiscurso*”.

discursiva a partir de seu interdiscurso, e não o contrário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 113), o que implica que um discurso deve ser analisado/estudado na relação que mantém com os outros discursos, uma vez que é, como os outros discursos, integrante do interdiscurso. No espaço interdiscursivo, os discursos se atravessam e se interpenetram, estruturando-se, desse modo, sua identidade; ou seja, a interdiscursividade é elemento definidor da identidade do discurso. Para a definição de interdiscurso, Maingueneau (1997) distingue três unidades: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, respectivamente, “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, [...] interagem em uma conjuntura [...] necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116); o “conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam [...] por uma posição enunciativa em uma dada região” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116); e o “subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que [...] mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117). No entanto, como as formações discursivas de um espaço discursivo apresentam poucos indícios da forma como se constituem, “Maingueneau propõe levar em conta os fundamentos semânticos dos discursos” (BRANDÃO, 2004, p. 91) e a construção de “um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações deste discurso com seu Outro” (MAINGUENEAU, 1984, p. 30, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 91), uma vez que os discursos têm como fundamento a interdiscursividade. Os discursos não são, portanto, autônomos, e “suas condições de possibilidades semânticas se [concretizam] num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada” (BRANDÃO, 2004, p. 91). A este propósito, Mussalim (2016, p. 142) salienta que são as noções de

(universo, campo e espaço discursivos) [...] [que] permitem definir zonas de regularidade semântica (o campo e o espaço), no interior das quais pode ser mais produtivo o tratamento da gênese e do modo de coesão entre as formações discursivas em relação.

3.2.2 As condições de produção

As *condições de produção* (CP) do discurso incluem “fundamentalmente os sujeitos e a situação [...] [e] a memória” (ORLANDI, 2009, p. 30); em sentido estrito, é o *contexto imediato*; em sentido amplo, engloba o *contexto sócio-histórico e ideológico*. Remetem, basicamente, ao “que *condiciona* o discurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 114). A origem da noção de CP, segundo Courtine (1981, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 42-43), é de três ordens: as práticas da psicologia social; a sociolinguística (que trabalha com as *variáveis sociológicas* que influem na produção do discurso); e o texto *Discourse Analysis* (1952), de Harris (em que, embora não se encontre o termo *condições de produção*, aparece o termo “*situação*” com valor equivalente). A partir dessas três concepções de origem, sucederam-se dois conjuntos de definição: 1. *definições empíricas* – em que as CPs se confundem com a situação de enunciação; 2. *definições teóricas* – em que as CPs aparecem a par da noção de FD.

Segundo Brandão (2004, p. 44), “foi Pêcheux (1969) quem tentou fazer a primeira definição empírica geral da noção de CP”. Pêcheux (1969, p. 74) propõe como “*processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, daí derivando a suposição de dois tipos de pesquisas para o estudo dos processos discursivos: uma voltada para o estudo/análise das variações semânticas, pragmáticas e retóricas; a outra assentando sobre a “ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso – [...] suas *condições de produção* – e seu processo de produção”; perspectiva que, segundo o próprio, estava representada na linguística “pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna[va] possível sua formulação e sua compreensão” (PÊCHEUX, 1969, p. 75). Crítico à ilusão do não-sociológico de Saussure (que não fora capaz de distinguir a *função aparente* das instituições do seu *funcionamento implícito*), adota o ponto de vista dos sociólogos, para quem

o discurso [...] [é] como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 1969, p. 77).

Nesse sentido, Pêcheux (1969, p. 77) reitera que “o discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”. Em um dado discurso político, por exemplo, é necessário atentar ao partido do orador; atentar a se integra o governo ou se, pelo contrário, faz parte da oposição. É imperativo, ademais, perceber se pertence a algum grupo (transferindo para a realidade brasileira: se faz parte dos “ruralistas”, por exemplo), se detém ou representa algum interesse. Conforme Pêcheux (1969, p. 77), um deputado

está [...], bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz [...].

Para Pêcheux (1969), o discurso deve ser visto/analísado tomando-se em consideração as *relações de sentido* estabelecidas na sua produção (um discurso remete sempre a outro discurso: toma por base seus argumentos, anula-os ou admite-os, e responde-lhe, direta ou indiretamente); ou seja, o discurso se realiza/estabelece sempre em função de um discurso anterior, uma espécie de sua matéria-prima, que os ouvintes reconhecem. O orador, sabendo do (re)conhecimento dos ouvintes, experimenta, do seu lugar de orador, o lugar do ouvinte, imaginando e prevendo o que este espera. Esta antecipação ao ouvinte, “*do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso” (PÊCHEUX, 1969, p. 77). O que é evidente para Pêcheux (1969, p. 78, grifo do autor) é que

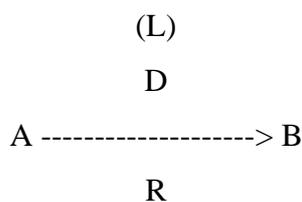
os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, [...] e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso.

Em decorrência do reconhecimento do papel do extralinguístico no discurso – nomeadamente, das *condições de produção* –, Pêcheux (1969) avança a hipótese de que existe uma correlação entre as *condições de produção* e os *processos de produção* do discurso. Nesse sentido, as *mesmas condições de produção* dariam lugar a discursos com “invariantes semântico-retóricas estáveis [...] características do processo de

produção colocado em jogo [...] [o que inviabilizaria a análise de um discurso como um texto, pois] “é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]” (PÊCHEUX, 1969, p. 79).

Em uma tentativa de definir os elementos estruturais das *condições de produção*, Pêcheux (1969) adota o *esquema informacional da comunicação* de Jakobson (em detrimento do esquema reacional), pois coloca em cena os protagonistas do discurso (emissor e receptor) e seu referente.

Quadro 2: Esquema dos elementos estruturais das *condições de produção*



Fonte: Pêcheux (1969)

Na concepção de Pêcheux (1969): A é o “destinador”; B, o “destinatário”; R, o “referente”; (L), o código linguístico (comum a A e B); \rightarrow , o “contato” entre A e B; D, a sequência verbal emitida de A para B. Pêcheux (1969) substitui *mensagem* (M) por *discurso* (D), pois não se trata, na sua perspectiva, de uma transmissão de informação entre o “destinador” (A) e o “destinatário” (B), mas de um *efeito de sentidos* entre os dois pontos (A \rightarrow B). Ademais, A e B não designam pessoas físicas individuais, mas “lugares⁶³ determinados na estrutura de uma formação social [...]” (PÊCHEUX, 1969, p. 82). Na esfera do ensino, podemos citar os lugares do diretor da escola, do professor, do aluno, os quais “estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 1969, p. 82). Mais do que *representados*, *transformados*, pois

⁶³ Brandão (2004, p. 44) afirma ser essa a contribuição de Pêcheux. Todavia, Pêcheux e Fuchs (1975, p. 170) afirmam que seu texto de 1969 apresenta algumas formulações ambíguas, nomeadamente no que se refere às *condições de produção*. Essa “ambiguidade residia no fato de que o termo ‘condições de produção’ designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo. No limite, as condições de produção neste último sentido determinariam ‘a situação vivida pelo sujeito’ no sentido de variável subjetiva (‘atitudes’, ‘representações’, etc.) inerentes a uma situação experimental. Podemos agora precisar que a primeira definição se opõe à segunda como o real ao imaginário, e o que faltava ao texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real [...]. [...] o que faltava [...] é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 170-171).

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1969, p. 82).

Courtine (1981, p. 19) afirma que a noção de *condições de produção* constitui uma dificuldade para a AD, tanto pelo lugar que ocupa no seu sistema conceitual quanto pela heterogeneidade frequentemente contraditória de suas definições. Com efeito, defende que a noção empírica de Pêcheux (1969) não rompe com as origens psicossociológicas anteriores. Nessa perspectiva, Brandão (2004, p. 45) assinala que

a relação entre língua e discurso, mediatizada pelo psicossociológico, apaga as determinações propriamente históricas, fazendo com que a caracterização do processo da enunciação em cada discurso não seja relacionada ao efeito de uma conjuntura, mas às características individuais de cada locutor ou ainda às relações interindividuais que se manifestam no seio de um grupo. Na noção de CP assim definida, o plano psicossociológico domina o plano histórico, não havendo uma hierarquização teórica dos planos de referência.

Courtine (1981, p. 23) defende a necessidade de uma redefinição da noção de CP, alinhada à análise histórica das contradições ideológicas e à noção de *formação discursiva*.

3.2.3 A ideologia na Análise do Discurso

Em “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”, Althusser (1985) faz uma longa reflexão sobre *ideologia*, reflexão essa que influenciaria sobremaneira Pêcheux⁶⁴ e serviria de base à AD. Conforme Brandão (2004, p. 23), Althusser defende que “para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração”. O Estado

⁶⁴ Pêcheux adota, a partir de Althusser, uma perspectiva materialista do discurso. Tomando para si o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado, afirma “que as ideologias não são feitas de ‘idéias’ mas de práticas” (PÊCHEUX, 1995, p. 144) e que: 1. “a ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ da época [...]) que se imporia de maneira igual e homogênea à ‘sociedade’, como espaço anterior à luta de classes: ‘os aparelhos ideológicos de Estado não são realização da Ideologia em geral...’” (PÊCHEUX, 1995, p. 144); 2. do mesmo modo, “é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse ‘previamente à luta de classes’” (PÊCHEUX, 1995, p. 144); 3. a ideologia da classe dominante torna-se dominante pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado; e 4. todavia, esses aparelhos ideológicos são palco da luta de classes, constituindo-se de forma simultânea e contraditória “o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

desempenha, nesse sentido, um papel extremamente relevante, por meio dos denominados Aparelhos Repressores do Estado (doravante, ARE) e dos Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante, AIE). Nos primeiros (ARE), enquadram-se a polícia, o Exército, os tribunais, dentre outros; nos segundos, a escola, a família, a política, a cultura etc. Uns e outros, ARE e AIE, intervêm “ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração” (BRANDÃO, 2004, p. 23). Contudo, funcionam de modos distintos. Enquanto os ARE funcionam, em um primeiro plano, pela repressão, inclusive pela violência física, e, em um segundo plano, pela ideologia, os AIE funcionam, primeiramente, pela ideologia e, secundariamente, pela repressão, que pode ser muito “dissimulada ou simbólica” (ALTHUSSER, 1985, p. 47) – o caso de sanções, exclusões etc. É nestes últimos (AIE) que se concentra “todo funcionamento da ideologia dominante [...] [por isso] a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem as condições necessárias para reprodução das relações de produção” (BRANDÃO, 2004, p. 23).

O exercício teórico de Althusser (1985) não se restringe, no entanto, à conceituação dos ARE e dos AIE. Em um segundo momento, procura conceituar o que entende por *ideologia em geral*⁶⁵, que seria, “a abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (ALTHUSSER, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 24). Nesse sentido, demarcando-se de Marx – o qual sustenta, negativamente, que a ideologia não tem história –, Althusser (1985, p. 74) afirma que “as ideologias têm uma história própria [...] determinada em última instância pela luta de classes”, e “a *ideologia em geral* não tem história [...] [porque] é eterna como o inconsciente” (ALTHUSSER, 1985, p. 74-75). É onnipresente e imutável em toda a história. Duas teses são, então, colocadas: 1ª “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 77); 2ª “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1985, p. 83). Relativamente à primeira tese, Althusser (1985) afirma que nossas concepções de mundo (ideologia política, ideologia jurídica etc.) não têm correspondência com a realidade, são imaginárias⁶⁶. Mas,

⁶⁵ Para Pêcheux (1995, p. 152), “o conceito de *Ideologia em geral* permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’, [...] [permite] pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza* [...]”.

⁶⁶ Em Brandão (2004, p. 24) lê-se: “a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária”; “o imaginário é o modo como o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida. Sendo essas relações imaginárias, isto é, representadas simbolicamente, abstratamente, supõem um distanciamento da realidade. E esse distanciamento pode ser ‘a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de

embora admitindo que elas não correspondem à realidade, portanto que constituem uma ilusão, admite-se que fazem alusão à realidade, e que basta ‘interpretá-las’ para reencontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo (ALTHUSSER, 1985, p. 78)

Distintos tipos de interpretação são possíveis, entre os quais o *mecanicista* e o *hermenêutico*, concluindo-se que os homens, na ideologia, “se representam sob uma forma imaginária as suas condições de existência reais” (ALTHUSSER, 1985, p. 79). Dois motivos/razões existem para essa necessidade de representação das suas condições de existência reais: 1. a existência de homens que, para exploração e dominação do povo, apresentam “uma representação falseada do mundo que inventaram para subjugar os espíritos” (ALTHUSSER, 1985, p. 79); 2. “a alienação material que reina nas condições de existência dos próprios homens” (ALTHUSSER, 1985, p. 80). Todavia, uma e outra razão são falsas. Para Althusser (1985, p. 81),

não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que ‘os homens’ ‘se representam’ na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia. É esta relação que está no centro de toda a representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real.

Quanto à segunda tese, a da existência material da ideologia, Althusser (1985) explicita-a do seguinte modo: o comportamento de um sujeito decorre das suas próprias ideias, das ideias nas quais crê, ou seja, da sua crença; logo, se seu comportamento decorre de suas ideias, reconhece-se/percebe-se que, de algum modo, as ideias existem e se materializam nos seus atos, “e se isso não acontece, emprestam-se-lhes outras idéias correspondentes aos atos que ele realiza” (BRANDÃO, 2004, p. 25). Essas ideias têm, portanto, materialidade, e a existência da ideologia é material⁶⁷,

existência reais do homem, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens”.

⁶⁷ Para Eagleton (1997, p. 171), existe “uma terceira via entre pensar na ideologia como idéias sem corpo, por um lado, e como nada mais que uma questão de certos padrões de comportamento, por outro. É considerar a ideologia como um fenômeno discursivo ou semiótico. E isso é simultaneamente enfatizar sua materialidade (já que os signos são entidades materiais) e preservar o sentido de que ela diz respeito essencialmente a *significados*”. Nesse sentido, cita Voloshinov, para quem “sem signos não há ideologia” (VOLOSHINOV, 1929, *apud* EAGLETON, 1997, p. 172). Voloshinov (*apud* Eagleton, 1997, p. 172), defende que “a palavra é o ‘fenômeno ideológico *par excellence*’”. Eagleton (1997, p. 172) afirma, então, que “se a ideologia não pode ser divorciada do signo, então o signo também não pode ser isolado das formas concretas de intercâmbio social [...] [chegando-se assim ao] delineamento de uma teoria materialista de ideologia que não a reduz simplesmente a um ‘reflexo’ da ‘base’ econômica, mas concede à materialidade da palavra, e aos conceitos discursivos a que se prende, o que lhe é devido”. Rotulando

porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Isso leva Althusser a concluir que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia. (BRANDÃO, 2004, p. 25)

Além das duas teses anteriores, Althusser (1985, p. 93) formula uma terceira: “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ver seção seguinte).

Ricoeur (1990, p. 64), debruçando-se igualmente sobre a *ideologia*, começa por assinalar que “aceitar a análise [...] em termos de classes sociais, é fechar-se ao mesmo tempo numa polêmica estéril pró ou contra o marxismo”; ou seja, em seu entender, uma análise da ideologia nesses parâmetros constitui-se “uma interpretação redutora do fenômeno ideológico [...] porque [...] define ideologia apenas por sua função de justificação dos interesses de uma classe, a dominante” (BRANDÃO, 2004, p. 26). Sua análise é a-marxista⁶⁸, tomando como horizonte “o grau de verdade ao qual [...] é possível aspirar [...] nas coisas práticas e políticas” (RICOEUR, 1990, p. 66), o que somente é realizável por meio da “procura de uma relação intimamente dialética entre ciência e ideologia” (RICOEUR, 1990, p. 66). Nesse intento, analisa o conceito de ideologia em três etapas/conceitos: 1. *função geral da ideologia*; 2. *função de dominação*; e 3. *função de deformação*. A primeira delas divide-se em cinco traços/características:

1) “a ideologia perpetua um ato fundador inicial” (BRANDÃO, 2004, p. 27), o qual está ligado “à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar” (RICOEUR, 1990, p. 68);

2) a ideologia é dinâmica e dependente da motivação social; ela funciona como um motivo para a práxis social, aquilo “que justifica e compromete” (RICOEUR, 1990,

Voloshinov de pai da “análise do discurso”, Eagleton (1997, p. 172) sustenta que este “fornece-nos uma nova definição de ideologia, como a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo”.

⁶⁸ Ricoeur (1990, p. 67) afirma que mais do que partir “de uma análise em termos de classes sociais e de classe dominante” [...] [sua] intenção é chegar ao conceito de ideologia que corresponda a essa análise”. Fiorin (1998) refere que Marx e Engels nunca disseram que o fator/elemento econômico era o único determinante das lutas históricas, mas que é *o determinante em última instância*; ou seja, em última instância “o modo de produção determina as idéias e os comportamentos dos homens e não o contrário” (FIORIN, 1998, p. 31). Todavia, é necessário “não ver o nível ideológico como simples reflexo do econômico, pois ele tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e de desenvolvimento. Isso significa que não existe determinação direta e mecânica da economia, mas uma determinação complexa” (FIORIN, 1998, p. 31).

p. 68). Do mesmo modo, funciona como argumento, sendo “movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é” (RICOEUR, 1990, p. 68). É, além disso, mediadora – “mais que um *reflexo*, [...] é *justificação e projeto*” (RICOEUR, 1990, p. 69). Nesse sentido, exerce influência sobre as instituições e os empreendimentos;

3) a ideologia é simplificadora e esquemática, funciona como “um código, para se dar uma visão de conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do mundo” (RICOEUR, 1990, p. 69). Esse terceiro traço é o que, na perspectiva de Ricoeur (1990), revela o caráter dóxico da ideologia, é o momento da *racionalização* – “por isso que ela se exprime preferencialmente por meio de máximas, de *slogans*, de fórmulas lapidares” (RICOEUR, 1990, p. 69);

4) a ideologia é operatória e não temática; “é mais algo *em que* os homens habitam e pensam do que uma concepção que possam expressar” (RICOEUR, 1990, p. 70); ou seja, pensamos a partir dela, mas não pensamos comumente sobre ela. Por isso, pelo seu caráter “não-reflexivo e não-transparente [...] se vinculou a ela a noção de dissimulação, de distorção” (BRANDÃO, 2004, p. 28);

5) a ideologia é inerte temporalmente; sua inércia promove, de certo modo, a intolerância, uma vez que “o novo só pode ser recebido a partir do típico, [...] oriundo da sedimentação da experiência social” (RICOEUR, 1990, p. 70). Desse modo, a ideologia funciona como elemento conservador e resistente a qualquer modificação. O novo/a novidade colocam

em perigo as bases estabelecidas pela ideologia. Ele representa um perigo ao grupo cujos membros devem se reconhecer e se reencontrar na comunhão das mesmas idéias e práticas sociais. A ideologia opera, assim, um estreitamento das possibilidades de interpretação dos acontecimentos (BRANDÃO, 2004, p. 28).

A ideologia se sedimenta, ao mesmo tempo em que o mundo se transforma, essa sedimentação originando ocasionalmente o “enclausuramento ideológico e, até mesmo, [a] cegueira ideológica” (RICOEUR, 1990, p. 71).

Na segunda função (*função de dominação*), Ricoeur (1990, p. 72) afirma que a ideologia funciona como “*sistema justificativo da dominação*”, na medida em que substitui a mais-valia almejada pela autoridade que procura legitimar-se: a crença dos indivíduos na sua legitimação. Como a pretensão à legitimidade e a crença dos indivíduos são dissimétricas, havendo um “excesso da demanda de legitimação

relativamente à oferta da crença” (RICOEUR, 1990, p. 72), impõe-se a ideologia como substitutivo da mais-valia. É nesta *função de dominação* que a ideologia mais se distorce e dissimula.

Por último, a terceira função/conceito da ideologia (*função de deformação*), a propriamente marxista, que traz “a idéia de uma distorção, de uma deformação por inversão” (RICOEUR, 1990, p. 73), a qual deriva da produção dos homens enquanto tal, enquanto inversão. O homem toma “a imagem pelo real, o reflexo pelo original” (RICOEUR, 1990, p. 73).

Essa deformação não pode ser separada das duas funções anteriores, pois, para Ricoeur,

é básico, no fenômeno ideológico, o papel mediador incorporado ao mais elementar vínculo social: ‘a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social’ (BRANDÃO, 2004, p. 29).

Estabelecendo uma comparação entre a visão marxista da ideologia e a perspectiva de Ricoeur, Brandão (2004) sustenta que temos, de um lado, uma concepção que interpreta/define a ideologia como um “mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes” (BRANDÃO, 2004, p. 30), existindo, portanto, um discurso ideológico que legitima ou visa legitimar uma determinada classe ou grupo social; por outro, temos uma noção de ideologia em que esta é “definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica” (BRANDÃO, 2004, p. 30). A segunda perspectiva favorece, em seu entender, o estreitamento entre linguagem e ideologia, constituindo-se a linguagem uma instância significativa em que a ideologia se materializa. Ademais, essa perspectiva coloca de lado a visão da ideologia enquanto dissimulação, antes a entendendo como “algo inerente ao signo em geral” (BRANDÃO, 2004, p. 30). Para Brandão (2004), as duas perspectivas não se excluem ao pensarmos a ideologia como concepção ou forma legítima de pensar o mundo. No entanto, a legitimidade da subjetividade de se pensar o mundo pode não ser compatível com a realidade, uma vez que os modos de organização da ideologia podem não corresponder aos modos de organização da realidade.

Essa incompatibilidade pode ser vivida de maneira inconsciente. É nesse sentido que Ricoeur diz ser a ideologia operatória e não-temática, porque, ‘operando atrás de nós’ é a partir dela que pensamos e agimos sem, muitas vezes, tematizá-la, trazê-la ao nível da consciência. Ela, entretanto, pode ser produzida intencionalmente. É nesse ponto que as duas concepções de ideologia se cruzam. (BRANDÃO, 2004, p. 31)

3.2.4 O sujeito na Análise do Discurso

Mussalim (2016) propõe que consideremos a noção de *sujeito* nas diferentes fases da AD. Na AD-1, sustenta, o *sujeito* não era fonte de seu próprio discurso; ou seja, não era “concebido como um indivíduo que fala” (MUSSALIM, 2016, p. 156); era *assujeitado* a uma *máquina discursiva*; o mesmo é dizer, era submetido a regras específicas que delimitavam seu discurso, sendo que quem de fato falava não era o indivíduo/sujeito em si, mas uma ideologia, instituição ou teoria. Na AD-2, o *sujeito* é uma função. Abandona seu caráter uno (sua unicidade) da AD-1 e passa a ocupar diferentes posições, não gozando, todavia, de total liberdade, uma vez que está sujeito às “coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia [...] [a qual] é regulada por uma formação ideológica” (MUSSALIM, 2016, p. 156). Em resumo, na AD-2,

o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, [...] representação de traços de determinado lugar social (lugar do professor, do político, do publicitário, por exemplo), que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali. Ou seja, este sujeito, [...] é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso (MUSSALIM, 2016, p. 156).

Na AD-3 – fase na qual se afirma o primado do interdiscurso – o *sujeito* é heterogêneo. Ele é dividido entre o consciente e o inconsciente, entre o “eu” e o “outro”, não sendo mais senhor de si. Este “outro”, “o desconhecido, o inconsciente, passa a fazer parte de sua identidade” (MUSSALIM, 2016, p. 157). Como o discurso, o *sujeito* é descentrado. Atravessado pelo inconsciente, “não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28). O *sujeito* é heterogêneo constitutivamente, pese a sua ilusão de unicidade e de centralidade.

Ao observar as diferentes concepções de *sujeito* nas três fases da AD, Mussalim (2016) nota que na AD-1 e na AD-2 o *sujeito* é ideológico, não-individual, inserido em uma dada formação ideológica e FD. Além disso, verifica que o *sujeito* possui nas três fases da AD uma característica em comum: “não é senhor de sua vontade; ou temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva, ou temos um sujeito submetido à sua própria natureza inconsciente” (MUSSALIM, 2016, p. 157).

A concepção de *sujeito* de Orlandi (2009) enquadra-se nas duas primeiras fases da AD. Para Orlandi (2009), a *ideologia* é elementar “para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2009, p. 46). Esta interpelação é, todavia, apagada, mascarada pela evidência de que somos sempre já sujeitos, pois a ideologia tem como característica

dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como ‘que afetam o sujeito’ mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’ (ORLANDI, 2009, p. 46).

Althusser (1985, p. 93) afirma, a este propósito, que “só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos. [...] só existe ideologia para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: [...] *pela categoria de sujeito* e pelo seu funcionamento”.

Para Althusser (1985, p. 94), a categoria de *sujeito*, mesmo podendo ter outras designações, “é a categoria constitutiva de toda a ideologia [...] na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos”. A ideologia tem por base essa dupla constituição. Com efeito, ela é “o seu próprio funcionamento nas formas materiais da existência deste funcionamento” (ALTHUSSER, 1985, p. 94). Nós somos sujeitos ideológicos e vivemos na ideologia, constituindo-se a categoria de sujeito uma evidência. Evidentemente que nós somos sujeitos, mas essa evidência, como todas as outras, é um efeito ideológico. Acerca da “figura da interpelação”, Pêcheux (1995, p. 154) afirma que esta tem o mérito

de tornar tangível o vínculo superestrutural – determinado pela infraestrutura econômica – entre o aparelho *repressivo* de Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla ‘as entidades’) e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto: o vínculo entre o ‘sujeito de direito’ (aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz ao falar de si mesmo: ‘Sou eu!’

Pêcheux (1995) reconhece-lhe [à interpelação], ainda, outros dois méritos: 1. mostra o vínculo entre *sujeito de direito* e *sujeito ideológico* de tal modo “que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo [...]) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se* fala do sujeito, que *se* fala *ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, 1995, p. 154); e 2. a designação, pela formulação “indivíduo/sujeito”, do “paradoxo pelo qual o *sujeito é chamado à existência*” (PÊCHEUX, 1995, p. 154). Esse paradoxo é que a tese de Althusser (“*a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*”) apresenta um efeito retroativo pelo qual o indivíduo é sempre-já-sujeito: “‘o não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia” (PÊCHEUX, 1995, p. 155); ele é desde sempre “um indivíduo interpelado em sujeito” – o que é ocultado pela evidência do sujeito: à questão “quem é?”, a nossa resposta natural é “sou eu!”, pois é “evidente” que “eu sou a única pessoa que poderia dizer ‘eu’ ao falar de mim mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 155). Essa evidência, contudo, oculta que essa identificação “resulta de uma identificação-interpelação⁶⁹ do sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 155), guardando relação com o pré-construído: “uma discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 1995, p. 156). Desse modo, o efeito de pré-construído é tomado como a modalidade discursiva que dá conta da interpelação do indivíduo em sujeito. O sujeito althusseriano/pecheutiano é um sujeito espinosano, na medida em que é “causa de si”, como “Deus é a causa de si”⁷⁰. Preso em uma rede de nomes próprios, nomes comuns, construções sintáticas etc. atua “sobre si enquanto outro de si” (PÊCHEUX, 1995, p. 157), constituindo-se a interpelação do indivíduo em sujeito, então, um processo; fato esse que sofre um apagamento.

Mas se o indivíduo é interpelado em sujeito, se todos somos interpelados em sujeitos, Pêcheux (1995) questiona-se sobre o modo como somos designados nesse recrutamento ou “de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer),

⁶⁹ Pêcheux (1995, p. 157) denomina a *interpelação* de efeito *Munchhausen*, “em memória do imortal barão que *se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*”, o que denota o princípio elementar da sua concepção de sujeito: *ser “causa de si”*.

⁷⁰ Gregolin (2004) nota que Althusser se inspirou em Spinoza no que se refere à concepção de “verdade”; “Spinoza propõe que a verdade é imanente ao próprio conhecimento, não necessitando de qualquer garantia externa. Ele propõe, portanto, a imanência da verdade no objeto: não são necessários critérios para a verdade; é ela que julga o falso, e não o contrário. Essa nova teoria da verdade estará aplicada em sua *Ética*, na qual Spinoza mostra de que modo Deus se produz a si mesmo, às coisas e ao homem, demonstrando que esse modo de auto-produção é o próprio modo de produção do real (Deus é a *causa de si*)” (GREGOLIN, 2004, p. 41).

enquanto ‘sujeitos-falantes’” (PÊCHEUX, 1995, p. 157). Na sua perspectiva, a compreensão disso é a única forma de evitar repetir o “efeito Munchhausen” em uma análise teórica, “colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso” (PÊCHEUX, 1995, p. 158). Em conclusão, o sujeito de Pêcheux é eminentemente ideológico. A ideologia é que o constitui enquanto sujeito, pois é ela que,

através do ‘hábito’ e do uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser [...]*. É a ideologia que fornece evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 159-160)

Para Pêcheux (1995, p. 161), o indivíduo é interpelado em sujeito-falante (em sujeito de discurso), “pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (ver seção seguinte). No mesmo sentido, Orlandi (2009, p. 45) afirma que “o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva [...]”⁷¹. O *sujeito pecheutiano* é acometido de dois esquecimentos no discurso: o *esquecimento ideológico* e o *esquecimento enunciativo*. Pelo primeiro, tem a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na verdade, retoma o pré-construído, o já-dito; pelo segundo, crê que o que diz somente pode ser dito com as palavras que diz, esquecendo que “o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2009, p. 35).

Inscrita na AD-3 encontra-se a concepção de *sujeito* de Authier-Revuz (1990). Apoiada nos trabalhos de Bakhtin (dialogismo⁷²) e em uma leitura lacaniana de Freud sobre o sujeito e sua relação com a linguagem, Authier-Revuz (1990, p. 26) propõe a “heterogeneidade⁷³ constitutiva do sujeito e de seu discurso”; ou seja, que o sujeito e o discurso são atravessados pelo outro, “se constitu[em] através de um debate com a alteridade” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU; 2016, p. 261). Segundo sua tese, “o

⁷¹ Orlandi (2009, p. 35) afirma que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade”.

⁷² A esse respeito, Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 261) afirmam que em Bakhtin “as palavras são sempre as palavras dos outros, o discurso é tecido dos discursos do outro”.

⁷³ Maingueneau (1997, p. 75) alerta para o fato de comumente desvalorizarmos o objeto que qualificamos heterogêneo, o que, todavia, não é o caso quando se fala em heterogeneidade do discurso. Ao fazê-lo “não se pretende lamentar uma carência, mas tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75).

sujeito é irredutivelmente clivado, dividido pelo inconsciente, mas ele vive na ilusão necessária da autonomia de sua consciência e de seu discurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 262). O “sujeito [...] se crê fonte [do] seu discurso, quando ele nada mais é do que o suporte e o efeito” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27). Em uma perspectiva psicanalítica, a fala é “fundamentalmente heterogênea” e o sujeito é dividido (consciente/inconsciente), de tal modo que

sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da ‘pontuação do inconsciente’. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28)

Discurso e sujeito, atravessados pelo inconsciente, não são, portanto, homogêneos. O sujeito é “descentrado, dividido, clivado, barrado [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), mas é por essa descoberta que emerge a possibilidade de mascaramento e se percebe/distingue a ilusão, pois é uma necessidade do sujeito o desconhecimento da sua divisão. No lugar da divisão, o sujeito “reconstrói a imagem do sujeito autônomo” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28). Todavia, se o sujeito se pretende centrado, uno, indivisível, discursivamente a heterogeneidade assoma, quer de forma marcada (mostrada marcada), quer de forma não-marcada (mostrada não-marcada), inscrevendo inequivocamente o *outro* (ver seções 3.3., 3.3.1 e 3.3.2).

3.2.5 O sentido e as formações discursivas e ideológicas

Pêcheux (1995, p. 160) afirma que “o caráter material do sentido [...] consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas’”. Essa dependência pode ser explicada por duas teses distintas. Na primeira delas, Pêcheux (1995, p. 160) postula que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Quer isto dizer que as palavras/expressões/proposições adquirem sentido com referência às formações ideológicas em que se inscrevem, mediante as posições daqueles que as proferem/empregam. *Formação discursiva* é, então, conceituada como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), de onde se pode concluir que o sentido de uma palavra/expressão/proposição é dependente da *formação discursiva* em que essas palavras/expressões/proposições se inserem, o que denota não apenas que a uma palavra/expressão/proposição é possível atribuir sentidos diferentes, mas também que as palavras/expressões/proposições não têm “*um* sentido que lhe[s] seria ‘próprio’” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). O sentido é propriamente constituído na *formação discursiva*, nas relações que as palavras/expressões/proposições estabelecem/mantêm com outras palavras/expressões/proposições no interior da mesma FD. De modo correlato, afirma Pêcheux (1995, p. 161) que

se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’, o que [...] representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido.

O *processo discursivo* passa então a ser entendido como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos [...] em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). Em resumo, na primeira tese, Pêcheux (1995) conclui que *é na formação discursiva que se constitui o sentido*; ela (a FD) é o lugar próprio dessa constituição.

Na segunda tese, Pêcheux (1995, p. 162) sustenta que “*toda formação discursiva dissimula [...] sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*”⁷⁴. Tomando esse “todo complexo dominante” como *interdiscurso*, define como própria de toda FD a dissimulação da “objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 162); ou seja, é próprio

⁷⁴ As formações discursivas é que determinam, em uma formação ideológica, considerando as relações de classe, o que pode ou não se dizer, o que deve ou não ser dito, sempre partindo de uma posição e de uma conjuntura dadas. Fiorin (1998, p. 32) sustenta que “assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer”.

de toda FD esconder/apagar a dominação das formações ideológicas, esconder que “algo fala”, “antes, em outro lugar, e independentemente” (PÊCHEUX, 1995, p. 162), sob a dominação destas. A interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia realiza-se pelas formações ideológicas e fornece a cada um desses sujeitos a sua própria realidade, como “sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162); outrossim, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso decorre da identificação desse sujeito com a FD que o constitui como sujeito, apoiando-se essa identificação “no fato de que os elementos do interdiscurso [...] são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

Pêcheux interessa-se especialmente pela “superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada” (BRANDÃO, 2004, p. 46), sustentando que o funcionamento da instância ideológica é determinado pela instância econômica na medida em que constitui uma das condições da reprodução das relações de produção. A interpelação (ou *efeito munchhausen*) é um dos modos de funcionamento da instância ideológica. Pela interpelação, o indivíduo, que tem a ilusão de ser livre e senhor de fazer/dizer o que quer, é remetido a um determinado lugar/classe social; classe social essa que é reproduzida, no nível das relações, pelos AIE. Segundo Brandão (2004, p. 47),

num determinado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas.

Maingueneau (2015, p. 81) define *formação discursiva* como “um sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas”, cuja paternidade pode ser dividida entre M. Foucault e M. Pêcheux. Em Foucault, conforme Maingueneau (2015), o conceito de *formação discursiva* é decorrente de um trabalho em que o filósofo francês dissolve unidades textuais tópicas, procurando discernir conjuntos discursivos não-arbitrários, mas ainda invisíveis. Desse modo, o conceito de *formação discursiva*, em Foucault, é aplicado

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, [um] sistema de dispersão, e no caso em que entre os

objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Para Charaudeau e Maingueneau (2016), a *formação discursiva* de Foucault, que “deixa em aberto a textualização final” (FOUCAULT, 1969b, p. 99 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 241), está “longe [...] de um procedimento da análise do discurso que não poderia dissociar formação discursiva e estudos das marcas linguísticas e da organização textual” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 241). É com Pêcheux que o termo/noção de *formação discursiva* é integrado à AD, sendo esta (a FD) vista, em conjunto com outras FDs, como parte das formações ideológicas⁷⁵: “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras”⁷⁶ (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166).

Maingueneau (2015, p. 83) afirma que “a formação discursiva é necessariamente ‘articulada’ por meio de gêneros”, sendo necessário analisar/estudar a relação entre a posição de classe (ou na luta de classes) e os gêneros de discurso. Na sua perspectiva, “o interesse da noção de formação discursiva é [...] permitir constituir *corpora* heterogêneos, reunir livremente enunciados originários de diversos tipos de unidades tópicas” (MAINGUENEAU, 2015, p. 83). Conclui-se, a partir disso, que “a formação discursiva não recobre uma realidade homogênea”, podendo, por isso, sustentar-se que, tomando em consideração o critério de reunião/agrupamento de textos que a integram, ela pode ser de diversos tipos: *formação discursiva de identidade*; *formação discursiva temática* e/ou *formação discursiva plurifocal*. As *formações discursivas de identidade* e as *formações discursivas temáticas* são *unifocais*, organizam-se em torno de apenas um foco: a entidade/instância produtora (por exemplo, “o discurso comunista”; “o discurso da ordem dos advogados”...), no caso das primeiras; e o tema (por exemplo, o “discurso sobre o aborto”; “o discurso sobre a redução da maioria penal” etc.), no caso das

⁷⁵ Brandão (2004, p. 47) afirma, a este propósito, que “o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas”.

⁷⁶ Fiorin (1998, p. 32) afirma que “uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, [...] essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”.

segundas. As formações discursivas plurifocais são unidades não tópicas que possuem mais do que um foco. Para Maingueneau (2015, p. 93),

o próprio fato de ser possível construir tais formações discursivas leva ao extremo a lógica que subjaz à noção de unidade não tópica: é o pesquisador que, em função de suas hipóteses, dá *forma* à configuração de textos sobre a qual vai trabalhar.

Brandão (2004, p. 48) defende que “a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: a) a paráfrase⁷⁷ [...]; [e] b) o pré-construído”. Pelo primeiro, entende que a FD “é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 2004, p. 48); pelo segundo, admite “que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante ‘o que cada um conhece, pode ver ou compreender’” (BRANDÃO, 2004, p. 49). O pré-construído é o equivalente ao “sempre lá” da interpelação ideológica; é assimilado pelo enunciador quando do assujeitamento ideológico – momento/processo em que “se realiza a sua identificação [...] com o Sujeito Universal da FD” (BRANDÃO, 2004, p. 49). Uma FD regula, portanto, o assujeitamento do indivíduo, sua interpelação em sujeito. Ademais, é sempre heterogênea e instável, atravessada por outros discursos, sendo impossível traçar um limite entre *interior* e *exterior*. Seu princípio constitutivo é a contradição, que, “longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência” (FOUCAULT, 2008, p. 170).

3.3. A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA

Authier-Revuz (1990, p. 26) propõe “o que cham[a] de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso”; um princípio que, segundo Flores e Teixeira (2017, p. 74), “fundamenta a própria natureza da linguagem”. Com o intuito de desenvolver a noção de *heterogeneidade constitutiva*, Authier-Revuz recorre ao

⁷⁷ Orlandi (2009, p. 36) contrapõe *paráfrase* e *polissemia*: “duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo o discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente”. A *paráfrase* denota que em todo o dizer há sempre algo imutável, há sempre um pouco da memória; a *polissemia* opera o deslocamento, “a ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2009, p. 36).

dialogismo bakhtiniano e à psicanálise de Freud e de Lacan, adotando de Bakhtin a perspectiva de que a “interação com o discurso [é] a lei constitutiva de qualquer discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 75), isto é, que o discurso é produto de interdiscursos⁷⁸, e dos segundos (Freud e Lacan) a concepção de que o sujeito é *dividido* e sua fala é *fundamentalmente heterogênea*. Assim, de um modo geral, “fala-se de ‘heterogeneidade constitutiva’ quando o discurso é dominado pelo interdiscurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 261); quando se distingue que o discurso é constituído na relação e debate com o *outro*. Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 261-262) salientam que a noção de *heterogeneidade constitutiva* toma formas distintas para diferentes autores. Em Bakhtin, surge como um dialogismo generalizado, em que “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26); em Pêcheux, “funda o primado do interdiscurso em relação a cada formação discursiva” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 261-262); em Maingueneau, sustenta a indissociabilidade da identidade de uma FD das relações que ela mantém com outras FDs; e em Authier-Revuz tem relação próxima com a psicanálise lacaniana, o sujeito definido como dividido entre consciente e inconsciente, clivado, mas ilusoriamente autônomo⁷⁹, senhor de seu discurso. Para Authier-Revuz, o *outro* é “condição constitutiva do discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 75), isto é, a heterogeneidade é constitutiva do sujeito e do discurso; heterogeneidade essa que é inscrita nas formas de heterogeneidade mostrada marcada e heterogeneidade mostrada não-marcada na superfície linguística.

3.3.1 A heterogeneidade mostrada marcada

A *heterogeneidade mostrada* “incide sobre manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação (MAINGUENEAU, 1997, p. 75), não se restringindo à *citação* e ao *discurso relatado* (*discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre*). Para Authier-Revuz (1990, p. 26) a “heterogeneidade mostrada [são] formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito

⁷⁸ Os outros discursos são colocados por Bakhtin “como um ‘centro’ exterior constitutivo, aquele do já dito, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

⁷⁹ O interdiscurso é que regula, do exterior, o discurso, “maquinaria estrutural ignorada pelo sujeito que, na ilusão, se crê fonte deste seu discurso, quando ele nada mais é do que o suporte e o efeito” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso”, aí se situando a *pressuposição*, a *negação*⁸⁰, o *discurso relatado*, as *palavras entre aspas*, a *parafraseagem*, o *metadiscurso do locutor* (até aqui, exemplos de *heterogeneidade mostrada marcada*) e o *discurso indireto livre*, a *ironia*, o *provérbio*, o *slogan*, a *imitação*, o *pastiche* etc. (exemplos de *heterogeneidade mostrada não-marcada*)⁸¹. A distinção básica entre os fenômenos de *heterogeneidade mostrada marcada* e a *heterogeneidade mostrada não-marcada* é a presença (ou não) de “marcas claras, linguísticas ou tipográficas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 97) da alteridade, do discurso do *outro*.

O *discurso relatado em estilo direto* (um dos fenômenos de *heterogeneidade mostrada marcada*), caracteriza-se, nos termos de O. Ducrot (1987), pelo aparecimento de um *segundo locutor* em um enunciado atribuído a um *primeiro locutor*. No exemplo “se Pedro diz ‘João me disse: *eu virei*’” (DUCROT, 1987, p. 185) é notória a presença de marcas de primeira pessoa que devem ser atribuídas a dois seres diferentes. Maingueneau (1997) sustenta a relevância da discussão em relação ao fenômeno da *citação*; mais especificamente, em relação à adesão do locutor ao que está enunciando/dizendo. Berrendonner e Kerbrat-Orecchioni adotam, quanto a isso, posicionamentos distintos. Para Berrendonner, o citado é algo que o locutor não pode subscrever e no qual não confia plenamente; para Kerbrat-Orecchioni, pelo contrário, citar, colocar-se por trás de outra voz é uma forma hábil “de sugerir o que se pensa, sem necessitar responsabilizar-se por isto” (KERBRAT-ORECCHIONI *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 86).

Para Maingueneau (1997), os enunciados relatados em *discurso direto* apresentam uma diferença significativa quando comparados a *palavras entre aspas* (outro fenômeno de *heterogeneidade mostrada marcada*). Ao passo que os primeiros “são postos entre aspas para marcar sua alteridade [...] [a qual fica bem explícita, ademais,] pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 89), a *palavra entre aspas* é usada e mencionada, no processo da *conotação autonímica*, não apresentando qualquer ruptura. Os sintagmas colocados entre aspas são remetidos a um distinto espaço enunciativo, ao qual o locutor não se integra ou com o qual não se

⁸⁰ Ver seção 3.4.1.

⁸¹ Authier-Revuz (1990, p. 25) salienta que inúmeros trabalhos testemunham, em sua época, a complexidade enunciativa, trabalhando com o “discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), aspas, itálicos, citações, alusões, ironia, pastiche, estereótipo, pressuposição, pré-construtos, enunciado dividido, palavras ‘argumentativas’...”.

identifica. Colocar as aspas implica, portanto, distanciamento e não assunção da responsabilidade enunciativa do termo/sintagma aspeado. Por isso, Maingueneau (1997, p. 90) refere que “as aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu ‘exterior’”. Outrossim, para Authier-Revuz, podem desempenhar diversas funções: *diferenciação, condescendência, proteção, ênfase* etc.

Além do *discurso relatado* e das *palavras entre aspas*, a *heterogeneidade mostrada marcada* é observada em outros fenômenos linguísticos, entre os quais o *metadiscorso do locutor*, onde se enquadram as *glosas*. Conforme Maingueneau (1997, p. 93, grifo do autor),

em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda: o dito é constantemente atravessável por um **metadiscorso** mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência. [...] Do ponto de vista da AD, o metadiscorso do locutor apresenta um grande interesse, pois permite descobrir os ‘pontos sensíveis’ no modo como uma formação discursiva define sua identidade em relação à língua e ao interdiscorso.

Maingueneau (1997, p. 93-94) refere que o *metadiscorso* pode ser destinado (ou visar) *construir uma imagem do locutor* (ex: “para falar como os políticos”; “para parecer eloquente” etc.); pode *marcar/evidenciar uma inadequação dos termos* (ex: “se é possível afirmar”; “de alguma forma” etc.); pode ser uma *forma de autocorreção* (“olhe o que eu estou dizendo!”; “melhor dizendo” etc.); pode *confirmar* (ex: “é isso mesmo que estou dizendo” etc.); pode fazer uma *solicitação para emprego de um determinado termo* (ex: “se me permite a expressão” etc.); *pode fazer uma preterição* (ex: “eu ia falar”; “eu ia acrescentar” etc.); e pode, de forma antecipada, *corrigir possíveis falhas na interpretação* (ex: “no sentido X da palavra” etc.). O *metadiscorso*, em última instância, é uma espécie de denegação, da parte do sujeito, do lugar que a FD lhe atribui. Ele aparenta construir, pelo *metadiscorso*, uma identidade que independe da FD em que está inserido.

Outro exemplo de *heterogeneidade mostrada marcada* é a *parafraseagem*, a qual é, para a AD,

uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscorso. Fingindo dizer diferentemente a ‘mesma coisa’ para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre [...] o bem-estar que pretende absorver, ela define uma

rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva. (MAINGUENEAU, 1997, p. 96)

Não sendo nunca neutra (pois é um fato discursivo), a *paráfrase* atribui uma determinada autoridade àquele que se vale dela, pois este é capaz de lembrar o significado das palavras/expressões, de tal modo que “o discurso [reencontra] a própria coisa” (MAINGUENEAU, 1997, p. 97).

3.3.2 A heterogeneidade mostrada não-marcada

Se a *heterogeneidade enunciativa* é, muitas vezes, notada devido a diversas marcas linguísticas ou tipográficas, em outras ocasiões, sua reconstrução implica a remissão a outros índices, como acontece no caso da *ironia*, do *discurso indireto livre*, do *provérbio*, do *slogan* etc.

A *ironia* “*subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 98). Diferentemente da *negação*, que abertamente rejeita um enunciado positivo, a *ironia* rejeita sem que recorra a um operador explícito⁸². Na *ironia*, “o ‘locutor’ coloca em cena um ‘enunciador’ que adota uma posição absurda e cuja alocução não pode assumir” (MAINGUENEAU, 1997, p. 98). Ducrot (1987) adota a perspectiva de Sperber e Wilson, para quem “um discurso irônico consiste sempre em fazer dizer, por alguém diferente do locutor, coisas evidentemente absurdas, a fazer, pois, ouvir uma voz que não é a do locutor e que sustenta o insustentável” (SPERBER; WILSON, *apud* DUCROT, 1987, p. 197)⁸³. Esse distanciamento é atestado por índices/marcas linguísticas, situacionais, gestuais etc. Como a *ironia* é de difícil apreensão/distinção⁸⁴, na ausência de entonação, mímica, “tom de voz, pestanejar, pigarrear [...] e, já a um outro nível, [de] frases demasiado longas, [e de] repetições de certas palavras ou expressões” (GUIMARÃES, 2001, p. 414), recorre-se, na escrita, à observação de expedientes como o *caráter hiperbólico do enunciado*, *uso de aspas*, *ponto de exclamação*, *uso de reticências*, *uso de caixa alta*,

⁸² Amorim (2002, p. 1) afirma que a *ironia* constitui-se “[...] de uma forma mais complexa, em que a presença do ‘outro’ não se manifesta de modo tão explícito, conforme ocorre no discurso relatado ou nas formas marcadas de conotação autonímica”.

⁸³ Ducrot (1987, p. 197-198) admite que faz uma pequena alteração na afirmação de Sperber e Wilson: substitui “mencionar um discurso” por “fazer ouvir uma voz”.

⁸⁴ Guimarães (2001, p. 411) afirma ser fácil apreciá-la, mas “é difícil definir e explicar a *ironia* de modo aprofundado”.

explicitação de entonação etc. Na falta desses índices, a compreensão da ironia depende do *contexto*⁸⁵. Para Berrendonner (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 100), a ironia é uma forma de escapar às normas da atividade linguística, uma forma de “frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e da convivência públicas”. Em certo sentido, a *ironia* não respeita as leis do discurso, nomeadamente a *lei da sinceridade*.

Em oposição à *ironia*, que opera uma *rejeição*, o *provérbio* e o *slogan* marcam a *adesão* do *locutor* ao enunciado. Embora não se responsabilize pela fala, pois apaga-se diante de um *locutor superlativo*, o *locutor* adere ao que é posto. Para Maingueneau (1997, p. 101), os *provérbios* são “verdades imemoriais por definição [...] [e], com muita justiça, fazem parte do dicionário de língua”. O *slogan*, em sua perspectiva, está essencialmente ligado à ação, a práticas, pois funciona como um impulso e um engano/armadilha ao “dar a seu destinatário a ilusão de ser seu destinador” (REBOUL, 1975, p. 24 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 101), o que deriva do fato de o *slogan* presumir “a ausência de um enunciador, tal como ocorre nas citações de autoridade, ausência esta que se volta para o lugar que pode e deve ser ocupado por qualquer enunciador” (MAINGUENEAU, 1997, p. 101).

Outro exemplo de *heterogeneidade mostrada não-marcada* é a *imitação*, a qual pode assumir valores distintos e opostos: a *captação* e a *subversão*. Há *captação* quando em uma imitação se mantém, positivamente, a estrutura explorada; há *subversão* quando na imitação se desqualifica, de algum modo, a estrutura imitada. Remetendo à imitação de um gênero do discurso, Maingueneau (1997, p. 102) distingue quatro casos: “a) captação de um gênero; b) captação de um texto singular e de seu gênero; c) subversão de um gênero; d) subversão de um texto singular e de seu gênero.” Um exemplo de *captação* e *subversão* do gênero proverbial é: “em terra de cegos, todo mundo vê bem”. Este desvio *capta* o tom de oralidade, a sonoridade do provérbio “em terra de cegos, quem tem um olho é rei”, mas *subverte-o* no que toca a significado, à sua moralidade, ao seu sentido.

Maingueneau (1997) distingue ainda como exemplos de *heterogeneidade mostrada não-marcada* o *pastiche* e as *formações discursivas*. O *pastiche* porque supõe a presença de duas fontes enunciativas (duas vozes), a original e a do produtor do

⁸⁵ Para Lausberg (1993, *apud* GUIMARÃES, 2001, p. 414), “o sinal da ironia é o contexto”. Schoentjes (*apud* ORTEGA, 2006, p. 4) “afirma que a origem da ironia se encontra na conversação, sendo por isso primordial conhecer nosso ouvinte para entender o que quer dizer”.

pastiche; a *formação discursiva* porque, do mesmo modo que no *pastiche*, os sujeitos se deparam com a alteridade. Conforme Maingueneau (1997, p. 105-106),

à medida que os conjuntos textuais presumem a existência de uma classe de enunciadores que, neste lugar de enunciação, revelam-se substituíveis, atinge-se uma polifonia totalmente radical em *que um sujeito encerra em seu interior o ON que sustenta sua formação discursiva*.

3.4. A POLIFONIA

Como sustentado por Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 384), *polifonia* é um “termo emprestado da música, que alude ao fato de que os textos veiculam, na maior parte dos casos, muitos pontos de vista diferentes”. Depois de adotado por Bakhtin em um livro sobre Dostoievski, Ducrot (1987) retoma-o em seu “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, começando por firmar como seu objetivo a *contestação da unicidade do sujeito falante*, ou seja, que um enunciado possui somente um autor. Ducrot “é contra essa concepção da unicidade do sujeito falante” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 65). Bakhtin, segundo Ducrot (1987, p. 161), elaborou o conceito de *polifonia*⁸⁶, mas aplicou-o invariavelmente “a textos, a sequências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela [a teoria de Bakhtin] não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz.” Tal postulado é, na ótica de Ducrot (1987), um dogma que integra a tradição linguística, de maneira que estudos como o de Banfield⁸⁷ definem como *anormais* enunciados que apresentam (ou podem apresentar) uma pluralidade de pontos de vista. Para Ducrot (1987, p. 162), existe “o cuidado em manter a qualquer preço a unicidade do sujeito falante”, o que ele contesta “ao introduzir a noção de polifonia nos estudos linguísticos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 385). Desse modo,

em *O dizer e o dito* (1987) são introduzidas várias definições teórico-metodológicas cujo objetivo é sustentar a tese segundo a qual é

⁸⁶ Ducrot (1987, p. 161) afirma que, “para Bakhtin, há toda uma categoria de textos [...] para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras: trata-se do que ele chama, em oposição à literatura clássica ou dogmática, a literatura popular, ou ainda carnavalesca, e que às vezes ele qualifica de mascarada, entendendo por isso que o autor assume uma série de máscaras diferentes”.

⁸⁷ “Estudo de Ann Banfield (1979), sobre o estilo indireto livre” (DUCROT, 1987, p. 162).

possível verificar diferentes representações do sujeito da enunciação no sentido do enunciado. (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 65)

Por isso, Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 385) afirmam que “a originalidade de sua abordagem [de Ducrot] reside na cisão do sujeito falante no nível do próprio enunciado”. Ducrot introduziu a distinção entre o *locutor* e os *enunciadores*, respectivamente, responsável pela enunciação (deixa marcas de primeira pessoa) e *seres discursivos abstratos* que apresentam distintos pontos de vista. O ser falante real não é motivo de seu interesse. Ducrot (1987, p. 162) sustenta que “o produtor empírico [é um] ser que não deve ser levado em conta por uma descrição linguística preocupada somente com indicações semânticas contidas no enunciado”, devendo ser abstraído.

3.4.1 Esboço de uma teoria polifônica da enunciação

Ducrot (1987) faz o “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, cuja intenção precípua é colocar em causa os princípios: 1º de que a um *enunciado* corresponde um (e apenas um) *sujeito de consciência*; 2º de que a um *locutor* corresponde um *sujeito de consciência* que lhe é idêntico (ou seja, questiona se $1 \text{ enunciado} = 1 \text{ sujeito de consciência}$; $1 \text{ locutor} = 1 \text{ sujeito de consciência}$). Definindo suas pesquisas como integrando a “pragmática semântica” ou “pragmática linguística”, Ducrot (1987, p. 163) assinala que seu problema fundamental não é mais distinguir o “que se faz quando se fala, mas [o] que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz”. Na sua perspectiva, “todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação” (DUCROT, 1987, p. 163-164), sendo essa qualificação o que constitui o sentido do enunciado. Desse modo, “o objeto da pragmática semântica [...] é [...] dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isto, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 164). Nesse sentido, Ducrot (1987) procede a uma distinção entre *enunciado* e *frase*, afirmando, *a priori*, que o *enunciado* é observável (o que o linguista pode tomar como observável) – é a manifestação particular de uma *frase*. Exemplo dado, “faz bom tempo”, dito por duas pessoas diferentes ou em momentos diferentes, tratar-se-á “de dois enunciados diferentes, de dois observáveis diferentes, [...] que se trata [para a maior parte dos linguistas] de duas ocorrências da mesma frase de uma

língua” (DUCROT, 1987, p. 164). A definição de Ducrot (1987) de *enunciado* assenta na noção de “*autonomia relativa*”, que compreende duas condições: *coesão* e *independência*. Diz-se que “há coesão em um segmento se nenhum de seus segmentos é escolhido por si mesmo, quer dizer, se a escolha de cada constituinte é sempre determinada pela escolha do conjunto” (DUCROT, 1987, p. 164); de outro lado, diz-se que há *independência* se a escolha do segmento “não é imposta pela escolha de um conjunto mais amplo de que faz parte” (DUCROT, 1987, p. 165). Ducrot (1987, p. 165), a título de esclarecimento, dá o exemplo seguinte:

quando, para incitar à temperança uma pessoa muito gulosa, se lhe recomenda “Coma para viver!”, o *coma* não constitui um enunciado, porque é escolhido somente para produzir a mensagem global: o sujeito falante não deu primeiro o conselho “coma!” ao qual teria acrescentado em seguida a especificação “para viver”. Mas se a mesma sequência serve para aconselhar a um doente sem apetite a comer pelo menos alguma coisa, o *coma* deve ser compreendido como um enunciado, assumido pelo sujeito falante, e reforçado em seguida por um segundo enunciado que traz um argumento para apoiar o conselho dado.

Para Ducrot (1987), por uma questão metodológica, o *enunciado* deve ser entendido como *entidade observável*, ao passo que a *frase* constituiria uma *entidade teórica*, “uma construção do linguista, e que permite dar conta dos enunciados” (DUCROT, 1987, p. 166). Quanto à *enunciação*, ela é, na sua acepção, “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 168), e não a “atividade psico-fisiológica implicada na produção do enunciado [...] ou o produto da atividade do sujeito falante” (DUCROT, 1987, p. 168). A enunciação é interpretada por Ducrot (1987) como uma aparição, como um acontecimento histórico que não mais se repetirá. Por isso, ele não manifesta interesse ou preocupação na distinção/definição do autor do enunciado. A enunciação não é entendida como “o ato de alguém que produz um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 169)⁸⁸.

Correlativamente à oposição *frase x enunciado*, Ducrot (1987) opõe *significação* e *sentido*, estabelecendo para a caracterização semântica de uma *frase* o termo “significação”, ao passo que para a caracterização semântica do *enunciado* atribui a palavra “sentido”. Em seu entender, “o sentido do enunciado [não] é a significação da frase temperada por alguns ingredientes emprestados à situação de discurso”

⁸⁸ A este propósito, Ducrot (1987, p. 169) esclarece que, “para construir uma teoria do sentido, uma teoria do que é comunicado” tem necessidade de colocar de parte a noção de sujeito falante.

(DUCROT, 1987, p. 170). A *significação* não faz parte do *sentido*; antes fornece instruções para a apreensão/interpretação do sentido de um enunciado. Em resumo, a *significação* tem natureza instrucional⁸⁹, o que fica ainda mais evidente quando se aplicam variáveis argumentativas. Ducrot (1987) dá um exemplo, usando o morfema *trop* (demais): O est *trop* P. O (objeto) est *trop* P (propriedade). O autor deste enunciado considera uma proposição *r*, a qual refuta por meio do enunciado, pois O ultrapassa um certo grau (D) de *propriedade*, chegando a uma conclusão *não-r*. Todavia, esta frase não diz qual é o *r* contestado, “mas [...] apresenta um aviso, quando se vai interpretar um enunciado desta frase, para se procurar que *r* determinado o autor do enunciado tinha em mente” (DUCROT, 1987, p. 171). Ou seja, a *frase* dá instruções ao interlocutor. Ela não determina o sentido do enunciado, mas incita à sua constituição; sentido que é interpretado por Ducrot (1987, p. 172) como “uma descrição da enunciação. O que o sujeito falante comunica através de seu enunciado é uma qualificação da enunciação deste enunciado”. Toda a enunciação faz, através do enunciado que veicula, referência a si mesma. Faz uma autorreferência, como um livro, em que o título surge como seu qualificador. E o enunciado (o sentido do enunciado) dá indicações quanto às fontes da enunciação, uma vez que “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (DUCROT, 1987, p. 172).

Para reforçar que “o sentido do enunciado é uma representação da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 172), são assinalados outros aspectos dessa representação (ou dados exemplos de enunciados em que essa representação é manifestamente visível), tais como: 1. que “um enunciado possui [...] uma força ilocutória, [...] atribui a sua enunciação um poder ‘jurídico’, o de obrigar a agir [...], o de obrigar a falar [...] etc.” (DUCROT, 1987, p. 172), virtude jurídica que o sujeito falante *faz saber* ao seu interlocutor, mas que *não apresenta* como própria da sua enunciação, pois o reconhecimento de atos em uma produção linguística depende da atribuição de um sentido ao enunciado, “que é um conjunto de indicações sobre a enunciação” (DUCROT, 1987, p. 173); 2. que o *sentido* pode apresentar/representar a enunciação também pela *argumentação*, pois o caráter argumentativo de um enunciado integra seu

⁸⁹ Ducrot (1987, p. 170) dá a seguinte explicação: “conhecer a significação da frase portuguesa subjacente a um enunciado “O tempo está bom” é saber o que é necessário fazer, quando se está em presença deste enunciado, para interpretá-lo. A significação contém, pois, por exemplo, uma instrução solicitando que se procure de que lugar fala o locutor, e que se admita que este afirma a existência de tempo bom neste lugar de onde está falando. O que explica que um enunciado do tipo “o tempo está bom” não pode ter por sentido que está fazendo tempo bom em qualquer parte do mundo”.

sentido, o qual “é uma qualificação da enunciação, e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas consequências” (DUCROT, 1987, p. 174); e 3. as frases exclamativas (interjeições ou exclamativas completas) que, outrossim, qualificam a enunciação.

Ainda relativamente ao *sentido*, Ducrot (1987, p. 177) assinala que

na medida em que o enunciado e seu sentido são veiculados pela enunciação, as propriedades jurídicas, argumentativas, causais, etc, por eles atribuídas a ela, não poderiam ser vistas como hipóteses feitas a propósito da enunciação, mas como a constituindo.

Passando à noção de sujeito, Ducrot (1987) assinala três propriedades que comumente lhe são atribuídas: 1. o sujeito desenvolve a atividade psicofisiológica que lhe permite produzir o enunciado; 2. o sujeito é o autor “dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 178); e 3. o sujeito é designado no enunciado pelas marcas da primeira pessoa. Todavia, Ducrot (1987) tece algumas considerações a este propósito. Primeiramente, coloca em causa a unicidade dos atos ilocutórios, ou seja, a ideia de que um enunciado realiza apenas um ato ilocutório, pois postula (ainda que reticentemente) a existência do que denomina de *ato ilocutório de pressuposição*, que seria concomitante a outros atos ilocutórios, como a pergunta. Em segundo lugar, tomando o discurso direto como exemplo, nota que as marcas de primeira pessoa, nesse caso, não remetem a um ser extralinguístico, ao sujeito/autor do enunciado. Com efeito, no entender de Ducrot (1987, p. 180) a tese da unicidade do sujeito, mesmo em enunciados simples, apresenta dificuldades, como acontece no caso das retomadas⁹⁰. Em enunciados complexos, onde se observa a presença da conjunção *mas*, essa tese é ainda mais discutível. Ducrot (1987, p. 181) sustenta que, em uma situação em que alguém se queixa de não ter dormido nada durante a noite, a resposta “pode ser que você não tenha dormido, mas, de qualquer forma, você roncou solenemente” não pode ser atribuída na íntegra ao autor físico do enunciado, sendo razoável imputar-lhe apenas a segunda afirmação, que corrige a primeira com o *mas*⁹¹.

Retomando o que vimos anteriormente: “o sentido de um enunciado [...] é a descrição de sua enunciação” (DUCROT, 1987, p. 181), por meio de indicações argumentativas, ilocutórias e relativas às causas da fala, mas estas indicações são

⁹⁰ Ver Ducrot (1987, p. 180).

⁹¹ Em enunciados do tipo “pode ser p mas q” é frequente não se poder imputar a responsabilidade pelas duas afirmações ao autor efetivo do enunciado, conforme Ducrot (1987, p. 181).

secundárias, quando em comparação com as “indicações, que o enunciado apresenta, no seu próprio sentido, sobre o (ou os) autor(es) eventual(ais) da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 181). Aqui, cabe reforçar que Ducrot (1987) adota uma posição de neutralidade quanto à ideia da existência de um produtor de fala (esse produtor não lhe interessa), mas admite, no entanto, que à enunciação, enquanto constitutiva do sentido do enunciado, podem ser atribuídos “um ou vários sujeitos que seriam sua origem” (DUCROT, 1987, p. 182), entre os quais se podem distinguir dois tipos de personagens: enunciadore e locutores. Estes últimos (os locutores⁹²) são seres admitidos como responsáveis pelos enunciados, “uma ficção discursiva” (DUCROT, 1987, p. 187), a quem se referem as marcas de primeira pessoa, podendo ser distintos do autor empírico/sujeito falante (aquele que experiencia), do produtor do enunciado. Aliás, os locutores não somente podem ser distintos do sujeito falante como em certas enunciações (nos enunciados “históricos”, conforme Benveniste) podem não se assimilarem a uma individualidade ou não serem distinguíveis. Esses enunciados “históricos”, por não possuírem marcas explícitas da primeira pessoa, não atribuem “a nenhum locutor, a responsabilidade de sua enunciação” (DUCROT, 1987, p. 184). É suficiente, quanto a isso, notar que, para Ducrot (1987, p. 184), as enunciações “históricas” (onde se enquadram os provérbios) não fazem menção à sua origem nem exibem o autor de sua fala. Ducrot (1987) entende que a não-menção da origem não legitima a atribuição da origem da enunciação dos enunciados “históricos” a uma subjetividade superindividual. Em todo caso, ressalva que essa “origem não é um *tema necessário* das indicações semânticas, mas uma das características que *podem* atribuir (ou não) à enunciação” (DUCROT, 1987, p. 184). Ainda relativamente aos locutores, existe a possibilidade de em um único enunciado distinguirem-se dois locutores (vide o *discurso direto*), sendo tal desdobramento também utilizado na produção de um eco imitativo (A: Eu estou apaixonada...; B: Eu estou apaixonada; você pensa que vou acreditar nisso?) na apresentação de um discurso imaginário (“Se alguém me dissesse *eu te amo*, eu responderia...”), nos monólogos etc.

⁹² O equivalente ao *narrador*. Ducrot (1987, p. 194) destaca que “o autor de uma narrativa [...] representa, segundo Genette, um narrador, responsável pela narrativa e que tem características bem diferentes daquelas que a história literária ou a psicologia da criação romanesca devem reconhecer ao autor”. O narrador relata os acontecimentos; o autor imagina-os ou inventa-os. Outra diferença entre os dois (narrador e autor) é a relação com o tempo, pois “o tempo gramatical utilizado [em um romance, por exemplo] pode muito bem não tomar como ponto de referência o momento em que o autor escreve, mas aquele em que o narrador relata” (DUCROT, 1987, p. 195).

Ducrot (1987) recorre ao *discurso direto* para proceder a uma distinção entre *sujeito falante* (ser empírico) e *locutor* (ser do discurso). No discurso direto, a enunciação é apresentada “como dupla: o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos, eventualmente subordinados” (DUCROT, 1987, p. 186-187). Empiricamente, a enunciação é realizada e responsabilidade de um sujeito falante, mas o enunciado dá dela uma ideia de troca e de diálogo. Mantendo que o discurso direto “visa informar sobre um discurso que foi efetivamente realizado” (DUCROT, 1987, p. 187), Ducrot (1987) coloca em causa sua integridade, ou seja, admite que “o autor do relato, para informar sobre o discurso original, coloca em cena, dá a conhecer uma fala que ele supõe, simplesmente, que ela tem alguns pontos comuns com aquela sobre a qual ele quer informar seu interlocutor” (DUCROT, 1987, p. 187).

O discurso direto, exemplo de polifonia, da assunção de vozes distintas, não é, portanto, literal; antes acentua e preserva o essencial. Sua diferença em relação ao discurso indireto não reside em dar a conhecer a forma. O estilo direto, como o indireto, “pode também visar só o conteúdo, mas para fazer saber qual é o conteúdo, escolhe dar a conhecer uma fala” (DUCROT, 1987, p. 187), imputar um enunciado a um locutor.

Na noção de *locutor*, Ducrot (1987) opera a distinção entre *locutor enquanto tal* e *locutor enquanto ser do mundo*. O primeiro “é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade” (DUCROT, 1987, p. 188); o segundo, “uma pessoa ‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 188). O *locutor enquanto ser do mundo* é aquele a quem se atribui o sentimento em enunciados declarativos. Enquanto ser do mundo, tem a propriedade de sentir e de enunciar o que sente. É designado, regra geral, pelo pronome *eu*. O *locutor enquanto tal*, por sua vez, é o ser a quem se atribui o sentimento em uma interjeição, pois a “interjeição apresenta sua enunciação como motivada pelo sentimento que expressa” (DUCROT, 1987, p. 188), como se o sentimento – alegria, tristeza – já lhe fosse inerente, não-exterior. Além disso, os dois tipos de locutores distinguem-se em termos da retórica, nomeadamente no que concerne ao *ethos*. A imagem que o orador faz de si mesmo no discurso está vinculado ao *locutor enquanto tal*, uma vez que “é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [...] de certos caracteres [...]” (DUCROT, 1987, p. 189), ao passo que aquilo que o orador pode “dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz [...] respeito [ao locutor enquanto] ser do mundo” (DUCROT, 1987, p. 189). Mas, além dos locutores, que podem desdobrar-

se, são observáveis no discurso vozes que não se atribuem nem ao *locutor enquanto tal* nem ao *locutor enquanto ser do mundo*, mas aos *enunciadores*:

seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuíam palavras precisas: se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192)

Ducrot (1987, p. 192) afirma que “o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor”. Se o *autor* organiza as falas dos personagens, o *locutor*, analogamente, organiza os pontos de vista e as atitudes dos enunciadores. Estes enunciadores têm como correspondentes os “centros de perspectiva” de Genette, ou os “sujeitos de consciência”⁹³, enquanto os *locutores* correspondem aos *narradores*. Os dois, locutores e narradores, por sua vez, se opõem ao *sujeito falante* empírico (produtor efetivo) e ao *autor*, respectivamente. Em resumo: *enunciador* = *sujeito de consciência/centro de perspectiva/ponto de vista*; *locutor* = *narrador*; e *sujeito falante (produtor efetivo/autor empírico)* = *autor*

Para melhor elucidação da diferença entre *locutor* e *enunciador*, Ducrot (1987, p. 196) cita Genette, para quem “o narrador [= locutor] é ‘quem fala’, enquanto que o centro de perspectiva [=enunciador] é ‘quem vê’”. Os dois papéis, em inúmeros casos, não se atribuem a um ser único. No nível do enunciado, Ducrot descreve o desdobramento em locutor e enunciadores do seguinte modo:

o locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável – como exprimindo atitudes de que pode recusar a responsabilidade. O locutor fala no sentido em que o narrador relata, ou seja, ele é dado como a fonte de um discurso. Mas as atitudes expressas neste discurso podem ser atribuídas a enunciadores de que se distancia – como os pontos de vista manifestados na narrativa podem ser sujeitos de consciência estranhos ao narrador (DUCROT 1987, p. 196).

A pertinência da noção de enunciador é demonstrada na *ironia*⁹⁴ e nos fenômenos da *negação* e da *pressuposição*, especialmente. Na *negação*, Ducrot (1987) assinala a distinção entre *locutor* e *enunciador*, sustentando que um enunciado declarativo negativo implica a realização de dois atos ilocutórios. Desse modo, em um enunciado

⁹³ As noções de *enunciador* e de *centro de perspectiva* “servem para fazer aparecer no enunciado um sujeito diferente não somente daquele que fala de fato, [romancista/sujeito falante], mas também daquele de que se diz que fala [narrador/locutor]” (DUCROT, 1987, p. 197).

⁹⁴ Ver seção 3.3.2 (*heterogeneidade mostrada não-marcada*).

como “Joana não é simpática”, o primeiro ato, A1, seria uma asserção positiva que daria conta da simpatia de Joana, o outro, A2, uma recusa de A1⁹⁵. Esses dois atos (A1 e A2) não podem ser atribuídos a um único autor, sendo “geralmente, o enunciador de A2 [...] assimilado ao locutor, e o de A1 a uma personagem diferente do locutor, que pode ser tanto o alocutário quanto um terceiro” (DUCROT, 1987, p. 201-202). No nosso caso, o *locutor enquanto tal*, responsável pelo enunciado “Joana não é simpática” coloca em cena um enunciador E1 que sustenta que Joana é simpática (enunciado positivo), e um outro, E2, assimilado ao próprio *locutor enquanto tal*, que se opõe (por um enunciado negativo) a E1. Ou seja, “Joana não é simpática” admite dois enunciadores: E1 – Joana é simpática; E2 (a que se assimila o *locutor enquanto tal*) – Joana não é simpática.

Ducrot (1987), ademais, divide a *negação* em três tipos⁹⁶: 1. *negação descritiva*; 2. *negação polêmica*; e 3. *negação metalinguística*. A *negação descritiva* “descreve um estado de coisas; seu enunciado pode ser parafraseado com o auxílio de um enunciado positivo [...], [...] serve para falar do mundo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 82). Um exemplo de *negação descritiva* é: “não há estrelas no céu”, que pode ser parafraseado por um enunciado positivo como “o céu está muito nublado”. A *negação polêmica* é a que se opõe a uma asserção anterior, seja ou não explícita. Seu movimento é de refutação, de negação do enunciado positivo que se lhe opõe. É também a mais comum. Além disso, “apresenta a particularidade de poder contestar tanto o pressuposto quanto o posto do enunciado que ela rejeita” (MAINGUENEAU, 1997, p. 82). Um exemplo de *negação polêmica* é: “ele não é menos compreensivo do que era, jamais foi”. Esta negação, da responsabilidade de E2, contradiz uma positiva (implícita ou explícita) do gênero “meu pai agora é menos compreensivo” (atribuída a E1), que pressupõe que “anteriormente o pai era compreensivo”. Por último, destacamos a *negação metalinguística*, a qual “contradiz os próprios termos de um enunciado oposto”

⁹⁵ Ducrot (1987, p. 202) esclarece que “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação”. Para assinalar essa dissimetria recorre à expressão *ao contrário*. Por exemplo, em um enunciado como “Joana não é simpática” pode-se acrescentar “ao contrário, é terrivelmente antipática”. Esse segundo enunciado é contrário não a “Joana não é simpática”, mas ao enunciado positivo, ao ponto de vista positivo “Joana é simpática”. Esta possibilidade de encadeamento, constata Ducrot (1987, p. 203) “é excluída se o primeiro enunciado é positivo”. Assim, não ocorrerá nunca “Joana é simpática. Ao contrário, ela é um amor de pessoa”. Efetivamente, quando digo “Joana é simpática”, dou a entender que alguém colocou isso em causa, que alguém declarou que ela não é simpática, mas “não posso fazer alusão à atitude deste enunciador virtual, para opor-me a ele através de *ao contrário*. Do que se pode concluir que tal enunciador tem uma presença e um estatuto diferente no enunciado positivo e no enunciado negativo. E minha teoria da negação dá conta desta diferença coloca[n]do que, no segundo caso, o lugar deste enunciador já está marcado na frase” (DUCROT, 1987, p. 203).

⁹⁶ Maingueneau (1997, p. 81) afirma que a distinção entre *negação polêmica* e *negação descritiva* é muito importante para a AD.

(MAINGUENEAU, 1997, p. 84) ou, nos termos de Ducrot (1987, p. 203), “contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe”, “visando ao locutor que assumiu o enunciado negado, podendo anular seus pressupostos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 84). Exemplo de *negação metalinguística* dado por Maingueneau (1997) é: “a França não parou de recuar, ela jamais recuou” (recusa os termos do locutor); cujo *conteúdo posto* é “a França não parou de recuar”. O *enunciado negado* e o *pressuposto* são, respectivamente: “a França parou de recuar”; “a França recuava”. O quadro da enunciação da *negação metalinguística*, neste caso, é o seguinte:

- E0: “A França recuava.” (*pressuposto; depreendido de E1*)
- E1: “A França parou de recuar.” (*enunciado positivo negado; pode ser implícito ou explícito*)
- E2: “A França não parou de recuar.” (*conteúdo posto*)
- E3: “A França não parou de recuar, ela jamais recuou.” (*também conteúdo posto, recusando os termos do locutor*)

Na *pressuposição*, apresentam-se “dois enunciadores, E1 e E2, responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos, pressuposto e posto” (DUCROT, 1987, p. 216). Desse modo, em: “os Knicks nunca mais perderão”, distingue-se um *enunciador* (E1 – o *pressuposto*), que sustenta que “os Knicks perderam anteriormente”, e um *enunciador ON* (E2 – *conteúdo posto*), que se opõe ao E1 ao afirmar que os Knicks nunca mais perderão. Este *enunciador ON*⁹⁷ (E2) coincide com o *locutor*. Trata-se não do *locutor enquanto tal*, mas do *locutor enquanto ser do mundo*, “a pessoa que ele institui independentemente do ato de enunciação que está realizando” (MAINGUENEAU, 1997, p. 79).

⁹⁷ Apoiando-se nas ideias de Berrendonner, Ducrot (1987, p. 216) assinala que este ON é “uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado”.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, procedemos à explanação dos dados coletados na nossa pesquisa, iniciando com uma referência aos *procedimentos metodológicos* adotados (tópico 4.1.), passando, posteriormente, a elencar os *procedimentos de análise do corpus* (tópico 4.2.). Em seguida, apresentamos uma *relação dos dados coletados* (tópico 4.3.).

4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, de natureza teórico-descritiva e de abordagem qualitativa (com suporte quantitativo), obedecemos a determinados procedimentos metodológicos que passamos a identificar.

Em primeiro lugar, deparamo-nos com um *problema*, com “a busca de um maior entendimento de [uma questão] posta pelo real” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 85), qual seja, *o papel desempenhado pelos enunciados proverbiais na materialidade das formações discursivas*. Visávamos ao preenchimento de um espaço de saber, ao melhor conhecimento e compreensão do uso/recurso aos provérbios em um dado discurso e de que forma esses mesmos provérbios contribuem ou corporificam esse mesmo discurso. Nossa pesquisa é, portanto, uma *pesquisa fundamental*, pois visa “a aumentar a soma dos saberes disponíveis” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 86) no que tange à viabilização/implicação dos enunciados proverbiais em uma prática discursiva. Nesse sentido, buscamos informações suplementares (bibliografia – livros, teses etc.) que nos possibilitassem melhor delimitar ou cercar nosso *problema de pesquisa*. Como destacado por Laville e Dionne (1999, p. 88), “um problema de pesquisa não é [...] um problema que se pode ‘resolver’ pela intuição, pela tradição, pelo senso comum ou até pela simples especulação”. Exige a coleta de informações/dados e o recurso aos nossos conhecimentos, fundados em *atos brutos* e/ou *atos construídos*. Nossa experiência, enquanto locutores/sujeitos inseridos em determinados grupos/círculos sociais e correspondentes formações ideológicas e formações discursivas, garantia-nos a não-casualidade da locução/enunciação de um provérbio, a certeza de que o simples ato de sua locução/enunciação participava de uma escolha que visava, ao menos, à ênfase/reforço de nossa fala e de nossos valores. Conhecíamos *atos brutos* como a organização em volumes/dicionários de provérbios e expressões idiomáticas, bem como

a contribuição de Teófilo Braga, no cenário lusitano, na recolha e indexação desses ditos populares, e construímos determinadas *generalizações*⁹⁸, tais como o uso sobremaneira comum desse tipo de enunciado em determinadas classes sociais e faixas etárias. Nossa *experiência pessoal*, a *intuição*, a *tradição* e a *autoridade* haviam ditado/alicerçado nossos conhecimentos. Pela *experiência*, reconhecíamos a frequência de uso dos provérbios entre os mais velhos e entre os mais pobres; pela *intuição*, compreendíamos o valor de *verdade geral* desses enunciados, tais eram sua gravidade e recorrência discursivas (o *bom-senso* ou *senso comum*⁹⁹ balizava sua força argumentativa); pela *tradição*, aquela que “dita o que se deve conhecer, compreender [...], como se comportar” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 19), distinguíamos sua carga moralizante, conselheira, ameaçadora, generalizante, reforçada pela *autoridade* das figuras paternas, que tantas vezes os verbalizavam. A par disso, adotamos *conceitos*¹⁰⁰, de maneira a lermos “o real social, questioná-lo e conhecê-lo” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 91), e *teorias*, ou seja, “generalizações da ordem das conclusões ou das interpretações, mas de grande envergadura. [...] generalizações de generalizações” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 93)¹⁰¹. Ora, tais conhecimentos careciam, no entanto, de validação científica, ou de método científico:

elemento fundamental do processo de conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos. (SEVERINO, 2016, p. 108)

⁹⁸ Segundo Laville e Dionne (1999, p. 90, grifo do autor) generalizações “são *conhecimentos construídos para explicar conjuntos de fatos brutos*”. Severino (2016, p. 108) afirma, todavia, que “‘fatos brutos’ não existem [...] [pois] quando ‘observamos’ fatos, já estamos ‘problematizados’, sentindo alguma dificuldade e já de posse de algum esquema de percepção”.

⁹⁹ A este propósito, Laville e Dionne (1999, p. 19) referem que “o senso comum não deixa de produzir saberes que [...] servem para a compreensão de nosso mundo e de nossa sociedade [...]. Mas deve-se desconfiar dessas explicações, uma vez que podem ser um obstáculo à construção do saber adequado, pois seu caráter aparente de evidência reduz a vontade de verificá-lo.

¹⁰⁰ Para Laville e Dionne (1999, p. 91, grifo do autor) “os conceitos são *representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais*”.

¹⁰¹ Laville e Dionne (1999, p. 94) chamam a atenção para o fato de que as generalizações, conceitos e teorias que adotamos representem nossos valores, os quais podem influenciar a produção do saber e prejudicar a objetividade do pesquisador. Este último faz uma leitura do real segundo seu quadro de referência, ou seja, segundo seu modo de ver as coisas. “Ninguém escapa de seus valores [, podendo afirmar-se que] o jogo de um conjunto de conhecimentos variável, amplamente definido e orientado por nossos valores, está, portanto, na origem da percepção de um problema de pesquisa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 96).

Partimos, portanto, da observação; mas de uma observação problematizadora, reveladora de uma dificuldade e de um *querer-saber*. Percebemos, como acima descrito, um uso recorrente e um potencial argumentativo muito saliente dos provérbios, e pretendíamos saber/distinguir por que é assim, partindo de dois saberes científicos fundamentais: 1. os provérbios são *citações de autoridade* (MAINGUENEAU, 1997, p. 100); e 2. são expressão de valores/referências sociais, ou seja, de determinados posicionamentos ideológicos (OBELKEVICH, 1997, p. 69-70)¹⁰². Por conseguinte, seu uso/papel sustenta-se na ação/reação que promovem no nível do discurso e guarda dependência com as formações discursivas e as formações ideológicas em que o sujeito/locutor/enunciador transita ou se inscreve. Nosso *problema*¹⁰³ se formula, então, na forma da seguinte questão¹⁰⁴: “qual o contributo dos provérbios populares na materialidade das FDs?”

Surgido o *problema*, deparámo-nos com a objetivação da *problemática*¹⁰⁵, “o quadro no qual se situa a percepção de um problema” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 98, grifo do autor). Questionámo-nos sobre como abordar nosso *problema de pesquisa*, isto é, que procedimentos adotar para o tratamento do mesmo, o que implicou: 1. a exploração de leituras, tais como Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015), Althusser (1985), Rocha (1995), dentre outros; 2. a definição dos principais referenciais teóricos; e 3. a definição “[d]os conceitos fundamentais e [d]as ideias gerais que inspirar[iam] a análise” (QUIVY; CAMPENHOUDT, [2005?], p. 13). Nesse sentido, definimos como referencial teórico Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015), Pêcheux (1969; 1995; 1997), Althusser (1985), Authier-Revuz (1990), Ducrot

¹⁰² Wade (*apud* OBELKEVICH, 1997, p. 69) afirma que os provérbios foram “a linguagem primitiva da humanidade [...]”, são “o livro da vida, o sal do conhecimento, a união das eras”. Segundo Obelkevich (1997, p. 70), Tolstói deu “aos provérbios o que só pode ser chamado de um papel ideológico”, inclusive na sua obra de maior relevo: “Guerra e Paz”. Nesse romance, “Karataev, seu grande personagem camponês, tem provérbios (e pouca coisa mais) para qualquer situação, e toda sua exemplar abnegação e aceitação da vida são expressas neles [...]” (OBELKEVICH, 1997, p. 70).

¹⁰³ Laville e Dionne (1999, p. 87, grifo do autor) sustentam que “um *problema de pesquisa* é um problema que se pode ‘resolver’ com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos”.

¹⁰⁴ Quivy e Campenhoudt ([2005?], p. 6) elencam os critérios de uma boa pergunta de partida: *clareza*, *exequibilidade* e *pertinência*. A questão de pesquisa deve ser *clara*, “unívoca e tão concisa quanto possível” (QUIVY; CAMPENHOUDT, [2005?], p. 7); *exequível*, isto é, realista, “adequada aos recursos pessoais, materiais e técnicos, em cuja necessidade podemos imediatamente pensar e com que podemos razoavelmente contar” (QUIVY; CAMPENHOUDT, [2005?], p. 7); e *pertinente* – “deve abordar o real em termos de análise, e não de julgamento moral” (QUIVY; CAMPENHOUDT, [2005?], p. 8).

¹⁰⁵ Quivy e Campenhoudt ([2005?], p. 14) afirmam que “elaborar uma *problemática* equivale a definir conjuntamente três elementos: o que pretendemos explicar, aquilo com o qual nos relacionaremos e o tipo de relação que perspectivamos entre os dois primeiros elementos”.

(1987), Foucault (2008), REBOUL (1975), Orlandi (2009), Mussalim (2016) e Ricoeur (1990) e como conceitos fundamentais de nossa investigação os conceitos de *polifonia* (DUCROT, 1987), de *heterogeneidade constitutiva* (AUTHIER-REVUZ, 1990), de *ideologia* (ALTHUSSER, 1985; RICOEUR, 1990; REBOUL, 1975), de *formação discursiva* (PÊCHEUX, 1995; FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 2015), de *condições de produção* (PÊCHEUX, 1969), de *sujeito* (MUSSALIM, 2016; ORLANDI, 2009; ALTHUSSER, 1985; PÊCHEUX, 1995; AUTHIER-REVUZ, 1990) de *discurso* (MAINGUENEAU, 2015; FOUCAULT, 2008; FIORIN, 1998; ORLANDI, 2009) e de provérbio (JOLLES, 1930; VELLASCO, 2000; ROCHA, 1995; MAINGUENEAU, 1997; 2014). Em resumo, diante do nosso *problema de pesquisa*, que nos remetia a uma função discursiva dos enunciados proverbiais, apresentavam-se distintos questionamentos (a *problemática*), tais como: 1. Como distinguir essa função?; 2. O que são provérbios?; 3. Por que enunciamos provérbios?; 4. Que procedimentos adotar?; 5. Que referencial teórico utilizar?; 6. Que conceitos poderão auxiliar-nos?; etc. Isto constituía nossa “*problemática sentida*, imprecisa e vaga” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 98, grifo do autor), a qual exigia uma *revisão da literatura*, “uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 248). Desse modo, procedemos a um levantamento de dissertações e teses nacionais, de áreas como a Linguística da Enunciação, a Análise do Discurso e a Retórica/Argumentação¹⁰⁶, cujo objeto de análise fossem os enunciados proverbiais, ao que se sucedeu uma ampla leitura e revisão de obras elementares alinhadas à Análise do Discurso, como as acima citadas: Pêcheux (1995), Althusser (1985), Foucault (2008) e Maingueneau (1997; 2001; 2008; 2010; 2014; 2015).

Ao final da *revisão da literatura*, chegamos a uma *problemática racional* e à enunciação de uma *hipótese*,

um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos) [que] a) [formula] [...] **solução provisória para um determinado problema**; b) [apresenta] **caráter ou explicativo ou preditivo**; c) **compatível com o conhecimento científico** (coerência externa) e **revelando consistência lógica** (coerência interna); d) **sendo passível de verificação empírica em suas consequências**. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 126, grifos do autor)

¹⁰⁶ Rocha (1995), Clara (2012), Alves (2013), Santos (2004), Figueiredo (2012), Oliveira (2014), Nóbrega (2008), Oliveira (2011), Arruda (2012), Lopes (2006), Cazalato (2011), Succi (2006) e Vellasco (2000).

a saber: “os enunciados proverbiais, proferidos por um enunciador genérico ON, guardam relação estreita com a ideologia¹⁰⁷ dominante, permitindo, por seu caráter polifônico e heterogêneo, a distinção das FDs que perpassam um dado campo discursivo”. Isto implica o seguinte: a. que o papel discursivo dos enunciados proverbiais é fundamentalmente ideológico; b. que existe uma correlação inequívoca entre ideologia e formação discursiva; c. que os provérbios são enunciados fundadores de dadas FDs; e d. em última análise, que as FDs se estruturam e se fundam a partir de enunciados fundadores, como é o caso dos provérbios. Quer isto dizer, em se simplificando nossa argumentação, que a ideologia imanente nos provérbios é amoldada a um dado discurso e que deles (ideologia e discurso) decorrem as características de *universalidade, autoridade* etc. Mas, delimitando um pouco mais nossa investigação e melhor respondendo a nosso *problema de pesquisa*, reafirmamos nossa *hipótese* nos seguintes termos: “o contributo dos enunciados proverbiais para a materialidade das formações discursivas é essencialmente ideológico”¹⁰⁸, o mesmo sendo perceptível e/ou passível de comprovação científica ao se analisar sua *polifonia e heterogeneidade*, fenômenos/processos que (re)afirmam o *outro* em nosso discurso, pois este *outro* é sempre expressão de *outros* valores, referências, posicionamentos, visões de mundo, em última análise, de *outras* ideologias. Ora, a assunção/reconhecimento de ideologias *outras* implica o (re)conhecimento de *nossas* ideologias; ou seja, implica a assunção de um *eu-ideológico-discursivo*, a assunção de um enganoso *eu-centro-do-discurso*.

Elaborada a *hipótese*, partimos para a sua *verificação*, o que exigia a *coleta de informações e dados*¹⁰⁹. Com esse propósito, decidimos: 1. Verificar/selecionar provérbios/*desvios*/outras frases destacáveis presentes no *gênero comentário*, uma vez que este apresenta caráter argumentativo e marcas da oralidade, além de se constituir um gênero do discurso de uso frequente nas diversas plataformas virtuais; e 2. selecionar como *fonte de coleta de dados* dois sítios virtuais, mais especificamente, duas páginas do Facebook: “O Antagonista¹¹⁰” e o “Brasil 247¹¹¹”, por marcadamente

¹⁰⁷ Diversos autores corroboram a perspectiva de que os enunciados proverbiais mantêm uma relação próxima com a ideologia. Obelkevich (1997, p. 47) cita a esse propósito que os provérbios “mantiveram muito de sua popularidade e prestígio na Rússia contemporânea, em parte porque o Estado soviético incentivou seu uso [...] por motivos ideológicos”.

¹⁰⁸ Aqui, partilhamos as palavras de Reboul (1975, p. 123, grifo do autor): “o slogan é um *éclat* de ideologia”. *Eclat*, conforme Reboul (1975, p. 123), no sentido de uma explosão; mas também o próprio ato de explodir, mesmo o de produzir uma explosão [...].”

¹⁰⁹ No caso da nossa pesquisa, trabalhamos com *dados existentes*, o mesmo é dizer, com “dados já presentes na situação em estudo e que o pesquisador faz aparecer sem tentar modificá-los por uma intervenção” (LAVILLE; DIONNE; 1999, p. 133).

¹¹⁰ “O Antagonista” é um sítio virtual jornalístico alinhado à política de direita brasileira.

se tratem de dois ambientes ideologicamente opostos, que permeiam e constituem campos discursivos de combate e enfrentamento político (é inegável o caráter díspar entre eles, antagônico e polarizado). Atendendo aos nossos objetivos (geral e específicos), mostrou-se pertinente nos debruçarmos sobre dois discursos ao mesmo tempo tão afastados (alheios entre si) e tão próximos como os discursos de esquerda e os discursos de direita¹¹²; afastados porque ideologicamente defendem e preconizam ideais e políticas divergentes, mas próximos porque seus discursos se fundam na visão e na oposição ao *outro*. Esses discursos se formam pela/na diferença do que lhes é avesso, havendo entre eles uma necessidade de contraposição e do contraditório¹¹³. Desse modo, visando à aferição da participação dos provérbios populares nas FDs políticas de esquerda e de direita, bem como à distinção das suas contribuições discursivas e ao debate da sua relação com a ideologia, procedemos a um levantamento, no período de onze (11) a vinte (20) de abril de 2019 (período de dez dias), dos comentários postados nos sítios virtuais supracitados. Diariamente, foram analisados os comentários de dez (10) postagens (5 do “O Antagonista, 5 do “Brasil 247”) de teor político, com um mínimo de trinta (30) minutos de publicação, em um intervalo de tempo entre as 12 horas e as 14 horas (horário de almoço), havendo sido transcritos e *printados* aqueles em que se observou o uso de enunciados proverbiais/desvios/outras frases destacáveis¹¹⁴. A escolha pelo *recorte temporal* supracitado deveu-se ao fato de corresponder, nacional e internacionalmente, a um momento de grande tensão política, haja vista a prisão de Julian Assange, fundador do *Wikileaks*, e o início da discussão da reforma da previdência brasileira. Nos campos religioso e político, tal recorte temporal é

¹¹¹ O “Brasil 247” afirma-se um “portal progressista e democrático de notícias”, vinculando-se às ideologias políticas de esquerda.

¹¹² Para Bobbio (1995, p. 33), “‘esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações [...] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade”. Não indicam, portanto, apenas ideologias. Segundo sua perspectiva, “tradição” é a meta fundamental daqueles que se afirmam de direita, ao passo que “emancipação” é a meta última dos que se dizem de esquerda: “o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.” (COFRANCESCO, 1990, p. 403 *apud* BOBBIO, 1995, p. 81, grifo do autor).

¹¹³ Conforme Mussalim (2016, p. 148), “uma formação discursiva sempre colocará em jogo mais de uma posição discursiva”, observando-se, recorrentemente, “por uma relação de forças contraditórias” (MUSSALIM, 2016, p. 148), uma interligação de posicionamentos de campos/discursos distintos.

¹¹⁴ Destacamos, nos comentários analisados, todos os enunciados/frases destacáveis, entendendo-se por enunciado/frase destacável aquele que goza de determinada autonomia textual, sendo passível de compreensão por si só, ou seja, destacado do que lhe precede ou sucede (MAINGUENEAU, 2015). Por isso, nossa coleta não se cinge aos enunciados proverbiais e desvios, abrangendo de igual modo máximas, adágios etc.

de igual modo bastante significativo, uma vez que corresponde ao período da Quaresma, antecedente à Páscoa, e à divulgação histórica da primeira imagem de um buraco negro, publicada no dia 10 de abril de 2019.

Serviram-nos de *fonte de consulta bibliográfica*, em se tratando dos provérbios populares, o “Dicionário de Provérbios e Curiosidades”, de Magalhães Junior (1960), o “Dicionário Brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares”, de Urbano (2018), o “Dicionário de provérbios: inglês-português / português-inglês”, de Lacerda et al. (2004), e “1001 provérbios em contraste: provérbios ingleses e brasileiros”, de Steinberg (1985), entendendo-se por provérbio popular (conforme *tópico 3.1*) uma locução frequente/(re)corrente na linguagem popular, que apresenta um cariz didático e moral, facilmente reconhecida/recuperada mnemonicamente. Por motivos teórico-metodológicos, como a dificuldade de conceituação dos provérbios populares (OBELKEVICH, 1997; SANTA CLARA, 2012; VELLASCO, 2000), optamos por coletar, além dos enunciados proverbiais facilmente reconhecidos, desvios e outras frases destacáveis. Orientaram-nos nessa coleta as características formais dos provérbios populares – versificação, rima, metáfora, assonância, elipse, estrutura bimembre, conforme Rocha (1995), e a formulação impessoal e estrutura cristalizada ou fixa na língua (VELLASCO, 2000) –, suas características semânticas (tom admoestador ou de aconselhamento, bem como a autoridade de uma verdade geral), seu caráter mnemônico e sua *destacabilidade* (MAINGUENEAU, 2015).

Em posse dos dados coletados, procedemos à sua preparação para análise na forma de tabulação. Como destacado por Laville e Dionne (1999, p. 197), os “dados precisam ser preparados para se tornarem utilizáveis na construção dos saberes”. Nesse sentido, transcrevemos, ordenamos e descrevemos os comentários, das plataformas de “O Antagonista” e “Brasil 247” no Facebook, em que observamos o uso de *aforizações*, as quais relacionamos por data (dia), fonte de coleta (site) e a que atribuímos duas numerações – uma relativa ao dia de coleta, outra, a um total geral de ocorrências; isto visando à melhor e mais prática identificação e consulta dos dados.

Em resumo, esta pesquisa é:

- quanto ao *método de abordagem: dedutiva*, pois parte de uma conclusão decorrente de proposições/premissas, a saber, que o gênero proverbial, como qualquer outro gênero do discurso, está sujeito a determinadas coerções/oposições, inscrevendo-se em dadas FDs e a estas se amoldando, contribuindo de forma efetiva para a sua materialidade.

- quanto à *forma de abordagem: qualitativa* (com suporte quantitativo), uma vez que, em se tratando de questões discursivas, não se pode reduzir os parâmetros e critérios a uma formulação matemática;
- quanto à *perspectiva de abordagem: cronológica sincrônica*, ou seja, privilegia um determinado recorte temporal, um momento específico (de 11 a 20 de abril de 2019);
- quanto às *fontes: bibliográfica*, porque “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2016, p. 131).

4.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DO *CORPUS*

A análise do *corpus* obedeceu a momentos/processos distintos. Em primeiro lugar, procedemos à tabulação (quadro 3) de todas as ocorrências (comentários) das mídias digitais, coletados entre onze (11) e vinte (20) de abril de 2019, nos quais se observou o emprego de um enunciado proverbial, desvio ou outra frase destacável. Nessa tabulação, foi discriminada a fonte de coleta, o dia de coleta (D), o número de comentários lidos/analizados (NC), o número de comentários com enunciados destacáveis (NCED) e as ocorrências como um todo, sendo preservado o contexto de uso dos enunciados. Posteriormente, elaboramos uma relação integral dos provérbios, desvios e outras frases destacáveis coletados, distinguindo seu significado, possíveis variações e indexações. Foram, neste ponto, consultadas obras de referência, como Magalhães Júnior (1960), Urbano (2018), Lacerda et al. (2004) e Steinberg (1985). Em seguida, no âmbito da análise (tópico 5, quadro 5) procedemos à categorização dos enunciados coletados, tabulando-os conforme fossem: 1. enunciados proverbiais; 2. desvios; e 3. outras frases destacáveis. A esta categorização seguiu-se a categorização dos desvios (tópico 5, quadro 6), os quais foram categorizados como desvios por *captação* ou desvios por *subversão*. Tais categorizações foram alvo de breve explanação, tomando como fundamentação teórica Maingueneau (1997; 2001; 2010). Posto isto, procedemos a uma tabulação dos enunciados proverbiais e/ou desvios aspeados, visando à aferição/distinção das implicações do uso das aspas, um exemplo de heterogeneidade mostrada marcada. Nossa análise incidiu, portanto, mais incisivamente, sobre esses desvios aspeados (tópico 5, quadro 7), valendo-nos, em todo caso, das conceituações

próprias da Análise do Discurso, tais como as perspectivas de *sujeito*, *discurso*, *interdiscurso*, *ideologia*, *condições de produção*, *formações discursivas* e *formações ideológicas*. Neste ponto, demos relevância aos pressupostos de Authier-Revuz (1990), no que à heterogeneidade enunciativa diz respeito. Objetivamos colocar em discussão e em análise o caráter heterogêneo dos enunciados proverbiais e dos desvios. No quadro 9 (tópico 5), demonstramos como os desvios aspeados (a título de exemplo) se inserem/circunscrevem em uma FD de esquerda ou de direita.

Por último, aplicamos os princípios de Ducrot (1987), observando particularmente os casos de *pressuposição*, *negação* e *ironia*, de maneira a distinguirmos, em um mesmo enunciado, a emergência de mais do que uma voz. O caráter polifônico e heterogêneo do discurso foi sobremaneira enfocado, haja vista se relacionar estreitamente com o papel/função discursiva dos enunciados proverbiais e desvios. Alvo de enfoque foi, outrossim, o caráter argumentativo dos enunciados proverbiais e desvios. Nesse sentido, foi analisado o funcionamento e princípios argumentativos que lhes subjazem. No quadro 10, foi estabelecida uma relação entre enunciado proverbial/desvio/outra frase destacável X tipo de ocorrência (ironia, negação, pressuposição) X funcionamento objetivando, exatamente, dar conta da polifonia (locutores e enunciadore) e posicionamentos ideológicos.

4.3. RELAÇÃO DA COLETA DE DADOS

Neste tópico, destacamos, de forma tabulada, a relação exaustiva decorrente da coleta de dados. Elencamos, por sítio eletrônico e por ordem cronológica, as postagens/notícias em que foram observados comentários com enunciados proverbiais/desvios/outras frases destacáveis, bem como os respectivos provérbios/desvios/outras frases destacáveis, preservando, em todas as ocasiões, seu contexto de uso.

Seguem as tabulações dos dados coletados nas páginas do Facebook do “Brasil 247” e do “O Antagonista”, respectivamente.

Quadro 3: Relação de dados coletados na página do Facebook do “Brasil 247”

D	NC	NCED	OCORRÊNCIAS
---	----	------	-------------

11	930	5	<p>1. Em uma notícia que destacava uma crítica do Le Monde ao presidente Jair Bolsonaro, intitulada “Le monde destaca fracasso de Bolsonaro”, um leitor-comentador escreveu: “Não adianta... seu eleitorado não acredita... mas <u>água mole em pedra dura tanto bate</u> (1¹⁵) que um dia...”.</p> <p>2. Em uma notícia intitulada “EUA denunciam Assange por conspiração”, um leitor-comentador escreveu: “Mais uma promessa de campanha cumprida, <u>os cães ladram e a caravana vai passando!</u>” (2)</p> <p>3. Em uma notícia intitulada “Após ignorar morto pelo exército no Rio, Bolsonaro se solidariza com Gentili”, um leitor-comentador escreveu: “<u>os iguais se atraem</u>” (3) e 4. “<u>as pestes se atraem</u>” (4).</p> <p>5. Em uma notícia intitulada “Após ignorar morto pelo exército no Rio, Bolsonaro se solidariza com Gentili”, um leitor-comentador escreveu: “Lamentável! Um ser desse representar uma nação. Mas um ditado que diz: ‘<u>cada povo tem o presidente que merece</u>’” (5).</p>
12	299	1	<p>1. Em uma notícia sobre a reforma da previdência, intitulada “Perversidade sem fim, diz Valente sobre a reforma da previdência”, um leitor-comentador escreveu: “O povo quer justiça. O Estado Nacional é um instrumento do povo e um povo não é um instrumento do Estado. Necessário se faz amar o povo e respeitá-lo. <u>Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém</u> (6). Por conhecer a história, acho que, a Reforma da Previdência não será a panaceia para todos os males. Aceitamos. a reforma da previdência continuaremos na fome. Falo pelo povo, contudo, prendam todos os ladrões e larápios que roubaram e corromperam o País. Que nenhum fique impune”.</p>
13	847	7	<p>1. Em uma notícia sobre o desmoronamento de prédios no RJ, é citada a juíza que impediu a interdição dos mesmos, sendo ela</p>

¹¹⁵ Para melhor identificação em análise posterior, todos os enunciados/frases destacáveis foram numerados.

		<p>aquela que anteriormente havia difamado Marielle Franco. Nessa postagem, um leitor-comentador comentou: “<u>Um dia A CASA CAI. A verdade sempre aparece</u>” (7).</p> <p>2. Em uma notícia sobre a intervenção de Bolsonaro nos preços do diesel na Petrobrás, os leitores-comentadores comentaram: ”E cadê a coragem p reagir? Vão se submeter à miséria, pra não correrem o risco de ser chamados de comunistas? Porque nesse país que luta por seus direitos é considerado comunista, no sentido irreal da palavra. A cultura aqui é <u>cada um por si e Deus por todos</u>” (8). De destacar que este comentário surge em resposta ao comentário seguinte: “a elite brasileira já começa a perceber que não serão os donos do golpe, aos poucos também serão dominados pela elite dos EUA e israelenses”.</p> <p>3. Em resposta ao comentário “Não se esqueçam, quem é contra a reforma é contra o Brasil”, um leitor-comentador escreveu: “<u>quem tem, tem medo</u> (9). Ele tirou da reta se não os caminhoneiros iam botar sem dó. Que fase”.</p> <p>4. Em uma notícia sobre a abordagem da polícia a uma atriz, em que o policial afirma que os atores são parados porque são suspeitos, os leitores-comentadores escreveram: “uma vez eu ouvi de um gay a seguinte frase: ‘<u>quem tem C é suspeito</u>’” (10);</p> <p>5. depois de acusado de ser “burro” por apoiar Bolsonaro sendo negro, um deles comentou: “no mínimo você é mais um que foi iludido pela esquerda podre e suja, eles fingem te dar mas na verdade estão tirando tuas entranhas. Mas a vida é assim <u>enquanto existir cavalo são Jorge não anda a pé</u>” (11); e 6. “<u>Quem não deve não teme!!!</u>” (12); Existem milhões de pessoas no BR, independente de profissão ou classe, que usam drogas, por lei isso não é crime. Acontece que historicamente a maioria dos artistas sempre se posicionou criticamente contra governos, principalmente na ditadura, e agora com esses governos fascistas do BR estão perseguindo esses grandes profissionais”.</p> <p>7. Na notícia “Lola Aronovich: eu festejo a condenação de</p>
--	--	---

			Danilo Gentili”, um leitor-comentador comentou: <u>“Peixe more pela ..boca”</u> (13).
14	644	6	1. Em uma notícia sobre a intervenção de Bolsonaro no preço do diesel, os leitores-comentadores comentaram: <u>“QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA”</u> (14); 2. <u>“Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”</u> (15); 3. <u>“é um tanto precipitado se falar em reeleição. Muita água vai passar debaixo da ponte”</u> (16); 4. Em notícia sobre Bolsonaro se retratar dizendo que ele é que perdoa o holocausto, os leitores-comentadores escreveram: <u>“Quando a emenda é pior que o soneto...”</u> (17); 5. <u>“CALA-TE; SILÊNCIO É SÁBIO!”</u> (18); e 6. <u>“Há um ditado popular q diz: ‘se de falar bobagem é mior calar’”</u> (19).
15	618	2	1. Em uma notícia sobre a retirada dos radares das estradas, um leitor-comentador comentou: <u>“quem não deve não teme”</u> (20); e 2. <u>“Infelizmente todos estão pagando por uma escolha desastrosa, um analfabeto intelectual, funcional que além de nunca ter contribuído com absolutamente nada em sua vida pública, hoje é presidente... Vergonha de um país deste porte ter uma pessoa destas como representante maior. Mas como diz o ditado: ‘cada povo tem o governante que merece’”</u> (21).
16	367	3	1. Em uma notícia intitulada “Freixo endossa crítica de Padilha a Moro: Milícia é o estado leiloado ao crime por autoridades”, um leitor-comentador comentou: <u>“quem nunca errou atire a 1º pedra... (22) os caras erraram e é o erro que se conserta algumas coisas”</u> . 2. Em uma notícia sobre a concessão de crédito aos caminhoneiros, os leitores-comentadores escreveram: <u>“30 mil reais não dá nem pra comprar um gol pé duro, imaginem um caminhão que custa 10 vezes mais caro. Desgraça só quer começo”</u> (23); e 3. <u>“quem.tem.tem.medo”</u> (24).
17	182	2	1. Em uma notícia intitulada: “Afrânio: comprometida com a direita, a lava jato feriu o Estado de Direito”, os leitores-

			comentadores escreveram: “ <u>Pimenta no cu dos outros é refresco</u> (25). ACHO QUE TANTO O DELLAGNOL QUANTO O desMOROlizado devem ser conduzidos coercitivamente”; e 2. “diz a sabedoria popular: <u>pimenta no olho do outro é refresco!</u> ” (26).
18	454	3	1. Em uma notícia intitulada “Acostumado a atacar a imprensa, Bolsonaro diz que tem diferenças, mas que precisa da mídia”, um leitor-comentador comentou: “ <u>cobra morde e assopra.</u> ” (27). 2. Em uma notícia sobre a condenação de Frota a pagar indenização a Gilberto Gil por declarações prestadas, os leitores-comentadores escreveram: “ <u>quem fala o que quer Acha o que precisa.</u> ” (28); e 3. “bem feito, <u>a língua é o chicote do corpo</u> ” (29).
19	837	1	1. Em uma notícia intitulada “Rússia considera possível que EUA usem a força contra Venezuela”, um leitor-comentador comentou: “desde quando amizade é prova incontestada de crime? Sendo assim, o mito é o chefe das milícias... e ligado ao Queiroz???? Cadê ele, <u>quem não deve, não teme...</u> ” (30). Este comentário é em resposta a um comentário em que se insinua que Lula é amigo de Toffoli, acusado de ser citado pela Odebrecht.
20	784	3	1. Em uma notícia sobre o arrependimento de Dinho Ouro Preto de ter confiado em Moro, os leitores-comentadores escreveram: “BEM feito <u>cego é aquele que não quer ver</u> ” (31); 2. “ <u>Tem gente que é igual carro velho, só pega no tranco</u> ” (32); e 3. “ <u>quem tem tem medo</u> ” (33).

Legenda: D (dia); NC (número de comentários analisados); NCED (número de comentários com enunciados destacáveis); OCORRÊNCIAS (comentários)

Quadro 4: Relação da coleta de dados na página do Facebook de “O Antagonista”

D	NC	NCED	OCORRÊNCIAS
11	472	0	-----
12	670	1	1. Em uma notícia sobre o suposto envolvimento de Toffoli em coisas escusas, um internauta comentou: “ <u>quem tem amigos na praça não passa aperto</u> (34). O senado é camarada”.

13	408	0	-----
14	612	4	<p>1. Em uma notícia sobre o silêncio de Bolsonaro na intervenção nos preços da Petrobrás, os leitores-comentadores escreveram: <u>“Manda quem pode, obedece quem tem juízo”</u> (35); e 2. <u>“Bom mesmo, em boca fechada não entra mosquito”</u> (36).</p> <p>3. Em uma notícia sobre Bolsonaro ter afirmado perdoar o holocausto, os leitores-comentadores comentaram: <u>“Boca fechada não entra mosquito (37). Esqueceu?”</u>; e 4. <u>“Holocausto não tem perdão. Esse presidente não pode falar de improviso. Tem que ter um discurso escrito antecipadamente. Será que a assessoria dele ainda não descobriu isso. A língua é o chicote do corpo”</u> (38)”. </p>
15	836	3	<p>1. Em uma notícia sobre a demissão do presidente do Instituto Chico Mendes, os leitores-comentadores comentaram: <u>“Nunca vi isso!!! Tudo quanto é órgão público se negando a ser fiscalizado. Quem não deve não teme!</u> (39) E quem sai correndo no mínimo gera suspeita!”; 2. <u>“Não sou petista! Mas para dar a César o que é de César (40)</u> e a título de informação, Adalberto Eberhardt foi empossado em 17 de janeiro de 2019”; e 3. <u>“Pode investigar que tem fraude! Quem não deve, não teme”</u> (41).</p>
16	1183	13	<p>1. Em uma notícia em que Flávio Bolsonaro recusa se posicionar sobre a denominada CPI da Lava-Toga, os leitores-comentadores comentaram: <u>“Quem não deve, não teme! (42)</u> Está com medo também?”; 2. <u>“Ah, entendi. Bom mesmo é censurar. Quem tem, tem medo (43).</u> Muito medo. Parece que o senhor tem”; 3. <u>“deve ter o último verão conhecido por todos, assessorias, uma mão lava outra (44),</u> hora sim, hora sim, um lembra ao outro a ‘gentileza’”; 4. <u>“Quem não deve não teme! (45)</u> CPI Já doe a quem doer!”; 5. <u>“quem deve, teme!! (46)</u> ‘Só a verdade nos salvará’!!!”; 6. <u>“Todos com medo do STF, por que se não deve não teme”</u> (47); 7. <u>“tal pai</u></p>

			<p><u>tal filho...</u>” (48); 8. “<u>quem deve, teme.</u>” (49); 9. “<u>Quem tem tem medo!!!</u>” (50); 10. “quem é contra a CPI é uma demonstração clara de RABO PRESO, igual o presidente do senado. <u>Quem não deve não teme</u>” (51); 11. “Esse Flávio Bolsonaro tem rabo preso. <u>Quem tem rabo de palha, tem de passar longe do fogo</u> (52). Desculpas meu Presidente Jair M Bolsonaro esse teu filho é a ovelha negra”; 12. “olha quem é contra a CPI da lava toga pra mim tem o rabo preso, <u>quem não deve não teme.</u>” (53); e 13. ”eita, Flavinho está com medo? <u>Quem não deve não teme ou quem deve teme...</u> (54) Agora estamos vendo quem realmente não deve...”.</p>
17	491	0	-----
18	384	2	<p>1. Em uma postagem sobre a diminuição do número de homicídios no primeiro trimestre de 2019, um leitor-comentador escreveu: “<u>quem tem @# tem medo</u>” (55).</p> <p>2. Em uma notícia intitulada “Simone Tebet alerta para ‘crise institucional até irreversível’”, um leitor-comentador comentou: “Tá com medo de que Tebet? <u>Quem não deve não teme</u>” (56).</p>
19	481	5	<p>1. Em uma notícia sobre o fim da censura à publicação “o amigo do amigo do meu pai”, os leitores-comentadores comentaram: “fiquem de ‘olhos’ abertos... <u>nem tudo o que reluz é OURO!</u> (57)”; e 2. “<u>quem tem... tem medo...</u>” (58).</p> <p>3. Em uma postagem intitulada “reportagem ‘inofensiva’”, os leitores-comentadores comentaram: “a questão é: <u>quem deve, teme</u>” (59); 4. “é o que sempre falo. <u>Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade,</u> (60) (e 5.) <u>pau que nasce torto morre torto</u> (61). A Veja não foge deste estigma, só pensam nos \$\$\$\$\$, vai mudar?? Só se retornar os \$\$\$\$”.</p>
20	433	2	<p>1. Em uma notícia em que o ministro do STF Marco Aurélio critica o processo aberto por Dias Tofolli sobre “fake news”, um leitor-comentador comentou: “como dizem os mineiros: <u>pau que nasce torto até as cinzas são tortas</u> (62). O erro não</p>

			<p>foi o COMEÇO errado do processo ms os princípios errados dos juízes!!”</p> <p>2. Em uma notícia sobre o PSB, um internauta comentou: “O PSB TEM MEDO???? DE QUEM E DE QUEM? <u>QUEM NÃO FAZ NÃO TREME</u>” (63).</p>
--	--	--	---

Legenda: D (dia); NC (número de comentários analisados); NCED (número de comentários com enunciados destacáveis); OCORRÊNCIAS (comentários)

No nosso recorte temporal, foram analisados um total de onze mil novecentos e trinta e dois (11932) comentários, dos quais cinco mil novecentos e sessenta e dois (5962) foram publicados no “Brasil 247” e cinco mil novecentos e setenta (5970) no “O Antagonista”. Num universo de onze mil novecentos e trinta e dois comentários (11932), foram destacados sessenta e três (63) enunciados proverbiais/desvios/outras frases destacáveis, trinta e três (33) na página do Facebook do “Brasil 247” e trinta (30) na página do Facebook do “O Antagonista”. O porcentual de comentários em que se verificou a presença/uso de enunciados destacáveis é, portanto, de 0.53%, observando-se uma porcentagem de 0.55% entre os leitores-comentadores do “Brasil 247” e de 0.50% entre os leitores-comentadores do “O Antagonista”, o que, não sendo de modo nenhum significativo, indica que os usuários da plataforma de “esquerda” usam com um pouco mais de frequência enunciados/frases destacáveis.

Segue relação dos enunciados destacados em nossa pesquisa¹¹⁶.

1. “[...] água mole em pedra dura tanto bate [...]”¹¹⁷
2. “[...] os cães ladram e a caravana vai passando!”¹¹⁸
3. “os iguais se atraem”¹¹⁹

¹¹⁶ Destaca-se que toda a formatação e construção frasal foram preservadas.

¹¹⁷ “Água mole em pedra dura tanto bate [...]” é uma abreviação de “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Remete-nos a Lucrécio, que enuncia, segundo Magalhães Junior (1960, p. 16) “*Stillicidi casus lapidem cavat* (A água que tomba gôta a gôta fura o rochedo)”; outrossim, em Ovídio, na Arte de Amar, pode ler-se: “*Quid magis est durum saxo? quid mollius unda? / Dura tamen molli saxa cavantur aqua* (que é mais duro que uma pedra? que é mais mole que a água? Contudo, a água mole cava a pedra dura) (MAGALHÃES JUNIOR, 1960, p. 17). Em inglês encontra-se o equivalente “*Constant dripping wears away the stone*”, segundo Steinberg (1985, p. 26). Lacerda (2004, p. 281) refere como equivalente em língua inglesa “*constant dropping wears the stone*” e “*water dropping day by day wears the hardest rock away*”.

¹¹⁸ Indexado por Roberto Lacerda et al. (apud Oliveira, 2011). Lacerda et al. (2004, p. 437) assinala o equivalente em língua inglesa: “*the dogs bark, but the caravan goes on*”.

4. “as pestes se atraem”¹²⁰
5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”¹²¹
6. “[...] Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém. [...]”¹²²
7. “Um dia A CASA CAI. A verdade sempre aparece.”¹²³
8. “[...] cada um por si e Deus por todos.”¹²⁴
9. “quem tem, tem medo. [...]”¹²⁵
10. ““quem tem C é suspeito””*
11. “[...] enquanto existir cavalo são Jorge não anda a pé.”¹²⁶
12. “Quem não deve não teme!”¹²⁷
13. “Peixe more pela ..boca”¹²⁸
14. “QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA”¹²⁹

¹¹⁹ Subversão de “Os opostos se atraem”. Lacerda et al. (2004, p. 438) indexou “os extremos se atraem” e “os extremos se tocam”, cuja versão em inglês é “*extremes meet*” e/ou “*too far east is West*”.

¹²⁰ Subversão de “Os opostos se atraem”.

¹²¹ Captação de “Toda nação tem o governo que merece”, “aforismo político enunciado pelo escritor jurista Conde Joseph Marie de Maistre, grande opositor da Revolução Francesa [...]” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 267). Lacerda (2004, p. 305) indexou: “cada povo tem o governo que merece”. O correspondente em língua inglesa é: “*every nation has the government that it deserves*” (LACERDA et al., 2004, p. 305).

¹²² “Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém” foi indexado por Urbano (2018, p. 359), como “cautelosa e caldo de galinha não/nunca fazem mal a ninguém” ou “caldo de galinha e água benta não/nunca fazem mal a ninguém”, entre outras variáveis. É usado, de forma “mais literal e/ou em metáfora expandida, [...] em latim, inglês e espanhol [...] [por exemplo, como] ‘las precauciones y el caldo de gallina a nadie perjudican’”. Em inglês, Lacerda et al. (2004, p. 456) refere o uso de “*jouk and let the jaw go by*”.

¹²³ “Um dia a casa cai” é, nas palavras de Magalhães Júnior (1960, p. 277) “uma forma de advertência, ou de ameaça, destinada a intimidar alguém que pratica abusos: Tantas faz que um dia a casa cai!”.

¹²⁴ Significa, conforme Urbano (2018, p. 130), que “cada indivíduo deve fazer o que lhe cabe sem a ajuda de ninguém”. Em inglês, Lacerda et al. (2004, p. 308) assinala o uso de “*every man for himself, and God for us all*” e de “*when everyone takes care of himself, care is taken of all*”.

¹²⁵ Subversão de “Quem não deve, não teme”, ou, melhor dizendo, do enunciado positivo “quem deve, teme”, verificando-se muitas variações: “quem tem c tem medo”, “quem tem tem medo”, “quem tem c é suspeito” etc. Diferentemente do provérbio original, estas adaptações generalizam o receio de uma punição ou o estado de suspeição dos sujeitos. Todos são passíveis de pena e de suspeição; portanto, todos temem.

¹²⁶ Provérbio português que significa que devemos ser prudentes para não “carregarmos” os outros nas costas.

¹²⁷ Urbano (2018, p. 465) destaca a universalidade deste provérbio, dando conta das versões em espanhol, italiano e inglês: “*Quien no la debe, no la teme [...]; Chi non deve, non ha paura; [...] Out of debt, out of danger*”. Segundo Magalhães Júnior (1960, p. 234) “quer dizer: quem não deve prestar contas à justiça, não teme o braço da lei. Quem não é responsável por atos vergonhosos ou desonestos, não precisa inquietar-se. O homem que tem a consciência tranquila nada pode temer”. Lacerda et al. (2004, p. 483) indexa como seus equivalentes em inglês: “*do right and fear no man*”; “*do well and dread no shame*”; e “*out of debt, out of danger*”.

¹²⁸ Expressão decorrente parcial, direta ou indiretamente de “Pela boca morre o peixe e a lebre ao dente” (LAUAND *apud* URBANO, 2018, p. 451), significa que “a pessoa muito gulosa pode sofrer consequências de sua ousadia e desequilíbrio” (URBANO, 2018, p. 451). Como correspondente em língua inglesa, Lacerda et al. (2004, p. 425) refere “*fish follow the bait*”.

15. “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”¹³⁰
16. “[...] Muita água vai passar debaixo da ponte.”¹³¹
17. “Quando a emenda é pior que o soneto...”¹³²
18. “[...] SILÊNCIO É SÁBIO!”¹³³
19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’”¹³⁴
20. “quem não deve não teme”*
21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”*
22. “quem nunca errou atire a 1º pedra... [...]”¹³⁵
23. “[...] Desgraça só quer começo”¹³⁶
24. “quem.tem.tem.medo”*
25. “Pimenta no cu dos outros é fresco. [...]”¹³⁷
26. “[...] pimenta no olho do outro é fresco!”¹³⁸
27. “cobra morde e assopra.”¹³⁹
28. “quem fala o que quer Acha o que precisa.”¹⁴⁰
29. “[...] a língua é o chicote do corpo”¹⁴¹

¹²⁹ Este enunciado tem sentido similar a “Quem nasceu para dez-réis nunca chega a ser pataca”, ou seja, “quem nasceu para a humildade não pode atingir as alturas” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 235). Lacerda et al. (2004, p. 487) indexa “quem nasceu para dez-réis não chega a vintém” e “quem nasceu para lagartixa nunca chega a jacaré”, entre outras variantes. Deste último enunciado, Lacerda et al. (2004, p. 487) assinala seu equivalente em língua inglesa: “*a carrion kite will never be a good hawk*” e/ou “*one cannot make a falcon of a buzzard*”.

¹³⁰ Segundo Urbano (2018, p. 73), “diz-se de algo inevitável com alternativa também inevitável”.

¹³¹ Eman Martin (*apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 31) registra esta expressão em “DEUX CENTS LOCUTIONS ET PROVERBES, com forma exatamente igual à nossa: D’ici là, il passera bien de l’eau sous les ponts” (grifo do autor).

¹³² Diz-se quando alguém cai num erro maior ao querer fazer uma correção (URBANO, 2018).

¹³³ Imitação de “O silêncio é de ouro” e/ou “A palavra é de prata, o silêncio é de ouro” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 198).

¹³⁴ Possui sentido semelhante a “O silêncio é de ouro”, indexado por Magalhães Júnior (1960).

¹³⁵ Locução “baseada nas palavras de Cristo que, protegendo a esposa adúltera contra a multidão enfurecida, disse: ‘Atire a primeira pedra aquê que dentre vós nunca tenha pecado’” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 31).

¹³⁶ Imitação de “uma desgraça nunca vem só” e/ou “desgraça pouca é bobagem”, indexados por Urbano (2018). Significa que os fatos desagradáveis se sucedem. Lacerda et al. (2004, p. 526) indexa “um mal nunca vem só”, cujos correspondentes em inglês são: “*disgraces are like cherries, one draws another*”; “*hardships seldom come single*”; “*misfortunes never come alone*”, entre outros.

¹³⁷ Subversão de “Pimenta nos olhos dos outros é colírio/refresco/não arde” (Urbano, 2018, p. 245). Em inglês, Lacerda et al. (2004, p. 451) assinala: “*everything is funny as long as it happens to somebody else*”.

¹³⁸ Significa que “só quem sente um mal pode avaliá-lo” (URBANO, 2018, p. 245).

¹³⁹ Urbano (2018, p. 206) refere que morder e assoprar tem o sentido de “atacar e elogiar, fazer duas coisas contrárias ao mesmo tempo ou subsequentemente”.

¹⁴⁰ Neste caso, estamos perante a junção de dois enunciados proverbiais: *Quem diz o que quer ouve o que não quer* + *Quem procura (sempre) acha*; ou seja, o que diz o que quer, arrisca e acaba tendo problemas.

30. “[...] quem não deve, não teme...”*
31. “[...] cego é aquele que não quer ver”¹⁴²
32. “Tem gente que é igual carro velho, só pega no tranco”¹⁴³
33. “quem tem tem medo”*
34. “quem tem amigos na praça não passa aperto. [...]”¹⁴⁴
35. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”¹⁴⁵
36. “[...] em boca fechada não entra mosquito.”¹⁴⁶
37. “Boca fechada não entra mosquito. [...]”
38. “[...] A língua é o chicote do corpo”*
39. “[...] Quem não deve não teme! [...]”*
40. “[...] dar a César o que é de César [...]”¹⁴⁷
41. “[...] Quem não deve, não teme”*
42. “Quem não deve, não teme! [...]”*
43. “[...] Quem tem, tem medo. [...]”*
44. “[...] uma mão lava outra [...]”¹⁴⁸
45. “Quem não deve não teme! [...]”*
46. “quem deve, teme!! [...]”¹⁴⁹
47. “[...] se não deve não teme”¹⁵⁰

¹⁴¹ Derivado do Livro de Jó 5.21, “Estarás a salvo do açoite da língua e não terás medo da devastação, quando chegar”.

¹⁴² “Pior do que não enxergar é não querer ver” (URBANO, 2018, p. 105).

¹⁴³ “Pegar no tranco” é uma expressão indexada por Urbano (2018, p. 295). Significa que a pessoa apenas consegue resultados sendo incentivado, empurrado, puxado, enfim, na marra.

¹⁴⁴ Há provérbios com sentido similar, tais como “Os amigos são para as ocasiões” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 198), “Quem tem padrinho, não morre pagão” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 236). Significa que quem está sob a proteção/amizade de alguém consegue ultrapassar grandes dificuldades. Lacerda et al. (2004, p. 497) assinala como correspondentes em língua inglesa: “*a friend in court is better than a penny in purse*”; “*as a man is friended, so the law is ended*”; e “*he whose father is judge goes safe to his trial*”.

¹⁴⁵ Indexado por Roberto Lacerda et al. (*apud* Oliveira, 2011).

¹⁴⁶ Urbano (2018, p. 427) afirma que “a ideia já está em latim, vulgarizada posteriormente em português, espanhol, francês italiano e inglês [...]: *Tutum silentium praemium; Em boca cerrada no entra mosca; Em bouche serrée n’entrent des mouches; In bocca chiusa non entrò mai mosca; A closed mouth catches no flies*”. Lacerda et al. (2004, p. 341) acrescenta: “*into a shut mouth flies fly not*” e “*keep your mouth shut and you will swallow no flies*”.

¹⁴⁷ Magalhães Júnior (1960, p. 77) refere que “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus [é uma] frase de Cristo, constante do Evangelho de São Mateus (capítulo XXII, versículo 21)”.

¹⁴⁸ “Uma mão lava a outra (e as duas lavam o rosto)” tem “trânsito praticamente universal [...] latim: *Dextra fricatur laevam, vultus fricatur ab ilis*; francês: *L’une des mains lave l’autre, et les deux lavent le visage*; italiano: *Una mano lava l’altra e tutte duo lavano il viso*; inglês: *One hand washes the other and both wash the face*” (URBANO, 2018, p. 422).

¹⁴⁹ Variável positiva de “Quem não deve, não teme”, enfatiza que apenas aquele que incorreu em falta sente temor/receio de punição.

48. “tal pai tal filho...”¹⁵¹
49. “quem deve, teme.”*
50. “Quem tem tem medo!!!”*
51. “[...] Quem não deve não teme”*
52. “[...] Quem tem rabo de palha, tem de passar longe do fogo. [...]”¹⁵²
53. “[...] quem não deve não teme.”*
54. “Quem não deve não teme ou quem deve teme...”*
55. ”quem tem @# tem medo.”*
56. “[...] Quem não deve não teme”*
57. “[...] nem tudo o que reluz é OURO!”¹⁵³
58. “quem tem... tem medo...”*
59. “[...] quem deve, teme”*
60. “[...] Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade [...]”¹⁵⁴
61. “[...] pau que nasce torto morre torto. [...]”¹⁵⁵
62. “[...] pau que nasce torto até as cinzas são tortas. [...]”¹⁵⁶
63. “[...] QUEM NÃO FAZ NÃO TREME”¹⁵⁷

¹⁵⁰ Captação de “Quem não deve, não teme”.

¹⁵¹ Provérbio que data, pelo menos, do tempo de “Os Lusíadas”, pois “aparece na estância XXVIII do terceiro canto [...]: Ficava o filho em tenra mocidade,/ Em quem o pai deixava seu traslado,/ Que do mundo os mais fortes igualava,/ Que de tal pai tal filho se esperava” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 259). Lacerda et al. (2004, p. 515) assinala seus correspondentes em inglês: “*like father, like son*” e “*such a father, such a son*”.

¹⁵² Magalhães Júnior (1960, p. 236) indexa este provérbio como significando que “os indivíduos de vida irregular, de conduta menos honesta, não devem se arvorar em moralistas, ou em palmatória-do-mundo, pois podem ser desmascarados, em naturais represálias. Provérbio semelhante: *Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho*”.

¹⁵³ Magalhães Júnior (1960, p. 183) assinala que “o sentido dêste adágio é semelhante ao de: *as aparências enganam*”. Lamenza (*apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 183), registra outras variantes: “Nem tudo o que luz é ouro;/ nem tudo que é feio é mau/ quem não tem o que fazer,/ vá fazer colher de pau”. Conforme Urbano (2018, p. 439) “é ditado antigo e de cunho universal, como atestam os usos desde o latim: *Non omne id quod fulget aurum est; No es oro todo lo que reluce; Tout ce que reluit n’est pas oro* [...]”. Steinberg (1985, p. 16) destaca seu equivalente em língua inglesa: “*all that glitters is not gold*”.

¹⁵⁴ Segundo Urbano (2018, p. 469), “Quem foi rei nunca perde a majestade” significa que “não perde as características básicas quem já as teve ao máximo”.

¹⁵⁵ Urbano (2018, p. 448) assinala que este provérbio “se vulgarizou com os mesmos referentes desde o latim, chegando ao italiano, espanhol e inglês: *Legum tortum haud unquam rectum; Chi torto nasce, tarde o mai si drizza* [...]; *Arbor que torcido creció nunca se enderezó; What is bred in the borne will never be out of the flesh*”. Significa que “a pessoa que nasce com deformidade de caráter será assim até morrer” (URBANO, 2018, p. 447). Lacerda et al. (2004, p. 448) indexa seu correspondente inglês: “*wood that grows crooked will hardly be straightened*”.

¹⁵⁶ Imitação do provérbio “Pau que nasce torto morre torto”/ “Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita” indexada por Lacerda et al. (2004, p. 447).

¹⁵⁷ Captação do provérbio “Quem não deve, não teme”; ou seja, quem não faz maldades ou pratica injustiças, não tem nada a temer (não treme de medo), não receia ser punido.

5 ANÁLISE

5. 1. IMITAÇÃO, HETEROGENEIDADE E POLIFONIA

Flores e Teixeira (2017, p. 75) afirmam que “Authier-Revuz concebe o ‘outro’ não como objeto exterior de que se fala, mas como condição constitutiva do discurso”. Nesse sentido é que toma para si o dialogismo bakhtiniano, adotando “duas diferentes concepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos” (FLORES; TEIXEIRA, 2017, p. 75). Dessa última concepção, a do diálogo entre discursos, deriva a ideia/certeza de que o discurso é construído/constituído por uma variedade/multiplicidade de discursos, os quais se inscrevem/refletem determinadas ou dadas ideologias/posicionamentos ideológicos. Nossa atenção no estudo dos enunciados proverbiais recai, então, sobre as formas da *heterogeneidade mostrada marcada* – mais especificamente, as aspas – e sobre o provérbio em si, exemplo, segundo Maingueneau (1997), de *heterogeneidade mostrada não-marcada*. Distinguimos, em um primeiro momento, as ocorrências de enunciados proverbiais, de desvios e de outras frases destacáveis, passando ulteriormente a discutir a natureza do desvio (*captação* ou *subversão*). Por fim, passamos a distinguir as marcas enunciativas (o aspeamento) presentes nos enunciados destacados, refletindo, inclusive, sobre o estatuto de *não-marcado* dos provérbios.

Authier-Revuz (1998, p. 118) afirma que

de um modo geral, colocar entre aspas uma palavra permite, mesmo que se faça uso da palavra em um discurso, mostrá-la, ao mesmo tempo, como um objeto que, tido à distância, é designado como impróprio de certa maneira ao discurso em que figura: familiar, estrangeiro, contestado etc.; as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como ‘outro’ em relação àquilo em que ele se constitui.

Desse modo, pode constatar-se a coexistência em um mesmo período ou enunciado de dois discursos distintos, sendo essa coexistência “assegurada por uma progressão que faz alternadamente de cada um dos dois discursos [...] o interior em relação ao qual tal elemento é designado como referente do outro, exterior” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118). Quer isto dizer, que o *aspeamento* pode se constituir uma marca da dupla alteridade discursiva, na qual não se observam dois

“exteriores”, mas antes “um contínuo retorno da relação exterior/interior¹⁵⁸ a seu contrário” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118). A este propósito, Maingueneau (1997, p. 89) afirma a não-ruptura sintática, no caso das palavras entre aspas, entre o discurso citante e o discurso citado. A expressão ou palavra aspeada “é, ao mesmo tempo usada e mencionada, dependendo, conseqüentemente, da ‘conotação autonímica’” (MAINGUENEAU, 1997, p. 89); ou seja, acumula menção e uso. Mas mais do que isso, o recurso às aspas

se refere [...] às palavras, sintagmas atribuídos a um outro espaço enunciativo e cuja responsabilidade o locutor não quer assumir. Questionando desta forma o caráter totalmente apropriado da palavra, as aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu ‘exterior’; um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço. (MAINGUENEAU, 1997, p. 90)

As aspas apresentam várias funções de distanciamento, quer sejam “aspas *de diferenciação*, destinadas a mostrar que nos colocamos além destes enunciados [...]; aspas *de condescendência*, aspas *pedagógicas*, na vulgarização; aspas *de proteção*, para indicar que a palavra é apenas aproximativa; [...] [ou] aspas *de ênfase* [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 90). Maingueneau (1997, p. 90-91, grifo do autor) sustenta que: 1. colocar entre aspas é manter certos termos à distância; 2. as aspas guardam relação com a FD em que o autor/locutor se inscreve; e 3. “constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário”.

Posto isto, seguem abaixo os dados coletados conforme as categorias mencionadas no tópico 4.2.: a) construções integrais e não integrais de provérbios; b) desvios dos enunciados proverbiais reconhecidos; e c) outras frases destacáveis.

Quadro 5: Relação de provérbios, desvios e outras frases destacáveis coletados

PROVÉRBIOS	DESVIOS	OUTRAS FRASES DESTACÁVEIS
1. “[...] água mole em pedra dura tanto bate [...]”	3. “os iguais se atraem”	15. “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”
2. “[...] os cães ladram e a caravana vai passando!”	4. “as pestes se atraem”	16. “[...] Muita água vai passar debaixo da ponte.”

¹⁵⁸ Authier-Revuz (1998, p. 101, grifo do autor) afirma que “a exterioridade em relação ao fio sintático aparece, normalmente, destacada, materializada na escrita, por estar entre aspas ou entre parênteses, realçando de forma material o desdobramento em *um segundo fio discursivo* [...]”.

6. “[...] Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém. [...]”	5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”	17. “Quando a emenda é pior que o soneto...”
7. “Um dia A CASA CAI.”	9. “quem tem, tem medo. [...]”	27. “cobra morde e assopra.”
8. “[...] cada um por si e Deus por todos.”	10. “‘quem tem C é suspeito’”	29. “[...] a língua é o chicote do corpo”
11. “[...] enquanto existir cavalo são Jorge não anda a pé.”	14. “QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA”	32. “Tem gente que é igual carro velho, só pega no tranco”
12. “Quem não deve não teme!”	18. “[...] SILÊNCIO É SÁBIO!”	38. “[...] A língua é o chicote do corpo”
13. “Peixe more pela .boca”	19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’”	40. “[...] dar a César o que é de César [...]”
20. “quem não deve não teme”	21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”	
22. “quem nunca errou atire a 1º pedra... [...]”	23. “[...] Desgraça só quer começo”	
26. “[...] pimenta no olho do outro é fresco!”	24. “quem.tem.tem.medo”	
30. “[...] quem não deve, não teme...”	25. “Pimenta no cu dos outros é fresco. [...]”	
31. “[...] cego é aquele que não quer ver”	28. “quem fala o que quer Acha o que precisa.”	
34. “quem tem amigos na praça não passa aperto. [...]”	33. “quem tem tem medo”	
35. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”	43. “[...] Quem tem, tem medo. [...]”	
36. “[...] em boca fechada não entra mosquito.”	46. “quem deve, teme!! [...]”	
37. “Boca fechada não entra mosquito. [...]”	47. “[...] se não deve não teme”	
39. “[...] Quem não deve não teme! [...]”	49. “quem deve, teme.”	
41. “[...] Quem não deve, não teme”	50. “Quem tem tem medo!!!”	
42. “Quem não deve, não teme! [...]”	55. ”quem tem @# tem medo.”	
44. “[...] uma mão lava outra [...]”	58. “quem tem... tem medo...”	
45. “Quem não deve	59. “[...] quem deve, teme”	

não teme! [...]”		
48. “tal pai tal filho...”	60. “[...] Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade [...]”	
51. “[...] Quem não deve não teme”	62. “[...] pau que nasce torto até as cinzas são tortas. [...]”	
52. “[...] Quem tem rabo de palha, tem de passar longe do fogo. [...]”	63. “[...] QUEM NÃO FAZ NÃO TREME”	
53. “[...] quem não deve não teme.”		
54. “Quem não deve não teme ou quem deve teme...”		
56. “[...] Quem não deve não teme”		
57. “[...] nem tudo o que reluz é OURO!”		
61. “[...] pau que nasce torto morre torto. [...]”		

Consideramos provérbios aqueles enunciados que preservam as *condições genéricas* da enunciação proverbial, tais como

o estatuto genérico da figura do enunciador e a do alocutário, o estatuto dos embreantes temporais (mais frequentemente, o presente genérico ou uma realização zero [...] [...]); a referência dos grupos nominais a classes e não indivíduos [etc.] (MAINGUENEAU, 2010, p. 173).

Além disso, podem citar-se as *condições de emprego*, as quais “exigem que [o provérbio] se trate de uma verdade ‘de bom senso’, dirigida a um alocutário universal, de uma verdade que possa ser mantida pelo ON da sabedoria popular” (MAINGUENEAU, 2010, p. 175). Precisamente atentando a estas características é que nos é dado reconhecer os desvios/pastiches do gênero proverbial, “um processo discursivo [...] que consiste em produzir um enunciado possuidor das marcas linguísticas da enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque de provérbios reconhecidos” (MAINGUENEAU, 1984, p. 114, tradução nossa). Entre as “outras frases destacáveis” situam-se os enunciados que, não sendo reconhecidos como provérbios, gozam, no entanto, de *destacabilidade*. “Dar a César o que é de César”, por exemplo, possui as características de um enunciado destacável: 1. é um enunciado autônomo (não carece de antecedente ou de sucedente para sua compreensão); 2. é perfeitamente recuperável mnemonicamente; 3. integra o *thesaurus* da língua; 4. encerra

um grande sentido; 5. é conciso, solene e tem tom generalizante; e 6. possui saliência textual.

Na nossa coleta, deparamo-nos com sessenta e três (63) ocorrências de provérbios/desvios/outras frases destacáveis, das quais trinta (30) são enunciados proverbiais reconhecidos e indexados por Magalhães Júnior (1960), Urbano (2018) e/ou Lacerda (*apud* OLIVEIRA, 2011); vinte e cinco (25) são desvios; e oito (8) são “outras frases destacáveis”. No que respeita aos desvios, enfocamos nossa análise na sua natureza, distinguindo os exemplos de *captação* e de *subversão* com base nos pressupostos de Maingueneau (2010). Para este autor, o provérbio existente E0 é frequentemente desviado, quer em termos de seu valor fônico, quer em termos semânticos, dando origem a um E1. No caso da *captação*, há uma aproximação de E1 à verdade veiculada pelo E0; no caso da *subversão*, há uma clara “contradição entre as verdades proverbiais usuais e o conteúdo de E1” (MAINGUENEAU, 2010, p. 176). Com base nesses fundamentos, procedemos à seguinte tabulação dos desvios.

Quadro 6: Desvios (*captação* e *subversão*)

CAPTAÇÃO	SUBVERSÃO
5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”	3. “os iguais se atraem”
14. “QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA”	4. “as pestes se atraem”
18. “[...] SILÊNCIO É SÁBIO!”	9. “quem tem, tem medo. [...]”
19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’”	10. “‘quem tem C é suspeito’”
21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”	24. “quem.tem.tem.medo”
23. “[...] Desgraça só quer começo”	25. “Pimenta no cu dos outros é refresco. [...]”
28. “quem fala o que quer Acha o que precisa.”	33. “quem tem tem medo”
46. “quem deve, teme!! [...]”	43. “[...] Quem tem, tem medo. [...]”
47. “[...] se não deve não teme”	50. “Quem tem tem medo!!!”

49. “quem deve, teme.”	55. ”quem tem @# tem medo.”
59. “[...] quem deve, teme”	58. “quem tem... tem medo...”
60. “[...] Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade [...]”	
62. “[...] pau que nasce torto até as cinzas são tortas. [...]”	
63. “[...] QUEM NÃO FAZ NÃO TREME”	

Vejam os exemplos abaixo como funcionam estes desvios, seja por *captação* ou por *subversão*.

A) Captação

(5) “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”

(21) “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”

E0 = Toda a nação tem o governo que merece.

Os enunciados (5) e (21), representam uma captação do E0 “Toda a nação tem o governo que merece” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 267), preservando suas *condições de emprego*. Além de os sintagmas nominais (*povo, presidente, governante*) e dos tempos verbais terem uma interpretação de tipo genérico, esses enunciados captam semanticamente o E0. O desvio acontece somente no nível dos significantes. Em relação a estes últimos, Maingueneau (2010, p. 176) sustenta que “quanto maior a semelhança entre E0 e E1 (nos níveis sintático e fonológico), mais forte será o efeito obtido”. No caso de (5) e de (21) a semelhança cinge-se ao nível sintático.

(14) “QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA”

E0 = Quem nasceu para dez-réis nunca chega a ser pataca.

Em (14), a captação é estritamente no nível do significado. Estamos perante uma captação semântica. O enunciado E0 que lhe dá origem é “quem nasceu para dez-réis nunca chega a ser pataca” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 235). E0 e E1 sustentam a dificuldade/impossibilidade daqueles que são humildes em alcançarem lugares mais elevados ou prestigiantes.

(18) “[...] SILÊNCIO É SÁBIO!”

E0= O silêncio é de ouro.

O enunciado (18) é uma captação de “o silêncio é de ouro” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1960, p. 198). Nesse caso, a captação “garant[e] ao máximo o sentido da estrutura semântica explorada” (MAINGUENEAU, 2010, p. 174), substituindo somente o qualificador (de ouro → sábio). O significante é mantido, o que garante um maior efeito.

(19) “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’”

E0 = O silêncio é de ouro.

Em (19), também é captado o E0 “o silêncio é de ouro”. Todavia, é uma captação mais dificilmente reconhecida. O significante é distinto, observando-se tão-somente a captação do significado. O reconhecimento de tal desvio depende sobremaneira do interlocutor.

(23) “[...] Desgraça só quer começo”

E0 = Uma desgraça nunca vem só. / Desgraça pouca é bobagem.

Em (23), captam-se os enunciados E0 “uma desgraça nunca vem só” e “desgraça pouca é bobagem”. Capta-se o sentido/significado de E0, o de que uma desgraça vem sempre acompanhada de outras desgraças; ou seja, capta-se uma verdade universal, do senso comum.

(28) “quem fala o que quer Acha o que precisa.”

E0 = Quem diz o que quer ouve o que não quer + Quem procura (sempre) acha

No caso de (28), há uma fusão de dois provérbios: “*Quem diz o que quer ouve o que não quer*” e “*Quem procura (sempre) acha*”. Maingueneau (2010) situa esse procedimento entre um dos mais correntes, no nível do significante, no caso da captação proverbial. Tal “procedimento, que visa minimizar-se por vias sutis, assemelha-se a um dos procedimentos de fabricação de palavras-valise (cf. *televisão + celebridade* →

telebridade)” (MAINGUENEAU, 2010, p. 177). Para este autor, pode falar-se, nesse caso, de *bricolagem* “literalmente nascida de uma colagem a partir de elementos heterogêneos” (MAINGUENEAU, 2010, p. 177).

(46) “quem deve, teme!! [...]”

(49) “quem deve, teme.”

(59) “[...] quem deve, teme”

E0 = Quem não deve, não teme.

Os enunciados (46), (49) e (59) jogam com a negação. Nesses casos, capta-se o E0 “Quem não deve, não teme”, optando pelo enunciado positivo.

(47) “[...] se não deve não teme”

E0 = Quem não deve, não teme.

Em (47) capta-se o mesmo E0, admitindo-se, aliás, a negação. O desvio é a substituição do pronome relativo “quem” pela conjunção subordinativa condicional “se”.

(63) “[...] QUEM NÃO FAZ NÃO TREME”

E0 = Quem não deve, não teme.

Em (63), o E0 “quem não deve, não teme” é outra vez captado, desviando-se os sintagmas verbais (deve → faz; teme → treme).

(60) “[...] Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade [...]”

E0 = Quem foi rei nunca perde a majestade.

No caso de (60), o desvio cinge-se ao tempo verbal (foi → é) e ao acréscimo do sintagma “coroa”. Maingueneau (2010, p. 177) enquadra este tipo de ocorrência entre as que “acrescenta[m] elementos ao provérbio E0”.

(62) “[...] pau que nasce torto até as cinzas são tortas. [...]”

E0 = Pau que nasce torto morre torto. / Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

Em (62), captou-se o enunciado proverbial “Pau que nasce torto morre torto”/ “Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. O advérbio “até” reforça aqui o sentido de E0, isto é, que “a pessoa que nasce com deformidade de caráter será assim até morrer” (URBANO, 2018, p. 234). Em quem nasce torto tudo é torto.

B) Subversão

3. “os iguais se atraem”

4. “as pestes se atraem”

E0 = Os opostos se atraem.

Os enunciados (3) e (4) subvertem o E0 “os opostos se atraem”, explorando o significante. Em (3), o locutor dá voz a um enunciador distinto do enunciador de E0. Efetivamente, estamos diante de dois pontos de vista contrários. Essa subversão incide, portanto, sobre o significado de E0. Em (4), o fator de atração não se prende à dicotomia *igualdade x oposição*, mas ao fato de serem “pestes”. Maingueneau (2010, p. 181) afirma que “as subversões que visam ao significado dos provérbios atestados têm inevitavelmente um efeito militante”.

9. “quem tem, tem medo. [...]”

10. ““quem tem C é suspeito””

24. “quem.tem.tem.medo”

33. “quem tem tem medo”

43. “[...] Quem tem, tem medo. [...]”

50. “Quem tem tem medo!!!”

55. ”quem tem @# tem medo.”

58. “quem tem... tem medo...”

E0 = Quem deve, teme.

Estas subversões (9; 10; 24; 33; 43; 50; 55; 58) incidem sobre o desvio “quem deve, teme”. Estamos, portanto, diante de uma *subversão de uma captação*. “Quem

deve, teme” capta “Quem não deve, não teme” e é subvertido *a posteriori* nas formas destacadas. Tais formas alteram seu significado/sentido, pois alargam o espectro daqueles que receiam ser punidos e que podem ser/são suspeitos. Não se trata mais de “quem deve”, mas de “quem tem...”, o que confere àqueles que temem caráter universal, pois todos têm C, @# etc.

A *captação* e a *subversão*, segundo Maingueneau (1997), são valores opostos assumidos pela *imitação* de um gênero do discurso. Em seu entender, o falante do gênero proverbial pretende ou se beneficiar da autoridade do provérbio ou arruinar essa mesma autoridade. No caso da *captação*, há uma imitação sobre a estrutura explorada, ao passo que na *subversão* há uma desqualificação dessa estrutura. Próxima da ironia, “a subversão mantém uma distância entre duas fontes de enunciação, que ela hierarquiza” (MAINGUENEAU, 1997, p. 102), entre dois discursos. Essa distância interessa particularmente a nossa pesquisa e não se cinge, em nosso entender, ao fenômeno da *subversão*. O distanciamento discursivo surge tanto na *subversão* quanto na *captação* nos casos em que os enunciados são marcados com aspeamento. Da nossa coleta de dados resultou a distinção de (5), (10), (19) e (21) como enunciados em que o falante sentiu a necessidade de aspear o desvio.

Quadro 7: Desvios aspeados

5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”
10. “‘quem tem C é suspeito’”
19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’”
21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”

Os enunciados (5), (19) e (21) são desvios por captação; o enunciado (10) é um desvio por subversão. A diferença, em termos numéricos, não é significativa. Em um universo de vinte e cinco (25) desvios, três desvios por captação foram aspeados, enquanto apenas um desvio por subversão mereceu a marcação com aspas. Isto acontece porque a subversão é mais explícita quanto ao distanciamento daquilo que imita. Na subversão, o falante imprime uma distância no próprio ato de subverter; a subversão é a própria distância do imitado. A captação, pelo contrário, é de um maior apagamento do falante, o que exige, de parte deste, com vistas a de se demarcar desse apagamento, o

recurso a outros expedientes linguísticos, como as aspas. Vejamos os exemplos seguintes:

5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”

21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’”

E0 = Toda a nação tem o governo que merece.

O locutor de (5) emitiu esse desvio em resposta a uma notícia postada na página do Facebook do Brasil 247, no dia 11 de abril de 2019, intitulada “após ignorar morto pelo exército no Rio, Bolsonaro se solidariza com Gentili”. O comentário tem o seguinte teor:

“Lamentável! Um ser desse representar uma nação. Mas um ditado que diz: ‘cada povo tem o presidente que merece’” (5).

O locutor de (21), por seu turno, teceu desvio similar em outra notícia postada na página supracitada, no dia 15 de abril de 2019, sobre a retirada dos radares das estradas brasileiras. Seu comentário foi o seguinte:

“Infelizmente todos estão pagando por uma escolha desastrosa, um analfabeto intelectual, funcional que além de nunca ter contribuído com absolutamente nada em sua vida pública, hoje é presidente... Vergonha de um país deste porte ter uma pessoa destas como representante maior. Mas como diz o ditado: ‘cada povo tem o governante que merece’” (21).

Estes locutores de (5) e de (21) estão sujeitos a determinadas *condições de produção*, além de serem constitutivamente heterogêneos. Maingueneau (2014, p. 36) afirma que o aforizador enuncia “para um auditório que não se situa no mesmo plano, que não é capaz de intervir na enunciação”. A aforização não pede resposta, não estabelece interação com o alocutário. Para este autor, “o aforizador não está envolvido numa troca com o alocutário; ele olha em direção a um auditório indeterminado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 36). Mas na expressão da *sua verdade* adota uma determinada postura e um determinado *ethos*, que se relacionam diretamente ao contexto sócio-histórico e ideológico da produção. Nesse sentido, os locutores de (5) e

de (21) atribuem-se uma *imagem e lugar*, ao mesmo tempo em que atribuem uma *imagem e lugar* a seus interlocutores. Mais do que isso, conscientizam-se de uma imagem que os outros lhes atribuem. Maingueneau (1997, p. 91) afirma a este respeito que

o sujeito que utiliza aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas.

A colocação das aspas é uma forma de se salvaguardar de críticas de outros leitores e de se distanciar da palavra aspeada; nestes casos, em (5) e em (21), dos desvios. Estes enunciados pertencem a locutores agastados com o contexto sócio-político. Em um cenário de elevada taxa de desemprego e de elevados índices de violência, colocam-se como humanistas que não compreendem ou não respaldam um governo/presidente que apoia o humor insultuoso ao mesmo tempo em que se alheia da perda de vidas humanas. Côncios do seu auditório, um auditório também de esquerda, os locutores de (5) e de (21) atribuem-se uma *imagem/ethos* de não-pertencimento a um povo que faz tais escolhas eleitorais. O aspeamento de seus desvios visa a denotar o seguinte: “A diz que X” (que cada povo tem o que merece) → mas “EU, que reconheço a autoridade de A, não me reconheço como parte do povo de que se fala em X” → logo, “A diz que X não se aplica a mim”. As aspas são, então, marca dessa não-aplicação ao locutor da verdade universal. Em certo sentido, esse “povo” remete unicamente aos eleitores do presidente/governante eleito, em cujo universo esse locutor não se inscreve. O aspeamento é uma tentativa do locutor de se demarcar de uma comunidade que tem aquele enunciado como citação de autoridade, é uma demarcação do enunciador genérico ON. Ao aspear, o locutor afasta-se daquela fala, mostra explicitamente que aquelas não são suas palavras. Isto exige da parte do destinatário, evidentemente, um esforço de decodificação, a qual é facilitada quando locutor e destinatário se situam do mesmo modo interdiscursivamente. Para Maingueneau (1997, p. 91),

cada decodificação realizada pelo destinatário reforça a convivência entre os parceiros do discurso, visto que estão partilhando a mesma forma de se situar no interdiscurso. O risco permanente de um fracasso nesta decodificação representa todo o peso desta convivência, que se estabiliza nas fronteiras de uma formação discursiva.

Nas cenas enunciativas de (5) e de (21), a produção e interpretação passam por determinadas antecipações. Os locutores de tais enunciados antecipam as condições de

recepção. A opção pelo desvio de um e de outro caso não é, portanto, casual. Tanto o L de (5) quanto o L de (21) (re)conhecem que escrevem para outros leitores que se situam nos limites da mesma formação discursiva; (re)conhecem, ademais, os seus “lugares”. Os Ls de (5) e de (21) escrevem para um auditório composto por sujeitos preocupados com as condições sociais e econômicas do país; sujeitos ideologicamente de esquerda que não se reveem nas políticas neoliberais do governo; sujeitos, outrossim, avessos a qualquer movimento antidemocrático ou neofascista.

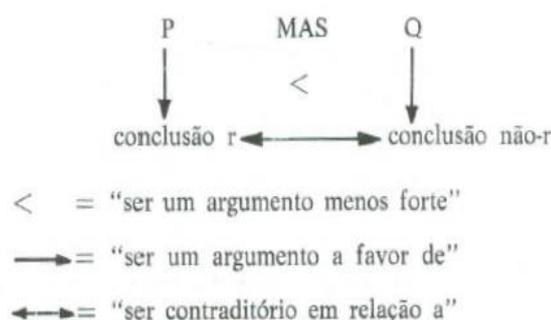
A substituição do sintagma nominal “nação” do E0 pelo sintagma nominal “povo” em E1 merece destaque. Recordamos que, conforme Authier-Revuz (1990, p. 27), “nenhuma palavra é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’”. O enunciado E0 (“Toda a nação tem o governo que merece”) é de autoria do Conde Joseph Marie de Maistre, “um ferrenho absolutista, um furioso teocrata, um intransigente legitimista, apóstolo de uma trindade monstruosa constituída pelo papa, pelo rei e pelo carrasco” (FAGUET, 1899 *apud* SOARES, 2009, p. 8). Maistre era um contrarrevolucionário, um grande opositor da Revolução Francesa. Não é fortuita sua opção pelo sintagma “nação” em vez de “povo”. “Nação” é uma “construção discursiva e política [...] fundamentad[a] em uma cultura específica de um grupo dominante [...]” (SILVA; SILVA, 2009, p. 310). Em nome desse grupo dominante, adotam-se valores “verdadeiramente nacionais”, que supostamente “melhor representam o Estado e o território ao qual pertencem” (SILVA; SILVA, 2009, p. 310). Segundo Weber (*apud* SILVA; SILVA, 2009, p. 309), “a ideia de nação é quase sempre uma construção elaborada por um grupo dominante que se atribui o papel de unir território e Estado a partir de sua cultura específica”; ou seja, a ideia de *nação* está estreitamente ligada a um movimento conservador de centralização do poder e de fortalecimento do Estado e da soberania. Situa-se, ideologicamente, no campo da direita. “Povo”, por sua vez, é definido, via de regra, “como um conjunto de pessoas que vivem em sociedade; [...] como um conjunto de indivíduos que integram uma nação específica ou têm origem étnica comum [...]; [e como] o conjunto dos indivíduos mais pobres de uma sociedade [...]” (SILVA; SILVA, 2009, p. 272). Para Silva e Silva (2009), é um termo frequentemente substituído pelas noções de “massa” e de “multidão”. “Massa” subdivide-se em “massa moderna” e “massa pós-moderna”, segundo Santos (*apud* SILVA; SILVA, 2009, p. 273). A primeira “era industrial [...], proletária, tinha ideais, lutava por melhores condições de vida e acreditava que a história tinha um sentido [...]

[; a segunda é] consumista, classe média, conformista e sem ideais” (SANTOS *apud* SILVA; SILVA, 2009, p. 273). A “multidão” pode ser de diversas ordens. Pode ser casual, de audiência ou escapista (RUDÉ *apud* SILVA; SILVA, 2009, p. 273). Esta última refere-se a greves, motins, revoluções etc. Em resumo, “povo”, ou seus conceitos assemelhados como “massa” ou “multidão”, é um termo mais próximo do espectro da ideologia política de esquerda, participa dos discursos socialista e comunista. Quando os Ls de (5) e de (21) empregam esse sintagma, fazem-no porque se situam em uma formação discursiva e ideológica denominada esquerda política nacional. Ao fazê-lo, situam-se discursivamente e demarcam/delimitam aquilo que é exterior ao seu discurso. Ou seja, os desvios de (5) e de (21), com o respaldo de elementos contextuais e cotextuais, bem como de marcas como o aspeamento, permitem-nos distinguir a formação discursiva em que seus locutores se inscrevem. Em (5), o cotexto traz índices inequívocos do posicionamento do L. Tanto o qualificador “lamentável” quanto a escolha do referente “ser” denotam a sua aversão e comiseração. O demonstrativo que acompanha o referente é também um elemento de distanciamento, pois situa o mesmo referente em um plano que não é o do L. Desse modo, o L nega qualquer pertença ou identificação com o “ser”. Destacamos, ainda, algo que demonstra a amplitude das relações interdiscursivas e a emergência do *outro* no fio do discurso do L de (5) – o emprego do termo “nação”. Este L ocupa “lugar” e espaço que admite a existência do estado-nação, conferindo-lhe, inclusive, um determinado grau de seriedade/responsabilidade, como o atesta seu enunciado. O raciocínio que subjaz às suas palavras é que A (um ser desse) não está à altura de X (ser presidente), pois X implica, entre outras coisas, elevação pessoal. Seu discurso transita, então, entre o que lhe é interior e exterior; entre o que lhe é inequívoca e ideologicamente seu e ideologicamente *outro*. Quanto à conjunção “mas”, ela é, neste caso, argumentativa; ou seja, P (é lamentável esse homem ser nosso presidente) *mas* Q (cada povo – você – tem o que merece). O movimento pode ser descrito desta forma: sim, P (é lamentável ter um presidente como esse); por conseguinte, você deveria concluir R (não votarei nele / não o elegerei); mas não o fez, pois Q (cada povo – você – tem o que merece). Ducrot (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 165) afirma que “Q é apresentado como um argumento mais forte para não-R do que P o é para R”¹⁵⁹. Em (5), portanto, a autoridade do

¹⁵⁹ Maingueneau (1997, p. 166) destaca que a consideração de não-R como mais forte do que R foi alvo de correção por Ducrot. Nesse sentido, “a única coisa constante é que o locutor declara negligenciar o primeiro [enunciado] da argumentação que está construindo, para apoiar-se apenas no segundo – a força

provérbio prevalece sobre a especificidade/particularidade de ter um presidente como esse. Justamente por isso o desvio é aspeado. O L de (5) usa as aspas para destacá-lo, como que afirmando que devido a Q (cada povo – você – tem o que merece) vocês não-R (votaram nele). O aspeamento é, então, um modo de dizer não-Q. Em (21), a conjunção “mas” tem o mesmo emprego: P *mas* Q. O presidente eleito é um incapacitado para ocupar o lugar que ocupa *mas* “cada povo tem o governante que merece”. O L de (21) afirma P (ele é um analfabeto funcional que nunca contribuiu em nada para a vida pública e não está à altura de representar o país) o que levaria a uma conclusão R (não votar nele), *mas* Q (“cada povo tem o governante que merece”), o que implica uma conclusão não-R (votar nele/elegê-lo). Esquemáticamente, P *mas* Q funciona do seguinte modo:

Quadro 8: Funcionamento de P *mas* Q



Fonte: Maingueneau (1997)

Quer isto dizer que os eleitores negligenciaram P, dando maior força ou destaque a Q; neste caso, confirmaram Q, que um povo tem o governante que merece. Este merecimento implica uma relação de reciprocidade: o analfabeto merece o analfabeto, uma pessoa destas foi talhada para outras pessoas destas. O que escapa a essa reciprocidade é o país (“deste porte”, grande, continental) e o próprio L, que não se enquadra/encaixa no ON genérico. Em resumo, as aspas em (5) e em (21), bem como os desvios, são marcas de heterogeneidade que estabelecem/denotam os limites das formações discursivas nas quais se situam seus respectivos Ls. Os provérbios, exemplos de heterogeneidade mostrada não-marcada, são, nestes casos, alvos de aspeamento visando à marcação/assunção da sua heterogeneidade. Os locutores de (5) e de (21)

argumentativa superior atribuída a este não passa de uma justificação desta decisão” (DUCROT, 1983, p. 9 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 166).

objetivam dar conta da multidão que reverbera o enunciado universal ao mesmo tempo em que pretendem demarcar-se dessa voz e desse “povo”. As aspas e o processo de imitação do gênero proverbial (neste caso, a *captação*), aí se enquadrando a substituição lexical¹⁶⁰, situam o enunciado resultante (o desvio) em uma formação discursiva distinta da do E0. Enquanto este é ideológica e discursivamente de viés conservador, o E1 adota uma postura de esquerda, haja vista suas *condições de produção*, o que respalda nosso pressuposto de que é possível distinguir, observando-se a heterogeneidade e polifonia dos enunciados proverbiais/desvios, as FDs em que estes transitam e se inscrevem, isto derivando do caráter eminentemente ideológico do provérbio.

Em (19), outro caso de desvio por *captação*, o funcionamento das aspas é distinto dos casos de (5) e de (21). Nesse caso, em uma notícia sobre o fato de Bolsonaro se retratar das declarações precedentes sobre o holocausto, um leitor-comentador escreveu: “Há um ditado popular q diz: ‘se de falar bobagem é mior calar’”. Tal desvio capta o E0 “o silêncio é de ouro”, mas, ao contrário de em (5) e em (21), o aspeamento não denuncia um afastamento/distanciamento do L do enunciador genérico. Pelo contrário, é marca de heterogeneidade mostrada evidenciada por este, que se assume categoricamente pertencente à comunidade que atesta aquela verdade universal. No entanto, isto somente é perceptível quando se consideram os elementos contextuais e as condições de produção. O L de (19) escreve para um auditório específico, com o qual seu discurso dialoga e combina; escreve em uma plataforma assumidamente de oposição ao presidente eleito e em uma notícia/postagem cujo teor é inequivocamente crítico. Neste caso, vale-se/socorre-se da autoridade do provérbio, desse modo denotando seu posicionamento político e ideológico. Sustenta sua crítica ao presidente no fato deste violar o argumento de autoridade. O movimento discursivo/ideológico que faz é o seguinte: *X diz que P* (o *senso-comum* diz que “o silêncio é sábio”), e *X (senso-comum)*, que não é um imbecil (Y), com certeza acertou ao dizer P (que o silêncio é sábio). O presidente, todavia, assumiu conduta contrária (não-P), afastando-se de X (*senso-comum*) e da unanimidade popular, o que se caracteriza como não-Y (o oposto de *não ser um imbecil*).

As aspas, como assinalado por Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 66), “podem, portanto, tomar significações muito variadas”. Fónagy (1988, p. 90 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 66) afirma que estas indicam “uma

¹⁶⁰ Reboul (1975, p. 120) sustenta que “o código específico de uma ideologia parece apoiar-se sobretudo no léxico”.

mudança de estatuto verbal da expressão, uma mudança de registro, um afastamento em relação ao nível de discurso que precede e que segue o texto entre aspas”. São marcas tipográficas “relativas à **autonímia** ou à **modalização autonímica**” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 65, grifo do autor). Como autonímia, indicam “que uma sequência é **tomada em menção** e não **em uso**, isto é, que o escrevente refere-se ao *signo*, em vez de, como no emprego padrão, indicar o referente por meio do signo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 65-66, grifos do autor). Na presente pesquisa, o mesmo seria dizer que os leitores-comentadores mencionam um dado provérbio, não fazendo, todavia, uso dele. Como modalização autonímica,

as aspas, sem romper o fio da sintaxe, *enquadram tipograficamente* os elementos sobre os quais incidem [cabendo], entretanto, ao leitor compreender qual valor podem ter tais aspas em tal contexto (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 66, grifo do autor).

As *captações* até aqui analisadas, ou seja, os enunciados (5), (19) e (21), não são simples ocorrências autonímicas. Seus locutores não se limitam à menção dos enunciados proverbiais. Por exemplo, não se limitam a dizer que “o silêncio é de ouro” é um provérbio indexado por Magalhães Júnior (1960). Eles mencionam e usam os provérbios/desvios; isto é, o provérbio/desvio é, ao mesmo tempo, objeto do dizer e utilizado. Dito de outro modo, os locutores falam do provérbio/desvio e, em simultâneo, da aplicação desse mesmo provérbio/desvio: “há um ditado popular q diz: ‘se de falar bobagem é mior calar’”. Neste caso, enuncia-se a captação do E0 “o silêncio é de ouro” ao mesmo tempo em que, contextualmente, se percebe/distingue sua aplicação na situação de comunicação. As aspas em E1 (“se de falar bobagem é mior calar”) são autonímicas, denotam uma menção, mas também uma “**não-coincidência do discurso consigo mesmo**, [pois] o enunciador alude a um outro discurso dentro de seu próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2001, p. 159, grifo do autor). Em (19), esta não-coincidência discursiva é amenizada contextualmente, uma vez que se distingue a existência entre seu L e o posto em E1 de uma afinidade/semelhança ideológica. O L se aproxima do enunciador genérico ON. Em (5) e em (21), essa não-coincidência é mais acentuada, pois seus Ls se desviam ideologicamente do E0. Precisamente nestes desvios e afinidades se corporificam os discursos próprios e os discursos outros, se materializam e delimitam as FDs.

O último exemplo de desvio aspeado é uma *subversão*: ““quem tem C é suspeito”” (10). Este desvio ocorreu em uma notícia sobre uma abordagem policial a uma atriz, em que o agente da autoridade afirmou que os atores são instados a parar pois são suspeitos.

Nessa notícia, um leitor-comentador escreveu: “uma vez eu ouvi de um gay a seguinte frase: ‘quem tem C é suspeito’”. Como supracitado, o enunciado (10) é uma *subversão* do desvio “Quem deve, teme”, por sua vez, uma *captação* de “Quem não deve, não teme”.

E0 = Quem não deve, não teme.

E1 = Quem deve, teme.

E2 = Quem tem C é suspeito.

E0 é a estrutura original do provérbio, uma enunciação zero que goza do estatuto de ON-verdade; E1 é a estrutura resultante do desvio (neste caso, o enunciado positivo de E0); e E2, a estrutura resultante do *desvio do desvio*¹⁶¹ (que viola as *condições de emprego*, uma vez que não se trata de uma verdade de bom senso). O L de (10), ao enunciar E2, visa amenizar/atenuar a suspeição que recai sobre os atores, afinal quem tem C (aparelho excretor) é suspeito. A suspeição passa, desse modo, do particular ao universal. Discursivamente, pode se descrever o movimento do L de (10) da seguinte forma: uma condição/qualidade P (ser ator), que é garantia de X (ser suspeito), é contrariada/substituída pela condição/qualidade C (ter aparelho excretor), que garante X (ser suspeito); ou seja, o que é garantia de X (ser suspeito) não é P (ser ator), mas C (ter aparelho excretor).

Condição / qualidade P → X = X → condição / qualidade P

↓

Condição / qualidade C → X = X → condição / qualidade C

Isto pode ler-se nos dois sentidos: a condição/qualidade P é garantia de X = X é garantido pela condição/qualidade P; o que é substituído/contradito pelo L de (10), que afirma que não, P não é condição/qualidade para X, mas, sim, C, embora C seja condição/qualidade absurda. Este absurdo é, no entanto, minimizado pelo referente “um gay”, a quem o L, implicitamente, atribui autoridade. Seu raciocínio é da seguinte ordem: C (ter aparelho excretor) ser garantia de X (ser suspeito) é absurdo, mas se G (um gay), o diz, então C, mesmo sendo absurdo, é garantia de X. A autoridade

¹⁶¹ Aqui, julgamos que determinados desvios, como é o caso de “quem deve, teme”, chegam a alcançar o estatuto de ON-verdade, o que os torna, por conseguinte, também alvo de desvios.

prevalece, então, sobre o absurdo. Esta é a forma que o L de (10) encontrou para denunciar o absurdo do estado policialesco¹⁶², em que todos são suspeitos, o que toma, evidentemente, ares de ditadura. Ao fazer esta denúncia, deixa entrever seu posicionamento político, consideravelmente mais afeito às esquerdas.

No tocante ao contexto, Maingueneau (2014, p. 30) afirma que “por definição, a aforização é uma frase ‘sem texto’ [...] [ou seja] não é precedida ou seguida de outras frases com as quais está ligada por relações de coesão [...]”. Isto, todavia, não significa que a aforização (primária no caso dos provérbios) seja completamente descontextualizada. Sua *contextualidade* relaciona-se ao seu sentido, o qual

é uma espécie de instrução sobre as condições de emprego: ele delimita *a priori* o tipo de contexto nos quais [os provérbios] podem ser empregados, mesmo que evidentemente caiba ao locutor decidir se as condições para seu emprego estão satisfeitas (MAINGUENEAU, 2014, p. 30, grifo do autor).

Exemplo dado por Maingueneau (2014, p. 30) é o E0 “*Petite pluie abat grand vent*”, que, como ditado, deve ser enunciado em um contexto em que alguém questiona a “evolução do tempo para tomar uma decisão prática” (MAINGUENEAU, 2014, p. 30); e que, como provérbio, de forma não literal, interage com o contexto de recepção, apresentando, inclusive, significação flutuante. Em (10), o L inscreve-se em um determinado lugar e momento, faz parte da comunidade de leitores do Brasil 247 no Facebook, um veículo de comunicação que se descreve como “norteado pela defesa da democracia [...], independente e progressista, respeitado dentro e fora do Brasil”, em um momento de retrocesso das políticas sociais e dos direitos humanos, de afrouxamento dos valores democráticos. Ele enuncia em um momento da denominada pós-verdade, em um clima de deturpação e de (re)construção do real, em que a plausibilidade deixou de ser parâmetro, sucedendo-se fatos /eventos históricos e comunicativos surreais. O momento é negacionista: negam-se a história e a ciência, bem como as garantias postas na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A página em que escolhe comentar apresenta-se, então, como um pequeno nicho/reduto onde é possível ainda encontrar seus semelhantes ideológicos e extravasar seus pensamentos e repulsas. Este L é a representação discursiva de um sujeito *assujeitado* pela FD política de esquerda, enunciando apenas o que esta FD prevê; isto embora tenha a ilusão de controlar seu próprio discurso. Imaginariamente, portanto, representa suas condições de produção,

¹⁶² A denúncia aqui é exatamente do estado enquanto repressor e enquanto servido ideologicamente por aparelhos repressores (ARE), como é o caso da polícia.

estabelece um *jogo de imagens*, segundo Pêcheux (1969/1990 *apud* MUSSALIM, 2016, p. 159). Em (10), atribui-se uma posição elevada, de autoridade. O desvio que enuncia não admite resposta, não é questionável. Como destacado por Rocha (1995, p. 175), “[...] o provérbio é imbatível na argumentação [...]”. O seu *auditório* comunga das mesmas ideias/posicionamentos, inscreve-se em um espaço discursivo que reconhece mnemonicamente o desvio e o toma como irrefutável. Este mesmo auditório se reconhece, inclusive, como o interlocutor perfeito e credita ao locutor um *ethos/corpo/voz* para os quais contribuem exemplarmente a autoridade do provérbio. Maingueneau (2014, p. 38) sustenta que

o aforizador ideal é o aforizador morto e memorável. Voz vinda de outra dimensão, o morto não mais enuncia numa situação de comunicação particular; ele fala a todos, ele diz, de forma absoluta, a partir de um corpo glorioso desvinculado da contingência das situações de fala.

As aspas, em (10), sinalizam o distanciamento discursivo-ideológico do L de uma formação discursiva conservadora que tudo retrata como perigoso, culpado, transgressor e que objetiva, sobretudo, a manutenção da ordem, das coisas tal qual elas estão/são. Denunciam um discurso repressor obcecado com a sustentação de limites/fronteiras sociais. A assunção de todos como suspeitos não é prerrogativa do L de (10), é do *outro*. As aspas “inscreve[m] o outro na sequência do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25); são uma das “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26), a qual é, todavia, alvo de um desconhecimento protetor. O sujeito é determinado de fora, seu discurso é perpassado e fundado pelo discurso do outro, é polifônico, mas este sujeito tem a pretensão de ser a origem e centro de seu discurso.

Quadro 9: Formações discursivas

FD	FD DE ESQUERDA	FD DE DIREITA
5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’”	Cada povo tem o presidente que merece (representa a desilusão/agastamento com o poder popular).	Toda a nação tem o governo que merece (sedimenta-se a ilusão do nacionalismo; a valorização da

		pátria/nação).
10. “quem tem C é suspeito”	Quem tem C é suspeito (universalização da culpa).	Quem não deve, não teme (a culpa é de poucos, é individual; dos infratores).
19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar”	Se de falar bobagem é mior calar (defesa do comedimento).	O silêncio é de ouro (defesa do silenciamento).
21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece”	Cada povo tem o governante que merece (representa a desilusão/agastamento com o poder popular).	Toda a nação tem o governo que merece (sedimenta-se a ilusão do nacionalismo; a valorização da pátria/nação).

No quadro supra, procedemos a uma breve distinção das FDs atinentes aos enunciados (5), (10), (19) e (21). Todas essas ocorrências se deram no sítio virtual do Brasil 247, mas guardam relação com a FD que se lhes opõe. Desse modo, em (5)¹⁶³, é perceptível que o L se enquadra em um lugar ideológico agastado com as escolhas eleitorais do povo brasileiro, em contraposição a um E0 que sobrevaloriza a pátria/nação e que julga estar nas mãos do presidente eleito a volta a um passado mítico e orgulhoso. O lema é “O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Em (10), o L não particulariza a culpa ou falta. Nesse sentido, fazemos todos parte de uma massa que, por inépcia ou assujeitamento, se deixa envolver em um turbilhão ideológico. Seu oposto (e ao mesmo tempo constituinte) é um lugar ideológico em que a culpa é particularizada (o indivíduo está acima do “comum”), distribuída/fragmentada por poucos. O sistema/estado é eximido de responsabilidades. Em (19), uma FD de esquerda convida ao comedimento, à atenção às falas/discurso. Preza-se por uma postura sábia, pela não incorrência em qualquer “bobagem”. Porém, não se aconselha ao silenciamento, como na FD de direita. Esta, conservadora, preza pelo não-questionamento e pela aceitação das verdades gerais que os provérbios representam. Cabe aqui a afirmação de Obelkevich (1997, p. 54): “a perspectiva dos provérbios é de que as coisas são o que são”.

¹⁶³ (21) é de teor semelhante.

5.2. ENUNCIADOS PROVERBIAIS E DESVIOS (LOCUTORES, ENUNCIADORES E POSIÇÕES)

Ao iniciar seu esboço de uma teoria polifônica da enunciação, Ducrot (1987) esclarece que seu intento é demonstrar que cada enunciado não possui somente um autor, isto é, que “um enunciado isolado [não] faz ouvir uma única voz” (DUCROT, 1987, p. 161). Nesse sentido, sugere a existência, entre os sujeitos da enunciação, de dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Estes últimos (seres do discurso) são os responsáveis pelo enunciado, aqueles a quem se refere o pronome *eu* e dividem-se em “*locutor enquanto tal*” e “*locutor enquanto ser do mundo*”. Muito sucintamente, o “locutor enquanto tal” é o responsável pela enunciação (essa é sua única propriedade), enquanto o “locutor enquanto ser do mundo”, embora seja também um ser do discurso, tem outras propriedades – é completo, é a origem do enunciado¹⁶⁴. Os enunciadores, por sua vez, são seres que se expressam na enunciação, mas aos quais não é possível atribuir palavras precisas, representando seu ponto de vista e/ou posição. Para Ducrot (1987, p. 197), a noção de enunciador está próxima da noção de centro de perspectiva:

elas servem para fazer aparecer no enunciado um sujeito diferente não somente daquele que fala de fato, [romancista/sujeito falante], mas também daquele de que se diz que fala [narrador/locutor] (DUCROT, 1987, p. 197).

Conforme visto na seção 3 (fundamentação teórica), Ducrot (1987) identifica três ocorrências linguísticas que demonstram a pertinência da noção de enunciador: a *ironia*, a *negação* e a *pressuposição*. Nos três casos, há uma distinção entre locutor (L) e enunciador (E), observando-se mais do que uma voz e posicionamento¹⁶⁵. Na ironia, um locutor (L) apresenta um ponto de vista (E) que não assume ou não pode assumir; na negação, o locutor (L) coloca em cena um enunciador (E1), que ele mesmo contraria (E2); e na pressuposição, um locutor (L) dá lugar a dois enunciadores (E1 e E2), responsáveis pelo conteúdo pressuposto e pelo posto¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Ducrot (1987, p. 188) alerta que estes locutores, seja o “locutor enquanto tal”, seja o “locutor enquanto ser do mundo”, têm estatutos diferentes do sujeito falante, pois “este último deve-se a uma representação ‘externa’ da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado”.

¹⁶⁵ Posicionamento é aqui destacado como designando um determinado ponto de vista. Nesse sentido, “corresponde à posição que um locutor ocupa em um campo de discussão, aos valores que ele defende (consciente ou inconscientemente) e que caracterizam reciprocamente sua identidade social e ideológica” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 393).

¹⁶⁶ Um exemplo de ironia é um católico protestante afirmar: agradeça ao seu bom santo. Nesse caso, o sujeito falante (SF) institui um locutor (L) que coloca em cena um enunciador (E) insustentável, uma vez

Reboul (1975, p. 142) ao refletir sobre as funções do provérbio afirma que este visa

formular, designar uma situação insólita ou incômoda, reportando-a a um **precedente** [grifo nosso]. [...] [o provérbio] transmite segurança, exorciza a angústia face ao novo, ao insólito, à miséria imprevista; [...] mostra que o seu caso se reporta a um caso geral e bastante conhecido, que ‘você não é o primeiro’.

Como preceito para pensar, o provérbio traz sempre implícito um antecedente, fazendo entrever em seu enunciado, muitas vezes, um pressuposto¹⁶⁷. Para Reboul (1975, p. 144-145),

[as] contradições [do provérbio] exprimem cada qual dois aspectos de uma mesma verdade humana, duas correntes opostas em que incessantemente estamos caindo, ora por negligência, ora por cegueira, ora por precipitação, ora por prevenção, sempre por facilidade. Os provérbios dirigem-se todos a um dado homem numa situação dada: eles afirmarão que o hábito faz o homem para ressaltar o poder social da imbecilidade, e que o hábito não faz o monge para desmistificar esse poder.

O provérbio, como o conteúdo pressuposto (E1) em uma pressuposição, “é assimilado a um certo *SE*, a uma voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado” (DUCROT, 1987, p. 216). Ademais, apresenta uma determinada polaridade ideológica, como no caso da negação. Em (36) e (37), por exemplo, temos o seguinte:

E1 = em boca fechada entra mosquito.

E2 = em boca fechada não entra mosquito.

Atribuindo os enunciados (36) e (37) a A e a B, respectivamente, podemos afirmar que A e B colocam em cena dois enunciadores (E1 e E2). E1 é uma asserção positiva que contraria o posto por E2, ou seja, que alguém que adota uma postura silenciosa e recatada não cometerá a falha de cometer alguma inconfidência ou falar

que sua crença religiosa é contrária ao expresso no seu enunciado. Exemplo de negação: “Maria não é simpática”. Nesse enunciado, observam-se dois enunciadores: E1: “Maria é simpática”; E2: Maria não é simpática. João parou de ouvir pop rock. Neste caso, estamos perante uma pressuposição, em que temos um E2: João parou de ouvir pop rock (conteúdo posto), e um E1: João ouvia pop rock (conteúdo pressuposto).

¹⁶⁷ O pressuposto “[corresponde] a [uma] realidade[...] suposta[...] já conhecida[...] do destinatário (evidências partilhadas ou fatos particulares decorrentes de seus saberes prévios), e contitu[i] um tipo de pedestal sobre o qual se formulam os *postos* (que, ao contrário, presume-se que correspondem a informações novas) [...] [Os pressupostos] são assumidos por uma espécie de voz coletiva” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 404).

destemperadamente. L assimila-se ao E2, mas, ao mesmo tempo em que o faz, deixa entrever perspectiva contrária (E1). Estamos perante, portanto, duas perspectivas distintas, dois polos ideológicos, que discutem/debatem a necessidade ou não da moderação nas palavras. Esse debate não se circunscreve, aliás, a (36) e a (37). Efetivamente, seus locutores enquadram-se na mesma formação ideológica e discursiva que (12), (18), (19), (25), (29) e (38), cujo posicionamento-base é que o “o silêncio é de ouro”. Todos incitam ao comedimento e agem sobre seus interlocutores, visando, como defendido por Reboul (1975, p. 144), “não [...] fazer fazer, mas fazer pensar”. Seu propósito não é, portanto, modificar o espetáculo, mas modificar o espectador.

Por “rema[re]m sempre contra a corrente” (ALAIN *apud* REBOUL, 1975, p. 145), os provérbios implicam um debate/discussão entre a conjuntura atual e o conhecimento prévio do sujeito do discurso. Pelo provérbio, o L diz ao interlocutor (doravante, I) que, na situação/ocorrência X, SE afirma que p, acrescentando, implicitamente, que SE agiu/decidiu acertadamente nas diversas ocorrências (Y) antecedentes a X. Ora, se SE acertou em Y, o mais provável é que esteja certo em X; mais do que isso, se SE acertou em Y, quem é I para contrariá-lo? Desse modo, o L desarma o I. Em cena estão a todo momento, ao menos, dois cenários: a possibilidade de *ação-SE* (de agir e tomar em consideração a voz do senso-comum, a voz do provérbio) e a possibilidade de *ação-I* (de agir de forma individual, sem atentar à sabedoria popular).

O provérbio fala do homem “tomado numa determinada situação” (REBOUL, 1975, p. 143) e estabelece uma relação entre essa situação e situações análogas anteriores, vincando que para um dado tipo de contexto/situação a resolução (ou melhor coisa a fazer) é sempre a mesma. Nesse sentido, é conservador. Vejamos o seguinte: a sabedoria implicada em um provérbio teve uma ocorrência fundante que denominaremos Y1, ou seja, decorreu de uma situação que implicou uma ação-X, que obteve sucesso. A esta ocorrência Y1 seguiram-se as ocorrências Y2, Y3, Y4, entre tantas outras. SE (a comunidade), que não é tola, observado o sucesso da ação-X em Y1, aplicou a mesma ação-X a Y2, Y3, Y4, obtendo igualmente sucesso, até concluir que todas as ocorrências Y são resolvidas pela ação-X; ou seja, se Y (1, 2, 3, 4, 5, 6...), ação-X (que nós denominamos *a posteriori* ação-SE). Mas essa força argumentativa de *Se Y, ação-X* não elimina por completo o instinto individual que coloca a hipótese de *Se Y, ação-I*, pois a ocorrência (Y), embora seja uma ocorrência como tantas outras (Y), difere destas no espaço-tempo. Nesse ponto, o sujeito depara-se com esta questão: crer

que *Se Y, ação-SE*, pois a ocorrência é da mesma qualidade e invariável no tempo, ou crer que *Se Y, ação-I*, pois embora a ocorrência seja da mesma qualidade, a solução pode ser variável no tempo. Aduz-se a isto a polaridade ideológica dos enunciados proverbiais/desvios visível quando aplicamos os princípios da Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot (1987)¹⁶⁸.

Quadro 10: relação enunciado proverbial/desvio/outra frase destacável X tipo de ocorrência (ironia, negação, pressuposição) X funcionamento

ENUNCIADO/TIPO	FUNCIONAMENTO
1. “[...] água mole em pedra dura tanto bate [...]” (PR)	<p>E2: água mole em pedra dura tanto¹⁶⁹ bate... (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: Com persistência/resiliência vence-se todos os obstáculos (tomando como exemplo Y1, Y2, Y3¹⁷⁰..., a <i>ação-X</i> – ser resiliente, bater tanto – alcançou um resultado (r) de sucesso; ou seja, os sujeitos A, B, C, nas Y1, Y2 e Y3, respectivamente, adotaram a <i>ação-X</i> e obtiveram bom r¹⁷¹). Trata-se, aqui, do conteúdo pressuposto.</p> <p>E0: água mole em pedra dura tanto bate até que fura.</p> <p>O L assimila-se a um E2 que reage à “cegueira” do eleitorado do presidente Bolsonaro. Sua confiança se traduz em um incentivo àqueles que pensam de igual modo (mais à esquerda) para que continuem tentando mostrar a “realidade” como ela é. Sua enunciação é um convite à luta</p>

¹⁶⁸ Ducrot (1987), Maingueneau (2014), Reboul (1975) são unânimes na perspectiva de que o provérbio se situaria em uma espécie de enunciação 0, o L se assimilando e aniquilando em um ON genérico. Nossa visão é divergente. O L de um E0 imprime suas marcas na enunciação, inclusive seus posicionamentos ideológicos. As retomadas constituem processos de ressignificação dos enunciados proverbiais, em que, obviamente, o L não se anula.

¹⁶⁹ Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 405) afirmam que “os pressupostos têm sempre [...] um marcador no enunciado, o que lhes confere uma relativa independência em relação ao contexto”. Na ocorrência 1, esse marcador é o advérbio *tanto*, intensificador denotativo de persistência/insistência/resiliência.

¹⁷⁰ O provérbio se fundamenta sempre em conhecimentos imemoriais decorrentes de ações/situações anteriores. A este propósito Reboul (1975, p. 142, grifo do autor) escreve: “a primeira [função do provérbio] é *formular*, designar uma situação insólita ou incômoda, reportando-a a um precedente”.

¹⁷¹ Conforme Obelkevich (1997, p. 45), “as pessoas usam os provérbios para dizer a outras o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação”.

	<p>e à argumentação, pois com perseverança será capaz de se conseguir influenciar ideologicamente os eleitores conservadores.</p> <p>A posição do L fica bem evidenciada quando se retoma todo o contexto do enunciado proverbial. Seu posicionamento¹⁷² é de oposição ao governo Bolsonaro. Nesse sentido, infla, por meio de (1), a confiança dos seus semelhantes ideológicos¹⁷³. Outrossim, destaque-se sua imagem/<i>ethos</i>. Ele atribui-se, ao enunciar (1), uma sabedoria e autoridade incontestáveis, agindo sobremaneira, de forma argumentativa, sobre seus interlocutores. Sua fórmula irrefutável indica que <i>se p</i> (se forem resilientes), <i>q</i> (conseguirão abrir os olhos dos opositores e, talvez, cooptá-los), pois estes estão “cegos”. O lugar dos eleitores bolsonaristas é o da cegueira.</p> <p>(1) está ideologicamente relacionado a uma postura de esforço e de trabalho; é sintomático de uma sociedade trabalhadora, esforçada, que incute no outro a ideia de recompensa¹⁷⁴. Com esforço tudo se consegue. Nesse sentido, é interessante notar que o sujeito da enunciação, embora afeito a políticas de esquerda, se vale de um enunciado de teor conservador¹⁷⁵. Isto denuncia a necessidade de se questionar o destacamento¹⁷⁶.</p>
<p>2. “[...] os cães ladram e a caravana vai</p>	<p>E2: os cães ladram e a caravana vai passando! (= L) (conteúdo posto)</p>

¹⁷² “Posicionamento” é adotado aqui nos termos de Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 392-393), ou seja, como definição de “uma identidade enunciativa forte [...], um lugar de produção discursiva bem específico [...] [designando] ao mesmo tempo *as operações* pelas quais essa identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e *essa própria identidade*”.

¹⁷³ Adotamos a denominação “semelhantes ideológicos” nas situações em que possam ser atribuídas as mesmas características a locutor e interlocutores, nomeadamente o pertencimento ao mesmo espectro político e a participação nos mesmos meios virtuais.

¹⁷⁴ Obelkevich (1997, p. 43) afirma que “por meio dos provérbios, as normas sociais são internalizadas e [...] reforçadas”.

¹⁷⁵ Situamos este E0 ao mesmo nível que outros E0 no que toca ao seu teor/caráter conservador. Rebul (1975, p. 141) afirma que “o ensinamento dos provérbios parece fundamentalmente conservador [...] [pregando, por exemplo], a submissão resignada: Uma vez ladrão sempre ladrão [...]”.

¹⁷⁶ O destacamento aqui colocado em causa é o aventado por Maingueneau (2014).

<p>passando!” (PR)</p>	<p>E1: os cães ladram quando a caravana passa. (pressuposto) E0: os cães ladram e a caravana passa.</p> <p>E2 coloca em cena um enunciador 1 (pressuposto) que sustenta que os cães ladram cada vez que a caravana passa, ou seja, cada vez que escutam algum barulho. O E0 ancestral transmite a ideia de que se deve seguir adiante, apesar das vozes contrárias que se levantam. O argumento que lhe subjaz é da seguinte ordem: o ideal seria que <i>p</i> (os cães não latassem), mas, uma vez que é inevitável <i>p</i> (que os cães latam), você deve prosseguir com suas ações, pois suas ações não são problemáticas. Os cães ladram faça você o que fizer. Qualquer ação tem como resultado <i>p</i>.</p> $\text{Ação-X} \rightarrow p$ $\text{Ação-Y} \rightarrow p$ $\text{Ação-Z} \rightarrow p$ <p>(2) é enunciado por um leitor-comentador na página do Facebook do Brasil 247 em resposta à notícia que dava conta da denúncia de conspiração dos EUA sobre Assange. O L, neste caso, denota ter uma posição não alinhada com o sítio virtual. Por isso, sua enunciação é no sentido de não esmorecimento das suas convicções. Como destacado acima, suas ações, quaisquer que sejam, terão como resultado a crítica. Este locutor reconhece em seu auditório o contrário e avesso de seu posicionamento ideológico. Os “cães” são justamente aqueles que se lhe opõem. A estes, ele procura desenergizar, usando como argumento que suas ações são infrutíferas. O “latido” não mudará em nada o percurso da “carruagem”.</p> <p>L converte-se em autoridade em território alheio. Sua pretensão é a de ocupar a posição de mestre e de, ao fazê-lo,</p>
------------------------	--

	<p>de algum modo se sobrepor ao auditório oposicionista. Ele tem do seu lado o saber ancestral, a capacidade de dizer algo irrefutável sobre o homem. Essa irrefutabilidade não permite a contra-argumentação¹⁷⁷, e ele sai desse território desdenhando dos vencidos.</p>
<p>3. “os iguais se atraem” (DS) (PR)</p>	<p>E2: os iguais se atraem. (= L) (conteúdo posto) E1: os diferentes não se atraem; pessoas com as mesmas qualidades ficam juntas. (pressuposto) E0: Os opostos se atraem; os extremos se atraem; os extremos se tocam; <i>extremes meet; too far east is West</i>¹⁷⁸.</p> <p>Neste caso, o L recusa o enunciador genérico ON, o que enuncia E0. Se as Y1, Y2, Y3 corroboram <i>que p</i> (os opostos se atraem)¹⁷⁹, o sujeito do discurso prefere, neste caso, crer que a qualidade <i>ser igual</i> (Q1) é mais determinante que a qualidade <i>ser diferente</i> (Q2) para se chegar a uma condição Z (estar/ficar junto).</p> $Q1 > Q2$ <p style="text-align: center;">logo</p> $Q1 \rightarrow Z$ <p>Em (3), o L atribui a empatia existente entre Gentili e Bolsonaro a Q1, deixando implícito que $Q1 > Q2$ para se chegar a Z quando Q1 toma sentido pejorativo, representa uma <i>má qualidade</i> (MQ). L sustenta, portanto, uma espécie de exceção a E0: $Q2 > Q1$ para se chegar a Z, a menos que</p>

¹⁷⁷ Reboul (1975) pensa de modo distinto. Para ele, “a função fática do provérbio é sobretudo ‘fazer sociedade’ [...] [e] mesmo quando fecha o diálogo [...] ele não destrói as condições deste. O slogan fecha a comunicação, o provérbio abre-a” (REBOUL, 1975, p. 144).

¹⁷⁸ Optamos, na maioria dos casos, por citar o correspondente de língua inglesa do E0.

¹⁷⁹ Toulmin (2001, p. 142) resume este raciocínio de duas formas distintas: “sempre que A, alguém constatou B”, e “sempre que A, pode-se assumir que B”.

	<p>Q1 seja MQ; nesse caso, $Q1 > Q2$.</p> <p>Neste exemplo, o L não se abriga sob a autoridade de ON¹⁸⁰. Esta autoridade, reconhecida por ele, é excepcionalmente contestada. Ao subverter (3), não apenas se destaca de ON como também finca seu posicionamento, o que resulta ainda mais evidente na atribuição de imagens e qualidades a Gentili e Bolsonaro. A moralidade, qualidade não atribuída a estes últimos, funciona como elemento legitimador da subversão, sobrepondo-se ao saber do senso-comum. E0 afirma que os opostos se atraem, mas os iguais na imoralidade também.</p>
<p>4. “as pestes se atraem” (DS) (PR)</p>	<p>E2: as pestes se atraem. (= L) (conteúdo posto) E1: os iguais (de má índole) se atraem. (pressuposto) E0: os opostos se atraem.</p> <p>Trata-se aqui de uma subversão semelhante a (3): Q1 (ser igual – ser peste) é > que Q2 (ser oposto) para se chegar a Z (atração; ficar junto), contrariando o E0, para quem $Q2 > Q1$.</p> <p>(4) foi enunciado na mesma situação que (3). Como em (3), evidencia uma exceção a E0, posicionamento do L contrário ao conservadorismo ideológico do provérbio e uma refutação da autoridade de ON. O L se arroga autoridade que vai além da autoridade popular. Quando afirma E2, ao mesmo tempo recupera e se destaca de E0. Vale-se da universalidade deste, visando ao reconhecimento do interlocutor (da sua autoridade), mas abre-se a outro ponto de vista. L, em última instância, como seu enunciado, é subversivo, se levanta contra um estado de coisas, uma ideologia “pestilenta” que conserva e desumaniza. A eleição de Bolsonaro é, para esse L, a representação desse <i>status</i></p>

¹⁸⁰ Reboul (1975, p. 140, grifo do autor) afirma que o destinador dos provérbios é anônimo. “É *se* quem diz. A autoridade do provérbio é a de sua tradição”. Além disso, “seu anonimato exprime uma universalidade real e permite a cada um assumi-lo sem entrar num ‘clã’” (REBOUL, 1975, p. 144).

	antiético e desumanizante.
5. “[...] ‘cada povo tem o presidente que merece’” (DC) (PR)	<p>E2: cada povo tem o presidente que merece. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: as pessoas têm aquilo que merecem; vocês merecem esse presidente. (pressuposto)</p> <p>E0: Toda nação tem o governo que merece; <i>every nation has the government that it deserves.</i></p> <p>Aqui, o L capta o E0, colocando, no entanto, os sintagmas “cada” e “povo” no lugar de “toda” e “nação”. O sujeito que merece ter aquele presidente não é mais a nação, mas o povo. L demarca-se, ao fazer essa substituição, de um pensamento mais nacionalista e de direita. Para este L, importa mais o povo do que a nação, embora este mesmo povo seja visto como merecedor de ser governado por “um ser desse”. Lamenta <i>p</i> (um ser desse representar a nação), mas valida-o recorrendo ao desvio; ou seja, <i>p, mas q – é lamentável, mas é merecido.</i></p> <p>Ao dirigir-se a um auditório de esquerda, de semelhantes, L espera a aceitação/concordância com seu enunciado, e o desvio, inclusive, efetiva-se com o propósito de se amoldar aos interlocutores. L atribui-se um lugar, uma voz pertencente a um discurso opositor ao discurso do presidente Bolsonaro, marcadamente conservador e direitista, e o desvio de E0 é disso bem significativo.</p>
6. “[...] Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém. [...]” (PR; NG)	<p>E2: Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: agir com prudência é o mais seguro; deve-se agir com prudência. (pressuposto)</p> <p>E0: cautela e caldo de galinha não/nunca fazem mal a ninguém; caldo de galinha e água benta não/nunca fazem mal a ninguém; <i>jouk and let the jaw go by.</i></p>

Ao enunciar (6), pressupõe-se que agir com cautela é o mais adequado, baseado no enunciado 0. Este E0 tem por base todo o conhecimento prévio decorrente de Y1, Y2, Y3, infinitamente. Mas este enunciado é, ao mesmo tempo, uma negação, fazendo ouvir outras vozes.

E2: Prudência e caldo de galinha não faz [mal] a ninguém.
(= L) (enunciado negativo)

E1: prudência e caldo de galinha fazem mal a alguém.
(enunciado positivo)

O E1 positivo é contrariado pelo E2 negativo, revelando-se o que Ducrot (1987) denomina de *polaridade ideológica*. Neste caso, o L opta por uma ideologia que supõe que ter cautela/agir com precaução não é prejudicial.

O L de (6) é instituído por um leitor-comentador em reação à notícia publicada na página do Facebook do Brasil 247 que dá conta da crítica do deputado Ivan Valente (PSOL-SP) à reforma da previdência, mais especificamente à redução da distribuição de remédios. O E2, responsável pelo posto, coloca em cena um enunciador 1 (pressuposto) que sustenta a necessidade de agir com prudência, o que é viabilizado pelo E0. O enunciado positivo derivado da negativa, porém, apresenta ponto de vista ou posicionamento distinto. A polaridade ideológica reside na oposição *ser cauteloso x não ser cauteloso*; discussão em que o L parece adotar postura conservadora. Todavia, o conservadorismo demonstrado na opção pelo E0 é contrariado pelo contexto e cotexto/ do comentário, no qual L assume discursivamente a primazia do povo sobre o estado. Este L demonstra preocupações sociais ao colocar-se em uma posição de desconfiança e de oposição em

	<p>relação à reforma da previdência. A cautela sugerida pelo E2 objetiva opor-se ao clima de otimismo que envolvia esta última.</p> <p>Em termos discursivos, o L de (6) situa-se em uma FD opositora à maioria governante. Os dois discursos, o que governa e o opositor, se retroalimentam, participando da constituição do que lhes é oposto. Na “voz” de L é perceptível a voz do “outro”.</p>
<p>7. “Um dia A CASA CAI. A verdade sempre aparece.” (PR) (IR)</p>	<p>E2: um dia a casa cai. A verdade sempre aparece. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: as casas caem. As verdades sempre são descobertas. (pressuposto)</p> <p>E0: Um dia a casa cai. A verdade sempre aparece.</p> <p>O agente verificador (a sabedoria popular) valida E0, que, por sua vez, valida E1. A primeira asserção (E0) compreende uma verdade pressuposta pelo enunciador 1. Daí a semelhança entre as duas asserções.</p> <p>O L de (7), que responde à não interdição dos prédios que desabaram no Rio de Janeiro por parte de uma juíza que havia difamado Marielle Franco, associa-se à voz ON com ironia. É irônico que a idoneidade da dita juíza seja colocada em causa justamente em um momento em que “a casa cai”, isto é, em que os prédios desmoronam. Trata-se, aqui, de uma Ironia Observável (de situação), em que “o ironista apresenta algo irônico – uma situação, uma sequência de eventos, uma personagem, uma crença etc.” (MUECKE, 2008, p. 77), mas também de uma Ironia Instrumental, em que a linguagem é o instrumento. A Ironia Verbal de (7) consiste na menção do E0 em um contexto em que pode ser tomado literalmente. Efetivamente, “a casa cai/desmorona” para o objeto do discurso. O L ironista assoma, então, com altivez. É um trocista que ri com</p>

	<p>escárnio do objeto e que convida o público (seus semelhantes ideológicos) ao riso. Seu lugar é um lugar superior, de observador atento das ironias do destino.</p> <p>L vive e enquadra-se em um espaço interdiscursivo permeado por discursos antagônicos, especialmente por uma bipolaridade discursiva que opõe o discurso governista (de direita ou extrema-direita) e o discurso oposicionista (de esquerda ou de centro-esquerda). Nesse contexto, atribui-se um lugar/imagem de sujeito participante de uma comunidade que tem como <i>thesaurus</i> enunciados do tipo E0. Como membro/parte dessa comunidade, pode reverberar o saber imemorial do enunciado genérico, mas fá-lo, neste caso, por dois motivos: 1. para se dizer membro/parte dessa comunidade (isto confere-lhe autoridade); e 2. para, em seguida, se destacar dessa comunidade. O ON da sabedoria popular representa a maioria, a mesma maioria ou generalidade que elegeu Bolsonaro; a enunciação de (7) representa um ponto de vista particular, em que se faz menção e uso de E0. O uso irônico destaca o L de ON, denotando seu posicionamento. Aqui, o que marca a posição de L não é o recurso ao E0 propriamente dito, mas seu modo de emprego.</p>
<p>8. “[...] cada um por si e Deus por todos.” (PR)</p>	<p>E2: cada um por si e Deus por todos. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: cada um cuida de si e Deus cuida de todos; (pressuposto)</p> <p>E0: cada um por si e Deus por todos.</p> <p>L identifica-se com E2 (o conteúdo posto), o qual coloca em cena o E1, o pressuposto de que cada um cuida de si e Deus cuida de todos. Este enunciado adverte para a falta de espírito de entreatajuda, cada um podendo contar apenas consigo mesmo e com Deus.</p> <p>(8) tem como cotexto enunciados do tipo: “vão se submeter</p>

	<p>à miséria, pra não correrem o risco de ser chamados de comunistas? Porque nesse país que luta por seus direitos é considerado comunista [...]”. O L de (8) denuncia o espírito individualista, a prevalência dos interesses individuais sobre os interesses comuns, o que é respaldado pelo comportamento do governo. A denúncia vai ao ponto de afirmar que a luta por direitos é pejorativamente associada ao comunismo. Nesse sentido, se essa luta é de um comunista, L, implicitamente, se assume um deles. Seu lugar/imagem é, portanto, de alguém que condena a visão capitalista. Atribui-se a legitimidade para lutar pelos seus direitos sociais em um estado completamente aparelhado ideologicamente. Esse aparelhamento é de tal ordem que a luta por direitos (adquiridos) é malvista e desmoralizada.</p> <p>L encarna um destinador (A)¹⁸¹ preocupado com as garantias dos seus direitos sociais, dirigindo-se a um destinatário (B) que supõe tratar-se de um seu semelhante ideológico politicamente, uma vez que é leitor/frequentador do mesmo sítio virtual. (A) vê-se desterritorializado, pois “aqui”, seu lugar de pertencimento, não é o lugar da coletividade, como apologiza que deveria ser. O contexto é de usurpação dos direitos dos trabalhadores, o capitalismo tentando reduzir ao máximo as despesas com a reprodução da força de trabalho. (A) assiste a uma precarização expressiva do trabalho formal e ao conseqüente aumento da informalidade.</p>
<p>9. “quem tem, tem medo. [...]” (DS) (PR)</p> <p>Similar a (24); (33); (43); (50); (58)</p>	<p>E2: quem tem, tem medo. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem tem [culpa] tem medo. (pressuposto)</p> <p>E0: quem não deve, não teme.</p> <p>O E2, responsável pelo posto, deixa entrever pela elipse que todos são passíveis de ter medo, pois a qualidade (Q)</p>

¹⁸¹ Utilizamos aqui o esquema de Pêcheux (1990, p. 81-82).

	<p>elipsada (em muitas ocasiões é <i>ter cu</i>) é uma qualidade universal. <i>Se q, p.</i> Ora, se <i>q</i> é universalizante, uma vez que todos <i>q</i>, o resultado é sempre <i>p</i>. O E2 retoma um E0 ao qual atribui maior abrangência ou amplitude. O E0 coloca sob mira somente aqueles que tenham cometido algum ato vergonhoso e possam incorrer em alguma espécie de culpa; o E2, pelo contrário, por meio da elipse, alarga todo o universo de possíveis culpados. O E0 é subvertido de maneira a alargar sua aplicabilidade.</p>
<p>10. “quem tem C é suspeito” (DS) (PR)</p>	<p>E2: quem tem C é suspeito. (= L) (conteúdo posto) E1: Todos são suspeitos. (pressuposto) E0: Quem não deve, não teme.</p> <p>O E2 subverte o E0 “quem não deve, não teme”, deixando espaço para um E1 que afirma que todos são suspeitos. O interlocutor, diante de E2, facilmente recupera esse pressuposto inabalável. Argumentativamente, o E2 tem procedimento semelhante ao de (9): elipsa, deixando a cargo do interlocutor completar o sentido do enunciado (a. ao elipsar visa universalizar o objeto de E0; b. essa universalização possui uma maior força argumentativa). Peguemos no E0 correspondente:</p> <p>E2: quem não deve, não teme. (= E0) E1: quem não pratica maldades/crimes etc., não tem por que temer.</p> <p>O que o E2 de (10) faz é substituir o sujeito de E0; este deixa de ser <i>quem não deve</i> e passa a ser <i>quem tem C</i>.</p>
<p>11. “[...] enquanto existir cavalo são Jorge não anda a pé.” (PR; NG)</p>	<p>E2: enquanto existir cavalo são Jorge não anda a pé. (= L) (conteúdo posto) E1: há cavalos que carregam São Jorge. (pressuposto); há pessoas que carregam os outros nas costas.</p>

E0: enquanto existir cavalos, São Jorge não anda a pé.

O L de (11) coloca em cena um enunciador (E1) cujo pressuposto é: há cavalos que carregam São Jorge. Figurativamente, esse E1 se junta a um enunciador genérico ON, a um SE, cuja sabedoria/visão de mundo adverte para sermos prudentes; caso contrário, poderemos carregar os outros nas costas.

A conjunção *enquanto* estabelece uma relação proporcional ou um nexos de causalidade entre os dois termos: existir cavalos; São Jorge não andar a pé. Mas, em última instância, o nexos de causalidade que o provérbio pretende estabelecer é entre *ser ingênuo/imprudente* e *carregar os outros nas costas*. O princípio argumentativo é, portanto: *se p* (ingênuo/imprudente), *q* (carregar os outros nas costas); se você for ingênuo/imprudente, carregará os outros.

O L de (11) ocupa um lugar de destaque. Ele não se insere ou enquadra na FD dominante naquele sítio virtual (Brasil 247). Enuncia como alguém que enuncia de fora e que, estando de fora, melhor vê e compreende o estado das coisas. Os outros afiguram-se, portanto, como ingênuos, iludidos “pela esquerda podre e suja”. Este L encarna duas autoridades: 1. a do enunciado proverbial; 2. a de quem vê à distância, sem parcialidades. O cenário é de um país economicamente em recessão devido à corrupção dos governos Lula e Dilma Rousseff, e sua missão é quase messiânica: chamar os que se lhe opõem à razão. Nesse sentido, subjaz ao seu discurso o seguinte raciocínio:

ser de esquerda (E) = ser iludido (ser ingênuo) (I)

ser ingênuo (I) = carregar os outros nas costas (C)

Então, para Não-C → Não-I; e para Não-I → Não-E.

	<p>O L de (11) é o saber encarnado, falando àqueles que nada sabem. Emerge, desse modo, como o salvador. Mas trata-se, neste caso, de um salvador resignado, pois “a vida é assim”, uns carregam os outros nas costas.</p> <p>O E0, tomado o contexto e cotexto, é uma marca inequívoca do posicionamento do L – politicamente à direita.</p>
<p>12. “Quem não deve não teme!!” (PR; NG)</p> <p>Similar a (20); (30); (39); (41); (42); (45); (51); (53); (54); e (56).</p>	<p>E2: quem não deve, não teme. (= L) (conteúdo posto; enunciado negativo)</p> <p>E1: quem deve, teme. (pressuposto; enunciado positivo)</p> <p>Neste caso, estamos perante um exemplo de pressuposição e de negação. Simultaneamente, o E1 é o pressuposto e o positivo de E2¹⁸².</p>
<p>13. “Peixe more pela ..boca” (PR)</p>	<p>E2: peixe more pela boca. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: os gulosos (ou não comidos) sofrem consequências das suas ações. (pressuposto)</p> <p>E0: Pela boca morre o peixe; <i>fish follow the bait</i>.</p> <p>O L assimila-se a um enunciador (E2), cujo conteúdo posto dá lugar a um pressuposto (E1), que alerta para as consequências da gulodice e do descomedimento. Tal advertência¹⁸³ deriva da autoridade de E0, o qual é incontestável. Sua incontestabilidade advém da recorrência observada na relação <i>morte x causa da morte</i> do peixe. Diante de um sem-número de mortes (ocorrências Y), a causa da morte foi sempre uma <i>ação-X</i> (agir com gulodice; ser guloso); ou seja, se <i>ação-X</i> → Y.</p> <p>Neste caso, quem age com destempero e “morre pela boca” é o humorista Danilo Gentili, condenado por ofensas. A retomada do E0 objetiva destacar a justiça da condenação,</p>

¹⁸² Ver Amorim e Barbosa (2019) em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/14471>.

¹⁸³ “Advertir [é] a principal função do provérbio: um homem prevenido vale por dois resume o ensinamento de todos” (REBOUL, 1975, p. 143).

	<p>tanto mais que recolhe, dessa forma, uma espécie de consenso. É de conhecimento geral que “o peixe morre pela boca”, ou seja, que aqueles que falam demais acabam sendo castigados por isso.</p> <p>L, enunciando em um contexto em que a esquerda e a direita vivem tensões ideológicas inclusive no nível da definição dos limites do humor, denota uma posição em que a liberdade de expressão não representa um salvo-conduto para a ofensa. Para ele, a postura de Gentili é reprovável, pois seu humor adota, em diversas ocasiões, tom preconceituoso e desrespeitador. O E0, a que podemos atribuir cariz conservador, é recuperado como aliado. Curiosamente, valida e legitima o discurso de esquerda, no campo do humor mais restritivo que o discurso oposto. O que sua adoção coloca em evidência é essa oposição.</p>
<p>14. “QUEM NASCEU PARA ABACAXI. NUNCA SERÁ REI. MESMO QUE TENHA UMA COROA” (DC) (PR; NG)</p>	<p>E2: quem nasceu para abacaxi. Nunca será rei. Mesmo que tenha uma coroa. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem nasceu para ser humilde nunca chega a lugares mais altos. (pressuposto)</p> <p>E0: Quem nasceu para dez-réis nunca chega a ser pataca; <i>a carrion kite will never be a good hawk</i></p> <p>(14) é também uma negação:</p> <p>E2: quem nasceu para abacaxi. Nunca será rei. Mesmo que tenha coroa. (enunciado negativo)</p> <p>E1: quem nasceu para abacaxi será rei e terá uma coroa. (enunciado positivo)</p> <p>O L de (14) faz um desvio de E0, mantendo, no entanto, seu sentido: quem nasceu para C (ser abacaxi), nunca chega a ser A (rei). Isto é, quem nasceu com uma determinada qualidade (C) (inserido em um determinado extrato social) nunca chega a ser A (a outro patamar social) mesmo que Q</p>

	<p>(possua uma qualidade própria de A – ter coroa).</p> <p>(14) sinaliza, quando tomado isoladamente, a manutenção das estruturas, a conservação das coisas tal como elas estão. Essa sinalização é mais fortemente marcada pela conjunção subordinativa concessiva <i>mesmo que</i>. Somente o positivo (E1) coloca em xeque a asserção 0¹⁸⁴ (E0), colocando que quem nasceu para C será (ou pode ser) A. Todavia, (14), quando tomado em seu contexto, assinala a “pequenez” de Bolsonaro, isto é, a sua falta indisfarçável de qualidade para ocupar o lugar de presidente. O L opera uma analogia¹⁸⁵: ser abacaxi está para ser rei como Bolsonaro está para ser presidente.</p> <p style="text-align: center;">Ser abacaxi (C) → ser rei (D) Bolsonaro (A) → presidente (B)</p> <p>Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o conjunto de termos (A) e (B) constitui o <i>tema</i> da analogia, ao passo que os termos (C) e (D) constituem o <i>foro</i>, sendo este “normalmente [...] mais bem conhecido que o tema cuja estrutura ele deve esclarecer, ou estabelecer o valor, seja valor de conjunto, seja valor respectivo dos termos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 425). Em (14), o enunciado proverbial representa, então, o <i>foro</i>, ou seja, o elemento que funciona como espécie de modelo explicativo da relação (A) x (B). O emprego do E0 como <i>foro</i> objetiva, pela autoridade deste, impedir que o destinatário recuse a analogia, além de melhor orientar para a conclusão (A) x (B).</p> <p>O L de (14) posiciona-se na contramão da maioria que</p>
--	---

¹⁸⁴ Denominamos asserção 0 o enunciado 0 (E0), ou seja, a asserção inicial, original.

¹⁸⁵ Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 424), o “valor argumentativo [da analogia] será posto em evidência com maior clareza se [a] encarmos [...] como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D”.

	<p>elegeu Bolsonaro, sendo sobremaneira significativo na distinção do seu posicionamento o uso do E0 como <i>foro</i> na analogia que estabelece. A relação (C) x (D), recuperada mnemonicamente pelo destinatário, é levada à comparação com (A) x (B) e, conseqüentemente, ao ridículo. O menosprezo pelo presidente afigura-se evidente.</p>
<p>15. “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” (PR)</p>	<p>E2: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: há situações em que somos pegos, façamos o que fizermos. (pressuposto)</p> <p>Neste caso, o E2 admite que há situações/ocorrências (Y) cujo resultado é inevitável ou invariável. Isto é, em uma dada Y, as <i>ações-I</i>, as <i>ações-II</i> ou as <i>ações-x</i>, infinitamente, conduzem ao mesmo resultado (r):</p> <p style="text-align: center;">em Y, se <i>ação-I</i> = r; em Y, se <i>ação-II</i> = r; em Y, se <i>ação-x</i> = r</p> <p>A conjunção condicional <i>se</i> introduz duas hipóteses/condições (correr; ficar) que conduzem a um mesmo resultado (o bicho pega, come).</p> <p>Usado na mesma notícia que (14), (15) adota o pessimismo da falta de solução. Seu L reitera e corrobora o espírito depressivo da oposição ao governo Bolsonaro. Dirigindo-se a seus iguais, este L atribui-se um lugar à esquerda do espectro político governista, nomeadamente no que toca à reforma de previdência. Essa reforma é equiparada ao governo Bolsonaro, na medida em que ambos colocam em causa “nosso” futuro.</p>
<p>16. “[...] Muita água vai passar debaixo da ponte.” (PR)</p>	<p>E2: muita água vai passar debaixo da ponte. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: acontecem muitas coisas ao longo do tempo.</p>

(pressuposto)

E0: muita água vai passar debaixo da ponte; *d'ici là, il passera bien de l'eau sous les ponts.*

“Muita água vai passar debaixo da ponte” pode ser traduzido como “muitas coisas vão acontecer na vida”.

E2 retoma um E0 imemorial reverberado pela sabedoria popular. O enunciador genérico ON (E1) sustenta que muitas coisas acontecem ao longo do tempo (pressuposto), denotando o caráter de imprevisibilidade do futuro e trazendo, em decorrência desta, insegurança. A pretensão de E2 é justamente transmitir a seu alocutário uma ideia de incerteza. Nesse sentido, o princípio argumentativo de (16) é *se p, q*, apresentando, todavia, uma particularidade. Neste caso, *q* não é definido, como atesta o pronome *muita*. Sabemos que *se* debaixo da ponte (*p*), água vai passar (*q*), mas não sabemos quanta água (ou quantas coisas). Tampouco sabemos a qualidade.

Em (16), o L retoma o E0 visando contrariar o otimismo dos eleitores de Bolsonaro, que dão a reeleição em 2022 como adquirida. Essa retomada e convite à moderação evidenciam seu posicionamento. L enuncia em uma posição de soberania, a seu lado tendo o senso-comum, ou seja, a certeza de que *q* não é, neste caso, rígido e invariável. Justamente essa certeza é transmitida a seus interlocutores, esquerdistas vencidos, de maneira a incutir-lhes confiança. Falar em reeleição é precipitado, pois essa reeleição é temporalmente muito distante.

O L encarna um eleitor de esquerda, interdiscursivamente envolvido em uma bipolaridade político-ideológica que separa duas concepções de mundo distintas, e que possui, ademais, a autoridade da ancestralidade de E0. Dirige-se a

	<p>seus interlocutores investido dessa autoridade (a autoridade de um argumento irrefutável) e de um lugar/posição que conferem legitimidade à sua enunciação. O E0 é, no sentido de se situar ideologicamente, quando visto em contexto, primordial. É uma marca fronteira entre o discurso oposicionista e o discurso governista. Nesse dado contexto, o E0 adotado pode ser reverberado unicamente pelos opositores ao governo Bolsonaro.</p>
<p>17. “Quando a emenda é pior que o soneto...” (PR)</p>	<p>E2: quando a emenda é pior que o soneto. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: há correções que agravam o erro cometido; que são piores que o erro/falha cometida. (pressuposto)</p> <p>E0: quando a emenda é pior que o soneto.</p> <p>O E0 ancestral, baseado na sua experiência, concluiu que há correções que agravam o erro cometido, ou seja, que são até piores que o erro ou falha (E1; pressuposto). E2, envolvido em uma formação discursiva da mesma ordem que E0, assume como seu tal ponto de vista/posicionamento.</p> <p>Neste caso, em certo sentido, a advertência não se completa (<i>quando isto, aquilo; se p, q</i>), mas o alocutário reconhece em <i>p</i> sentido completo (a emenda é pior que o soneto).</p> <p>(17) é enunciado por um leitor-comentador em resposta à tentativa de Bolsonaro de consertar sua fala em relação ao holocausto¹⁸⁶. O objetivo, neste caso, é colocar em evidência seu caráter desastroso/faltoso. Em duas intervenções consecutivas o presidente brasileiro é infeliz nas suas declarações. O “soneto”, identificado a uma primeira enunciação, é emendado por força de seu despropósito, mas a própria “emenda” (tentativa de retratação) é um desastre. Ou seja, uma primeira declaração</p>

¹⁸⁶ Bolsonaro havia afirmado, em abril de 2019, que o extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial podia ser perdoado, mas não esquecido, o que foi criticado, inclusive, pelo presidente israelense, Reuven Rivlin.

	<p>(D1) origina uma segunda declaração (D2), mas D2, que visa à retificação de D1, é <i>pior</i> (maior erro) que D1.</p> <p style="text-align: center;">D1 → D2 <i>mas</i> D2 > D1</p> <p>L destaca-se, por meio do emprego do E0, da figura de Bolsonaro. É o E0, cuja força argumentativa é de tal ordem que é enunciado isoladamente, que marca seu posicionamento. O pressuposto (E1), derivado de E0, é inquestionável. O L visa, justamente, transferir essa inquestionabilidade para as ações do chefe do executivo (é inquestionável que este é um mandatário “infeliz”). Sua posição é, inclusive, balizada por outros leitores-comentadores, os quais afirmam que “a minha opinião é que ele não tem opinião formada sobre nada”; “se fala, a língua fica embolada. Se escreve, se enrola e se complica ainda mais...”.</p>
<p>18. “[...] SILÊNCIO É SÁBIO!” (DC) (PR)</p>	<p>E2: silêncio é sábio! (= L) (conteúdo posto) E1: é sábio falar pouco. (pressuposto) E0: o silêncio é de ouro.</p> <p>O E2 desvia e capta o enunciado primordial (E0), cujo pressuposto (E2) é que é sábio falar pouco, ou, dito de outro modo, que devemos ser comedidos na fala. Este desvio aconselha, portanto, prudência nas palavras. O E2 sinaliza ao alocutário que em todas as situações/ocorrências (Y) é melhor uma <i>ação-X</i> (calar) ou uma <i>não-ação-X</i> (não falar). (18) e (19) são resposta à mesma notícia que (17). O objeto do discurso e alvo da crítica dos locutores é o presidente Bolsonaro. Em ambos os casos, o L evidencia distanciamento das suas atitudes/ações, deixando explícito seu posicionamento político-ideológico. Para este L, o</p>

	<p>presidente contraria o senso-comum, destacando-se, consciente ou inconscientemente, de ON. Ele não participa, em certo sentido, ao menos simbolicamente, de uma comunidade que adota como princípio/valor a moderação no discurso. O L dirige-se a seus interlocutores denunciando, portanto, esta não-participação. Efetivamente, Bolsonaro não se encaixa no mesmo quadrante; sua não-participação vai além do não pertencimento a um ON que enuncia/reverbera (18); seu não pertencimento é discursivo/político/ideológico – não pertence às mesmas formações que L e seus interlocutores.</p>
<p>19. “[...] ‘se de falar bobagem é mior calar’” (DC) (PR)</p>	<p>E2: se de falar bobagem é mior calar. (= L) (conteúdo posto) E1: é sábio falar pouco. (pressuposto) E0: o silêncio é de ouro.</p> <p>O E2 de (19) retoma os mesmos E0 e E1 que (18). Seu sentido é, portanto, semelhante: em um sem-número de (Y), o aconselhável é <i>ação-X</i> (calar) ou <i>não-ação-X</i> (não falar). (ver 18)</p>
<p>21. “[...] ‘cada povo tem o governante que merece’” (DC) (PR)</p>	<p>E2: cada povo tem o governante que merece. (= L) (conteúdo posto) E1: as pessoas têm aquilo que merecem; vocês merecem esse governante. (pressuposto) E0: Toda nação tem o governo que merece; <i>every nation has the government that it deserves.</i></p> <p>O E2 é semelhante ao de (5), substituindo, todavia, o sintagma “<i>presidente</i>” por “<i>governante</i>”. Ao fazê-lo, o E2 retira do objeto a representatividade da presidência, atribuindo-lhe uma função governativa. Em última instância, o L de (21) deslegitima o presidente para representar o país ou atribui maior grau de importância à</p>

	<p>governança do que à representação. Significativo é, também, em relação ao E0, a substituição de “nação” por “povo”.</p> <p>Esta captação (21) denota a posição do L, o qual afirma peremptoriamente seu descontentamento e oposição em relação a Bolsonaro. Dirigindo-se a uma plateia de semelhantes ideológicos, L não se inibe de intitulá-lo “analfabeto intelectual”, “escolha desastrosa”, que nunca contribuiu “com absolutamente nada”. Seu destacamento do presidente brasileiro fica ainda mais evidente quando assume ter “Vergonha de um País deste porte ter uma pessoa destas como representante maior”.</p>
<p>22. “quem nunca errou atire a 1º pedra... [...]” (PR)</p>	<p>E2: quem nunca errou atire a 1ª pedra. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: Todos erraram/erram. (pressuposto)</p> <p>E0: Atire a primeira pedra aquêles que dentre vós nunca tenha pecado.</p> <p>Ao escolher como sujeito da oração <i>quem nunca errou</i>, E2 visa reportar-nos para um antecedente que inexistente, pois o erro é tomado, ideológica e discursivamente, como universal. Portanto, a <i>ação-X</i> proposta (atirar uma pedra) jamais se concretizará, uma vez que essa ação pede o preenchimento de um requisito – nunca ter errado. Então, <i>se</i> nunca tivesse errado (<i>p</i>), poderia atirar a primeira pedra (<i>q</i>); ou seja, <i>se p, q</i> não se concretiza porque todos são <i>não-p</i> (pecadores). Ora, <i>se não-p, não-q</i>.</p> <p>Em (22), o L objetiva a desculpabilização do objeto do discurso. A uma admissão de erro, junta um E0 bíblico, cuja autoridade é impossível de ser contestada. As palavras de Cristo não podem ser refutadas ou colocadas em causa. Por isso, da plateia não se espera qualquer espécie de contra-argumentação, o que seria perfeitamente possível ou</p>

	<p>plausível na medida em que este L se dirige a seus opositores políticos. Isto é, o E0 é empregado com a finalidade de levar os interlocutores de vencida.</p> <p>A posição de L é evidente. Não somente defende Sérgio Moro, ministro da Justiça do governo Bolsonaro, como se imiscui na nomeação dos seus adversários políticos de “esquerdopatas” (como se eles portassem uma espécie de doença). Ademais, sustenta uma visão própria da “ditadura”. Para ele, o Brasil vive, auspiciosamente, a saída de um regime desses moldes. Lula da Silva é, em um seu comentário posterior, retratado lado a lado com Fidel Castro, Hugo Chávez e Nicolás Maduro, nomes fortes da esquerda mundial, ao passo que, abaixo, Bolsonaro é ladeado por Donald Trump e Benjamin Netanyahu. A imagem de Lula e dos chefes de estado que o acompanham tem o enunciado “saímos disto”, enquanto a imagem de Bolsonaro e seus aliados é acompanhada do enunciado “para isso / diga-me com que tu andas e direi quem tu és”. Ou seja, para L, a ditadura é uma imposição/resultado das políticas de esquerda.</p>
<p>23. “[...] Desgraça só quer começo” (DC) (PR)</p>	<p>E2: desgraça só quer começo. (= L) (conteúdo posto) E1: as desgraças se sucedem. (pressuposto) E0: um mal nunca vem só; <i>disgraces are like cherries, one draws another.</i></p> <p>O E0 é captado semanticamente pelo E2, que coloca em cena um pressuposto (E1) segundo o qual as desgraças se sucedem, uma após outra.</p> <p>(23) surge em resposta a uma concessão de trinta mil reais de crédito aos caminhoneiros. L vale-se do E0 para afirmar seu desacordo com a medida (segundo ele, trinta mil reais não dão para comprar nem um Gol pé duro), bem como sua desconfiança com o governo Bolsonaro. O saber do senso-</p>

	<p>comum garante-lhe que as desgraças (ou medidas risíveis) surgem umas após outras, sem cessar. Seu auditório, majoritariamente de oposição ao governo, valida seu argumento, reconhecendo nele posição ideológica semelhante e a autoridade de quem integra uma dada FD e interdiscurso. O enunciador genérico ON, aplicado neste contexto, é assimilado por L e por seus interlocutores e marca/denuncia o posicionamento de ambos.</p>
<p>25. “Pimenta no cu dos outros é fresco. [...]” (DS) (PR)</p>	<p>E2: pimenta no cu dos outros é fresco. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: pimenta no [meu] cu não é fresco; vivo bem com a desgraça dos outros, não com a minha. (pressuposto)</p> <p>E0: Pimenta nos olhos dos outros é colírio/fresco/não arde; <i>everything is funny as long as it happens to somebody else.</i></p> <p>E2 dá lugar a um E1 (pressuposto) para quem a desgraça alheia é perfeitamente aceitável. Como explícito no E0 inglês, tudo é divertido/engraçado quando acontece aos outros.</p> <p>O L de (25) denuncia, implicitamente, comportamentos abusivos de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol. Para este L alinhado à esquerda, o ex-juiz e procurador supracitados provocaram ou induziram a desgraça de atores políticos como Lula da Silva e Dilma Rousseff, bem como de todo um quadrante ideológico. A derrocada/declínio da esquerda deriva, em grande parte, da atuação desses dois profissionais na Lava Jato. Por isso, L regozija-se pelo seu início de queda, utilizando-se para tal de um desvio do E0 “pimenta nos olhos dos outros é colírio”. Esse desvio e reverberação de E0 sinalizam sua posição ideológica e política, que fica ainda mais evidenciada quando se nota que, ao E0, o L acrescenta que “TANTO O DELAGNOIL</p>

	<p>QUANTO O desMOROlizado devem ser conduzidos coercitivamente”. A representação gráfica dos nomes desses dois agentes, que não é inconsciente, é mais um reforço. Dallagnol é propositadamente representado “DELLAGNOIL” por sua pretensa ligação e serviço aos interesses dos Estados Unidos da América, a quem o petróleo (oil) brasileiro interessa substancialmente; e “Moro” é encaixado em caixa alta no sintagma nominal “desmoralizado” visando denunciar sua perda de senso moral e desvirtuamento. Os dois, Moro e Dallagnol, entronizados pela ala governista, são pelo L expostos a seus pares como humanos: erráticos. O que L faz, em suma, é retirar a capa, diante de seu público, de heróis forjados pela ideologia oposta. Conforme a manchete, a Lava Jato, comprometida com a direita, feriu o Estado de Direito. Moro e Dallagnol tratam-se, portanto, para o L, de dois usurpadores, não de dois heróis nacionais.</p>
<p>26. “[...] pimenta no olho do outro é refresco!” (PR)</p>	<p>E2: pimenta no olho do outro é refresco! (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: pimenta no [meu] olho não é refresco. (pressuposto)</p> <p>E0: Pimenta nos olhos dos outros é colírio/refresco/não arde; <i>everything is funny as long as it happens to somebody else.</i></p> <p>(26) é enunciado em resposta à mesma notícia que (25). (ver 25)</p>
<p>27. “cobra morde e assopra.” (PR)</p>	<p>E2: cobra morde e assopra. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: a cobra ataca e cuida ao mesmo tempo; há sujeitos que atacam e elogiam ao mesmo tempo. (pressuposto)</p> <p>E0: a cobra morde e assopra.</p> <p>Neste caso, o E2 coloca em cena um E1 que sinaliza que, em uma dada ocorrência (Y), um <i>sujeito-X</i> age de forma</p>

	<p>antitética: morde e assopra. Deste modo, adverte quanto ao trato/relação com esse sujeito, o que, aliás, é confirmado pela escolha do sintagma “<i>cobra</i>”. Esse sintagma, pela sua carga semântica, representa uma advertência/aviso.</p> <p>Neste caso, o referente é o presidente Bolsonaro, o qual simultaneamente ataca e coopta a mídia brasileira. L objetiva, ao enunciar (27), portanto, destacar a pouca fiabilidade das suas ações. O mandatário da nação é representado como alguém volúvel, inconstante, incapaz de seguir um norte ou direção. Essa representação visa à sua deslegitimação e representa o inequívoco destacamento de L de sua ideologia política. O E0 aqui adotado é inviável em um discurso que tenha Bolsonaro como referência. Por isso, sua enunciação se dá em uma plataforma de esquerda (Brasil 247) para leitores-comentadores do mesmo espectro político. L busca a representação incontestável do mandatário, sem espaço para nenhuma tergiversação. O ON popular é soberano. Desse modo, quando um leitor-comentador seguinte, de concepção política distinta, comenta a mesma notícia, prefere não refutar a validade e argumentos de (27), mas acrescentar outro dado/argumento: “Brasil registra queda de 25% nos assassinatos nos dois primeiros meses do ano”.</p>
<p>28. “quem fala o que quer Acha o que precisa.” (DC) (PR)</p>	<p>E2: quem fala o que quer acha o que precisa. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem diz o que quer encontra problemas. (pressuposto)</p> <p>E0: Quem diz o que quer ouve o que não quer + Quem procura (sempre) acha¹⁸⁷.</p> <p>Neste caso, o E2 retoma dois enunciados 0, como acima assinalado, instituindo um E1 (pressuposto) que afirma que</p>

¹⁸⁷ Neste caso, observa-se a captação de dois enunciados proverbiais. Isto é, dois enunciados são atribuídos a E0.

	<p>quem diz o que quer encontra problemas. Mais uma vez, como em (18) e em (19), observa-se um aconselhamento à moderação nas palavras. O L sinaliza ao alocutário que <i>se p</i> (falar o que quer), <i>q</i> (encontrará problemas). Q não é, portanto, um resultado pretendido ou favorável (quem é que quer encontrar problemas?). Como não é pretendido, o alocutário é instado a evitar <i>p</i>. A eliminação da causa elimina o efeito: <i>se não-p, não-q</i>.</p> <p>Quando visto em contexto, (28) serve para assinalar a condenação de L aos comportamentos/atitudes de Alexandre Frota, especificamente às suas falas contra Gilberto Gil. O processo judicial reiterou o princípio argumentativo <i>se p</i> (falar o que quer), <i>q</i> (encontrará problemas) posto pelo E2 e evidenciou o pertencimento de Frota a um lugar que não o de ON, pois não age em conformidade com seu discurso. Aconselhado a evitar <i>p</i>, Frota incorre reiteradamente na prática desse tipo de ação. Nesse sentido, L não evidencia nenhuma compaixão quando da condenação, mas uma espécie de regozijo, sendo acompanhado nessa notória satisfação por seus interlocutores. A esquerda nacional, em que L se situa, defende a liberdade de expressão, mas ressalva que “somos livres pra nos expressarmos como quisermos. Porém somos responsáveis pelo prejuízo que podemos causar a outrem”; ou, dito de outro modo, que “falar o que quer tem que arcar com as consequências”.</p>
<p>29. “[...] a língua é o chicote do corpo” (PR)</p> <p>Similar a (38).</p>	<p>E2: a língua é o chicote do corpo. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: falar demais é insensato. (pressuposto)</p> <p>E0: a língua é o chicote do corpo.</p> <p>E2 enuncia, neste caso, um provérbio religioso que adverte para a insensatez dos que falam em demasia. O pressuposto (E1) que subjaz ao E2 é exatamente que a língua (falar</p>

	<p>demais) pode ser motivo da desgraça do corpo (do sujeito). (29) tem, portanto, sentido semelhante a (18), (19), (28), (36) e (37). Aconselha à moderação nas palavras. Sua premissa é a de que <i>se p</i> (falar muito), <i>q</i> (será castigado). (29) foi enunciado em resposta à mesma notícia que (28). (ver 28)</p>
<p>31. “[...] cego é aquele que não quer ver” (PR)</p>	<p>E2: cego é aquele que não quer ver. (= L) (conteúdo posto) E1: cego é o que não quer enxergar; há pessoas que não querem enxergar. (pressuposto) E0: pior cego é aquele que não quer ver.</p> <p>Ao afirmar (31), o L parte do pressuposto de que há pessoas/sujeitos que não querem enxergar/ver as coisas como elas são. O pressuposto (E1) é sempre antecedente do posto, não o contrário. É um implícito que “modifica as relações intersubjetivas dos interlocutores, cria obrigações, instaura um quadro possível para a conversação, atribui papéis” (DUCROT, 1977 <i>apud</i> SOARES, 2012, p. 31). Neste caso, o L reage à “cegueira” de Dinho Ouro Preto, que confiara na boa índole (ou boas intenções) de Sérgio Moro. Esta reação toma, em certa medida, a forma de acusação, pois a confiança depositada por Dinho na figura do ex-juiz é mais voluntária do que derivada dos méritos deste último. Mais uma vez, o E0 é retomado como argumento, deixando claro o posicionamento de L. Mas, se o E0 é retomado como recurso argumentativo, ele também necessita de ancoragem a uma determinada situação de comunicação. Ele evidencia, em um dado contexto, os limites da FD em que o sujeito se circunscreve, mas necessita, de todo modo, de se atribuir uma cena de enunciação e uma relação interdiscursiva. Isto é, (31) definitivamente é enunciado por um L mais identificado ideologicamente com a esquerda política, mas essa</p>

	<p>identificação é tão marcada pelo E0 quanto pelas condições de produção. Todavia, note-se que este E0 só pode ser retomado/atribuído, nas dadas condições de produção, a um sujeito de determinada ideologia, funcionando, inclusive, como uma marca inequívoca do seu ponto de vista.</p>
<p>32. “Tem gente que é igual carro velho, só pega no tranco” (PR)</p>	<p>E2: tem gente que é igual carro velho, só pega no tranco. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: há gente que necessita ser incentivada (pressuposto)</p> <p>E0: há gente que é como carro velho, só pega no tranco.</p> <p>E2 coloca em cena um E1 (pressuposto) que remete para a necessidade de determinados sujeitos de serem “incentivados”; ou seja, o L estabelece por meio do enunciado que um <i>sujeito-X</i> (gente), para seguir em frente, necessita que se cumpra uma <i>condição-X</i>: ter alguém que o empurre/incentive. Existe uma relação de dependência entre os fatores: <i>sujeito x condição x resultado esperado</i>. O sujeito depende do cumprimento da condição (empurrão/incentivo); a condição depende do sujeito (de que necessita esse sujeito?); o resultado depende dos dois (sujeito e condição). Neste caso, Dinho Ouro Preto necessita de auxílio na compreensão de que Sérgio Moro não é a pessoa de boa índole que julgava que fosse. L deprecia, desse modo, ao menos implicitamente, a capacidade intelectual do artista. Isto em um sentido restrito. Mais amplamente, sua depreciação é direcionada a toda a ala (gente) de apoiantes do juiz de Curitiba. O raciocínio é da seguinte ordem:</p> <p>Dinho (D), que integra o grupo de simpatizantes de Moro (G), é diminuído intelectualmente (DI) → logo → todos os integrantes do grupo de simpatizantes de Moro (G) são diminuídos intelectualmente (DI). Ou seja, G (integrar o grupo de simpatizantes de Moro) tem relação direta com DI</p>

	<p>(ser diminuído intelectualmente). Em última instância, $G \rightarrow DI$ e $DI \rightarrow G$. L busca, no ambiente em que enuncia, a cumplicidade com esta indução, o que é quase uma garantia.</p>
<p>34. “quem tem amigos na praça não passa aperto. [...]” (PR; NG)</p>	<p>E2: quem tem amigos na praça não passa aperto. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem tem amigos não passa dificuldades; quem não tem amigos na praça, passa aperto; quem não tem amigos passa dificuldades. (pressuposto)</p> <p>E0: os amigos são para as ocasiões; quem tem padrinho, não morre pagão; <i>as a man is friended, so the law is ended.</i></p> <p>Negação:</p> <p>E2: quem tem amigos na praça não passa aperto. (enunciado negativo)</p> <p>E1: quem tem amigos na praça passa aperto. (enunciado positivo)</p> <p>A qualidade (q) <i>ter amigos</i> é apresentada como garantia (G) de não dificuldades.</p> <p>Se Q (ter amigos) \rightarrow G (não dificuldades)</p> <p>O enunciado positivo (E1) contraria, no entanto, esse postulado. Para ele, se <i>q</i>, <i>não g</i>. Ou seja, ter amigos não garante a ausência ou resolução de dificuldades/problemas. O E1 da negação questiona, portanto, o pressuposto (o E1 da pressuposição).</p> <p>Em (34), L retoma o E0 ancestral para reforçar sua crítica a Dias Toffoli e a todo o sistema social e político brasileiro por práticas como a “troca de favores”. Ao enunciado proverbial, acrescenta asserção sobre a camaradagem do senado. Na prática, o que sucede no episódio de Tofolli é somente uma réplica de todo um estado de coisas. A</p>

	<p>particularidade do seu caso é expandida ou universalizada justamente pelo emprego do provérbio. Pelo emprego deste, L coloca em evidência que os favorecimentos e consequente falta de ética são prática corriqueira, saindo prejudicados de tudo isso os cidadãos.</p> <p>O L de (34) insere-se em uma FD em que as críticas a instituições garantidoras da democracia como o STF (Supremo Tribunal Federal) são constantes. Seu posicionamento é contrário a uma distribuição e equilíbrio de poderes, colocando-se favorável à soberania do executivo. Legislativo e judiciário são, para este L, duas maquinarias que emperram o desenvolvimento e administração do país. Por isso, dirigindo-se a seus semelhantes ideológicos em um ambiente virtual de direita, sua intenção é desqualificá-los, nomeadamente atribuindo-lhes, implícita ou explicitamente, imagem depreciativa. Seu objetivo é, em última instância, a colagem dessa imagem aos seus opositores. No seu discurso subjaz uma metonímia expressiva: a troca de favores é parte de um todo imoral e corrupto. É neste contexto que surgem hashtags como #lavatoga e pedidos de impeachment de ministros do STF, sustentados por seus interlocutores.</p> <p>O E0 aqui reverberado é exemplo de polaridade ideológica: a. ter amigos garante ausência de dificuldades; b. ter amigos não é garantia disso. Para o L de (34), a amizade não apenas garante “ausência de dificuldades”, mas a impunidade.</p>
<p>35. “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” (PR)</p>	<p>E2: manda quem pode, obedece quem tem juízo. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem não pode não manda, e quem desobedece não tem juízo; em situações de subordinação é sensato obedecer. (pressuposto)</p> <p>E0: Manda quem pode, obedece quem tem juízo.</p>

	<p>O E2 reverbera exatamente o E0, dando lugar a um pressuposto (E1) que salienta a necessidade de sermos sensatos quando em posição de subordinados. Mais uma vez, o tom é de aconselhamento. Em uma dada posição (subordinação), o ideal é uma <i>ação-X</i> (agir com sensatez). Adotar uma ação diferente da <i>ação-X</i> trará (ou poderá trazer) implicações graves.</p> <p>Neste caso, L, em certo grau, faz troça de Bolsonaro, colocando-o em uma posição de subordinação em relação aos caminhoneiros. O contexto é de impasse: ou Bolsonaro agrada aos caminhoneiros, não permitindo a escalada do preço dos combustíveis, ou recolhe a simpatia dos grandes investidores, interessados na subida de preços. A autoridade que acaba se destacando é a dos motoristas de caminhão, como atesta o veto do presidente. O L, apoiante do liberalismo econômico, opta, então, pelo escárnio – Bolsonaro é um homem fraco que cede a pressões de classes trabalhadoras. Em um contexto de direita, asserções desse tipo são convulsivas. O E0 revela-se, portanto, incitativo à desmitificação do mandatário. Quando Bolsonaro adota a <i>ação-X</i> (agir com sensatez), faz exatamente o contrário do que se espera dele. Ele não deve agir como subordinado, mas como alguém em posição administrativa superior que defende, acima de tudo, os interesses econômicos nacionais. L enquadra-se em uma FD liberal que aponta residualmente pequenas divergências com o governo. A divergência é, neste caso, de autoridade.</p>
<p>36. “[...] em boca fechada não entra mosquito.” (PR; NG)</p> <p>Similar a (37).</p>	<p>E2: em boca fechada não entra mosquito. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: em boca aberta entra mosquito. (pressuposto)</p> <p>E0: <i>tutum silentium praemium; en boca cerrada no entra mosca; en bouche serrée n’entrent des mouches.</i></p>

	<p>Negação:</p> <p>E2: em boca fechada não entra mosquito. (enunciado negativo)</p> <p>E1: em boca fechada entra mosquito. (enunciado positivo)</p> <p>E2 coloca, na pressuposição, em cena um E1 que se identifica com um E0 da ordem de “o silêncio é de ouro”. O E0 de (36) tem proximidade semântica com o E0 supracitado. Ambos aconselham ao comedimento nas palavras; comedimento abalado, todavia, pelo E1 positivo. Este enunciador abala o pressuposto (E1), que faz pressupor que <i>somente</i> em boca aberta entra mosquito. Ele amplia a possibilidade de <i>entrar mosquito</i>, isto é, de cometer alguma inconfidência ou falar demais. A boca fechada (falar pouco) deixa de garantir que o sujeito incorra em falta. <i>P</i> (falar pouco) deixa de garantir <i>q</i> (acerto; equilíbrio). O princípio argumentativo é <i>p, mas não q</i>.</p> <p>Neste caso, o L enuncia em resposta à mesma notícia que o L de (35). Ambos retomam os enunciados proverbiais com vista à formação/atribuição de uma imagem/<i>ethos</i> ao presidente. Todavia, as imagens constituídas são distintas. Em (35), constrói-se uma imagem depreciativa (Bolsonaro não é forte o suficiente para encarar uma possível greve dos caminhoneiros); em (36), a imagem construída é a de alguém que (re)conheceu que o momento pedia moderação e cuidado nas palavras.</p> <p>(35) e (36) evidenciam um dado distanciamento e desacordo com o presidente, mas estes locutores enquadram-se, ainda, em um segmento/quadrante de apoio ao governo eleito. Suas críticas não têm a contundência das dos opositores de esquerda. São mais comedidas e amigáveis; não completamente destrutivas. O E0 de (36) concorda completamente com a <i>ação-X</i> adotada (ficar em silêncio),</p>
--	--

	<p>ou seja, seu L respalda e simpatiza com a conduta do mandatário, embora seu uso deixe implícita a possibilidade de que a quebra de silêncio por parte do presidente resultasse prejudicial. Isto é, na perspectiva de L, Bolsonaro é, em definitivo, alguém inábil e comprometedor discursivamente. Esta opinião é, aliás, partilhada por uma expressiva parcela da direita que o elegeu. Por isso, há um apelo à ação, não às suas intervenções midiáticas.</p>
<p>40. “[...] dar a César o que é de César [...]” (PR)</p>	<p>E2: dar a César o que é de César. (= L) (conteúdo posto) E1: deve-se dar a cada um o que é seu de direito; não tem sido dado a cada um o que é de direito. (pressuposto) E0: Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.</p> <p>O E2 reverbera as palavras de Cristo (E0), fazendo ouvir uma voz (E1; pressuposto) alinhada com o senso comum, para quem, por uma questão de justiça, deve-se dar a cada um o que é seu de direito.</p> <p>O enunciado tem um tom injuntivo (marcado pelo infinitivo do verbo), o que reforça seu caráter instrucional.</p> <p>O L de (40) reverbera o E0 em um contexto de discussão da demissão do presidente do Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. Destacando-se da ala petista, contraria o posto pela ala governativa, ou seja, que o presidente do instituto supramencionado fora demitido por motivos de ordem ideológica, uma vez que teria sido indicado nos governos petistas. Como L demonstra, a tomada de posse de Eberhardt à frente do instituto Chico Mendes ocorreu em 17 de janeiro de 2019, em pleno governo Bolsonaro. O que pretende ver dado a cada um, como é de direito, é, portanto, a responsabilidade pela destituição. Nesse sentido, insurge-se contra a prática de fake News, tão corrente no cenário político nacional. Desse modo, opera, inclusive, um destacamento dos seus pares,</p>

	<p>pois é notório o serviço de desinformação que atravessa seu campo discursivo. L não é petista, como faz questão de frisar, mas tampouco veicula informações e responsabilidades inadequadamente. Ao incitar que se dê a César o que é de César, faz pressupor que as responsabilidades não vinham sendo atribuídas a quem de direito; isto é, admite/assume a atribuição errônea de conteúdos/falas/discursos pelos seus semelhantes ideológicos.</p> <p>O E0 é retomado como argumento, validado pelo ON e por Cristo. Sua autoridade não permite refutação. Em contexto, desvela o posicionamento de L: não à esquerda (não petista), mas também não tão à direita (ou antipetista) de modo a perder sua idoneidade.</p>
<p>44. “[...] uma mão lava outra [...]” (PR)</p>	<p>E2: uma mão lava outra. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: uma pessoa ajuda a outra (pressuposto)</p> <p>E0: uma mão lava a outra; <i>one hand washes the other and both wash the face.</i></p> <p>Aqui, o E0 é retomado/reverberado por E2. Este, por sua vez, coloca em cena um enunciador 1 (o pressuposto) que defende que as pessoas devem se auxiliar. Mais do que defender, em (44), o presente genérico do enunciado carrega um valor de certeza ou de indubitabilidade, o que reforça o caráter incitativo e argumentativo do provérbio. E2 argumenta que <i>p</i> (uma mão) faz <i>q</i> (lava outra). Em nenhum momento se estabelece uma condição para <i>q</i> (<i>se p, q; se isto, aquilo</i>).</p> <p>Neste caso, porém, L retoma o E0 objetivando escarnecer. O auxílio/entrejuda destacado pelo provérbio é motivo de repulsa, pois evidencia uma prática corrupta de “troca de favores”. Descontente com o não posicionamento de Flávio Bolsonaro em relação à denominada CPI da Lavatoga, L e</p>

seus interlocutores desconstroem a imagem do senador. Nesse sentido, as ocorrências (45), (46), (47), (48), (49), (50), (51), (52), (53) e (54) colocam, na sua maioria, a idoneidade do filho do presidente em questão. Asserção frequente é “quem não deve, não teme”, a qual estabelece como pressuposto que “quem deve, teme”. A recusa do senador em se posicionar é encarada como temor, ou seja, como simbolizando da sua parte alguma espécie de culpa ou envolvimento em “compadrios”. Isto, evidentemente, é reprovado pelos eleitores de direita, que elegeram Jair Bolsonaro por este supostamente se dispor a acabar com a “velha política”. L, portanto, se dirige a um auditório conservador comprometido com um fazer político ético, forte e independente em um contexto de enfrentamento político e ideológico acirrado. E0 é, neste sentido, um escárnio, pois desnuda a realidade: as coisas continuam exatamente do mesmo modo, como, aliás, o senso-comum prevê. “Uma mão lava outra” é imemorial, é uma asserção que se perde no tempo, revelando que desde sempre as coisas foram desse modo. O que o L atesta neste caso, em última instância, é que a eleição de Bolsonaro nada mudou, ou seja, não representa o novo. O argumento é da seguinte ordem:

Uma mão lava a outra → universalidade

Uma mão lava a outra → *situação-X* (Flávio Bolsonaro)

Flávio Bolsonaro (família Bolsonaro, por extensão) = todo mundo (generalidade)

“Uma mão lava a outra” é um argumento de validade universal, incontestável, verificado em inúmeras *situações-X*. Sua universalidade estende-se à *situação-X* de Flávio Bolsonaro (o não posicionamento deste em relação à CPI da

	<p>lavatoga), evidenciando que ele se comporta/posiciona como todos os outros políticos, e que, por extensão, a família (inclusive, seu pai) adota as mesmas ações. O E0 é argumento e posicionamento; argumento que situa o L em um interdiscurso maniqueísta, em que Lula (PT) e Bolsonaro (independente) se antagonizam. De um lado, encontra-se o “mau”, o horror social/comunista; de outro, o “bom”, o conservador-patriota-nacionalista, respectivamente. Mas este “bom” começa a ver sua imagem tocada pelas ações de seus filhos. Nesse ponto, a ala conservadora envereda por dois discursos: a. tal pai, tal filho (47); b. pai e filho são diferentes (52).</p>
<p>46. “quem deve, teme!! [...]” (DC) (PR)</p> <p>Similar a (49) e (59).</p>	<p>E2: quem deve, teme!! (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem não deve, não teme; quem cometeu algum crime, tem medo/receio. (pressuposto)</p> <p>E0: Quem não deve, não teme.</p> <p>E2 enuncia o positivo de E0, colocando em cena um E1 (pressuposto) peremptório quanto à relação <i>incorrer em crime x sentir medo</i>. Efetivamente, E2 faz ouvir quem não deve, não teme, mas Ducrot (1987) sustenta que nos enunciados positivos, ao contrário da negação, o lugar do enunciator não está marcado na frase¹⁸⁸.</p>
<p>47. “[...] se não deve não teme” (DC) (PR; NG)</p>	<p>E2: se não deve não teme. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: se deve, teme; os que não cometem crimes/falhas não têm motivos para temer (pressuposto)</p> <p>E0: Quem não deve, não teme.</p> <p>Negação:</p>

¹⁸⁸ Para Ducrot (1987, p. 202), “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação”, e, para demonstrá-lo, assinala as condições de emprego da expressão *ao contrário*. Desse modo, “quem não deve, não teme” pode ser encadeado por um enunciado do tipo “ao contrário, quem não deve, não se enche de medo”. Esse encadeamento é excluído se o primeiro enunciado for positivo. Não teremos nunca: quem deve, teme; ao contrário, quem deve, enche-se de medo. Na negação, o ponto de vista do primeiro enunciado é contrário ao do segundo enunciado; nas afirmativas não é assim.

	<p>E2: se não deve não teme. (enunciado negativo) E1: se deve, teme. (enunciado positivo)</p> <p>O E2 expressa uma relação de condição marcada pela conjunção <i>se</i>. Se não deve, o <i>sujeito-X</i> não teme, não tem razão para temer. Isto é: <i>se p</i> (não deve), <i>q</i> (não teme). Ao retomar E0, E2 faz ainda ouvir seu positivo e pressuposto. Positivo e pressuposto alinham-se discursiva e ideologicamente; o que não sucede com E0 e E2. O E0 estabelece um grau de certeza que o E2 não estabelece. Em E0, quem não teme é quem não deve (é seguro, é certo e sabido); em E2, quem não teme aparece sujeito a uma condição: não dever.</p>
<p>48. “tal pai tal filho...” (PR)</p>	<p>E2: tal pai tal filho... (= L) (conteúdo posto) E1: os filhos são à imagem dos pais (pressuposto) E0: tal pai, tal filho.</p> <p>Neste caso, o E2 retoma uma asserção imemorial (E0) que embasa o pressuposto (E1) de que os filhos são iguais ou semelhantes aos pais. Esse pressuposto tem como <i>deixis</i> fundadora o discurso católico.</p> <p>L, em (48), situa-se em uma ala da direita conservadora desiludida ou não apoiadora de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, as faltas que possam ser imputadas a Flávio Bolsonaro são ampliadas até o pai, atribuindo-se a estas caráter genético e/ou hereditário. As qualidades atribuídas a um <i>sujeito-X</i> (Flávio Bolsonaro) são atribuídas a outro <i>sujeito-X</i> (Jair Bolsonaro). O argumento de L funciona, então, do seguinte modo: Se Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, é isento na luta contra a corrupção, uma vez que “tal pai, tal filho”, Jair Bolsonaro também é isento no</p>

	<p>combate à corrupção. Ou seja, <i>se p</i> (uma vez que E0), <i>q</i>. E0 funciona como garantia¹⁸⁹ do argumento; é o que “autoriza a passar dos dados para a alegação” (TOULMIN, 2001, p, 143).</p>
<p>52. “[...] Quem tem rabo de palha, tem de passar longe do fogo. [...]” (PR)</p>	<p>E2: quem tem rabo de palha, tem de passar longe do fogo. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem não tem rabo de palha pode passar perto do fogo; quem cometeu alguma falha/crime, não se deve arvorar em moralista (pressuposto)</p> <p>E0: quem tem rabo de palha tem de passar longe do fogo; quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho (sentido semelhante).</p> <p>Neste enunciado, o E2 coloca em cena um enunciador 1 (pressuposto) que sinaliza que quem cometeu alguma falha/crime deve se isentar de moralismos. E2 retoma o E0 ancestral, o qual possui similaridade com enunciados do tipo “quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho”.</p> <p>Em (52), Flávio Bolsonaro é “quem tem rabo de palha”. Para o L deste enunciado, esse senador “tem rabo preso” e é a “ovelha negra” da família Bolsonaro. Ao qualificá-lo desse modo, L visa ao seu destacamento. Efetivamente, ele possui uma determinada qualidade (Q) (é da família Bolsonaro), mas seus comportamentos/ações não são próprios do grupo. Isto revela-nos que L mantém uma imagem/<i>ethos</i> do clã Bolsonaro; uma imagem de honestidade, ética, não corrupção, na qual Flávio não se enquadra. O princípio argumentativo é <i>p, mas não q: p</i> (membro da família Bolsonaro), <i>mas não q</i> (mas não honesto, idôneo). Nesse sentido, o L de (52) enquadra-se na</p>

¹⁸⁹ Toulmin (2001, p. 143, grifo do autor) afirma “que as garantias são gerais, certificando a solidez de *todos* os argumentos do tipo apropriado.

	<p>opção b assinalada em (44), um discurso que sustenta que pais e filhos, excepcionalmente, podem ser completamente distintos. Não são completamente colocados de lado, portanto, E0 como “tal pai, tal filho” (48) ou “filho de peixe peixinho é”. Essa FD, conservadora e de direita, apenas admite uma exceção que confirma a regra.</p>
<p>55. ”quem tem @# tem medo.” (DS) (PR)</p>	<p>E2: quem tem @# tem medo. (= L) (conteúdo posto) E1: quem não tem @# não tem medo; quem não deve, não teme (pressuposto) E0: quem não deve, não teme.</p> <p>E2 põe um enunciado que subverte o E0 “quem não deve, não teme”. Ao enunciar “quem tem @# tem medo”, faz ouvir uma voz que diz que “quem não tem @# não tem medo”; ou seja, que “quem não deve, não teme”. Ter medo está, desse modo, dependente de os sujeitos terem a qualidade (Q) @#. Isto é, @# é a condição necessária para temer.</p> <p style="text-align: center;">Tem @# → teme Não tem @# → não teme</p>
<p>57. “[...] nem tudo o que reluz é OURO!” (PR)</p>	<p>E2: nem tudo o que reluz é ouro! (= L) (conteúdo posto) E1: há coisas que reluzem que não são ouro. (pressuposto) E0: nem tudo que reluz é ouro; <i>non omne id quod fulget aurum est; no es oro todo lo que reluce; tout ce que reluit n’est pas oro.</i></p> <p>E2 faz uma advertência: ter uma dada qualidade (Q) (ser reluzente) não é garantia de uma dada identidade (I) (ser ouro). Q não garante I; o que nos leva ao pressuposto (E1) de que existem coisas que são reluzentes, mas não são ouro. Neste caso, o princípio argumentativo é: <i>p, mas não q</i>. O alocutário é instado, então, a colocar em causa, a duvidar,</p>

como em enunciados do gênero “as aparências enganam”. E2 não é peremptório, não estabelece uma conexão inabalável entre o enunciado e o contexto da enunciação. *P*, mas não *q* não é um dado seguro, mas uma possibilidade. Nesse sentido, *p* pode ser *q*, mas pode também ser *não-q*. A qualidade *ser reluzente (p)* pode ou não garantir *ser ouro (q)*.

(57), quando visto em contexto, denota o posicionamento de L em uma notícia sobre o fim da censura a uma publicação da revista *Crusoé* e de *O Antagonista*, cujo título era “o amigo do amigo do meu pai”. Essa publicação foi alvo de “censura” por parte do ministro Alexandre de Moraes e, mais tarde, republicada. Baseada em documentos da Odebrecht, sugere ligação entre Marcelo Odebrecht e o presidente do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli. L visa, neste caso, fazer desconfiar da conduta de Moraes. Sua conduta, ao derrubar o impedimento de divulgação e publicação da notícia supramencionada, é louvável, “reluzente”, mas sua primeira decisão de retirada da reportagem não é esquecida e abre espaço para incertezas e inseguranças. Por isso, L apõe ao E0 o conselho a seus interlocutores para que ‘fiquem de olhos abertos’. A desconfiança e despreço pelos ministros do STF são, aliás, participantes, geralmente, do discurso da direita neoliberal e apoiadores/eleitores de Bolsonaro. São eles que levantam hashtags como #CPIDALAVATOGA ou #STFVERGONHANACIONAL. O E0 integra, portanto, uma FD conservadora que aconselha cautela e atenção. No contexto político e nas condições de produção de (57), é reverberado por um quadrante avesso a dadas prerrogativas democráticas que possam, em seu entender, agir contra os interesses da nação. L, investido da autoridade do E0, dirige-se a seus pares com soberania. Tem a seu lado um

	<p>conhecimento irrefutável garantido por um ON de que todos eles participam. Subjaz a seu discurso um questionamento/argumento que não é contra-argumentável: se ON diz que p, quem é você para dizer não p? Sua reverberação de E0 é uma forma de assujeitamento dos seus interlocutores.</p>
<p>60. “[...] Quem é Rei nunca perde a Coroa e Majestade [...]” (DC) (PR; NG)</p>	<p>E2: quem é rei nunca perde a Coroa e Majestade. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem não é rei perde a coroa e a majestade; as pessoas podem perder suas características. (pressuposto)</p> <p>E0: Quem foi rei nunca perde a majestade.</p> <p>Negação:</p> <p>E2: quem é rei nunca perde a Coroa e Majestade. (enunciado negativo)</p> <p>E1: quem é rei perde a coroa e majestade. (enunciado positivo)</p> <p>(60) é exemplo de pressuposição e de negação. O E2 tanto coloca em cena um E1 (pressuposto) que sinaliza que quem não é rei perde a coroa e a majestade (ou seja, que as pessoas podem perder suas características), como dá lugar a um E1 positivo cujo ponto de vista é que quem é rei (quem está ou já esteve em um patamar elevado) pode perder suas especificidades/características (o E1 positivo é quem abala a certeza temporal do advérbio “nunca”). Nesse sentido, o E1 da negação apresenta um grau de polaridade ideológica relativamente a E2 maior que o E1 pressuposto. O E1 positivo, efetivamente, contraria o E2 negativo, ao passo que o E1 pressuposto somente admite a possibilidade de “perder a coroa e majestade”. Outrossim, quem perde a majestade, no caso do E1 positivo é o rei; no caso da pressuposição, quem perde a majestade é quem não é rei.</p> <p>Contextualmente, (60) é resposta a uma breve nota de O</p>

	<p>Antagonista, em que se afirma que “Dias Toffoli deveria ler a Veja. A revista publica que a reportagem censurada da Crusoé sobre ‘o amigo do amigo de meu pai’ é ‘inofensiva’”. Seu L adota posição de depreciação da revista supramencionada, uma vez que esta, ao intitular inofensiva uma reportagem que estabelece uma relação entre a Odebrecht e o presidente do STF, se mostra discursivamente oposta. A isenção de “culpa” que promove entra em conflito com a constante tentativa de deslegitimação do Supremo Tribunal Federal patrocinada pelos eleitores de direita. Nesse cenário, E0 é o argumento exemplar. A Veja não perde suas características. Como o posposto pelo L evidencia, somente pensa em dinheiro. Neste ponto, sobressai uma espécie de prerrogativa ideológica do espectro político da direita nacional: a nação acima de tudo. Por isso, L coloca em destaque o caráter material e empresarial da revista, como se a acusando de não ter/seguir o ideal patriótico/nacionalista. Para L, quem, de algum modo, se alia ou defende os ministros do STF é um mau brasileiro. Ele, bom brasileiro, se dirige a outros “cidadãos de bem” empunhando uma bandeira do saber ancestral comum – um enunciado proverbial.</p>
<p>61. “[...] pau que nasce torto morre torto. [...]” (PR)</p>	<p>E2: pau que nasce torto morre torto. (= L) (conteúdo posto) E1: o que nasce torto mantém-se torto; quem nasce com deformidade de caráter será assim até morrer; (pressuposto) E0: pau que nasce torto morre torto; <i>legum tortum haud unquam rectum; chi torto nasce, tarde o mai si drizza [...]; Arbor que torcido creció nunca se enderezó.</i></p> <p>Em (61), o E2 coloca em cena um enunciador 1 (pressuposto) cujo ponto de vista é que o que nasce torto permanece torto, ou seja, que as coisas/pessoas permanecem iguais até morrerem. Sinaliza-se, aqui, a</p>

	<p>manutenção/perpetuação das qualidades: <i>uma vez q</i> (torto), <i>sempre q</i> (torto).</p> <p>(61) é enunciado no mesmo contexto que (60). Neste caso, aplica-se o princípio “<i>uma vez q, sempre q</i>” à revista Veja. E0 é uma garantia, uma verdade geral que assegura a permanência das suas características. Ao mesmo tempo, marca o posicionamento de L. E0 somente poderia ser enunciado, nessa cena enunciativa, por um eleitor de direita.</p>
<p>62. “[...] pau que nasce torto até as cinzas são tortas. [...]” (DC) (PR)</p>	<p>E2: pau que nasce torto até as cinzas são tortas. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: No que nasce torto tudo é torto. (pressuposto)</p> <p>E0: pau que nasce torto morre torto; pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.</p> <p>E2 capta o E0 “pau que nasce torto morre torto”, reforçando, ao utilizar o advérbio <i>até</i>, o caráter deformado da coisa/pessoa. A inclusão das cinzas em um conjunto maior (do que é torto) é inesperada, como marcado por este advérbio.</p> <p>Ao captar E0, o E2 coloca em cena um enunciador 1 (pressuposto) que sustenta que no que nasce torto tudo é torto. Isto é, o E2 universaliza a qualidade. <i>Se p</i> (pau torto), <i>q</i> (tudo torto). A deformidade de caráter é, portanto, indisfarçável e inequívoca.</p> <p>Em (62), L critica “os princípios errados dos juízes”, em decorrência da abertura, por Dias Toffoli, de um processo sobre <i>fake news</i>. Ao retomar E0, visa a hiperbolização do erro, denotando o caráter “torto” do processo. Mais uma vez, E0 é argumento/garantia, mas também elemento que situa L discursivamente.</p>
<p>63. “[...] QUEM NÃO FAZ NÃO TREME” (DC) (PR; NG)</p>	<p>E2: quem não faz não treme. (= L) (conteúdo posto)</p> <p>E1: quem faz, treme; quem deve, teme; quem não deve, não teme. (pressuposto)</p>

	<p>E0: quem não deve, não teme.</p> <p>Negação:</p> <p>E2: quem não faz não treme. (enunciado negativo)</p> <p>E1: quem não faz treme. (enunciado positivo)</p> <p>O E2 desvia o E0 “quem não deve, não teme”, substituindo os sintagmas verbais “<i>deve</i>” e “<i>teme</i>” por “<i>faz</i>” e “<i>treme</i>”. O objetivo de L é a captação e o reforço semântico do enunciado proverbial. O sujeito deixa de ser <i>quem não deve</i> e passa a ser <i>quem não faz</i>. O E2 focaliza a ação (fazer), não o estado (dever). E o efeito não é mais o <i>temor</i> (algo passível de ser disfarçável), mas o <i>tremor</i> (o indisfarçável).</p>
--	--

Legenda: PR (pressuposição); NG (negação); IR (ironia); DS (desvio por subversão); DC (desvio por captação)

Da análise da relação enunciado proverbial/desvio/outra frase destacável X tipo de ocorrência (ironia, negação, pressuposição) X funcionamento resultam algumas evidências:

1. todas as ocorrências (1-63) assentam em um pressuposto (há um conhecimento anterior, observado/experenciado pela coletividade, que serve de apoio e é origem do E0); Vejamos, muito brevemente: (1) tem como pressuposto básico que tudo se ultrapassa com resiliência; (2) que as coisas seguem seu curso apesar dos outros; (3) que não somente os opostos se atraem, mas que também os semelhantes; (4) que os indivíduos de má índole andam juntos; (5) que cada um tem o que merece; (6) que deve agir-se com prudência; (7) que “a mentira tem perna curta”; (8) que somente podemos contar com o auxílio de Deus; (9) que aqueles que são culpados sentem temor; (11) que há pessoas que se aproveitam de outrem; e aí por diante.
2. a polaridade ideológica é inequívoca, quer nas ocorrências de negação, quer nas ocorrências de pressuposição ou de ironia, conforme postulado por Ducrot (1987). Em (1), uma pressuposição, observam-se dois pontos de vista, o de E2 e o de E1: E2 retoma o E0 e faz ouvir a voz de E1, a voz ON. O mesmo sucede nas outras ocorrências, cuja base é sempre um pressuposto. Nas negações, a polaridade resulta ainda mais evidente. Nesses casos, como em (6), há a manifesta oposição

entre pontos de vista. No caso de (6) a oposição é entre *ser cauteloso* x *não ser cauteloso*. Na ironia, cujo exemplo é (7), também observamos a emergência de dois pontos de vista: o da voz ON, que enuncia “um dia a casa cai”, e o do L, que se associa a essa voz mesmo integrando um discurso que se lhe opõe.

3. é reduzido o número de ocorrências de negação (9¹⁹⁰) e ainda mais reduzido o número de ocorrências de ironia (1).

4. quando analisado em contexto, o E0 denota um dado posicionamento ideológico, permitindo, desse modo, distinguir em que FD se inscreve. Isto é, na nossa análise deparámo-nos, por exemplo, com ocorrências como (3), em que o (re)conhecimento contextual e das condições de produção é fundamental. (3), visto destacado, significa tão-somente que dois seres que têm características semelhantes se atraem, ficam ou permanecem juntos. Por si só, tal enunciado revela-nos este ponto de vista, mas somente o contexto e as condições de produção nos revelam o exato posicionamento ideológico de L, ou seja, no caso de (3), o de oposição ao espectro político do presidente Bolsonaro e à imagem/figura de Danilo Gentili. L situa-se, portanto, em uma FD opositora ao governo Bolsonaro, com ideologia mais atinente à esquerda política.

5. especialmente, os fenômenos de subversão são indicativos de militância ideológica ou de contestação/afastamento do ideologicamente aceito e constituído. Em (25), por exemplo, a subversão objetiva o reforço da crítica a Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, figuras heroicizadas pela direita política brasileira; direita que, no momento da produção do enunciado, goza da hegemonia política.

6. os episódios de subversão (embora em número não muito ampliado) têm maior ocorrência nos comentários do “Brasil 247”, isto é, no sítio virtual mais alinhado à esquerda política; o que corrobora o exposto no ponto 5.

7. os enunciados proverbiais são efetivamente polifônicos e heterogêneos. Assomam neles distintas vozes, como ficou evidenciado em todas as ocorrências (1-63).

8. os enunciados proverbiais e desvios têm função ideológica e argumentativa. Visam à introjeção de normas, valores, moral, ao controle social e à civilização

¹⁹⁰ Este número refere-se às ocorrências analisadas no quadro 10. Algumas ocorrências, por razões de similaridade e/ou por terem sido analisadas nos tópicos anteriores, não foram aí explanadas, tais como as ocorrências (20), (30), (33), (37), (38), (39), (41), (42), (43), (45), (49), (50), (51), (53), (54), (56), (58) e (59).

das massas, e funcionam, por sua força de autoridade, como argumentos irreparáveis.

9. contribuem para a materialidade das FDs, nomeadamente, no que toca a escolhas lexicais e à sua semanticidade e sentido, como observado em (21), por exemplo, em que os sintagmas “povo” e “governante” materializam um dado discurso/posicionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resulta da análise das ocorrências supra a certeza da possibilidade de distinção/demarcação das figuras do locutor e dos enunciadores em um enunciado proverbial ou desvio, isto é, a emergência de “vozes” que desvelam posicionamentos diferentes e, como tal, a participação/inserção em FDs e espaços discursivos e interdiscursivos distintos. Qualquer um dos enunciados analisados, quando em analisado em contexto, situa seu L discursivamente e, em um sentido mais amplo, seu sujeito falante. Este último, ao enunciar um E0 e se assimilar a um enunciador genérico, visa ora se (a)firmar parte integrante de um todo/comunidade que partilha daquele *thesaurus*, ora se distanciar desse saber instituído e de toda sua autoridade e ancestralidade. O sentido da enunciação proverbial não é, portanto, o mero assujeitamento. Concordamos com Rocha (1995, p. 176) quando afirma que

embora os provérbios constituam o discurso do Outro, não se pode afirmar a passividade do reenunciador face a esse pré-construído [...] pois, mesmo que o fato de citar o discurso do Outro revele um aspecto passivo, é preciso admitir que o reenunciador o faz em seu proveito, em proveito de sua atuação numa determinada situação discursiva, o que implica ‘atividade’.

Exemplo perfeito de atividade na enunciação de um provérbio são os desvios, mais marcadamente os subversivos. Maingueneau (2001, p. 173, grifo do autor) afirma que “há *subversão* quando o texto que imita visa desqualificar o texto imitado”. Essa tentativa de desqualificação representa uma ação/intervenção sobre o E0, ou seja, uma recusa do sujeito falante à passividade. Rocha (1995, p. 177) sustenta que “polifonia sim, passividade não”. De fato,

a enunciação proverbial é fundamentalmente polifônica; o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inúmeras enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio (MAINGUENEAU, 2001, p. 169)

Porém,

a relação do locutor com esse discurso estereotipado não consiste apenas de citação, mas também de ruptura, recriação, inovação, para a obtenção de seus objetivos ilocutórios particulares [...], ou seja, para manipular seu alocutário no sentido de fazê-lo fazer/pensar algo (ROCHA, 1995, p. 177).

Desse modo, embora “proferir um provérbio [signifique] fazer com que seja ouvida, por intermédio de sua própria voz, uma outra voz, a da ‘sabedoria popular’, à

qual se atribui responsabilidade pelo enunciado” (MAINGUENEAU, 2001, p. 169-170), o provérbio representa, para seu locutor, o ideal da argumentação, que “consiste fatalmente em reduzir o auditório ao silêncio (CHAROLLES, 1980, p. 10 *apud* ROCHA, 1995, p. 176), ou seja, impossibilitá-lo de contra-argumentar¹⁹¹. Em (3), por exemplo, L leva seu interlocutor a recuperar mnemonicamente o E0 “os opostos se atraem”, objetivando autorizar sua subversão e, por conseguinte, tornar seu discurso/asserção invencível. Essa invencibilidade deriva do fato de o “locutor reenunciador [se apoiar] sobre princípios anteriormente admitidos” (ROCHA, 1995, p. 175), isto é, sobre pressupostos inabaláveis. Como verificado em nossa pesquisa, todo o E0 tem subjacente um saber rígido e imutável que o alicerça, constituindo-se

uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro. O enunciador apóia-se nele para introduzir uma situação particular em um quadro geral preestabelecido (MAINGUENEAU, 2001, p. 171).

Em (1), isso é perfeitamente evidenciado. O E0 “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” denota a existência de um conhecimento anterior (um pressuposto) que garante o sucesso caso sejamos persistentes/resilientes. Ademais, ao mesmo tempo em que evidencia o “funcionamento das coisas”, o E0 denuncia uma visão/perspectiva de mundo, a qual é, majoritariamente, alinhada ao pensamento dominante. Obelkevich (1997, p. 48) afirma que “por meio dos provérbios, as normas sociais são internalizadas e [...] reforçadas”. Sua finalidade é o controle social, do qual alguns escapam subversivamente, isto é, por uma sabedoria mais subversiva. Em resumo, três pontos são assinaláveis até aqui: 1. os provérbios são fundamentalmente polifônicos, sendo possível observar/distinguir as vozes que apresentam – ou seja, posicionamentos distintos; 2. o emprego/uso de um provérbio ou desvio não é passivo (evidencia uma ação do locutor, que não se restringe à mera assimilação a um enunciador genérico); 3. seu uso tem função argumentativa (os provérbios constituem-se argumentos inabaláveis ou “garantias”, isto é, verdades gerais irrefutáveis).

Quanto às funções/papéis dos provérbios e desvios, Reboul (1975) assinala, ao menos, cinco: 1. formulação/designação de “uma situação insólita ou incômoda, reportando-a a um precedente” (REBOUL, 1975, p. 142); 2. função humorística; 3.

¹⁹¹ Obelkevich (1997, p. 48) afirma que “os provérbios são usados menos por sua verdade ou sabedoria, do que para que se tire vantagens de sua impessoalidade; ao expressar desaprovação de forma indireta, eles atenuam a crítica e fazem que uma reação mal-humorada seja menos provável”. Além disso, “ao trocarem provérbios conhecidos, as pessoas indicam boa vontade, asseguram umas às outras que compartilham valores comuns e apreciam a sociabilidade em si” (OBELKEVICH, 1997, p. 49).

função de advertência; 4. função fática; 5. função metalinguística. Observamos, nesse sentido, que, de fato, os enunciados proverbiais e desvios se reportam a um precedente. Isto é, eles sempre remetem para um quadro geral, para o (re)conhecimento de um dado conjunto de *situações-X* resolvidas segundo uma *ação-X*. Em (52), por exemplo, “ter rabo de palha” (*situação-X*) é resolvido “passando longe do fogo” (*ação-X*), apresentando princípio argumentativo da ordem de *se p* (se tem rabo de palha), *q* (passe longe do fogo). Os provérbios, como destacado por Obelkevich (1997, p. 44), “incorporam atitudes populares”, são uma espécie de receita para conduta/ação. “Serve[m] como veículo não só do conhecimento moral, mas também do prático [...]” (OBELKEVICH, 1997, p. 45). Sua autoridade reside precisamente no fato de que eles transmitem/sugerem uma espécie de ON-verdade, sendo “esse ON [...] uma personagem que participa da comunicação, validando uma primeira asserção E0, cuja verdade é pressuposta por uma segunda, E1” (MAINGUENEAU, 2010, p. 173).

Quanto à função humorística, Reboul (1975, p. 142, grifo do autor) afirma ser “preciso ser um Sancho Pança da *intelligentzia* (e existem) para não percebê-la”. Na nossa pesquisa, distinguimos um caso de explícita ironia na ocorrência (7) e desvios eminentemente humorísticos, como (25), um desvio por subversão. Maingueneau (2001, p. 173) afirma, nesse sentido, que, no caso da subversão, “a estratégia adotada é a da paródia” e cita como exemplos de subversão do gênero proverbial “*Belette n’est pas de bois*” ou “*Le trottoir mélange les sexes*”, de Paul Eluard e Benjamin Péret. Reboul (1975, p. 142), por sua vez, assinala como humorísticos provérbios como “*o diabo espanca sua mulher e casa sua filha*” e “*se o pote cai na pedra, azar do pote! Se a pedra cai no pote, azar do pote!*”, dentre outros. Na sua perspectiva, há provérbios que “são humorísticos em si mesmos, pelo recuo que permitem face a um acontecimento apavorante” (REBOUL, 1975, p. 142) e, “de maneira mais geral, [...] [porque] permite[m] o humor pelo seu ou seus sentido(s) metafórico(s) [...]” (REBOUL, 1975, p. 143). No nosso caso, o humor de ocorrências como (7) e (25) deriva quer da relação do E0 com o contexto (em 7), quer da subversão do E0 (em 25). Em (7), a menção de E0 é irônica e, em certo grau, humorística; em (25), a subversão do E0 ridiculariza Sérgio Moro e Deltan Dallagnol.

Reboul (1975) sustenta que a principal função do provérbio é advertir. Para ele, “*um homem prevenido vale por dois* resume o ensinamento de todos [os provérbios]” (REBOUL, 1975, p. 143, grifo do autor). Mas esse ensinamento não constitui uma ideologia conservadora, pois o provérbio não “diz a verdade”, como a ideologia. Ele

“limita-se a sugeri-la” (REBOUL, 1975, p. 143). Independentemente dessas asserções de Reboul (1975), é impossível negar a relação dos provérbios e dos desvios com a ideologia. Obelkevich (1997, p. 47) conta que a popularidade dos provérbios “e prestígio na Rússia contemporânea [se manteve] [...] por motivos ideológicos”. Nas suas palavras, “a autoridade política e a autoridade proverbial têm se aliado, pelo menos desde os tempos de Salomão” (OBELKEVICH, 1997, p. 46).

Candidatos políticos decoravam seus provérbios na Europa renascentista, da mesma forma que ainda o fazem em algumas sociedades do Terceiro Mundo, em nossa época; entre os merinas de Madagascar, por exemplo, espera-se que os líderes sejam oradores e que estes possuam o domínio de um grande número de provérbios (OBELKEVICH, 1997, p. 46).

Enunciados pela maioria da população, os provérbios têm a seguinte perspectiva: “as coisas são o que são [...]” (OBELKEVICH, 1997, p. 54). Isso é o que a ideologia faz por definição:

é próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer*, e perante as quais temos a inevitável reação de exclamarmos (em voz alta ou no ‘silêncio da consciência’): ‘é evidente! É isso! Não há dúvida!’” (ALTHUSSER, 1985, p. 95-96, grifo do autor).

Reboul (1975) esclarece que *ideologia* é um termo empregado em três sentidos diferentes: 1. sentido administrativo; 2. sentido marxista; e 3. sentido sociológico. Para o sentido marxista,

a ideologia está a serviço de uma classe, mas [...] ela própria ignora suas condições de existência que, ‘em última análise’, são de ordem econômica; ela é portanto um pensamento que se afirma como autônomo para mascarar o que realmente é: uma superestrutura e uma arma de classe (REBOUL, 1975, p. 117).

Enfocando a relação da ideologia com a linguagem (sentido sociológico), Reboul (1975, p. 117, grifo do autor) destaca: “1.º [...] Seu *destinador* não é um indivíduo”; “2.º *O destinatário* do discurso ideológico é cada membro do grupo, mas pode ser também o adversário ou o traidor” (REBOUL, 1975, p. 118, grifo do autor); “3.º *O referente*: uma ideologia não pode ser objetiva” (REBOUL, 1975, p. 119, grifo do autor); “4.º *O código* é a própria estrutura da ideologia” (REBOUL, 1975, p. 120, grifo do autor); “5.º A função ‘fática’ que se baseia no contato é essencial à ideologia” (REBOUL, 1975, p. 121); e 6. *A mensagem*, ela própria, na medida em que é ideológica, não pode exprimir objetivamente o que é” (REBOUL, 1975, p. 121, grifo do autor). Desse modo, os Ls das

diversas ocorrências analisadas não expressam suas crenças individuais, mas as crenças da coletividade/grupo, visando justamente à identificação (ou não) com esse grupo/coletividade. O L de (62), por exemplo, expressa o descontentamento de um grupo político-partidário com as práticas dos juízes do STF. O sujeito falante que o engendra é o destinatário de um discurso ideológico crítico aos poderes do judiciário, o qual procura incitar determinadas práticas. Como destacado por Reboul (1975, p. 118), a “essência [da ideologia] está em provocar uma prática coletiva”. Nesse sentido, ela é caracterizada por um “caráter maniqueísta do juízo de valor: a oposição absoluta entre o bom e o mau, o belo e o feio, o branco e o preto, termos que, na realidade, designam aquilo que favorece ou ameaça a coletividade” (REBOUL, 1975, p. 119). A ideologia, como o provérbio, tem caráter julgador e moralizante. Seu referente é o invisível, o Outro, e seu “código específico [...] parece apoiar-se sobretudo no léxico” (REBOUL, 1975, p. 120). Por isso, o L de (5) substitui o sintagma “nação” pelo sintagma “povo”. Outrossim, ela “exprime-se naturalmente em máximas, em slogans, em fórmulas lapidares” (RICOEUR, 1974, p. 333 *apud* REBOUL, 1975, p. 121). Reboul (1975, p. 122) afirma que “como o slogan, a ideologia é o pensamento de todo mundo que impede todo mundo de pensar” e que “o slogan é um *éclat* de ideologia” (REBOUL, 1975, p. 123, grifo do autor). Como observamos em nossa pesquisa, o provérbio e o desvio apresentam função argumentativa, à qual acrescentamos a função ideológica, pois o provérbio, como a ideologia, “dissimula as figuras que [o] tornam persuasiv[o] e [...] se atribui uma transparência que não tem [...]” (REBOUL, 1975, p. 121). Conforme Reboul (1975, p. 141, grifos do autor),

o ensinamento [ideologia] dos provérbios parece fundamentalmente conservador: *O bom é inimigo do ótimo*. Prega a desconfiança: *O seguro morreu de velho*. O egoísmo: [...] a caridade começa em casa. O conformismo: *Melhor ser louco com todo mundo do que sábio sozinho*. A submissão resignada: *Uma vez ladrão sempre ladrão*. [...] o racismo: [...] quem sai aos seus não nega a raça.

Obelkevich (1997, p. 54) assinala que os provérbios “exigem um reconhecimento de limites como chave para a sobrevivência” e que em muitas dessas máximas “o fático se mescla não só ao estoicismo, mas também ao fatalismo, num código implícito de resignação e sobrevivência” (OBELKEVICH, 1997, p. 49). Exemplos do repertório estoíco seriam: *o bem e o mal andam em círculos; aceitamos a vida como ela é; precisamos tirar o melhor de tudo*. Como chave para a sobrevivência, Obelkevich (1997, p. 54, grifos nossos) destaca: “*é melhor prevenir do que remediar; [...] atos*

falam mais do que palavras; [...] quem tudo quer, nada tem; [...] o bastante vale uma festa [...] etc. Os enunciados proverbiais coletados em nossa pesquisa apresentam, em grande medida, o mesmo teor conservador e resignado. São exemplos disso os enunciados (1) (“água mole em pedra dura tanto bate até que fura”), (2) (“os cães ladram e a caravana vai passando”), (8) (“cada um por si e Deus por todos”), (12) (“quem não deve não teme”), (18) (“o silêncio é sábio”), (40) (“dar a César o que é de César”), dentre outros. E são estes provérbios, “não [...] os livros, [...] os velhos dizeres, que regulam a conduta humana” (WADE, p. 19 *apud* OBELKEVICH, 1997, p. 74). O provérbio, portanto, não apenas adverte; ele é um instrumento ideológico. Instrumentaliza os sujeitos e os orienta em dadas situações/ações.

Quanto à função fática do provérbio, Obelkevich (1997, p. 49) afirma que ele visa, em determinadas ocasiões, “estabelecer ou restaurar uma relação social, reforçar a solidariedade de um grupo de iguais”. Sua função é “fazer sociedade” (REBOUL, 1975, p. 144), abrir o diálogo. Hoggart (*apud* OBELKEVICH, 1997, p. 49), afirma que as “expressões [proverbiais] são usadas como contadores, ‘clic-clic-clic’ [...] [recorrendo-se] a elas como uma espécie de consolação”. Isso é observável em quase todas as ocorrências analisadas. Salvo exceções como em (2), os Ls dos enunciados proverbiais e desvios coletados visam o estabelecimento de uma relação de proximidade/solidariedade ideológica, sempre se dirigindo a um auditório que tem os mesmos posicionamentos e visões de mundo. Na nossa pesquisa, constatamos, todavia, que se é verdade que os provérbios abrem o diálogo, eles também o encerram. Isso porque eles não admitem contestação. São citações de autoridade cuja fonte é o “Ausente supremo, aquele sem o qual a coletividade que partilha o discurso não existiria ou não seria o que ela é” (MAINGUENEAU, 1997, p. 101). Como destacado por Maingueneau (2010, p. 174), “enunciado um provérbio, o locutor maximiza a validade de seu dizer [...]”.

Por último, quanto à função metalinguística, Reboul (1975, p. 144) afirma que o provérbio “é semelhante quanto à forma, mas contrári[o] quanto ao fundo a[o] [...] slogan”. Dando como exemplos os provérbios “*lei é lei*” e “*pobreza não é defeito*”, Reboul (1975, p. 144, grifos do autor) assinala que sua função “é contradizer um enunciado, tácito mas bem real: ‘a lei pode ser infringida em certos casos’; ‘a pobreza é desonrosa’; o provérbio recorre ao código da língua contra uma perversão da língua”. No caso da nossa pesquisa, isso é observável, por exemplo, em ocorrências como (1) ou (34), facilmente contraditas com enunciados do tipo “há obstáculos que são

inultrapassáveis” e “não existem amizades verdadeiras” ou “não existem amizades desinteressadas”.

Em síntese, concluímos em nossa pesquisa que:

1. todos os provérbios têm subjacente um pressuposto; ou seja, há um saber rígido, imutável que os alicerça. Esse saber é a condição precípua do E0. Nesse sentido, o E0 é uma decorrência, não o decorrente (esse E0 é garantido por um ON fiador). Neste ponto, estabelece-se uma relação, portanto, com a função de reportar a um precedente que Reboul (1975) lhes atribui. E é justamente o (re)conhecimento desse precedente que permite a generalização¹⁹². O E0 deriva da observação/experimentação da vida cotidiana. Rocha (1995, p. 173, grifo do autor) assinala que os provérbios são enunciados genéricos que “leva[m] o alocutário a uma inferência que [contém] um universal do tipo *sempre, jamais, todo, tudo, nenhum, ninguém* etc”.
2. Os enunciados proverbiais são tendencialmente conservadores (REBOUL, 1975); são cristalizadores de normas e dispositivos sociais, garantidores e percussores ideológicos (REBOUL, 1975; OBELKEVICH, 1997). Os provérbios e desvios são explosões ideológicas; espécie de enunciados-base ideológicos, *thesaurus* irreparáveis e irrefutáveis. Por isso, seu caráter delimitador de ações e de discursos; essa delimitação vai da ideologia à manifestação linguística (REBOUL, 1975). Dadas escolhas lexicais são, portanto, significativas (REBOUL, 1975), marcam um interior e um exterior do discurso. Como destacado por Maingueneau (1997, p. 100), os provérbios “são enunciados já conhecidos por uma coletividade”; e “as coletividades supostas pelas formações discursivas *partilham um tesouro de enunciados fundadores* [como os provérbios] [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 101).
3. As retomadas subversivas escapam, em certa medida, ao teor conservador do enunciado proverbial. A subversão é, por si só, um afrontamento à sabedoria popular e ao senso-comum. Nesse sentido, subverter um provérbio representa uma forma de contestação da ordem estabelecida e dos saberes instituídos. Dito de outro modo, a subversão escapa à submissão completa do L ao enunciador ON. Ao subverter, o L imprime “outras” marcas pessoais em um enunciado da coletividade. “A ‘subversão’ procura [...] mostrar uma

¹⁹² Segundo Maingueneau (2014, p. 71), o provérbio “constitui uma classe particular de enunciados generalizantes [...]”.

contradição entre o sentido veiculado pela enunciação da estrutura original (indicada E0) e o da enunciação da estrutura resultante do desvio (indicado E1) (MILNER E GRÉSILLON, 1977 *apud* MAINGUENEAU, 2010, p. 175, grifo do autor). Em nossa pesquisa, embora em proporção pouco significativa, o maior número de ocorrências de desvios subversivos se deu no ambiente virtual de ideologia política de esquerda, ou não-conservadora.

4. É possível por meio do provérbio/desvio inferir/distinguir o posicionamento do L, mas isso é potenciado quando analisado em contexto; o destaque é reduzido em significado e em sentido. Nesse ponto, discordamos de Maingueneau (2001, p. 171) quando afirma que “um provérbio deve ser interpretável fora de qualquer contexto singular”. Partilhamos antes da perspectiva de Obelkevich (1997, p. 50): “um provérbio depende não só do que é dito em si, mas também da situação em que ele é usado. [...] Temos os textos, mas não os contextos, e, sem estes, uma parte do significado fica irremediavelmente perdida”. Obelkevich (1997) cita, aliás, outras dificuldades para a perfeita compreensão dos enunciados proverbiais: 1. a ambiguidade dos enunciados proverbiais com metáforas; 2. a diferença de significado entre as formas variantes e as formas principais; e 3. as variações espaciais e temporais dos significados dos provérbios. Obelkevich (1997, p. 50) conclui que “o significado de um provérbio não pode ser lido diretamente das páginas das compilações”. Em sentido semelhante, Reboul (1975) ancora o uso do provérbio a determinada situação comunicativa. Em (2), por exemplo, se não recuperarmos o contexto/cena da enunciação e condições de produção, o sentido é comprometido. “Os cães ladram e a caravana vai passando”, quando destacado, é esvaziado. É inviável atribuir um sentido preciso à enunciação do L de (2) quando o E0 é destacado.
5. Os provérbios e os desvios são exemplos de polifonia e de heterogeneidade; são elementos de afirmação de adesão (ou não) a um clã. Reboul (1975) e Maingueneau (1997) têm, todavia, sobre isso opiniões divergentes. Embora ambos creditem caráter polifônico ao provérbio, admitindo que é SE quem fala, para Reboul (1975, p. 144), o “anonimato [do provérbio] exprime uma universalidade real e permite a cada um assumi-lo sem entrar num ‘clã’”; mas, para Maingueneau (1997), o provérbio é uma citação de autoridade que marca a adesão a um locutor superlativo. Mesmo nos casos de subversão,

Maigneueau não atalha um distanciamento efetivo do locutor de um ON verificador. Pelo contrário, reiteradamente assinala que o locutor de um provérbio “se apaga como agente verificador atrás de um Enunciador supremo que tem autoridade sobre aquela coletividade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 174). Efetivamente, o enunciador proverbial adere a uma voz ON, mas isso não implica uma completa adesão aos termos dessa comunidade. Conforme nossa pesquisa, o locutor que enuncia um enunciado proverbial ora partilha dos mesmos valores/ideologia que a comunidade à qual pertence aquele enunciado, ora discorda desses mesmos valores/ideologia. Isto é, enunciar um provérbio caracteriza uma “adesão” à voz ON, mas não necessariamente uma adesão ideológica. Exemplos disso são as ocorrências (3), (4), (9), dentre outras. Em (3), por exemplo, o L capta o E0 “os opostos se atraem” e o contraria com um desvio por subversão: “os iguais se atraem”; em (4), a subversão incide, mais uma vez, sobre o E0 supracitado, preferindo-se “os iguais se atraem”; em (10), outra subversão contradiz o significado do E0; desta vez de “quem não deve, não teme”. Podemos afirmar, desse modo, que, ao menos nos casos de subversão, é bem evidente a discrepância/desacordo ideológico entre o L e a voz ON do E0. Em resumo, os provérbios podem ser marcadores de adesão, mas são também destacadores ideológicos, a depender de seu contexto de uso e das condições de produção da sua enunciação. Isto vai ao encontro da ideia de não passividade da enunciação de um provérbio.

6. Como destacado no ponto 2, os provérbios servem ao controle social, aqui se acrescentando que são elementos discursivos de assujeitamento. Mesmo quando em desacordo com ON, são representativos de uma dada sujeição. Também nessa medida situam o L discursivamente e interdiscursivamente. De fato, um L como o de (3) ou de (4) se afasta/descola do ON genérico, mas o faz contraditoriamente se colando/aproximando a esse SE. O exercício de descolamento/afastamento exige uma colagem/aproximação primária, ou, dito de outro modo, denuncia a relação do L com o discurso/FD que repudia. Fica aí bem latente a relação do “eu” com o “outro”. A alteridade/heterogeneidade acontece dentro da própria comunidade em que o sujeito falante se insere.
7. São argumentos de autoridade suprema; funcionam como garantias para dadas ações. Seguem princípios argumentativos como: *p, mas q* (5) (é lamentável, mas merecido); *se p, q* (9) (se tem ..., tem medo); *se não-p, não-q* (28) (se não

falar, não terá problemas); *p, mas não-q* (36) (fala pouco, mas não se livra de castigo), (52), (57); *se ação-X → Y* (13) (se age com gulodice → morre); *se Y → ação-X* (na maioria dos casos, em uma determinada ocorrência, uma dada ação é a solução); *em Y, se ação-I = r*; *em Y, se ação-II = r*; *em Y, se ação-X = r* (qualquer ação – *ação-I*; *ação-II*; *ação-III* – tem o mesmo resultado em uma determinada ocorrência – *Y*).

8. Os provérbios são fenômenos de “menção” (BERRENDONNER, 1982, p. 199 *apud* MAINGUENEAU, 2010, p. 172) e uso; isto é, são exemplos de “*conotação autonímica*, na qual empregamos um signo e o citamos ao mesmo tempo [...]” (ROCHA, 1995, p. 171, grifo do autor).

Concluindo, o papel discursivo dos enunciados proverbiais e desvios na materialidade das FDs destacadas nos interdiscursos nacionais políticos observados nas páginas de Facebook do “Brasil 247” e do “O Antagonista” é ideológico e argumentativo. É ideológico porque o provérbio é, em si, uma expressão inequívoca de valores/formas de conduta/visões de mundo/perspectivas/sistema de referência de uma coletividade/grupo; o enunciado proverbial e suas retomadas é, ademais, representativo de um dado discurso, inclusive na medida em que, a depender de seu sentido/significado, transita somente em uma dada FD ou se relaciona somente com uma dada “voz” que lhe é exterior, mas, ao mesmo tempo, constitutiva; é argumentativo, pois, invariavelmente, funciona como argumento/garantia que visa ao convencimento ou a levar de vencida o interlocutor. Como destacado anteriormente, o provérbio é uma espécie de argumento supremo. Validado por um ON genérico, por um saber imemorial repetidas vezes posto à prova, é invencível. A função que desempenha no fio do discurso é, portanto, de orientação ideológica (ele funciona como espécie de elemento norteador e representativo de um lugar que o sujeito falante ocupa) e de argumento/garantia (nesta última acepção, funciona como “garantia” de um dado argumento). Podemos citar como exemplo uma situação em que o L pretenda validar a perspectiva de que um dado *sujeito-X* guarde semelhanças irrefutáveis com seu progenitor e, nesse caso, recorra ao E0 “tal pai, tal filho” (48). Este E0 é uma verdade geral que “garante” o argumento de L de que o *sujeito-X* é semelhante ao pai. Em (1), por exemplo, o convite à resiliência toma a forma do E0 “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. A voz ON garante/fia/verifica a enunciação de L.

Estas funções (ideológica e argumentativa) estão impressas na materialidade discursiva, nomeadamente nas escolhas lexicais. Reboul (1975, p. 120) é peremptório: “cada ideologia possui seu vocabulário de palavras-choque, de clichês, de figuras, sendo o todo fundamentalmente normativo. Transgredir o código linguístico não é um erro, mas uma falta, um crime às vezes”. Desse modo, o código é encarado como a própria estrutura da ideologia, gozando de estatuto de ato sacrílego todo o ato que lhe é contrário. Reboul (1975, p. 120) cita o exemplo da “R.D.A. de Walter Ulbricht, [onde] o simples fato de dizer ‘soldado russo’ em vez de ‘soldado soviético’ podia conduzir à prisão”. Na nossa pesquisa, ocorrências como (3) (“os iguais se atraem”), (4) (“as pestes se atraem”), (5) (“cada povo tem o presidente que merece”), (21) (“cada povo tem o governante que merece”), dentre outras, são exemplos de como as escolhas lexicais desvelam posicionamentos ideológicos. A posição ideológica do L é, aliás, manifesta: 1. na escolha do enunciado proverbial; 2. no contexto de uso do provérbio; 3. na retomada/desvio que faz de E0; e 4. na seleção lexical. Estes são os pontos em que assenta a possibilidade/probabilidade de delimitação ideológica e discursiva das FDs em que os provérbios transitam, para os quais contribuem elementos como a sua autoridade, impessoalidade, universalidade, heterogeneidade e polifonia. Nossa hipótese foi, portanto, confirmada, pois resulta da nossa pesquisa a evidência de que os enunciados proverbiais guardam relação estreita com a ideologia dominante, como Obelkevich (1997), Maingueneau (1997), Reboul (1975) o confirmam, direta ou indiretamente. Além disso, também se comprovou na nossa análise que os desvios, como havíamos sugerido, representam uma militância/oposição ideológica, sobretudo nos casos de subversão. Exemplos disso são as ocorrências (3), (4), (9), (10), (24), (25), (33), (43), (50), (55) e (58). Enfim, os enunciados proverbiais e desvios são a materialização ideológica por excelência, bem como argumentos efetivos, pois “a argumentação [proverbial] apresenta-se como totalmente cerceadora, na medida em que o locutor reenunciador apóia-se sobre princípios anteriormente admitidos” (ROCHA, 1995, p. 175).

Esperamos que esta pesquisa tenha impacto sobre os próximos estudos de AD, especialmente aqueles voltados para o gênero proverbial, levando em consideração o potencial ideológico e argumentativo deste. Nosso propósito foi trazer para o âmbito da discussão acadêmica um gênero desmerecido e pouco estudado que, em resumo, alicerça nossos modos de pensar, pontos de vista e sistema de referências. Nossas ações, modos de agir e percepções das coisas têm sempre, de algum modo, um embasamento

popular, assentam sobre os saberes imemoriais de novos pais e avós. Por motivos que não cabe aqui destacar, não refletimos sobre seu uso. Provérbios vão de boca em boca, enunciados e reverberados por uma infinidade de sujeitos, mas escapam à reflexão desses sujeitos sobre suas razões de uso e suas potencialidades. Usamos provérbios como uma espécie de eco de nossos antepassados, como imitação das suas vozes e conselhos, mas não nos indagamos ou questionamos sobre esse uso. Nosso propósito maior é fomentar essa reflexão; propósito que esperamos alcançar.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, Glauce de Oliveira. *Marcas proverbiais em redações de vestibular*. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-12022014-114228/pt-br.php>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- AMORIM, Marcelo da Silva. *A ironia como marca de alteridade no discurso de Agamenon Mendes Pedreira*. Palimpsesto, Rio de Janeiro, v. 2, p. 69-85, 2002.
- ARRUDA, Rinalda Fernanda de. *Provérbios e expressões idiomáticas como recursos de argumentação da língua na mídia*. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12429>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19):25-42, jul/dez 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>>. Acesso: 12. set. 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, E. *O aparelho formal de enunciação*. Disponível em: < <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/gustavonishida/disciplinas/lingua-e-comunicacao/benveniste-%20emile.%20o%20aparelho%20formal%20da%20enunciacao%20-cap.%205.pdf/view>>. Acesso: 12. set. 2017.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. Disponível em: < comtudo.com.br/edicoes/pdfs/bobbio_esquerda_direita.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CAZELATO, Sandra Elisabete de Oliveira. *A interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não afásicos: a reflexividade da linguagem*. Disponível em: <<<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1355/897>>. Acesso em: 18 de jan. 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propôs du discours communiste adresse aux chrétines. In: *Langages*, 15 année, nº 62, 1981. Analyse du discours politique. pp. 9-128. Disponível em: <https://www.persee.fr/docAsPDF/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FIGUEIREDO, Glaucy Ramos. *O gênero proverbial na imprensa: usos e funções retóricas*. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11659/TESE_GLAUCY%20RAMOS%20FIGUEIREDO_2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 17 out. 2017.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

- GRESILLON, Almuth; MAINGUENEAU, Dominique. Polyphonie, proverbe et détournement ou un proverbe peut en cacher un autre. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1984_num_19_73_1168>. Acesso em: 26 set. 2019.
- GUIMARÃES, Maria Joana. *Ironia: uma primeira abordagem*. Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”, Porto, XVIII, 2001, p. 411-422.
- JAEGER, Dirce. *Discursos de valorização do professor: efeitos da interpelação no âmbito da formação discursiva do Aparelho Ideológico Escolar*. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/17297/Tese_DirceJaeger_BC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 17. out. 2017.
- JOLLES, André. *Formas simples*. São Paulo: Editora Cultrix, 1930.
- KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- LACERDA, Roberto Cortes de; LACERDA, Helena da Rosa Cortes de. *Dicionário de provérbios: inglês-português / português-inglês*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOPES, Felipe Pereira. A enunciação dos provérbios como estratégia de persuasão e seus efeitos de sentido na atividade argumentativa. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UERJ_c88a8b43f455d45ce55058f341206ba7>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. Características e funcionalidade discursiva do gênero proverbial. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (orgs.). *Gêneros: Reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R.. *Dicionário de provérbios e curiosidades*. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1960.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MENDONÇA, Fernanda Dias de Los Rios. *Discurso de professores de Língua Portuguesa em formação: Uma análise dialógica de relatórios de estágio supervisionado de observação*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128731/331453.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 17. out. 2017.
- MUECKE, D. C. *Ironia e irônico*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- NÓBREGA, Marlene Assunção de. *Quando os provérbios dão a manchete: a oralidade no texto escrito jornalístico – o caso do Jornal da Tarde*. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-28082009-144134/pt-br.php>>. Acesso: 17. out. 2017.
- O livro de Jó. Disponível em: <<https://www.apostolas.org.br/2010/capela/biblia/antigo/Sapienciais/Jo.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- OBELKEVICH, James. Provérbios e história social. In BURKE, P.; PORTER, R (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 43-81.

- OLIVEIRA, Paulo Rogério de. *Aforização proverbial sobre o negro em diferentes materialidades discursivas: cristalização e circulação de preconceitos e estereótipos*. Disponível em: <
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_efb741e47671148d6fe861ae41bc4867>.
Acesso em: 05 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Yves Figueiredo de. *Enunciação proverbial e argumentação por autoridade em cartas do leitor*. Disponível em: <
http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3734/1/tese_4947_Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Yves%20Figueiredo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni P. *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*. Disponível em: <
<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- ORTEGA, M. Belén Alvarado. *Las marcas de la ironia*. *Interlingüística*, 16, 2006, p. 1-11.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT; Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Disponível em: <
https://elearning.uminho.pt/bbcswebdav/pid-419378-dt-content-rid-602549_1/courses/1314.4503P5_1/manualinvestig%20Quivy.pdf>.
Acesso em: 16 set. 2019.

- REBOUL, Olivier. *O slogan*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- RICOEUR, Paul. *Interpretações e ideologias*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.
- ROCHA, Regina. *A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.
- SANTA CLARA, Vera Lucia. *Enunciação proverbial: a inscrição de subjetividade e suas relações na constituição de sentidos*. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5893_Disserta%E7%E3o%20Vera%20Lucia%20Santa%20Clara.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.
- SANTOS, Mônica Oliveira. *O provérbio é um comprimido que anda de boca em boca: os sujeitos e os sentidos no espaço da enunciação proverbial*. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271071>>. Acesso em: 05 de jan. 2019.
- SILVA; Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. Disponível em: <<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.
- SOARES, José Miguel Nanni. *Considérations sur la France de Joseph de Maistre: revisão historiográfica e tradução*. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10032010-114032/publico/JOSE_MIGUEL_NANNI_SOARES.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.
- SOARES, Verônica de Fátima Camargo. *Pressuposição: diferentes abordagens teóricas e suas consequências para o ensino de graduação em letras*. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3754/1/tese_6037 DISSERTA%C3%87%C3%83O%20-%20Ver%C3%B4nica%20de%20F%C3%A1tima%20Camargo.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- STEINBERG, Martha. *1001 provérbios em contraste: provérbios ingleses e brasileiros*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- SUCCI, Thais Marini. *Os provérbios relativos aos sete pecados capitais*. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86573/succi_tm_me_sjrp.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jan. 2019.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

URBANO, Hudinilson. *Dicionário brasileiro de expressões idiomáticas e ditos populares: desatando nós*. São Paulo: Cortez, 2018.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmento. *Padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira*. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/les/article/view/6493/5585>>. Acesso em: 18 jan. 2019.